

Méri Frotscher

**DA CELEBRAÇÃO DA ETNICIDADE TEUTO-BRASILEIRA
À AFIRMAÇÃO DA BRASILIDADE:
Ações e discursos das elites locais na
esfera pública de Blumenau (1929-1950)**

**Florianópolis
2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DA CELEBRAÇÃO DA ETNICIDADE TEUTO-BRASILEIRA
À AFIRMAÇÃO DA BRASILIDADE:
ações e discursos das elites locais na
esfera pública de Blumenau (1929-1950)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História, da Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito parcial e último para obtenção do grau de
Doutora em História Cultural, sob orientação da
professora Doutora Maria Bernardete Ramos.**

**Florianópolis
2003**

TERMO DE APROVAÇÃO

Méri Frotscher

DA CELEBRAÇÃO DA ETNICIDADE TEUTO-BRASILEIRA À AFIRMAÇÃO DA BRASILIDADE: Ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor a em História, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração em História Cultural, pela Comissão Examinadora formada pelos seguintes professores:

Orientadora: Prof. Dra. Maria Bernardete Ramos (UFSC)

Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins (UnB)

Prof. Dra. Arlene Renk (UNOESC)

Prof. Dra. Cynthia Machado Campos (UFSC)

Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão (UDESC)

Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff - Suplente (UFSC)

Florianópolis, 30 de janeiro de 2003.

*Para Nelson e Elena,
com carinho.*

AGRADECIMENTOS

Sem o incentivo e o afeto de muitas pessoas, mais difícil teria sido escrever este trabalho.

Agradeço aqui:

À professora Dra. Maria Bernardete Ramos, que sempre me deu grande incentivo, acompanhando o andamento do trabalho.

Ao professor Dr. Hans-Joachim König, da Universidade Católica de Eichstätt, que aceitou orientar meu estágio na Alemanha e soube estimular-me a cada encontro, discutindo comigo diferentes partes do trabalho. Ao seu assistente, Dr. Stefan Rinke, pela indicação bibliográfica e sobretudo informações sobre os arquivos alemães.

Ao Dr. Luis Edmundo Moraes, que o caminho da pesquisa me fez encontrar em Berlim, com quem pude discutir tantos aspectos da Blumenau de outrora.

Aos amigos que se dispuseram tantas vezes a ler e discutir textos meus, Dr. João Batista Bitencourt e Janine Gomes da Silva. Também pelo grande apoio, fundamental nestes últimos meses.

Aos funcionários dos arquivos nos quais pesquisei, sobretudo à diretora do arquivo histórico de Blumenau, Sueli Petry, a quem me dirigi com tantas perguntas e dúvidas sobre fontes.

À Sabine Kiefer e Annemarie Fouquet-Schünke, pela ajuda com dúvidas em traduções.

À minha irmã Marlise, pela ajuda com a impressão das fotos, assim como ao meu cunhado Maurício, por me facilitar o empréstimo de tantos livros. Aos dois agradeço sobretudo o grande apoio, nos momentos mais difíceis neste ano que passou. Ao meu irmão Marcelo, por tantos favores e palavras de apoio.

A meu pai, que também financeiramente me auxiliou no último ano, fundamental para dedicar-me inteiramente à redação da tese. À minha mãe, pelo incentivo e principalmente pela paciência, nos meus momentos de inquietação.

À pequena Sáskia, que me fez lembrar tantas vezes a simplicidade e beleza da vida!

À Vera Lúcia, que me ajudou a me manter firme nos últimos meses.

A Johannes, minha grande descoberta, pelo grande estímulo. Seu interesse pelo trabalho me estimulou muito.

Finalmente, à Capes, pelo período de bolsa que me concedeu, e ao DAAD, por facilitar sobremaneira minha adaptação na Alemanha.

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	vii
Lista de siglas	viii
Resumo	ix
Zusammenfassung	x
Identities móveis	01
Capítulo 1	
Território, etnicidade e política	
“Colonização interna”: o adensamento populacional no Vale do Itajaí.....	14
“A Grande Blumenau”: investimentos na idéia de uma região.....	39
Capítulo 2	
Construtores de fronteiras	68
A celebração da “raça” e do “progresso”:	
Blumenau nos festejos do Centenário da Imigração Alemã em Santa Catarina.....	73
Investindo na idéia de fronteiras internas em Santa Catarina e no Vale do Itajaí.....	82
O 25 de julho: memória, etnicidade e poder.....	98
Uma memória em perigo: a fundação do Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí....	105
Capítulo 3	
Cimentando os “alicerces” da Nação	
Um “inquérito” jornalístico no Vale do Itajaí	115
Nacionalização fardada.....	127
Investimentos no disciplinamento, civismo e brasilidade.....	139
Capítulo 4	
Intervenções do Estado na esfera pública e na esfera de produção e ações das elites locais	153
A esfera pública literária nos anos 30.....	154
Intervenções na esfera pública literária durante o Estado Novo.....	157
A Segunda Guerra Mundial e as intervenções na esfera da produção.....	175
O controle da esfera pública política: nas malhas da rede político-administrativa.....	184
A administração da população: estatística e poder.....	200
Capítulo 5	
Reinterpretando o passado	213
Reabilitando o mestiço e o descendente de português, desqualificando o descendente de alemão.....	215
Entre o passado e o futuro:	
tensões na esfera pública por conta do tema “nacionalização”	234
Historiografia: a afirmação da brasilidade, silêncios e reinterpretações.....	247
Fontes	255
Bibliografia	261

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1 - Planta geral da estrada Trombudo-Lages.....	20
Fig. 2 - Anúncio de venda de terras em Taió (1935).....	33
Fig. 3 - Antiga e nova organização administrativa do município de Blumenau.....	49
Fig. 4 e 5 - Baixo relevo entalhado em madeira e quadro representando o campo de concentração da Trindade – Florianópolis.....	127
Fig. 6 - Recepção do General Meira de Vasconcellos e do Interventor Nereu Ramos em Hamônia (1939).....	135
Fig. 7 - Chegada do 32º Batalhão de Caçadores em Blumenau (1939).....	135
Fig. 8 - Comemoração cívica de escolares no Vale do Itajaí (início dos anos 40).....	148
Fig. 9 - Canteiro com o formato da bandeira nacional brasileira (início dos anos 40).....	148
Fig. 10 – Visita do presidente Getúlio Vargas a Blumenau (1940).....	198

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB – Aliança Integralista Brasileira

AO – *Auslandsorganisation der NSDAP* (Organização para o Exterior do NSDAP)

AHJFS – Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau.

DAI – *Deutsches Auslands-Institut* (Instituto alemão para o exterior)

NSDAP – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional-socialista alemão)

PLC – Partido Liberal Catarinense

PRC – Partido Republicano Catarinense

PSD – Partido Social Democrático

UDN – União Democrática Nacional

VDA – *Verein für das Deutschtum im Ausland*. Após 1933, com o regime nacional-socialista, passou a se chamar *Volksbund für das Deutschtum im Ausland*

RESUMO

FROTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade:** ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950). Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos

Defesa: 30/01/2003

O foco desta tese são as ações e discursos das elites econômicas na esfera pública de Blumenau, entre 1929 e 1950, com relação à questão da “integração nacional”. Evidencia -se como, neste período, as concepções que tais elites tinham sobre a cidade mudam, passando-se da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade. Perpassa a tese a preocupação em mostrar as articulações políticas e as estratégias discursivas de pessoas que integravam ou eram ligadas às elites econômicas da cidade, no sentido de tentar preservar e/ou reproduzir poder.

Palavras-chave: Blumenau, elites, esfera pública, política, história, memória, identidade, nacionalização, intervencionismo estatal.

ZUSAMMENFASSUNG

Frotscher, Méri. **Von der Pflege der deutschbrasilianischen Ethnizität zur Bejahung der Brasilität:** Aktionen und Diskursen der Wirtschaftseliten Blumenaus im öffentlichen Raum der Stadt von 1929 bis 1950.

Der Fokus dieser Dissertation sind die Handlungen und Diskurse der Wirtschaftseliten Blumenaus, im Hinblick auf die Frage der ‚nationalen Integration‘, im öffentlichen Raum der Stadt von 1929 bis 1950. Es wird offenbar, wie sich in dieser Zeit die Anschauungen dieser Eliten über die Stadt änderten. Waren sie zuerst von der Pflege der deutschbrasilianischen Ethnizität geprägt, rückte in dieser Zeit die Bejahung der Brasilität in den Vordergrund. Diese Studie widmet sich der Auseinandersetzung politischer Verhandlungen und diskursiver Strategien seitens einzelner Personen, die darauf abzielten, Macht zu bewahren und/oder zu reproduzieren. Diese Personen gehörten entweder zu den Wirtschaftseliten der Stadt oder waren mit ihr verbunden.

Identidades móveis

“Pois isto tem que ser uma vez acentuado: não foi a assimilação que criou as colônias-modelo nas margens do rio Itajaí, mas a possibilidade da manutenção de sua particularidade que fez dos novos colonos bravos pioneiros...”
(KOEHLER: 1929)

“Quem anda pela chamada ‘zona alemã’ dos estados do Sul, e especialmente pelo ‘vale do Itajaí’, em Santa Catarina, a sensação que tem é de estar em país estrangeiro, e país estrangeiro inamistoso (...) ‘De Brusque para lá [em direção a Blumenau] acham que fica a fronteira da sua nação (...) Se há, pois quisto racial ainda em plena exuberância é aquele. Aquilo não é Brasil, ou se o é, é Brasil transviado, Brasil em mãos alheias”.
(QUEIRÓZ: 1949)

‘Incorporando -se à tradição luso-brasileira, os homens que povoaram e construíram a grandeza do Vale do Itajaí vão deixando também, por sua vez, nessa tradição, alguma coisa da sua, o que só pode enriquecer a nossa. (...) o imigrante nunca deve perder de todo sua tradição, pois a pluralidade de cultura só é fator de progresso’.
(D’AMARAL: 1950)

Os três fragmentos de textos acima revelam diferentes concepções sobre o Vale do Itajaí, em torno da seguinte questão: a integração dos imigrantes europeus e seus descendentes à Nação brasileira.

Tais textos foram escritos em diferentes momentos da história local. O primeiro evidencia como, em 1929, quando se comemorou o centenário da presença de alemães e descendentes no estado de Santa Catarina, eram possíveis manifestações que valorizavam a segregação étnica, tomando-a, inclusive, como fator explicativo para o desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí. É um momento de celebração da “raça alemã” e também do “progresso”. Esta formação discursiva¹ é cerceada da esfera pública de Blumenau durante o Estado Novo (1937-1945), quando o Estado investe em medidas coercivas de nacionalização e repressão a estrangeiros e descendentes.

Muito embora escrito em 1949, o segundo fragmento de texto citado, da escritora Raquel de Queiróz, que veio visitar Santa Catarina, guarda semelhanças com textos

¹ Segundo Maingueneau, a formação discursiva é fundamental para o analista de discurso porque permite apreciar o modo de inscrição histórico pelo qual uma dispersão de textos pode ser definida como um espaço de

publicados durante o Estado Novo. O Vale do Itajaí é representado como um “quisto racial”, evidenciando a preocupação com questões sobre identidade nacional. Além disto, percebe-se a representação do Vale do Itajaí como “país inamistoso”, “Brasil em mãos alheias”, tal como se encontra em inúmeras matérias jornalísticas e livros publicados, por exemplo, por agentes que participaram da repressão e política de homogeneização cultural de estrangeiros e descendentes em Santa Catarina, certos da existência de um “perigo nazista” no Sul do Brasil. Naquele momento, a segregação étnica vai ser discriminada e a divulgação do Vale do Itajaí como “quisto racial” vai legitimar medidas do Estado, no sentido da nacionalização coerciva.

A terceira epígrafe foi extraída de um texto publicado no álbum comemorativo do centenário de Blumenau, em 1950. Este texto é resultado do esforço do autor, Max Tavares d’Amaral, em tratar o que chama de “problema” da “assimilação e aculturação dos estrangeiros e seus descendentes no Vale do Itajaí”. Tal manifestação revela a vivacidade que tais questões tinham no pós-guerra em Blumenau. Pelo fato de ter sido escrito por um representante de parcelas das elites locais que, antes de 1937, investiam publicamente na afirmação de fronteiras étnicas na região, revela mudanças de concepção sobre o assunto. Representar os estrangeiros e descendentes como problema, como o autor assinala, e operar com conceitos de “assimilação” e “aculturação”, demonstram elementos da formação discursiva presente nos escritos do governo brasileiro durante o Estado Novo.² Contudo, o autor não opera com a idéia de uma cultura absorvendo a outra, ou seja, da incorporação dos estrangeiros e descendentes na “tradição luso-brasileira”, como se refere, mas opera com uma noção de “assimilação” recíproca. O estrangeiro deveria se integrar à “tradição luso-brasileira”, mas não de todo. Por outro lado, hábitos e costumes dos estrangeiros, “quando bons”, deveriam ser incorporados ao “patrimônio da tradição luso-brasileira”.³ E termina o texto afirmando o “sentimento de brasilidade” dos habitantes do Vale do Itajaí.

Tanto o primeiro quanto o último fragmento foram escritos por pessoas ligadas às elites econômicas de Blumenau, em momentos distintos. Ambos os textos foram escritos em

regularidades enunciativas. Apud ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1993, p. 108.

² Tais preocupações também estavam presentes nos trabalhos sobre Antropologia, publicados nos anos 40. Não à toa o antropólogo Emílio Willems publica, naquela época, dois trabalhos com os seguintes títulos: *Assimilação e populações marginais no Sul do Brasil (1940)* e *Aculturação dos alemães no Brasil (1946)*. Preocupado estava o autor, entre outras coisas, em mostrar um processo de abasileiramento dos alemães e seus descendentes.

³ D’AMARAL, Max Tavares. *Assimilação e aculturação dos estrangeiros e seus descendentes no Vale do Itajaí*. In: *Centenário de Blumenau. 1850-1950*. Edição da Comissão de Festejos, 1950, p. 363.

razão de comemorações oficiais e, pode-se assim dizer, por “porta-vozes autorizados”,⁴ considerando que, naquelas datas, em 1929 e 1950, os grupos aos quais estes autores estavam ligados dominavam a esfera pública municipal. Sendo assim, a representação que fazem da cidade é oficial, ou pelo menos consoante ao discurso oficial. Tais textos revelam mudanças nas representações sobre a população do Vale do Itajaí entre o período anterior e imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Se no primeiro texto, a idéia da preservação da fronteira étnica entre os que falavam alemão e os “outros”, é tomada como um argumento para explicar a situação econômica favorável do Vale do Itajaí, no último texto, é a assimilação de valores de diferentes culturas que causaria “progresso” ao país, sendo que tanto os estrangeiros e descendentes deveriam assimilar hábitos e costumes da “tradição luso-brasileira” como seus hábitos e costumes também deveria m ser incorporados àquela.

Este trabalho, em seu conjunto, evidencia este processo de mudanças na esfera pública de Blumenau, entre 1929 e 1950. Este estudo tem o objetivo de perseguir as ações e estratégias discursivas de membros das elites econômicas de Blumenau, integrantes ou ligados até 1937 ao PRC – Partido Republicano Catarinense – e depois de 1945, à UDN – União Democrática Nacional - em meio a jogos de poder, e perceber as mudanças de discurso quanto à questão da “integração nacional”, no período mencionado.

No decorrer da pesquisa, resolveu-se alargar o período de análise – inicialmente restrito aos anos 30 até 1945 - deslizando-se o marco temporal inicial para um período um pouco antes de 1930, e o final, para os anos do imediato pós-guerra até 1950, para, desta maneira, procurar perceber o que se propõe. Em 1947, com o retorno das eleições, voltam a ocupar cargos no município e a assumir a hegemonia política membros das elites econômicas, fato que não ocorria desde 1930. Até o início do Estado Novo, manifestações visando afirmar diferenças étnicas entre descendentes de alemães e “outros”, estavam presentes na esfera pública de Blumenau, sendo cerceadas durante a guerra.⁵ Blumenau, assim como outras

⁴ Como elucida Pierre Bourdieu, um porta-voz autorizado “tem acesso aos instrumentos legítimos de expressão”. BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo, EDUPS, 1996, p. 87.

⁵ Roberto Caresia afirma que até nos anos 30 houve uma hegemonia étnica e cultural germânica em Blumenau. CARESIA, Roberto. *Ícones da vida moderna: tecnologia e saúde nos anúncios publicitários veiculados em Blumenau (1935-1955)*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, p. 03.

Manifestações da etnicidade teuto-brasileira, tal como aparecia em publicações até o final dos anos 30, não eram mais veiculadas na esfera pública depois da guerra. Entretanto, isto não significa que não houvessem manifestações e práticas que construíssem fronteiras étnicas após a guerra. Giralda Seyferht afirma que a nacionalização não silenciou expressões da etnicidade em Blumenau. Esta autora assinalou que houve uma reorientação da identidade teuto-brasileira depois da Segunda Guerra Mundial, na medida em que o principal critério de distinção étnica deixou de ser o uso da língua alemã, passando a ser os principais critérios de

localidades, sobretudo no Sul do Brasil, foi alvo de uma campanha de nacionalização e da repressão a imigrantes e descendentes, durante o Estado Novo (1937-1945). Tais medidas visavam “unificar e integrar descendentes de estrangeiros a referenciais de brasilidade para forjar uma identidade homogênea para a população do país”, como formula Cynthia Machado Campos.⁶ Quando membros das elites econômicas de Blumenau passam a novamente exercer cargos políticos em Blumenau, logo depois do fim do Estado Novo, reorientam seus discursos sobre identidade na esfera pública como estratégia política.

Também a preocupação metodológica de focalizar as ações e estratégias discursivas das elites na esfera pública, em meio a jogos de poder, é uma tentativa de se analisar sob outro modo a história local. Ao invés de partir somente das medidas e intervenções do Estado, entre 1930 e 1945, no sentido da repressão e homogeneização cultural, de perceber o Estado impondo medidas naquela “região alemã”, ou o discurso dos agentes de nacionalização, percebendo o significado disto no contexto local de Blumenau, procuro também caminhar noutros sentidos. Procurei perseguir também as ações e reações de parcelas das elites locais frente a este projeto de nacionalizar, reprimir, homogeneizar, na medida em que as fontes o permitem. Mas não se trata de perceber somente as resistências. Trata-se de perseguir as ações e reações, as tentativas de negociação com outros agentes sociais, integrantes do Estado, por parte de alguns membros destes segmentos, com base no capital simbólico de que dispunham, no sentido de tentar minimizar os efeitos da nacionalização e das intervenções do Estado, até onde foi possível, e também as acomodações às medidas e ao discurso do governo, como estratégias de ação.

Acentua-se que se focaliza aqui apenas alguns segmentos da sociedade, as elites econômicas, integrantes de um determinado círculo político, nos anos 30 (PRC), e que se fazem representar, depois de 1945, principalmente pela UDN. Adianta-se, ainda, que durante o Estado Novo tais segmentos não constituíram um grupo homogêneo politicamente.

Ao mesmo tempo que Blumenau foi uma das localidades mais visadas pela repressão e controle de estrangeiros e descendentes durante o Estado Novo, no Sul do Brasil, foi também alvo de diversos estudos acadêmicos. Blumenau é objeto de alguns deles, se não no todo, mas em parte, sobretudo daqueles que se ocupam com os anos de 1930 até 1945. É o caso de

identificação étnica a descendência e a idéia da superioridade do trabalho alemão. SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 22-23.

⁶ CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição d falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, 1998. Tese (Doutoramento em História) – Unicamp, p. 10.

alguns trabalhos que se ocupam com áreas com presença de imigrantes e descendentes em Santa Catarina, preocupados com a política da língua durante a Era Vargas,⁷ com o cotidiano e o medo durante a Segunda Guerra Mundial.⁸ Outros autores se dedicaram ao estudo do movimento integralista e do nazismo em Santa Catarina.⁹ Diversos são os trabalhos que tratam da nacionalização escolar em Santa Catarina durante este período.¹⁰

Há alguns trabalhos que focalizaram a ação política das elites de Blumenau, citados no decorrer da tese. A dissertação de Cristiane Barreto, que trata da formação e atuação das elites no Vale do Itajaí na Primeira República (1889-1930), contribui no sentido de mostrar alguns laços entre as elites da região, redes de solidariedades, muito embora focalize mais políticos oriundos de Itajaí e não apareçam, no trabalho, pessoas que também tivessem poder em Blumenau, sem exercer cargos políticos.¹¹ Outros autores preocuparam-se mais especificamente com a ação política da elite econômica de Blumenau, como é o caso de Fabrício Tomio¹² e Vilma Simão.¹³ Não vão ter a preocupação, entretanto, quando se referem

⁷ Cynthia Machado Campos toma Blumenau e Joinville como referência para abordar algumas questões, como os “conflitos entre Estado e sociedade, a racionalidade estatal tendendo a homogeneizar e padronizar condutas e comportamentos, empunhando a bandeira nacionalista”. CAMPOS, op. cit, p. 11.

⁸ Baseada sobretudo em depoimentos orais, Marlene de Fáveri abordou em seu estudo “o medo provocado pelas normatizações advindas da política repressora à língua, conectado ao ideário da segurança nacional, sobre os estrangeiros e descendentes”. FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História) – UFSC.

⁹ GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; sobre isto ver o capítulo 2 do livro de FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre o ontem e o amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Ed. Univali, 2000; sobre o grupo local do NSDAP em Blumenau há o recente trabalho de MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: die Orstgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro*. Berlin, 2002. Tese (Doutorado em História) – Zentrum für Antisemitismusforschung, Technische Universität zu Berlin.

¹⁰ Sobre este tema há os seguintes livros: FIORI, Neide. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria do Estado de Educação, 1975; MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do ensino em Santa Catarina. 1930-1940*. Florianópolis: UFSC, 1979. Sob uma outra perspectiva, mais crítica, há um artigo de Cynthia Machado Campos que trata da nacionalização escolar vinculada ao projeto assistencialista do Interventor Federal no Estado, Nereu Ramos, no sentido de “educar a população, seu corpo e sua mente, disciplinando hábitos e comportamentos”. Cf. CAMPOS, Cynthia Machado. *As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas*. In: BRANCHER, Ana (Org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 149.

¹¹ BARRETO, Cristiane Manique. *Entre laços e nós: formação e atuação das elites no Vale do Itajaí (1889-1930)*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹² O autor procurou “reconstituir as relações econômicas, políticas e corporativas que os empresários blumenauenses estabeleceram historicamente”, focalizando sobretudo sua ação política e organização de classe. TOMIO, Fabrício R. de Limas. *Breve história da burguesia industrial têxtil blumenauense. Organização coletiva e representação de interesses do empresariado industrial têxtil de Blumenau – SC: a atuação da ACIB e do SINTEX em um espaço político-institucional democrático (1985-1994)*. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina.

¹³ A autora ocupou-se com a representação política do empresariado e também dos trabalhadores em Blumenau, percebendo, em sua análise, diversas fases de um processo de quebra da hegemonia política do empresariado, pela inserção da classe trabalhadora. SIMÃO, Vilma Margarete. *Blumenau: da indiferenciação étnica à*

aos anos 30 e 40, em mostrar diferentes mecanismos do Estado na intervenção de instituições da esfera pública, percebendo as ações destas elites econômicas, no sentido de preservar o capital simbólico que ainda detinham, por exemplo.

Estes autores, assim como Roberto Caresia,¹⁴ perceberam o abandono da defesa da manutenção de fronteiras étnicas em público, por parte de políticos oriundos destas elites, por conta dos fatos ocorridos durante o Estado Novo. O diferencial deste estudo, quando se lida com o período do imediato pós-guerra, é perceber as tensões na esfera pública, quanto às questões sobre o falar alemão em público, em meio à nova configuração política local e, sobretudo, a cristalização desta ruptura na historiografia local – tema do último capítulo – ocorrida durante o Estado Novo e seus desdobramentos até 1950, quando os que estão nos cargos mais altos do Executivo municipal, integrantes das velhas elites econômicas, investem na rememoração do passado da cidade, por conta dos festejos do centenário de fundação do município.

Foi inspirador para este estudo um texto sobre “estratégias manipulativas” do antropólogo Joan Vincent, em que o autor está preocupado com trabalhos que façam uma “análise de atores individuais e suas estratégias na arena política”.¹⁵ Em momentos desta tese, procura-se mostrar ações e estratégias de membros das elites econômicas locais, suas articulações políticas. Quanto às ações dos indivíduos, leva-se em consideração a função do indivíduo na estrutura de poderes político-sociais. Neste sentido, foram muito enriquecedoras leituras das obras de Norbert Elias, que opera com conceitos de função, não com atos

diferenciação de classe. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ver ainda textos dos dois autores citados incluídos no livro de THEIS, Ivo M., MATTEDI, Marcos A.; TOMIO, Fabrício R. L. (Org.) *Nosso passado (in)comum*: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. Blumenau: Ed. FURB: Cultura em Movimento, 2000.

¹⁴ Roberto Caresia e Balbino Rocha perceberam uma ruptura nos referenciais não somente culturais, mas também técnicos, durante e depois da Segunda Guerra, em Blumenau, quando cada vez mais se sente a influência da propaganda de produtos norte-americanos e do modo de vida estadunidense em nível local, utilizando como abordagem a modernização de usos e costumes. Na imprensa de Blumenau, durante a Segunda Guerra Mundial, localizaram a emergência do discurso estadunidense, acompanhado do discurso do nacionalismo brasileiro. Sobre isto ver os seguintes textos: CARESIA, Roberto; ROCHA, Balbino Simor. Discurso e poder em Blumenau (1940-1950). *Dynamis*. Blumenau, vol. 9, n. 35, p. 110-117, abr./jun. 2001; CARESIA, Roberto; ROCHA, Balbino Simor. *Construção cultural*: influencia germânica e norte-americana na cidade de Blumenau. Blumenau, janeiro de 1999. Relatório de Pesquisa (Universidade Regional de Blumenau); CARESIA, Roberto; ROCHA, Balbino Simor. Rupturas com as formas do passado: entre a modernidade e a tradição. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII, n. 3/ 4, p. 70-101, marco/abril 2001; além da dissertação de mestrado de CARESIA, Roberto.

¹⁵ Cf. VINCENT, Joan. Political anthropology: manipulative strategies. *Annual Review of Anthropology*. 1978, 7, p. 182.

individuais.¹⁶ Elias atribuiu um papel central às redes de inter-relações, de interdependências recíprocas, que fazem com que cada ação individual dependa de toda uma série de outras, operando com a noção de jogo social.¹⁷ Em diversos momentos deste trabalho, aparecem os indivíduos jogando, elaborando estratégias de ação.

Procura-se mostrar as ações dos indivíduos na esfera pública, em meio aos jogos da política. Ora, é na esfera pública que se dão as relações políticas. É ali que as pessoas privadas procuram se representar.¹⁸ Segundo Jürgen Habermas, “às pessoas privadas não se entendem entre si apenas enquanto seres humanos no plano de sua subjetividade, mas gostariam de determinar, enquanto proprietários, o poder público em interesse comum,” servindo a esfera pública “como instância mediadora à efetividade da esfera política”.¹⁹ A partir da leitura de Jürgen Habermas presta-se atenção nas ações das “pessoas privadas unidas num público”.²⁰

Suas noções de esfera pública política e literária e esfera privada de produção, estruturas sociais da esfera pública burguesa no século XVII, possibilitaram algumas reflexões na escrita desta tese, tendo em vista as preocupações em mostrar, em diversos momentos, as relações entre o público e o privado, assim como, por exemplo, elementos da esfera pública e relações de poder em Blumenau, relacionando Estado, imprensa, entidades associativas e interesses privados e as mudanças que ocorreram. Constituiu um aparato metodológico para analisar de que forma e em que medida o controle político-administrativo, a intervenção e controle da esfera privada de produção e a política de nacionalização e repressão a imigrantes e descendentes de alemães, durante o Estado Novo, provocou mudanças na esfera pública local.

Na Era Vargas, houve um grande intervencionismo do Estado na sociedade. Houve a supressão de diversos canais e espaços de formação de opinião pública por parte do Estado,

¹⁶ JÄGER, Wolfgang. “Menschenwissenschaft” und die historische Sozialwissenschaft. Möglichkeiten und Grenzen der Rezeption von Norbert Elias in der Geschichtswissenschaft. In: BOSCHOF, Egon (Hg.) *Archiv für Kulturgeschichte*, Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag, 1995, 77. Band, p. 85-116. Neste artigo, o autor analisa a obra de Norbert Elias, preocupando-se em perceber as possibilidades e os limites da recepção do autor referido na historiografia.

¹⁷ Sobre isto ver CHARTIER, Roger. Formação social e ‘habitus’: uma leitura de Norbert Elias. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 100 e 103.

Sobre as relações de poder tensas entre diferentes grupos e pessoas foi de grande valia a leitura de: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Tradução do posfácio à edição brasileira: Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Zahar, 2000..

¹⁸ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984, p. 72 e 73.

¹⁹ Idem, p. 73.

²⁰ Idem, p. 42.

que passou a controlar os meios de comunicação e a estabelecer as verdades. O intervencionismo na esfera pública foi maior ainda em regiões alvo da campanha nacionalizadora. Com relação a Blumenau, procura-se mostrar não somente estas intervenções do Estado, mas como pessoas integrantes ou ligadas às elites econômicas da cidade, procuravam, pelo menos no início das intervenções, elaborar algumas estratégias de ação, resistir, mas também negociar com o Estado. Também há acomodações às medidas do governo, assim como aproximações às autoridades governamentais, como estratégia de ação.

O governo vai não só intervir na esfera pública, mas também na privada. Num dos itens do estudo, apontam-se algumas intervenções feitas na esfera da produção, pois é assim que o Estado vai intervir diretamente nos interesses materiais das elites econômicas. Com o alinhamento do Brasil aos EUA e a publicação das “listas negras”, alguns proprietários de Blumenau, incluídos nela, ficaram à mercê da situação, muito embora procurassem, em vão, de diversas maneiras, sensibilizar o governo brasileiro e o consulado dos EUA a reverter a situação. Procura-se aqui também mostrar não somente as medidas do governo, mas algumas ações e reações destes proprietários, ligados às decadentes elites políticas de Blumenau, perante estas medidas.

Muito embora questões relativas à etnicidade apareçam, sobretudo nos dois primeiros capítulos, esta não é a preocupação central da tese. É um trabalho sobre as ações e discursos de parcelas das elites econômicas na esfera pública de Blumenau que, em determinadas situações, investiam na afirmação de fronteiras étnicas. Tais investimentos são mostrados aqui em meio a relações de poder e num contexto relacional, uma vez que se comunga com a idéia de que o “Nós” se constrói em oposição ao “Eles”, de que a identidade não se manifesta nas condições de isolamento, mas ao contrário, na intensificação das interações, e também com a concepção de que a etnicidade é dinâmica. Como formulam Philippe Poutignat e Joceline Streiff-Fenart, “à etnicidade não se explica como uma qualidade ou uma propriedade ligada de maneira inerente a um determinado tipo de indivíduos ou de grupos, mas como uma forma de organização ou um princípio de divisão do mundo social cuja importância pode variar de acordo com as épocas e as situações”.²¹

Ao refletir sobre o porquê de Blumenau ter sido problematizada como “quisto racial”, durante o Estado Novo, surgiu a preocupação em mostrar os investimentos na ocupação demográfica do município. Sendo assim, na primeira parte do primeiro capítulo, analisa-se a

²¹ POUTIGNAT; Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*: seguido de Grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1998, p.124.

ocupação do território de Blumenau, através de empresas colonizadoras, com ênfase para as quatro primeiras décadas do século XX, em meio aos jogos da política estadual. Ali aparecem as ligações entre as elites econômicas e políticas do Vale do Itajaí com o governo estadual, durante a Primeira República (1889-1930). Evidencia-se como o investimento na ocupação demográfica do município era tido como imprescindível ao desenvolvimento econômico do município, sendo possível, no contexto político da época, experiências de colonização que valorizassem a segregação étnica, assim como manifestações de valorização da mão-de-obra imigrante alemã e descendente.

Na segunda parte do capítulo, evidencia-se como parcelas das elites econômicas, em meados dos anos 30, investem na idéia de que o antigo território de Blumenau constituía uma região, com base em concepções da etnicidade teuto-brasileira, entre outros elementos. Em que pese a presença de habitantes de diversas línguas, a língua alemã era a mais falada entre as línguas estrangeiras e este era o principal substrato de afirmações encontradas em diversos textos do período, que identificavam Blumenau como uma região “alemã”. Procura -se considerar as representações sobre o espaço, portanto, considerando que as representações também são parte integrante da realidade, intentando seguir as formulações da historiadora Sandra J. Pesavento, a qual pleiteia que se pense “para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas”.²² Isto sem deixar de evidenciar a diversidade econômica, social, política e lingüística de Blumenau, nos anos 30, e as intrínsecas ligações entre espaço e política.

O conceito de territorialidade, considerado neste trabalho, ao se lidar com questões relativas ao município de Blumenau, antes e depois de seu desmembramento, em 1934, leva em conta que a territorialidade, como acentua Marcel Roncayolo, “deriva fundamentalmente da difusão de imagens mentais, de informações orais, de representações mais ou menos abstratas, desenhos ou mapas, de representações simbólicas; é mitológica”.²³ Daí se perseguir as representações, as imagens, que não são descoladas do espaço físico, mas que juntamente com ele constituem a territorialidade.

Como alguns intelectuais e outros agentes sociais de Blumenau, em algumas circunstâncias, investiam na construção de fronteiras étnicas, utilizando alguns textos publicados entre 1929 e 1937, além dos investimentos em “lugares da memória” são tema do

²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 282.

²³ RONCAYOLO, Marcel. Território. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 8 (Região). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 266.

segundo capítulo. Se em 1929, nas comemorações do centenário da presença alemã em Santa Catarina, quando se explica o estágio econômico de Blumenau por meio de argumentos racistas, as elites econômicas e políticas de Blumenau encontravam-se representadas no governo estadual e federal, a partir de 1930, estas pessoas perdem representatividade no Estado. Neste momento de crise política, investem em “lugares da memória” como um mecanismo de resistência, mas sobretudo como uma tentativa de conservar produções simbólicas. Sim, pois como indaga Pierre Nora, se o que os lugares da memória defendessem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se as pessoas vivessem verdadeiramente as lembranças que estes lugares da memória envolvem, eles seriam inúteis.²⁴ Muito embora se reconhecesse que manifestações que visavam preservar as fronteiras étnicas fossem perigosas diante do contexto político e da nacionalização escolar, e por conta delas houvesse tensões e conflitos, elas continuavam aparecendo na esfera pública de Blumenau até 1937.

Os investimentos coercivos no sentido da integração das populações estrangeiras e descendentes ao projeto de construção da Nação brasileira são tema do terceiro capítulo. Se os dois primeiros capítulos tratam das ações e discursos de parcelas das elites econômicas de Blumenau, este vai mostrar algumas ações do Estado em Blumenau. Primeiramente, o capítulo trata de como o Vale do Itajaí foi, em finais de 1937, foco de uma espécie de “inquérito” jornalístico sobre o “perigo alemão” no Sul do país, de repercussão nacional, percebendo-se, logo após, a movimentação do Exército, no sentido de iniciar uma Campanha de Nacionalização nos estados do Sul. O Estado vai colocar em prática uma série de medidas no intuito de reprimir, proibir, controlar, nacionalizar, padronizar. Não se tratava de apenas investir na diluição da fronteira da língua, tratava-se também de investir na diluição da fronteira étnica, pois, como aponta Maria Bernardete Flores, os indivíduos “levam consigo a marca da Nação”.²⁵ Daí uma série de investimentos do Estado no sentido de forjar nos corpos dos indivíduos o “sentimento nacional”. Dentro da estrutura da tese, este capítulo toma a função de evidenciar algumas destas medidas em Blumenau, especificamente.

No quarto capítulo, em meio a outras intervenções do Estado, reaparecem, em alguns momentos, membros da antiga elite econômica tentando se articular. Aqui se analisam, especificamente, algumas intervenções do Estado na esfera pública de Blumenau. Com relação

²⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993, p. 13.

²⁵ FLORES, Maria Bernardete Ramos. Fronteiras celibatárias: nação, corpo e etnia. In: *História: Fronteiras*. 20º Simpósio da ANPUH. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 795.

à esfera pública literária, além de mostrar as intervenções na imprensa e nas entidades associativas, procura-se evidenciar como tais medidas significavam, também, uma forma de controle político-social, considerando que o político está no público. Isto não impediu que algumas pessoas que circulavam na esfera pública, mobilizassem forças, através do capital simbólico de que dispunham, no sentido de tentar negociar com o Estado, na medida e até onde foi possível. Com relação à esfera pública política, exclui-se não somente os integralistas do poder municipal de Blumenau, como se controlam e fecham diversos meios e espaços de reprodução de poder e de produção simbólica das antigas e decadentes elites políticas locais, ligadas ao PRC, além, obviamente, da AIB. O controle destes agentes sociais veio a ser reforçado pela estrutura da máquina burocrático-administrativa montada pelo governo federal, que visava, entre outras coisas, enfraquecer as forças políticas locais e os regionalismos. O projeto de integração nacional, de Getúlio Vargas, também passava pelo controle político-administrativo dos estados e municípios, uma vez que o espraiamento dos aparatos administrativos, estando estes centralizados, são reconhecidamente um instrumento eficaz no sentido de se forjar as nações. Este controle político-administrativo, que ocorreu em todo o território nacional, somou-se em Blumenau à campanha de nacionalização e à repressão a estrangeiros e descendentes. Tudo isto, associado ao fato de que Blumenau havia sido reduto eleitoral do PRC, durante a Primeira República, e de ter sido governada de 1936 até o início do Estado Novo pela AIB, partido ao qual o governo estadual também se opunha, levam-nos a pensar que o regime do Estado Novo representou um período de grande controle político-social para Blumenau.

Francisco Falcon enfatiza que ‘história e poder são como irmãos siameses – separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível’.²⁶ Caracteriza o poder enquanto ‘agente instrumentalizador da própria oficina da história’.²⁷ É uma preocupação metodológica desta tese mostrar o poder instrumentalizando a história, assim como a historiografia, tema do último capítulo. Se no segundo capítulo, trouxe à luz algumas pessoas que escreviam sobre história de Blumenau, evidenciando algumas formações discursivas ainda presentes na esfera pública em Blumenau durante o final dos anos 20 e os anos 30, neste capítulo procura-se analisar a historiografia local durante e logo após o Estado Novo. O projeto de homogeneização nacional imprimiu também suas marcas na historiografia

²⁶ FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61.

²⁷ Idem.

local, quando saem de cena quase todos os intelectuais que escreviam sobre história de Blumenau e emerge outro tipo de intelectual, ligado ao Estado Novo, que passa a investir na desqualificação de antigas formações discursivas e reinterpretar a história local. A questão da “assimilação” cultural, tão característica dos debates sobre a identidade nacional nos 40, aparece também na historiografia local e estadual. Nestes textos sobre história local, o “mestiço” surge guiando o imigrante alemão, que, por sua vez, em diversos textos, é representado como resistente à “assimilação” tão almejada. A antiga formação discursiva que positivava o descendente de alemães pelo grau de desenvolvimento obtido em determinadas áreas do estado, como Blumenau, associada à formação discursiva que valorizava a manutenção das fronteiras étnicas, é desqualificada. Logo após o Estado Novo, pessoas em Blumenau ligadas ao antigo círculo governista – que continuavam governando o estado de Santa Catarina – investiam publicamente na idéia de que os que falavam alemão deveriam continuar se “abrasileirando”. Pessoas ligadas às classes industriais, assumem o governo municipal e nos festejos do centenário de Blumenau, em 1950, vão afirmar a brasilidade de seus habitantes.

Sobre o caminho da pesquisa, depois de muito tatear, de tentar localizar documentos em outros arquivos dos municípios do Vale do Itajaí, além do de Blumenau - o que decepcionou, uma vez que alguns deles não dispõem de arquivo público, ou se dispõem, apresentam poucos documentos ou, como é o caso de um deles, possui farta documentação mas sem qualquer classificação temática, a não ser por datas – decidiu-se restringir o campo de análise para o atual município de Blumenau, muito embora no início da tese se refira ao Vale do Itajaí. Isto se deve à problemática do primeiro capítulo, no qual se discute a ocupação do antigo município de Blumenau – que originalmente englobava grande parte do Vale do Itajaí – e a emergência de um discurso regionalista após o desmembramento de 1934.

Uma porta se abriu com a oportunidade de pesquisar na Alemanha, onde se teve acesso a muitas fontes, entre cartas, livros, brochuras, relatórios de consulados de Santa Catarina e da embaixada da Alemanha no Brasil, entre outros documentos, em acervos nas cidades de Stuttgart, Koblenz e Berlim. O governo alemão e algumas entidades alemãs acompanhavam com atenção os fatos que ocorriam em regiões fora daquele país, onde viviam alemães e descendentes e diversas pessoas. Com eles também mantinham correspondência entidades e pessoas que moravam em Blumenau. Ali pude perceber tantas facetas de uma outra Blumenau, que não a do presente. Mas foi na Alemanha que me foi aberta uma das principais portas, a que me levou a aprimorar o domínio da língua alemã. Foi assim que

finalmente me senti segura em poder perseguir nos jornais de língua alemã de Blumenau, até a proibição de sua circulação, algumas das questões propostas neste trabalho. Outras fontes foram buscadas também, sobretudo, no arquivo histórico de Blumenau, como periódicos, cartas, relatórios de governo, livros, almanaques.

Foi com base nestes indícios que se construiu uma narrativa atravessada por inquietações do presente. Ao pensar sobre o impacto da globalização sobre a identidade cultural, Stuart Hall acentua que “o sujeito pós-moderno é isento de identidade fixa, permanente ou essencial”, que a identidade se tornou uma “festa móvel”.²⁸ As inspirações para este trabalho vêm destas discussões atuais, que tomam as identidades como móveis, históricas, construídas socialmente. Como Lígia Chiappini e Maria Stella Bresciani apontam, assim “como a identidade, as fronteiras também são simbólicas e reais, históricas, mutantes e mutáveis”.²⁹ Daí a preocupação em perceber como elas se constroem historicamente, em mostrar os sujeitos agindo neste sentido. No início do trabalho, mostram-se alguns membros das elites econômicas de Blumenau, antes do Estado Novo, agindo no sentido de afirmar fronteiras étnicas, representando os descendentes de alemães como membros de uma mesma comunidade racial e nacional, e representando Blumenau como uma “pátria estreita”, inscrevendo-a no espaço da antiga Colônia Blumenau. No final do trabalho, mostra-se como, no imediato pós-guerra, pessoas integrantes das classes favorecidas deixam de afirmar tais representações na esfera pública, afirmando uma identidade brasileira para a cidade. Ao longo do trabalho, o leitor vai poder perceber este caráter móvel das identidades, que são construídas socialmente, em meio a jogos de poder.

²⁸ HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*. Tradução: Andréa B. M. Jacinto e Simone M. Frangella. Campinas: Unicamp, 1998, p. 11.

²⁹ CHIAPPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella (Org.) *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 10.

Capítulo 1

TERRITÓRIO, ETNICIDADE E POLÍTICA

“Colonização interna”: o adensamento populacional no Vale do Itajaí

O processo de colonização estrangeira do Vale do Itajaí se deu conforme diferentes fases. Em 1850, iniciou a entrada dos imigrantes de língua alemã, em 1860, a entrada de imigrantes suíços, belgas e holandeses, em 1875, a entrada de imigrantes provenientes do território italiano e tirolês, e em 1890, a entrada de imigrantes russos, poloneses e húngaros. A partir de 1875, entraram diferentes etnias no Vale do Itajaí, como consequência de uma nova política imigratória do governo brasileiro, contrário à formação de colônias formadas por uma só etnia. Conforme Siegfried Endress, que desenvolveu uma tese de doutorado na área de Geografia sobre Blumenau, junto à Universidade de Tübingen, na Alemanha, a maioria destes imigrantes não se estabeleceu no interior dos antigos núcleos coloniais do Vale do Itajaí.¹ Enquanto a maioria dos colonos originários da Itália foram enviados para as regiões Oeste e Noroeste do antigo município de Blumenau, dando origem a novas regiões de colonização, a saber, Rodeio e Encruzilhada, respectivamente, a maioria dos imigrantes alemães que chegaram a Blumenau no mesmo período foi absorvida pelo antigo núcleo alemão de Blumenau ou completou as pequenas lacunas existentes nele. Um novo fluxo imigratório ocorreu entre a Proclamação da República (1889) e o início da Revolução Federalista (1893), com a vinda de imigrantes de língua polonesa, russa e húngara.²

Isto resultou que Blumenau se tornasse uma sociedade multicultural. O recenseamento de 1927 dá um detalhamento sobre a naturalidade, a cidadania e a língua materna dos habitantes dos diversos distritos que compunham o município, entre outros dados, evidenciando uma preocupação do governo municipal da época em ter um conhecimento minucioso sobre a constituição da população de Blumenau. Do total de 98.663 habitantes, 53% declararam como língua materna a alemã, 28%, a língua portuguesa, 16%, a língua italiana, 2%, as línguas polonesa e russa, e os restantes 1%, as línguas francesa, holandesa,

¹ ENDRESS, Siegfried. *Blumenau: Werden und Wesen einer deutschbrasilianischen Landschaft*. Öhringen: Verlag der Hohenlohe'schen Buchhandlung Ferdinand Rau, 1938, p. 52.

² Idem.

sueca e outras.³ Os distritos onde mais havia falantes de línguas estrangeiras eram Rodeio (95%), Benedito-Timbó (86%), Massaranduba (84%), Encruzilhada (80%), Hamônia (77%), Blumenau (76%), Indaial (68%) e Bela Aliança/Taió (60%). Os dois outros distritos, Ascurra e Gaspar, eram os que menos apresentavam falantes de línguas estrangeiras, 48 e 43%, respectivamente. A estatística ainda traz porcentagens relativas às línguas faladas em cada um dos 10 distritos que então compunham o município. Os distritos em que os falantes de língua italiana superavam os de outras línguas eram Encruzilhada, Rodeio e Ascurra. Em todos os demais distritos, os falantes de língua alemã superavam os falantes de outras línguas.⁴

No final dos anos 20, por conta de uma série de fatores, o período áureo da imigração européia no Vale do Itajaí já havia passado. Muito embora houvesse um novo impulso imigratório após a Primeira Guerra Mundial, a entrada de imigrantes não causou um impacto demográfico em Blumenau. A imigração européia não tinha mais o destaque que possuía nos primeiros três decênios da Colônia Blumenau. Conforme Paul Singer, a partir de 1883, Blumenau havia deixado de ser um centro essencialmente imigratório, passando a se desenvolver de forma mais autônoma. De acordo com este autor, o grande aumento vegetativo da população se deu principalmente devido ao excesso de nascimentos em relação aos óbitos.⁵

A estatística demográfica de 1927 atesta que 84% da população de Blumenau havia nascido no Brasil (83,6% em Santa Catarina).⁶ Havia em 1927, 15.962 pessoas oriundas do exterior em Blumenau, ou seja, 16% da população total (12% eram oriundos dos territórios alemão, austríaco e belga, 2,5% do território italiano e 1,5% da Polônia, Rússia, Suíça, Suécia e outros países).⁷ A grande maioria dos imigrantes deixou-se naturalizar, fato que ocorria sobretudo desde a proclamação da República, em 1889. Se 16% dos habitantes de Blumenau eram oriundos do exterior, somente 4% da população total declarou ainda manter a cidadania estrangeira, sendo que os demais 12% se tornaram cidadãos brasileiros.⁸ O distrito de Hamônia era o que, em comparação com os outros distritos, possuía o maior número de pessoas oriundas do exterior, cerca de 29%.⁹ Ao comparar com a tabela referente à cidadania,

³ Vide BLUMENAU. Prefeito (1923-1929: Hering). *Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Curt Hering*, p. 30.

⁴ *Ibidem*, p. 29.

⁵ SINGER, Paul. Blumenau. In: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968, p. 120.

⁶ *Idem*.

⁷ *Idem*.

⁸ *Idem*.

⁹ *Idem*.

depreende-se que 9% da população total daquele distrito permanecia com a cidadania estrangeira, em 1927.¹⁰ Os demais 20%, portanto, haviam se naturalizado.

A maioria dos trabalhos sobre a ocupação do Vale do Itajaí tem como tema a imigração européia, e têm como espaço temporal de análise a segunda metade do século XX e inícios do XX, assim como o período entre as duas grandes guerras mundiais. Entretanto, durante a Primeira República (1889-1930), atuavam na ocupação de terras no Vale do Itajaí sobretudo pessoas e empresas nacionais de colonização, ao lado de algumas empresas estrangeiras, cuja atuação foi muito significativa na ocupação dos espaços e no adensamento populacional nesta área. A maior parte das terras eram vendidas a pessoas da própria região de Blumenau ou de outras regiões do estado de Santa Catarina, conforme será visto adiante.

Um viajante alemão, Félix Moeschlin, ao percorrer, em 1936, o Sul do Brasil para averiguar as possibilidades de aquisição de terras, assim se referiu ao Vale do Itajaí em seu livro *Ich suche Land in Südbrasilien* (Eu procuro terra no Sul do Brasil): “Agora já é claro que nós chegamos muito tarde. Quem procura terra aqui, tropeça em todo o lugar numa companhia de colonização. O terreno tem que ser adquirido de segunda mão”.¹¹ Naquela época, as atividades de empresas de colonização se concentravam sobretudo no Alto Vale do Itajaí, na parte Oeste do município de Blumenau. Durante as primeiras décadas do século XX, diversas empresas e pessoas ali atuavam na venda de terras adquiridas do governo estadual através de concessões. Muitos deles eram originários da sede do município de Blumenau, alguns dos quais influentes pessoas na esfera pública.

Trata-se aqui de mostrar a atuação de algumas destas pessoas e empresas privadas na venda de terras para colonização no Vale do Itajaí, e de como algumas pessoas envolvidas direta ou indiretamente com estas atividades, como proprietários de terras ou diretores de empresas de colonização, tinham laços com círculos políticos do governo de Blumenau e do estado. Havia estreitas ligações entre muitas das pessoas que estavam envolvidas com estas atividades de venda e preparo de terras para ocupação no Vale do Itajaí, com o círculo de políticos do Partido Republicano Catarinense – PRC, sendo muitos inclusive membros do partido, exercendo cargos políticos.

¹⁰ Idem.

¹¹ MOESHLIN; Félix. *Ich suche Land in Südbrasilien: Erlebnisse und Ergebnisse einer Studienreise*. Horw-Luzern e Leipzig: Montana Verlag, 1936, p. 90. (Tradução livre da autora).

Em 1925, havia as seguintes pessoas e empresas colonizadoras, atuando na venda de terras destinadas à colonização, no município de Blumenau:¹²

TABELA 1

	Área concedida e legalizada (hectares)
Sociedade Colonizadora Hanseática	127.318
Bona & Cia. – Rio dos Cedros	51.000
Victor Gärtner (Pedro C. Feddersen)	50.000
Luiz Bertoli	35.000
Sindicato Agrícola de Blumenau	30.200
Breves Filho ¹³	24.500
Paul Zimmermann & Guilherme Jensen	23.800
Pedro Kneib	13.057
Gottlieb Reif	11.430
Willy Hering	9.751
Jacob Anderle	6.200
Sociedade Mineira Catharinense	4.700
Otto Wille (E. Odebrecht)	3.500
Sr. Dourado	2.833
A. Lenzi	1.127
Outros concessionários: Oswaldo Odebrecht, Paul Aldinger, Francisco Reuter, etc.	12.000 (aprox.)
TOTAL	406.416

FONTE: BLUMENAU. *Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1925, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Curt Hering.*

A empresa Victor Gärtner (que apesar deste nome, a maior parte do capital investido era do sogro, o comerciante Pedro Christiano Feddersen¹⁴), o Sindicato Agrícola de Blumenau

¹² BLUMENAU. Prefeito (1923-1929: Hering). *Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1925, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Curt Hering*, p. 21.

¹³ Segundo José Deeke, durante o governo de Felipe Schmidt, o Sr. Breves Filho tentou obter uma concessão para a construção de uma “cidade” no Planalto catarinense. Estas terras, num total de 4.000 hectares, foram recebidas somente em 1918, no governo de Hercílio Luz. No final dos anos 20, muitas terras nas fontes do rio das Cobras, Itoupava e Canoas, na região do Braço do Oeste do rio Itajaí, haviam sido vendidas, faltando ainda vender terras na região superior de Subida e na região superior do Ribeirão dos bugres. Sobre isto ver DEEKE, José. *Erste Anfänge der Kolonisation Santa Catharinas*, p. 41. AHJFS, Pasta 3.D.7 – Doc. 65.

¹⁴ Pedro Christiano Feddersen afirma, em carta, que a concessão das terras não poderia ter sido feita em seu nome, por conta de sua condição de “alemão nato”. Com o falecimento do genro, Victor Gärtner, a concessão foi passada para o nome da filha de Feddersen, Irma Gärtner, que por sua vez passou uma procuração para o pai, para que o mesmo continuasse as atividades de colonização.

Sobre isto ver Documento 20 da Pasta 3.F.15, AHJFS.

A empresa de Feddersen dispunha de 49.000 hectares. Em 1933 ainda havia cerca de 30.000 hectares disponíveis para colonização. *Carta do Consulado alemão de Florianópolis à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro.*

(dirigido por Alwin Schrader),¹⁵ Heinrich e Gottlieb Reif,¹⁶ Paulo Zimmermann e Guilherme Jensen vendiam terras nos Vales dos rios Taió, Braço do Oeste, Trombudo, Albertina, Pombas e Canoas, na região Oeste do município de Blumenau. Willy Hering vendia terras em Lontras, Gottlieb Reif, no ribeirão Lauterbach, Luiz Bertoli,¹⁷ no vale do Braço do Oeste, Oswald Odebrecht, na região de Taió.¹⁸ Na exploração destas áreas, não somente concessionárias de terras, mas também empresas construtoras de estradas se beneficiavam diretamente com a atividade colonizatória, como as empresas de Heinrich Reuter, Pedro C. Feddersen, Gottlieb Reif, Luís Bertoli, Willy Hering, o Sindicato Agrícola, entre outros.¹⁹ Durante a Primeira República, foram abertas muitas estradas nas bacias do Rio do Sul, Rio do Oeste e Rio do Norte, afluentes do Itajaí-Açu, no Alto Vale do Itajaí.²⁰

Como se depreende a partir da tabela anterior, diversas pessoas que tinham capital investido em terras em Blumenau tinham envolvimento com a política partidária, como Pedro Christiano Feddersen, Alwin Schrader, Paulo Zimmermann, Gottlieb Reif, José Bona, Henrique Reuter. O primeiro era um bem sucedido comerciante em Blumenau e influente político do PRC em níveis local e estadual. Alwin Schrader, comerciante, foi Superintendente de Blumenau de 1903 até 1915. Paulo Zimmermann foi também Superintendente Municipal, entre 1915 e 1923. Tanto Gottlieb Reif, quanto José Bona e Henrique Reuter, foram membros do Conselho da Superintendência Municipal por três vezes.²¹

Florianópolis, 20 jul. 1933. Assunto: Siedlungsmöglichkeiten im Tayogebiet. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 79048.

¹⁵ O Sindicato Agrícola foi fundado em 1907, sob iniciativa do *Volksverein*, com o objetivo de criar uma caixa econômica e de empréstimos. Desde o início dos anos 20, o Sindicato Agrícola de Blumenau investia na colonização da região de Trombudo, no Alto Vale do Itajaí.

Sobre isto ver biografia de G. Artur Koehler. AHJFS, Pasta 3.K.11. Doc-01.

¹⁶ Heinrich Reif era filho de Gottlieb Reif, que também se dedicava à colonização e à construção de estradas, e genro de Guilherme Jensen, também dedicado à colonização de terras. Ver sua biografia no índice onomástico do AHJFS.

¹⁷ Nascido em Timbó, após instalar-se na confluência do rio das Pombas, no rio do Oeste, dedicou-se à venda de terras nesta localidade e em Taió, em sociedade com os srs. Moratelli e Franzoi, além da construção de estradas nesta região. Ver sua biografia no arquivo onomástico do AHJFS.

¹⁸ WILLE, Otto. Die Kolonisation des Munizips Blumenau in den letzten dreissig Jahren. *Wille's Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens*, Blumenau, ano II, p. 116, 1935.

¹⁹ DEEKE, José Deeke. Ausbreitung der Privatkolonisation. In: *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung im Staate Santa Catharina*. Florianópolis: Livraria Central, 1929, p. 73 e 74.

²⁰ Em 1928, os 11 distritos de Blumenau possuíam o total de 3.604,7 km. de estradas, a saber, Blumenau, com 615,2 km, Gaspar, com 159 km, Indaial, com 272 km, Hamônia, com 676 km, Bela Aliança, com 690,5 km, Encruzilhada, com 190 km, Rodeio, com 109 km, Ascurra, com 79 km, Massaranduba, com 308 km, Benedito-Timbó, com 341 km e Taió, com 165 km. Sobre isto ver *Guia das estradas do município de Blumenau*, 1929. AHJFS.

²¹ Cf. Lista das Câmaras Municipais de Blumenau, ao final do livro de SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau*. Florianópolis: Edeme, 1972.

Os laços que uniam muitas famílias de destaque em Blumenau também se percebem nos nomes dos proprietários de terras para colonização. Heinrich Reif, genro de Guilherme Jensen, industrial do Vale do Rio do Testo – que também vendia terras - tinha terras em sociedade com Paulo Zimmermann. Laços familiares uniam também Alwin Schrader e Gustav Artur Koehler, presidente-fundador e gerente do Sindicato Agrícola de Blumenau, respectivamente. Koehler era casado com filha de Alwin Schrader.

O Sindicato Agrícola de Blumenau foi um dos que adquiriu terras devolutas na região de Trombudo, durante a segunda gestão do governador Hercílio Luz (1922-1925), através dos recursos da Caixa Agrícola de Blumenau. Segundo Gustav Artur Koehler, nos anos 30, o então secretário de finanças do governo de Hercílio Luz e seu amigo pessoal, Victor Konder, também “apoiou muito este projeto”.²² Muito embora Koehler não tenha ocupado cargo político, não participando, portanto do Estado, tinha muita influência na esfera pública literária de Blumenau, seja como proprietário do jornal *Urwaldsbote*, seja através de diversas entidades associativas das quais participava e também era muito ligado aos irmãos Konder, do PRC. Estes laços políticos favoreciam os empreendimentos de correligionários, como era o caso de Koehler. O Sindicato Agrícola se aproveitou da política de estradas do governo estadual, propondo a construção de uma via de acesso entre Trombudo Central e Lages, no Planalto catarinense (95km), recebendo em troca concessões de terras.²³ O trecho deveria encurtar em 71 quilômetros a distância entre estas duas localidades.

²² KOEHLER, G. Artur. *Wie können wir unseren deutschstämmigen Kolonisten hier in Südbasilien in seinem gegenwärtigen schweren Daseinskampfe stützen?* Blumenau, 25 mar. 1935, p. 06. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 60030. (Tradução livre da autora).

²³ Sobre isto ver: Die neue Hochlandstrasse Trombudo Central-Lages. Ein Beitrag zum Kapitel Kolonisation und Wegebau. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, fev. 1922, Coluna Kolonie, Haus und Hof.

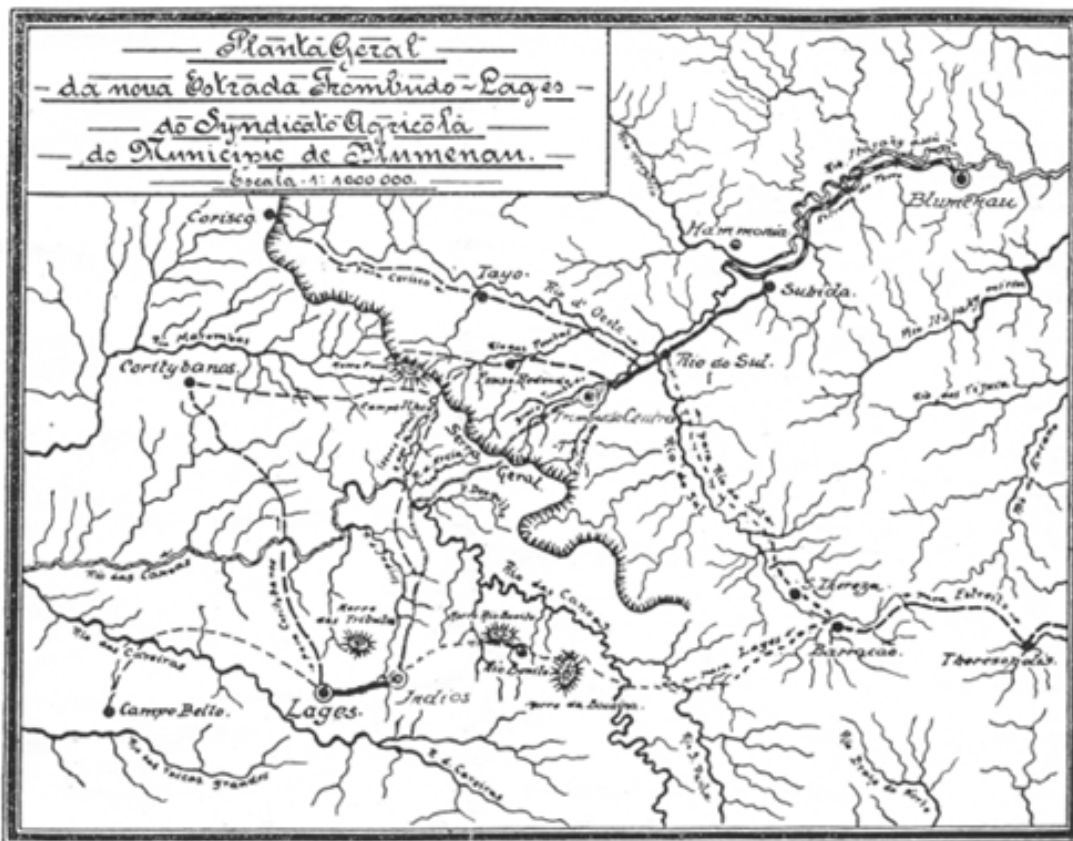


Fig.1 - Mapa com o traçado da estrada entre Trombudo Central e Lages, construída pelo Sindicato agrícola de Blumenau, nos anos 20.

Fonte: Jornal Urwaldsbote, fev. de 1922.

Pessoas que dominavam a esfera pública faziam uso dela para fins privados em Blumenau. É o que se percebe na distribuição de terras devolutas. Grande parte das companhias de colonização existentes no município de Blumenau, nos anos 20 e 30, surgiram por conta de concessões do governo estadual para a construção de estradas, através dos quais recebiam, em contrapartida, terras devolutas para colonização.²⁴ Durante as gestões do governador Hercílio Luz (1918-1922 e 1922-25), grandes porções de terras devolutas do

²⁴ Foi o caso também de Heinrich Reuter, que assinou com o governo do Estado um contrato para construção de uma estrada ligando uma localidade acima de Bela Aliança (atual município de Rio do Sul) com o Planalto, tendo recebido terras em troca. O mesmo morreu durante a construção da estrada, rescindindo então o governo do estado as suas obrigações. Também foi o caso de Bona & Cia., que ganhou uma concessão para construção de estradas em Rio dos Cedros e Benedito Novo, dedicando-se também à colonização de terras concedidas pelo governo estadual. Esta localidade recebeu, anos mais tarde, a significativa denominação "Victor Konder", muito embora os núcleos de colonização fossem distantes um do outro. Outros casos de concessões de terras em troca de construção de estradas, foram os de Luís Bertoli, já citado em nota anterior, o de Pedro Christiano Feddersen, que construiu uma estrada na região de Braço do Sul, colonizando também terras na região, e o do Sindicato Agrícola de Blumenau, mencionado anteriormente. Sobre a colonização das terras de Blumenau e do estado, ver DEEKE, José. *Erste Anfänge der Kolonisation Santa Catharinas*. AHJFS, Pasta 3.D.7 – Doc. 65.

Estado foram distribuídas entre os seus correligionários. Esta era a política adotada pelo governador como forma de se melhorar a rede de estradas em Santa Catarina. Conforme José Deeke, estas medidas foram tomadas também, pois se esperava uma grande corrente imigratória da Europa, por conta do final da Primeira Guerra Mundial.²⁵ Conforme histórico da colonização do Vale do Itajaí, elaborado por Otto Wille, o ano de 1918, quando Hercílio Luz assumiu o governo do Estado, “representou o início de um novo capítulo na colonização do município de Blumenau”.²⁶ Com o objetivo de incentivar a construção de estradas em Blumenau, foram fechados contratos para a construção de estradas com diversos empreendedores, que, em troca, receberam terras devolutas do Estado, ao longo das estradas a serem construídas.

No relatório de governo do Superintendente municipal de Blumenau, Paulo Zimmermann, de 1919, ao se referir à ocupação de terras no interior do município, registrava-se que “a concorrência para aquisição de lotes nessas terras está, por isto, bastante animada”, referindo-se aos “filhos dos nossos experimentados colonos, lavradores e criadores de grande prática”, que ali procuravam e compravam lotes.²⁷ Animado também estava o Superintendente que, em conjunto com Guilherme Jensen, como visto, também vendia terras no interior do município. Ao comentar o resultado do recenseamento de 1920, que acusou um acréscimo de 8.206 habitantes em Blumenau, em relação a dois anos anteriores, ou seja, 13,6 por cento, Paulo Zimmermann remetia este resultado aos investimentos do governo do estado na colonização e na construção de estradas e pontes no interior do município.²⁸ As empresas e pessoas envolvidas com a venda de terras, vendiam-nas também para imigrantes oriundos da Europa, mas a grande maioria delas eram vendidas para lavradores oriundos mesmo do grande município de Blumenau ou do Sul do Estado de Santa Catarina.²⁹

²⁵ DEEKE, José. Ausbreitung der Privatkolonisation. In: *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung im Staate Santa Catharina*. Florianópolis: Livraria Central, 1929, p. 73.

²⁶ WILLE, op. cit., p. 116. (Tradução livre da autora).

²⁷ BLUMENAU. Prefeito (Zimmermann). *Relatório da gestão nos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1919, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Paulo Zimmermann*, p. 05.

²⁸ BLUMENAU. Prefeito (Zimmermann). *Relatório da gestão nos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1920, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Paulo Zimmermann*, p. 01.

²⁹ Foram encontradas poucas estatísticas sobre a origem dos compradores das terras das empresas colonizadoras nacionais existentes. Uma delas, constante do relatório do governo municipal de 1925, por exemplo, atesta que o Sindicato Agrícola vendeu naquele ano 85 lotes a imigrantes e 431 a brasileiros. A empresa de Victor Gärtner vendeu lotes, naquele ano, a 12 imigrantes e a 293 a brasileiros.

BLUMENAU. Prefeito (1923-1929: Hering). *Relatório da gestão nos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1925, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Curt Hering*, p. 23.

Quanto à origem dos cidadãos brasileiros que compraram terras no Alto Vale do Itajaí, algumas pistas nos dão o recenseamento de 1927. Conforme o mesmo, grande maioria dos brasileiros que moravam nos distritos de Hamônia e Bela Aliança/Taió eram oriundos do próprio estado de Santa Catarina.

Conforme Gerd Kohlepp, a existência de grandes áreas de floresta foi decisiva para um movimento migratório dos antigos núcleos coloniais de Blumenau para o Alto Vale do Itajaí.³⁰ A grande quantidade de madeira de lei existente era um dos principais motives utilizados nos anúncios de vendas dos lotes.³¹

Na colonização das terras devolutas do Vale do Itajaí, havia não somente interesses financeiros imediatos, mas também objetivos políticos de médio prazo. Conforme relato do cônsul alemão de Florianópolis, o objetivo era colonizar a região entre o Vale do Itajaí e o Planalto, o mais rápido possível, para com isto fortalecer o poder econômico e político do PRC no Estado.³² O Vale do Itajaí tinha grande peso na decisão das eleições em nível estadual durante a Primeira República. O objetivo das lideranças do PRC era então incentivar a ocupação dos espaços e o adensamento populacional nesta área, como uma tentativa de ali fortalecer suas bases, além de alargar esta base de apoio em direção ao Planalto catarinense. O Estado, portanto, aliado a grupos privados, realizava investimentos no adensamento populacional do Vale do Itajaí, vendo nisto também um mecanismo que poderia contribuir no sentido fortalecer econômica e politicamente grupos que dominavam a esfera pública política em Santa Catarina, filiados ao PRC.

Uma união de interesses de empresas privadas e do Estado também ocorreu com a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina, no Vale do Itajaí. Antes disto, cabem algumas considerações sobre a aquisição de terras no Alto Vale do Itajaí pela Sociedade Colonizadora Hanseática, de Hamburgo, que em sociedade com outras empresas, construiu a ferrovia. A maioria das terras destinadas à colonização, no Alto Vale do Itajaí eram administradas por esta Sociedade, localizadas nas margens do rio Hercílio – nome dado em homenagem ao governador do estado, Hercílio Luz, em cujo mandato se firmou contrato com aquela empresa

BLUMENAU. Prefeito (1923-1929: Hering). *Relatório da gestão nos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Curt Hering*, p. 29 (Tabela sobre ‘Naturalidade’).

³⁰ KOHLEPP, Gerd. *Industriegeographie des nordöstlichen Santa Catarinas (Südbrasilien)*. Ein Beitrag zur Geographie eines deutschbrasilianischen Siedlungsgebietes. Heidelberg, 1968. Tese de Doutorado – Universidade de Heidelberg, p. 103.

³¹ Num dos anúncios de venda de terras de Luiz Bertoli, em Taió, se destacava: “Colono, se tu procuras terra, viaje para Taió. Ali tu vais encontrar terra boa e fértil com a existência faustosa de madeira de lei”. Tayó, die grosse Zukunftsgegend erschliesst immer mehr Neuland. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 24 jan. 1936. (Tradução livre da autora).

³² *Carta do consulado da Alemanha em Florianópolis à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro*. Florianópolis, 10 out. 1934, p. 03. Assunto: O desmembramento do município de Blumenau e as suas conseqüências políticas, econômicas e culturais. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 60029.

(1894-1898).³³ Desde 1900, a sociedade colonizadora introduzia imigrantes em suas terras e logo iniciou a articulação para a construção de uma estrada de ferro para ligar estas terras ao litoral do estado e assim facilitar a colonização de suas terras. A articulação entre a Sociedade Hanseática de Colonização, o Norddeutscher Lloyd, políticos e capitalistas catarinenses interessados na colonização, fez com que se viabilizasse o planejamento de uma ferrovia, ligando as terras da Sociedade Colonizadora ao porto de Itajaí.³⁴

Em 1903, Pedro Christiano Feddersen, comerciante oriundo de Blumenau e membro do PRC, esteve em Hamburgo, na Alemanha, para discutir com a diretoria do Norddeutscher Lloyd e da Companhia Hanseática de Colonização a possibilidade de construção de uma estrada de ferro entre Itajaí e a Argentina, passando pelo Alto Vale do Itajaí, interessado nas vantagens financeiras que isto traria para sua casa comercial. Em 1904, o mesmo chegou a investir o capital de 2.000 marcos na Sociedade Colonizadora Hanseática.³⁵ Mais tarde, adquiriu terras devolutas em Bela Aliança (então distrito de Blumenau), criando uma empresa para a venda das terras. Estes fatos mostram toda uma ligação entre interesses privados e o Estado, na viabilização da ferrovia e na ocupação das terras do Alto Vale do Itajaí.

Com a formação de uma associação de bancos alemães e companhias de navegação, viabilizou-se, em 1906, a criação de uma companhia para realizar estudos para a construção da ferrovia.³⁶ Em 1909, foi inaugurado o primeiro trecho da linha férrea, entre o distrito e Hamônia, no Alto Vale, e o *Stadtplatz* (sede administrativa) de Blumenau, num total de 75 km de extensão. Uma companhia de navegação fluvial, em conexão com a estrada de ferro, ficou responsável pela ligação entre Blumenau e o porto de Itajaí, no litoral.

³³ Esta empresa, com sede em Hamburg, em 1895, após ter fechado contrato com o governo do estado de Santa Catarina, adquiriu terras devolutas do Estado, dando origem ao distrito de Hamônia, pertencente a Blumenau, e à Colônia Hansa, atual São Bento do Sul. Sobre isto ver RICHTER, Klaus. *A sociedade colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*. 2ª. ed. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992.

³⁴ Muitas localidades e ribeirões no Alto Vale do Itajaí lembravam ou ainda lembram diretores do Norddeutscher Lloyd e da Sociedade Colonizadora Hanseática, como os ribeirões Wiegand (Diretor Geral do Norddeutscher Lloyd), Laeisz, Plate, Deneke, Dollmann (fundadores da Sociedade Colonizadora Hanseática), Sellin (primeiro diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, que contribuiu para a aquisição da concessão das terras), etc. Cf. ALDINGER, Paul. *Das Itajahy-Tal: deutsche Siedlung im brasilianischen Urwald Blumenau und Hansa*. Hamburg, o. D. [um 1910], p. 10.

³⁵ *Carta da Sociedade Colonizadora Hanseática a Pedro Christian Feddersen*. Hamburg, 12 mar. 1926. AHJFS, Pasta 3.F.15. Doc-16.

³⁶ MOLTSMANN, B. H. *Deutsche Siedlung in Süd-Brasilien: ein erfolgreiches Jahrhundert deutscher überseeischer Siedlungsarbeit*. Hamburg, Verlag Friedrich Andreas Perthes, 1918, p. 38. O autor sugere que a inexistência de uma estrada de ferro ligando a colônia de Blumenau à colônia de Joinville, em virtude das dificuldades topográficas, teria contribuído para que permanecessem totalmente separadas uma da outra. Vide página 39.

A Estrada de Ferro Santa Catarina – EFSC teve papel significativo no escoamento de produtos. Através da ferrovia, os produtos da agricultura, pecuária e indústria produzidos no Vale podiam escoar com maior rapidez, beneficiando a esfera da produção e do comércio. A ferrovia também facilitou a venda de lotes das companhias de colonização ao longo da mesma. Conforme o Pastor Paul Aldinger, que atuou em Hamônia, a construção da ferrovia fez com que alguns antigos imigrantes do *Stadtplatz* de Blumenau se animassem a comprar terras em Hamônia, para si próprios ou para seus filhos.³⁷

Funcionários da estrada de ferro informavam detalhadamente a diretoria da Sociedade Colonizadora Hanseática, sediada em Berlim, não somente sobre as possibilidades de colonização das terras ao longo da ferrovia e em torno de Hamônia, como davam informações importantes para que a diretoria na Alemanha pudesse melhor administrar seus interesses no ramo da colonização em Santa Catarina. Em 1913, em carta à administração da EFSC, em Berlim, um funcionário pedia que se instrísse os interessados em emigrar para Santa Catarina a não se dirigirem a qualquer órgão público brasileiro, pois estes desaconselhavam o Vale do Itajaí como possibilidade de colonização e, em seu lugar, recomendavam as colônias do governo, localizadas no Sul do estado, como as de Esteves Júnior e Anitápolis.³⁸ Estas instruções eram dadas com o intuito de canalizar imigrantes para as terras da Sociedade Colonizadora Hanseática e, com isto, também a entrada de dividendos para a Estrada de Ferro. Estas duas entidades procuravam, portanto, ajudar-se mutuamente e beneficiar-se das atividades de colonização.

A Sociedade Colonizadora Hanseática introduziu imigrantes em suas terras - localizadas não somente no Braço do Norte do Itajaí, mas também no Itajaí Mirim, Garopaba, São Bento, Itapocu, Lages e Curitibanos³⁹ - entre 1897 e 1912, deixando de fazê-lo entre 1913 e 1919, por conta da Primeira Guerra Mundial – sem que isto tenha interrompido a venda de lotes a outras pessoas, de cidadania brasileira – retomando a inserção de estrangeiros em 1920. O auge deste período foi o ano de 1924, em que foram introduzidos 806 imigrantes, mas que decresceu até 1928. Em 1929, não foi vendido lote a nenhum imigrante, voltando a sociedade a receber imigrantes em 1930 e 1932.⁴⁰

³⁷ ALDINGER, Paul. Die Kolonie Hansa im brasilianischen Staate Santa Catharina. *Gut Deutsch und Evangelisch Allewege*, Caderno 22, sem indicação de data, p. 15.

³⁸ *Carta do Sr. Bloch, funcionário da Estrada de Ferro Santa Catharina*. Itajahy, 17 out. 1913. Arquivo Nacional de Berlim, Pasta R/901 – 80198.

³⁹ *Ibidem*, p. 22.

⁴⁰ Com base na tabela elaborada por RICHTER, op. Cit., p. 89. Destaca-se que os números relativos ao ano de 1930, contudo, não coincidem com os números apresentados num documentos escrito pelo diretor da Sociedade

A partir de 1930, instituições do governo alemão passaram a incentivar e a direcionar a emigração de desempregados para “colônias” na América Latina, sobretudo para o Brasil. Um dos exemplos disto foi a ajuda de 5 milhões de marcos para o assentamento de refugiados teuto-russos nas terras da Sociedade Colonizadora Hanseática, em Hamônia, no Alto Vale do Itajaí, em 1930.⁴¹ Em 1931, a empresa ainda dispunha de 40.000 hectares de terras disponíveis para colonização, no vale do rio Dollmann, no Alto rio Dona Emma, no ribeirão da Onça, no ribeirão da Paca e no Alto rio dos Índios. Nestas terras, havia grande quantidade de madeira de mata nativa, fato que era acentuado em carta do diretor da sociedade ao Departamento de Aconselhamento a Emigrantes do DAI.⁴²

Segundo Klaus Richter, entre 1897 e 1932, a Sociedade Colonizadora Hanseática introduziu 6.931 imigrantes em suas terras,⁴³ número muito aquém do esperado pela companhia de colonização, levando Klaus Richter, em seu estudo sobre a sociedade, a falar em fracasso de seu projeto colonizador em Santa Catarina.⁴⁴

Os números relativos à entrada de estrangeiros em Blumenau, constantes em diversas fontes, são desconhecidos. Conforme Carl Wahle, do início da Primeira Guerra Mundial até 1932 (inclusive) cerca de 7.200 estrangeiros entraram no grande município de Blumenau, sendo 71% alemães e 23% teuto-russos.⁴⁵ A estatística realizada em 1927, registra que entre 1915 até 1927, entraram 3.194 estrangeiros em Blumenau. Considerando que entre 1927 e 1932, datas limite das duas estatísticas, não houve um movimento migratório significativo

Colonizadora Hanseática. Se Richter assinala o número de 947 imigrantes introduzidos em 1930, numa carta de Bruno Meckien, de 1931, este afirma ter entrado nas terras da sociedade, no ano anterior, 1.640 refugiados menonitas da região do Volga, na Rússia, que falavam a língua alemã, que se estabeleceram nas margens dos ribeirões Alto Krauel e Dollmann, mais 33 cidadãos alemães e 8 poloneses. Cf. *Carta de Bruno Meckien, diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática ao pastor Grisebach, diretor do Departamento de Aconselhamento a Emigrantes do DAI – Stuttgart*. Hamônia, 12 mai. 1931, p. 01. Arquivo Nacional de Koblenz, R 57/Neu 1193 – 19.

Sobre a entrada dos menonitas em Dona Emma, ver livro de DIRKSEN, Valberto. *Dona Emma: história do município*. Florianópolis: 1996, p. 57-60. ‘Os menonitas são uma vertente do movimento anabatista, conhecido na Holanda como ‘batizados por intenção’. Como característica de seu credo, admitem que a Eucaristia é apenas um símbolo e não uma presença real de Cristo, que o ‘batismo’ é só para adultos, que na difusão da religião não se pode usar a força e que não se deve matar ninguém, inclusive na guerra. Este preceito os proíbe de participar de ações bélicas e foi este o principal motivo de serem perseguidos em vários países’. Cf. DIRKSEN, op. cit., p. 118. Sobre a entrada dos menonitas em Dona Emma, ver páginas 57 a 60.

⁴¹ RINKE, Stefan. *“Der letzte freie Kontinent”*: deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1933. Stuttgart, Akademischer Verlag Hans-Dieter Heinz, 1996, p. 301.

⁴² *Carta de Bruno Meckien, diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática ao pastor Grisebach, diretor do Departamento de Aconselhamento a Emigrantes do DAI – Stuttgart*. Hamônia, 12. mai.1931. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/Neu 1193 – 19.

⁴³ Cálculo baseado na tabela elaborada por RICHTER, op. cit., p. 89.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 47.

⁴⁵ WAHLE, op. cit., p. 136.

para Blumenau, conclui-se que os dados de ambas são muito díspares. Esta última estatística registrava ainda como número total de estrangeiros estabelecidos em Blumenau, entre 1850 e 1927, 15.962 pessoas.⁴⁶

Não se pode ter certeza da veracidade destes números, pois conforme informações sobre Blumenau publicadas num almanaque de circulação entre as populações de língua alemã no Brasil, em 1926, não havia um controle dos órgãos oficiais do governo do estado ou mesmo do município de Blumenau, com relação às entradas de estrangeiros.⁴⁷ Neste artigo, apenas se afirma que a eles eram garantidas passagens grátis de trem do centro de Blumenau até o Alto Vale do Itajaí. Somente após a grande leva de imigrantes, em 1924, o governo estadual e a administração municipal construíram um estabelecimento para receber os imigrantes que iam chegando, antes deles se dirigirem aos seus lotes.⁴⁸ Contudo, o artigo publicado em 1926 não recomendava uma imigração em grande escala para o território de Blumenau.⁴⁹

Os espaços do Alto Vale do Itajaí eram ocupados, nos primeiros decênios do século XX, sobretudo por pessoas oriundas da própria região de Blumenau. Conforme Siegfried Endress, entre a virada do século XIX para o XX, até a época em que escreveu sua tese, em meados dos anos 30, “em medida crescente, participam na ocupação da parte Oeste [de Blumenau] os descendentes dos colonos da parte Leste”, que ali haviam se estabelecido em período anterior, o que o fez citar a expressão “colonização interna”, utilizada certa feita por Gustav Artur Koehler, ao se referir ao processo de ocupação do território de Blumenau.⁵⁰ Noutras fontes, além deste termo, aparece muito o termo “desbravar”, quando se referem às terras que iam sendo ocupadas no Oeste do município de Blumenau. Um anúncio de venda de terras de uma empresa colonizadora, publicado em 1936 num jornal de Blumenau, tem o seguinte título: “Tayó, a grande área do futuro, desbrava sempre mais novas terras”.⁵¹

Gustav Artur Koehler, num artigo publicado em 1929 no jornal *Urwaldsbote*, citado no livro de Siegfried Endress, representa o investimento na ocupação demográfica, sobretudo da parte Oeste do município, nas três primeiras décadas do século XX, em direção ao seu interior, como resultado do “pioneirismo” dos descendentes dos imigrantes que ocuparam os

⁴⁶ BLUMENAU. Prefeito (1923-1929: Hering). *Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Curt Hering*, p. 30.

⁴⁷ Das Munizip Blumenau. *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, São Leopoldo, p. 297-301, 1926.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ ENDRESS, op. cit., p. 60.

⁵¹ *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 24 jan. 1936.

primeiros núcleos de ocupação de Blumenau.⁵² Esta forma de interpretar a ocupação dos espaços era própria do discurso étnico teuto-brasileiro que, segundo Giralda Seyferth, destacava a figura heróica do “colono pioneiro, que transformou a selva brasileira em civilização, apesar de todas as dificuldades e da omissão do Estado.”⁵³

Também migrantes de outros municípios do estado ocupavam terras em Blumenau. Conforme José Deeke, para o vale do rio Braço do Sul (Südarm), no Alto Vale do Itajaí, por exemplo, vieram morar também pessoas da segunda e terceira geração de imigrantes de língua alemã que haviam se estabelecido inicialmente em Capivary, Braço do Norte, Teresópolis e Anitápolis, no Sul de Santa Catarina.⁵⁴

Num texto intitulado *Das Kolonisationsproblem von heute* (O problema atual da colonização), publicado no livro comemorativo ao centenário da imigração alemã, em 1929, José Deeke, diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, entre 1909 e 1929, lamentava que entre muitas personalidades do estado, dominava a opinião de que Santa Catarina não precisava mais de imigrantes,⁵⁵ Para ele, o governo deveria incentivar a imigração para que se povoassem as terras “ainda não aproveitadas”, que ele estimava em dois milhões de hectares. Deeke se preocupava com o fator “tempo”, na ocupação das terras em Santa Catarina: “certamente a terra ainda não aproveitada vai ser colonizada mesmo sem imigração, mas isto vai durar muito, muito tempo”.⁵⁶ Após indicar diversas regiões onde havia terras disponíveis, quais sejam, as terras da Sociedade Colonizadora Hanseática, no alto do rio Hercílio, no distrito de Timbó (pertencente ao município de Blumenau), na margem direita do rio Uruguai, e em “trechos não povoados” de Curitiba, Campos Novos, Lages, São Joaquim e no Sul do estado, escreveu: “Em Santa Catarina ainda há espaço para abrigar 40.000 famílias de imigrantes, totalizando 200.000 pessoas.”⁵⁷

Ele se referia não a terras devolutas, que, afirmava, não havia mais muitas, mas a grandes extensões de “terras improdutivas” em mãos de grandes proprietários. Para o autor,

⁵² ENDRESS, op. cit., p. 60.

⁵³ Cf. SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado brasileiro, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 107, out. 1994.

⁵⁴ DEEKE, José. Die Kolonisation im 20. Jahrhundert. In: *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung im Staate Santa Catharina*. Florianópolis: Livraria Central, 1929, p. 74.

⁵⁵ DEEKE, José. Das Kolonisationsproblem von heute. In: *Gedenkbuch...* p. 100.

Neste artigo Deeke sugere que o governo estadual facilitasse a imigração alemã através de subsídios, considerando o fato de que a Alemanha, naquela época, não estava em condições de incentivar a emigração, por conta da crise econômica pela qual passava. Acreditando ainda na possibilidade de se trazer imigrantes para o estado, em seu artigo dava dicas para os possíveis interessados em emigrar para Santa Catarina, advertindo-os quanto aos ramos da economia em que teriam maior chance de se adequar, cuidados a tomar, etc.

⁵⁶ Idem. (Tradução livre da autora).

⁵⁷ Idem. (Tradução livre de Annemarie Fouquet Schünke)

portanto, a ocupação demográfica dos espaços era fundamental para o desenvolvimento econômico. Sua preocupação com os espaços do estado considerados por ele como “vazios”, aparece noutro texto seu, publicado em 1930: “Nós temos ainda cerca de dois milhões de hectares de matas e se não se ajudar a povoá-las com a imigração, então certamente ainda demorará muito tempo até que a superfície de nosso estado esteja ao menos fracamente povoada.”⁵⁸ Para atingir este objetivo, Deeke lançava mão da aritmética. Se a densidade demográfica média do estado, afirma ele, atingia a taxa de 9,51 habitantes por quilômetro quadrado, conclui que ainda se poderiam receber muitos imigrantes até se atingir 35 hab/km², índice ideal para ele.⁵⁹ Para Deeke, “toda Santa Catarina ainda é uma grande colônia”,⁶⁰ em que pese muitas opiniões contrárias ao incentivo à colonização estrangeira, que viam a possibilidade de se povoar o estado com os cidadãos brasileiros, incluindo aí os descendentes dos antigos imigrantes.

A concepção de José Deeke não foge muito do princípio colonizador que vigorou no século XIX em Santa Catarina: povoar para ocupar os espaços. Mas a maior tônica de seu discurso não era o desbravamento de grandes áreas de terras consideradas “virgens”, mas sobretudo ocupar as terras “improdutivas” que haviam sobrado entre uma área povoada e outra. Ao defender tal projeto, Deeke dava preferência aos imigrantes de língua alemã como possíveis ocupantes daqueles espaços. Já em seu livro sobre história de Blumenau, publicado em 1917, José Deeke concebia a imigração alemã como elemento essencial para o povoamento do Brasil.⁶¹ Em 1929, em virtude dos temores de alguns círculos no estado quanto ao “perigo alemão”, idéia difundida durante a Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil se posicionou contra a Alemanha, Deeke fazia a ressalva de que o incentivo à imigração alemã não deveria ser motivo para se temer uma “germanização do estado”. Deeke avaliava que dos 951.000 habitantes do estado de Santa Catarina, 160.000 falavam a língua alemã, ou seja, em torno de um sexto do total, com o objetivo de justificar, novamente com números, a impropriedade de se falar num “perigo alemão”.⁶²

O princípio defendido por Deeke, o de ocupar as terras com imigrantes alemães, acompanhou a política colonizatória da Sociedade Colonizadora Hanseática durante o seu

⁵⁸ DEEKE, José. Hundert Jahre Deutschtum in Santa Catharina, *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, São Leopoldo, p. 47, 1930. (Tradução livre da autora).

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem (Tradução livre da autora).

⁶¹ Conforme FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí*. Florianópolis, 1998 (Mestrado em História) – UFSC, p. 65.

⁶² DEEKE, J. Hundert Jahre..., p. 47 (Tradução livre da autora).

período de atuação. Em 1920, José Deeke recomendava a imigrantes alemães principalmente terras da Sociedade Hanseática em Hamônia, no Alto Vale do Itajaí, dando como razões o fato de ali haver uma rede de estradas melhor do que as outras terras da companhia, localizadas em Hansa, onde colonizavam as terras sobretudo pessoas naturais da região, frisava, e o fato de que em Hamônia a maioria dos habitantes falava a língua alemã, seguidos dos que falavam a língua portuguesa e italiana.⁶³ A possibilidade de se manter o uso da língua alemã era, portanto, um dos argumentos usados no oferecimento das terras da companhia localizadas no Alto Vale do Itajaí.

Também Bruno Meckien, o novo diretor da Sociedade Hanseática de Colonização, a partir de 1930, dava preferência para um determinado tipo de imigrante, o de língua alemã. Numa carta ao Chefe do Departamento de Aconselhamento para Emigrantes do DAI, em 1931, Meckien oferecia terras da Sociedade Hanseática para colonização, acentuando diversas vezes o fato delas proporcionarem condições “muito favoráveis para a manutenção de uma colônia alemã fechada”.⁶⁴ Conforme o autor:

Cerca de 2.000 famílias alemãs e descendente de alemães já foram assentadas na nossa área de colonização em Hamônia, então uma colônia na área em questão oferece condições favoráveis muito especiais para uma colônia fechada alemã, o que não existe em colônias que estão situadas longe de centros culturais deste tipo, como é o caso das áreas de colonização do Alto Uruguai.⁶⁵

Esta política de ocupação do território executada pela Sociedade Colonizadora Hanseática, entre final do século XIX e meados da década de 30, que dava preferência a pessoas que falavam o alemão, resultou numa ocupação das terras determinada pela segregação étnica. Hugo Grothe, que em 1936 visitou o Vale do Itajaí como representante do DAI – *Deutsches Ausland-Institut* (Instituto Alemão para o Exterior),⁶⁶ em divulgação a um programa em prol da leitura de literatura alemã, assim escreveu:

⁶³ DEEKE, José. *Die hanseatischen Kolonien im Staate Santa Catharina – Brasilien: zur Auskunsterteilung an Auswanderungslustige*. Veröffentlichung der Hanseatischen Kolonisations Gesellschaft 1920. AHJFS, Pasta 3.D. 7.3. Doc – 07.

⁶⁴ *Carta de Bruno Meckien, diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, ao pastor Grisebach, diretor do Departamento de Aconselhamento a Emigrantes do DAI – Stuttgart*. Hamônia, 12 mai. 1931, p. 05. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/Neu 1193 – 19.

⁶⁵ Idem. (Tradução livre da autora).

⁶⁶ O DAI, fundado em 1917 em Stuttgart, tinha como principal tarefa colecionar, arquivar e divulgar material sobre os alemães e seus descendentes no exterior. Além disto, organizava palestras, editava publicações, como a revista *Der Auslanddeutsche*, e aconselhava os interessados em emigrar. Recebia ajuda financeira do Ministério do Interior, do Ministério das Relações Exteriores e do governo do Estado de Württemberg. Cf. RINKE, op. cit., p. 330. O DAI surgiu durante a Primeira Guerra Mundial, quando soldados alemães lutaram no Leste e Sudeste

Os descendentes de italianos estão estabelecidos principalmente no Vale do Alto rio Hercílio e nos seus vales laterais, enquanto que os descendentes de alemães, ao todo, cerca de 10.000 pessoas, têm as suas zonas de colonização fechada no Leste e no Oeste, ao longo do curso inferior do rio Hercílio, ao longo dos rios Selim, Wiegand e Dona Emma.⁶⁷

Em 1938, Bruno Meckien destacava, em carta ao cônsul alemão em Florianópolis, que entre os habitantes de cidadania brasileira, em Hamônia, a maioria, 75%, eram descendentes de alemães.⁶⁸ Em 1936, havia um total de 15.440 habitantes, dos quais 13.045 tinham a cidadania brasileira, 1.479 a alemã e 916 outras (menonitas sem cidadania, suíços, poloneses, etc).⁶⁹

A valorização de um modelo de colonização baseado na segregação étnica também perpassa a narrativa de um livro do alemão Siegfried Endress, resultado de sua tese de doutoramento na área de Geografia, publicada sob o título *Blumenau: Werden und Wesen einer deutschbrasilianischen Landschaft* (Blumenau: desenvolvimento e características de uma paisagem teuto-brasileira). A tese foi publicada em Stuttgart, na Alemanha, em 1938, pelo DAI, com apoio de amigos do autor, integrantes da classe industrial de Blumenau.⁷⁰ Num trecho do livro, valoriza a segregação étnica na ocupação dos espaços no Vale do Itajaí, ao tratar da entrada de imigrantes italianos em Blumenau a partir de 1875:

É certamente um mérito do Dr. Blumenau, diretor da colônia, ter evitado um caldeamento entre povos e raças distintos. Enquanto surgiram duas novas áreas de colonização através de grupos de colonos italianos, os imigrantes alemães se incluíram ao núcleo alemão ou preencheram pequenas lacunas ainda ali existentes.⁷¹

européu e assim se redescobriu a presença de alemães e descendentes no exterior. Cf. Das deutsche Ausland-Institut in Stuttgart. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 24 ag. 1937. p. 01.

⁶⁷ GROTHE, Hugo. *Im Kamp und Urwald Südbrasilens: ein Skizzenbuch zur Siedlungs- und Deutschtumskunde*. Halle (Saale) e Berlin: Buchhandlung des Waisenhauses, 1936, p. 188. (Tradução livre da autora).

⁶⁸ *Carta de Bruno Meckien, diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, ao Cônsul alemão em Florianópolis, Steimer*. Hamônia, 22 dez. 1938. p. 01 a 03. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104942.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Foi no início de seus estudos na Escola Técnica Superior de Stuttgart, no início dos anos 30, que o autor conheceu Victor Hering. Endress permaneceu em Blumenau de junho de 1932 a maio de 1934, hospedado na residência de Max Hering, de onde realizava suas viagens pelo interior do município, coletando dados para o seu trabalho histórico-geográfico. Em sua visita, recebeu apoio para seus estudos de diversas pessoas da classe economicamente dominante de Blumenau, que o encaminharam a pessoas de confiança sua para o desenvolvimento de seu trabalho. Sobre isto ver introdução do livro de ENDRESS, op. cit., p. 2-4.

⁷¹ ENDRESS, op. cit., p.52. (Tradução de Annemarie Fouquet-Schünke).

O autor teve a preocupação de elaborar um mapa do antigo território de Blumenau, localizando, através de diferentes símbolos, a distribuição da população conforme a língua materna.⁷²

Os argumentos a favor da formação de “colônias alemãs fechadas” em Santa Catarina vinham ao encontro da política externa do governo alemão na América Latina durante a República de Weimar (1919-1933). Conforme Stefan Rinke, durante este regime os cidadãos alemães e os descendentes de alemães que moravam na América Latina foram alvo de uma política cultural que incentivava a sua ligação com a língua e a cultura alemãs.⁷³ A base desta política era o incentivo à emigração alemã para a América Latina, o que deveria acontecer de uma forma dirigida e “somente para lugares onde a pressão da assimilação não fosse marcante e onde poderiam ser criadas estruturas de colonização fechadas”.⁷⁴

Representantes de empresas de colonização alemãs no Brasil mantinham contatos com o governo alemão e entidades de apoio aos alemães no exterior, como o DAI e a VDA – *Verein für das Deutschtum im Ausland*.⁷⁵ Em Santa Catarina, o cônsul da Alemanha em Florianópolis,⁷⁶ Dittmar, era uma importante fonte de informações para o governo alemão sobre a situação das regiões de colonização alemã no estado. O cônsul empreendia algumas viagens para as regiões com presença de imigrantes e descendentes de imigrantes alemães no estado,⁷⁷ e através de minuciosos relatórios, informava o governo alemão sobre as condições geográficas, as condições de vida da população local, as possibilidades de colonização e de

⁷² Cf. Mapa intitulado “Die Bevoelkerung der Blumenauer Landschaft nach Verteilung u. Volkstum”, anexo do livro citado.

⁷³ RINKE, op. cit., p. 291.

⁷⁴ Ibidem, p. 299. (Tradução livre da autora).

⁷⁵ Em 1933, esta entidade foi renomeada para *Volksbund für das Deutschtum im Ausland*. A VDA tinha a tarefa de orientar culturalmente os cidadãos alemães e descendentes que viviam fora da Alemanha, apoiando sobretudo escolas, bibliotecas, instituições culturais e associações. Cf. GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. *Der Widerschein des Nazismus: das Bild des Nationalsozialismus in der deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasiliens und Chiles 1932-1945*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 1997, p. 53.

⁷⁶ Em 1937, haviam haviam 4 cônsules da Alemanha em Santa Catarina, a saber, em Florianópolis, em Joinville, em Blumenau e em Cruzeiro, assim como um vice-cônsul em São Francisco do Sul. Cf. *Guia do Estado de Santa Catarina para o ano de 1937*. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres, 1937. P. 32.

⁷⁷ Uma delas foi a colônia *Dreizehnlinden* (Treze Tílias), criada em 1933, no Meio-Oeste catarinense, visitada pelo cônsul em meados dos anos 30. Depois da Revolução de 1930, Victor Konder, durante seu exílio político, quando viveu na Europa, formou uma sociedade colonizadora juntamente com o ex-ministro da agricultura da Áustria, Sr. Thaler, com o objetivo de trazer imigrantes tirolezes para Santa Catarina. Tal iniciativa deu origem à colônia de Treze Tílias. Sobre esta iniciativa ver o seguinte artigo:

Eine große Kolonisationsgesellschaft für Santa Catharina. *Blumenauer Zeitung*, Blumenau, 14 set. 1933, p. 02 e sobretudo o seguinte documento: *Relatório de viagem à Treze Tílias do cônsul da Alemanha, de Florianópolis, enviado ao Ministério das Relações Exteriores de Berlim*. Florianópolis, 27 abr. 1936. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/474-45. (Tradução livre da autora).

incentivo aos alemães e descendentes estabelecidos em diversas localidades, entre outras coisas, propiciando a gestão dos interesses do governo alemão em Santa Catarina.

Muito embora o incentivo à emigração tivesse decaído na Alemanha no início dos anos 30, o cônsul de Florianópolis empreendeu, nestes anos, algumas viagens pelo interior do estado, mostrando interesse no assentamento de imigrantes alemães em algumas regiões. Num relatório escrito em 1933, a região de Taió, no vale do rio Itajaí do Oeste, pertencente ao município de Blumenau, era representada pelo cônsul como uma das regiões mais propícias no estado para se dirigir uma corrente de imigrantes alemães. Em julho de 1933, o cônsul Dittmar, acompanhado do diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, Bruno Meckien, visitou Taió, encaminhando à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, logo após, um relatório minucioso sobre as possibilidades e condições de ocupação da região por imigrantes alemães.⁷⁸ Naquela região estavam atuando na venda de terras a Companhia Salinger, assim como Luiz Bertoli e Bruno Heidrich, que também haviam investido na abertura de estradas.⁷⁹ A maioria das terras concedidas a estas empresas e pessoas ainda estava disponível para venda, dependendo economicamente todas do *Stadtplatz* de Taió.

A companhia Salinger ainda dispunha de 30.000 hectares, dos 49.000 concedidos. Mas o cônsul criticava que os donos desta concessão haviam renunciado a qualquer plano de colonização, procurando simplesmente as melhores partes, recortando-as, de forma que as terras eram constituídas por oito partes, uma quase sem conexão com a outra, além de salientar a qualidade média do solo e a sua localização não muito favorável.⁸⁰ Quanto às terras de Luiz Bertoli, também havia ainda muitas disponíveis, cerca de 30.000 hectares, dos 38.000 concedidos. Conforme o cônsul, devido à existência de um sistema de colonização, ao preço mais favorável das terras, às melhores condições de pagamento e ao fato de que um dos dois blocos de terras constituía uma região “quase intocável”, com uma localização favorável, no vale do Ribeirão do Salto e seus afluentes, o cônsul o recomendava como “ideal para uma colonização fechada com imigrantes alemães”.⁸¹ Também as terras de Bruno Heidrich, cerca

⁷⁸ *Relatório do Consulado alemão de Florianópolis à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro*. Florianópolis, 20 jul. 1933. Assunto: Siedlungsmöglichkeiten im Tayogebiet. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 79048.

⁷⁹ Sobre a colonização de Taió ver AMARANTE, Napoleão Xavier do Amarante. *Pequena história do município de Taió*. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1967.

⁸⁰ *Relatório do Consulado alemão de Florianópolis à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro*. Florianópolis, 20 jul. 1933. Assunto: Siedlungsmöglichkeiten im Tayogebiet. p. 03. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 79048..

⁸¹ *Ibidem*, p. 14. (Tradução livre da autora).

de 12.000 hectares, eram recomendadas para o mesmo fim, por constituir “um todo fechado”,⁸² serem bem localizadas e ricas em água e madeira.



**Kolonisten!
Landsucher!**

Von 400 Kolonien 70 in einem Jahre verkauft!

„Wer kaufte denn?“ so wird mancher fragen. Erfahrene, erprobte, landkundige deutsche Kolonisten.

Eine gute Sache empfiehlt sich immer von selbst!

Dieses Land, von Luiz Bertoli, Taió, ist bodenreicher, fast alles eben, hat viel Kieholz, ist noch sehr billig! 100 Morgen = 25 ha Mk. 3.000:000 incl. Wege und Vermessung. Barzahlung Rabatt, sonst 1/3 Anzahlung. **Weihe, fieberfreie Lage!** Straßen fertig, Schneidemühlen werden schon gebaut! Auskünfte bei **Carlos Müller**, Blumenau, Salto-Weissbach.

LUIZ BERTOLI, Taió, Sta. Catharina.

Fig. 2 – Anúncio de venda de terras em Taió, publicado no *Blumenauer Zeitung* de 12.10.1935.

Segue a tradução:

“Colonos! Os que procuram terras!

De 400 colônias, 70 foram vendidas em um ano! “Quem as comprou?” – Assim alguns podem perguntar. Pessoas que aqui nasceram, colonos alemães experientes e conhecedores de terras. Um bom negócio dispensa recomendações! Essa terra, de Luiz Bertoli, Taió, é livre de enchentes, quase toda plana, tem muita madeira de lei e ainda é muito barata! 100 Morgen = 25 hectares, pelo preço de Rs3:000\$000, incluindo estradas e a medição. Desconto para pagamento à vista ou 1/3 de entrada. Localização saudável, livre de febres. Estrada pronta. Serrarias já estão sendo construídas. Informações com Carlos Mueller, Blumenau (Salto Weissbach) Luiz Bertoli – Taió – Santa Catarina”.

Havia toda uma preocupação do cônsul em incentivar o envio de emigrantes alemães somente para regiões nas quais julgava poderem manter a língua e as tradições alemãs. No relatório sobre Taió, encaminhado pela Embaixada alemã no Rio de Janeiro ao Ministério das Relações Exteriores em Berlim, Dittmar afirmava acreditar na possibilidade de se assentar ali entre 10.000 a 12.000 famílias oriundas da Alemanha e, desta maneira, se criar uma “nova zona colonial fechada alemã”.⁸³ Com isto, o cônsul vislumbrava outro propósito. Com o incentivo à imigração alemã no Vale do rio do Oeste, em Taió, o cônsul via um meio

⁸² Ibidem, p. 16. (Tradução livre da autora).

⁸³ Idem. (Tradução livre da autora).

estratégico de se unir as colônias alemãs do Vale do Itajaí com as colônias alemãs do vale do rio do Peixe, no Meio-Oeste Catarinense, como as colônias Hindenburg e Schwabenland (próximas a Perdizes). Previa que, caso fosse encaminhada a leva de famílias alemãs para Taió, a distância entre as duas regiões citadas acima diminuiria para “apenas 80 ou 90 quilômetros”.⁸⁴ Queria construir uma espécie de ponte entre as “colônias” alemãs do Vale do Itajaí com o “*Deutschum* do Rio Grande do Sul”, como se referia aos descendentes de alemães oriundos Rio Grande do Sul, que se instalaram no Vale do Rio do Peixe. Segundo ele, o projeto de se fundar uma “colônia” alemã em Taió poderia ser “o primeiro pilar desta ponte”.⁸⁵ O cônsul defendia não somente na idéia de se construir uma “ponte” entre o Vale do Itajaí e o Meio-Oeste do estado, através do assentamento de imigrantes de língua alemã, como também sugeria medidas a serem tomadas nas “colônias” alemãs do Meio -Oeste, uma vez que ali constatava que muitas pessoas estavam deixando de falar a língua alemã e se integrando aos modos de vida locais.

Quatro anos antes de visitar Taió, em 1929, o cônsul havia feito uma longa viagem de Florianópolis em direção ao Vale do Rio do Peixe e o Alto rio Uruguai, mostrando-se alarmado com a situação de muitas áreas habitadas por descendentes de alemães visitadas neste trecho. No relatório da viagem, encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores do governo alemão, fez uma análise muito minuciosa da geografia, economia, situação social, cultural e religiosa destas áreas, sempre detalhando a quantidade de famílias de língua alemã e a proporcionalidade delas frente a habitantes de outras línguas, diante de sua preocupação com o que chamava de “problema da miscigenação”.⁸⁶ Em seu relatório, aponta diversas localidades onde os valores da cultura e a língua alemã haviam ou estavam se perdendo. Era o caso do litoral, conforme o Cônsul, “sobretudo na localidade de São José, onde o *Deutschum* [referindo-se aos descendentes de alemães] quase sucumbiu totalmente no *Brasilianertum*”, usando ainda o termo *verbrasilianisiert* (abrasileirados) para se referir a este processo.⁸⁷ No Planalto catarinense, por exemplo, o cônsul cita o interior do município de Lages, “onde se encontra mais freqüentemente [que no Centro da cidade] pessoas com nomes de família alemãs, que (de)caíram completamente no *Brasilianertum* e não entendem mais nenhuma

⁸⁴ Ibidem, p. 18 e 19.

⁸⁵ Ibidem, p. 18. (Tradução livre da autora).

⁸⁶ *Relatório do Cônsul Dittmar enviado ao Ministério das Relações Exteriores de Berlim*. Florianópolis, 03 nov. 1930. Assunto: Dienstreise des Konsuls Dr. Dittmar in Florianópolis über das Hochland des Staates Santa Catharina in das Tal des Rio do Peixe (1929). Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/474 – 29.

⁸⁷ Ibidem, p. 02. . (Tradução livre da autora).

palavra em alemão”.⁸⁸ O cônsul revela uma preocupação, em diversas partes do relatório, em dar sugestões ao governo alemão no sentido de se “revigorar o *Deutschtum*” em diversas localidades entre o litoral e o Vale do Rio do Peixe, como, por exemplo, através de uma descentralização das comunidades evangélicas, que valorizavam, como se sabe, o cultivo da língua alemã, ou o envio de imigrantes alemães.. Dittmar chegou a manter conversações com o prefeito de Lages, sobre a possibilidade de se receberem ali imigrantes alemães. Para a viabilização deste projeto, o cônsul impôs uma série de condições, como a vinda de imigrantes em grande número, para que assim não constituíssem minoria na região, e que permanecessem unidos em “colônias fechadas”, como se referia, com escolas e igrejas próprias, para que assim “não sumissem na população autóctone em duas ou três gerações”.⁸⁹

Com base nestes dados, ao visitar as terras em Taió, no Alto Vale do Itajaí, quatro anos após, em 1933, o cônsul as comparava em diversos momentos com a situação de muitas “colônias” alemãs do Vale do rio do Peixe. Ao defender a vinda de imigrantes alemães para as terras de Taió, tomava como vantagem o fato de que os colonos ali assentados encontrariam um grande apoio no “forte *Deutschtum blumenauense*”.⁹⁰ Segundo ele, este não seria o caso no Vale do rio do Peixe, diante da forte existência de grupos italianos espalhados em meio às “colônias” alemãs.⁹¹ Diferente era a situação em Taió, onde, destacava o cônsul, “o pequeno número de descendentes de italianos e de colonos brasileiros não deveria causar dano algum a um tipo de colonização fechada como esta, com grupos alemães”.⁹² O cônsul de Florianópolis, portanto, de um lado, incentivava a imigração alemã para o Alto Vale do Itajaí, e de outro lado, dava sugestões para se reforçar o *Deutschtum*, como se referia, nas colônias do Planalto e Meio-Oeste catarinense, incentivando a imigração alemã somente se fossem garantidas condições para que os imigrantes mantivessem a língua e a cultura alemã.

Uma experiência singular de colonização estrangeira no Vale do Itajaí, já nos anos 30, e que também foi motivo de visita do cônsul alemão, foi a chamada

⁸⁸ Ibidem, p. 13. (Tradução livre da autora).

⁸⁹ Ibidem, p. 17. . (Tradução livre da autora).

⁹⁰ Ibidem, p. 21. (Tradução livre da autora).

⁹¹ Idem.

⁹² Ibidem, p. 18.

Outra vantagem na colonização de Taió, por imigrantes alemães, apontada pelo cônsul, era a proximidade da estrada de ferro, cuja primeira estação, em Bela Aliança, se localizava cerca de 58 km das terras à venda. O cônsul não deixa de apontar, em seu relatório, desvantagens na colonização da região de Taió, referindo-se, por exemplo, à falta de planejamento na colonização das terras da Companhia Salinger. Além disto, em certa altura do documento, cônsul apontava a região do Vale do rio do Peixe como mais propícia para colonização, diante da existência da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o que possibilitava maiores possibilidades de contato com outras regiões do país.

Jugendgemeinschaftssiedlung Heimat (colônia comunitária de jovens *Heimat*).⁹³ Tratava-se de uma colônia de rapazes solteiros e católicos, emigrados a maioria do Noroeste e Sul da Alemanha, liderada por Kaplan Beil. Localizada em Timbó (então distrito de Blumenau), a 85 km do centro do município, a colônia foi adquirida da empresa Bona & Cia. e em junho de 1932 deu-se início ao empreendimento. Vieram da Alemanha 148 rapazes que deveriam trabalhar, nos primeiros dois anos, exclusivamente para a comunidade e durante este período permanecer solteiros. O cônsul Dittmar caracterizava a colônia como “algo novo”,⁹⁴ pois era, segundo ele, uma forma de colonização ainda desconhecida e que nunca havia sido experimentada no Brasil, em se tratando de colonização alemã. Em meados de 1932, houve acalorados debates na imprensa local sobre os “prós e contras” da colônia Heimat.

Decorridos um ano e 6 meses da fundação da colônia, o cônsul de Florianópolis, que se fez acompanhar de dois especialistas sobre colonização, o diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática Bruno Meckien e um engenheiro medidor de terras, Hoppe, visitaram a colônia para avaliar a sua situação. O cônsul atestaria o endividamento do comprador das terras, dos prejuízos e perigos que isto poderia significar para a comunidade, o fato da maioria dos moços não serem agricultores, mas ex-operários e artífices e também se referia à “questão das mulheres”.⁹⁵ O cônsul lamentava que Kaplan Beil tivesse escolhido as terras da colônia exatamente numa região cercada por colônias italianas e polonesas, faltando contato direto com colônias alemãs, de modo que, considerando o estado civil dos rapazes, isto constituía um “perigo certo”,⁹⁶ referindo-se à miscigenação étnica. Depositava, então, esperanças de que um projeto de Kaplan Beil, de trazer moças escolhidas na Alemanha para a região, fundando-se ali mesmo uma comunidade de moças solteiras católicas, a ser dirigida por freiras, desse certo, para impedir a miscigenação étnica e se conservar o núcleo colonial.⁹⁷

Como se depreende, as autoridades do governo alemão e diretores de empresas de colonização alemã, como o chefe da Sociedade Colonizadora Hanseática e da Colônia de

⁹³ Sobre esta experiência, além do relatório citado na nota abaixo, há os seguintes documentos: Bericht über den Besuch der neuen deutschen Siedlungen in Heimtal-Nova Danzig-Roland, Terra Nova, Heimat Timbó, Perdizes-Marschall Hindenburg, Porto Novo. Sommer 1933. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/32; Leitsätze zur praktischen Durchführung der Jugendgemeinschafts-Siedlung; Rundbrief der Jugendgemeinschaftssiedlung Heimat in Brasilien, Freiburg im Breisgau, 03. Feb. 1934, Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/32. Além disto vide livro de THEISS, Konrad. *Jugend-Gemeinschafts-Siedlung Heimat Brasilien.*, 1933. AHJFS.

⁹⁴ *Relatório do cônsul da Alemanha, de Florianópolis, enviado ao Ministério das Relações Exteriores de Berlim.* Assunto: Gemeinschaftssiedlung Heimat. Florianópolis, 23 jan. 1934. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta 79048.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem

⁹⁷ Ibidem, p. 30.

jovens solteiros *Heimat*, davam não somente preferência às pessoas de língua alemã, como praticavam ou sugeriam, no caso do cônsul, uma ocupação do território baseada na segregação étnica. Estas práticas e projetos neste sentido deixaram de ter possibilidade de execução com os novos rumos da política nacional e estadual, a partir de meados dos anos 30. Conforme Thomas Skidmore, a partir da Revolução de 1930, o governo passou a exercer um maior controle do território, e por conseguinte, da população, tomando medidas de restrição à concessão de entrada no Brasil para passageiros da terceira classe e a restringir favorecimentos à imigração.⁹⁸ Em 1934, a nova constituição, através do artigo 121, adotava o princípio das cotas para a entrada de imigrantes, conforme o modelo norte-americano. O artigo estabelecia: “a entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos”.⁹⁹ Como resultado desta política imigratória restritiva e da tendência geral da emigração alemã, a entrada de imigrantes alemães foi diminuindo no Brasil.¹⁰⁰

Se for considerada a quantidade de estrangeiros não naturalizados brasileiros, como visto no início do capítulo, vê-se que, numericamente, estes constituíam uma parcela pequena da população. Mas havia uma preocupação por parte de representantes do governo alemão, como o cônsul Dittmar, e de alguns diretores de empresas de colonização alemãs, como Bruno Meckien – preocupação materializada, por exemplo, em algumas experiências de colonização, como a da Sociedade Colonizadora Hanseática e a da colônia *Heimat* em Timbó – de criar condições para que se mantivessem as fronteiras étnicas entre os que falavam a língua alemã e os demais habitantes destas áreas. Tais práticas e manifestações vão ser repreendidas pelo Estado, sobretudo durante o Estado Novo, quando em nome de um projeto nacionalista de cunho autoritário, o Estado vai submeter as populações estrangeiras e descendentes de Santa Catarina a medidas de nacionalização, controle e repressão. As atividades das empresas colonizadoras alemãs cessaram com a Campanha de Nacionalização,

⁹⁸ SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 217.

⁹⁹ Citado por SKIDMORE, *ibidem*.

¹⁰⁰ Cf. RINKE, *op. Cit.* p. 308.

a partir de 1938, enquanto que as atividades das empresas nacionais continuaram durante o Estado Novo.¹⁰¹

Quanto às terras oferecidas pelas empresas nacionais de colonização, referidas no início do capítulo, não foram encontrados documentos que possibilitem analisar se havia ou não alguma preocupação em se selecionar um determinado tipo de colono ou se o objetivo era pura e simplesmente a venda das terras. É certo que elas vendiam também terras para imigrantes estrangeiros, como foi o caso da empresa Bona & Cia., que vendeu terras para Kaplan Beil. Os proprietários das empresas que vendiam terras em Taió, como visto, colocaram-se à disposição do cônsul alemão, interessado em averiguar suas terras para o assentamento de imigrantes alemães.

Concluindo, foi possível visualizar aqui como o Estado, aliado a interesses privados, incentivava a ocupação do território de Blumenau e como se via a expansão demográfica, a chamada “colonização interna” do município, como um fator fundamental para o seu desenvolvimento econômico. Esta “colonização interna”, como referiu Gustav A. Koehler, era vista na época como condição fundamental para o desenvolvimento do Vale do Itajaí, desenvolvimento este, vale lembrar, que não levava em conta as populações indígenas que viviam ali, e que, obviamente, não tinha a dimensão ecológica atual. Com relação às pessoas e empresas nacionais dedicadas à venda de terras e construção de infra-estrutura, percebeu-se como muitas delas faziam uso da esfera pública para interesses privados, beneficiando-se através de suas ligações com os governos municipal e estadual. Viu-se também como o governo de Hercílio Luz via na concessão de terras e de direitos de construção de estradas a correligionários políticos, um meio de fortalecer suas bases no Vale do Itajaí.

Percebeu-se ainda como diretores da Sociedade Hanseática e o cônsul da Alemanha no Estado viam na imigração alemã em Blumenau um dos meios para se fortalecer o *Deutschtum* no município e também no estado, valorizando uma ocupação dos espaços baseada na segregação étnica. As relações políticas em Santa Catarina, durante a Primeira República, permitiam isto, algo que muda no decorrer dos anos 30, não sendo mais possível durante o Estado Novo (1937-1945).

¹⁰¹ Em monografia sobre Rio de Sul, de 1942, Victor Peluso cita empresas e empreendedores que ainda atuavam na área, naquele município. Continuavam atuando ali, na venda de terras, Willy Hering, muito embora sua atuação fosse muito pequena, por conta do aproveitamento quase todo das terras concedidas a ele, a Colônia Jensen, a Sociedade Colonizadora Catarinense, o Sindicato Agrícola de Blumenau, colonizando terras em Trombudo, a colônia Reiff, em Pouso Redondo, a Empresa Salinger, em Pouso Redondo, Taió e sede de Rio do Sul e a empresa de Luiz Bertoli, em Taió.

A “Grande Blumenau”: investimentos na idéia de uma região

Em *Um Estado e duas Repúblicas*, Carlos Humberto Correa afirma, com base na composição da Assembléia Legislativa de Santa Catarina durante a Primeira República, que a representação política de Blumenau e Joinville ‘não era das mais expressivas durante aquele período’.¹⁰² Não se concorda com o autor, pelas seguintes razões. Ao se analisar as listas de deputados estaduais durante a Primeira República, escolhendo-se somente a região do Vale do Itajaí, pode-se constatar que realmente o número de deputados oriundos daquela região, jamais excedeu os 15% do total de deputados da Assembléia Legislativa.¹⁰³ Mas a pequena representatividade do Vale do Itajaí na Assembléia Legislativa, em matéria de números, em comparação com a representatividade das cidades do litoral catarinense, nas quais estavam a maioria dos deputados, não permite dizer que Blumenau tivesse pouca representatividade política naquele período, até porque o desenvolvimento industrial da região dependia das ações estatais, o que certamente fazia com que muitos industriais e comerciantes tivessem interesse em participar, direta ou indiretamente, da política partidária.

Segundo Giralda Seyferth, “à cena política até 1930 foi dominada, em parte, por políticos vinculados ao vale do Itajaí: Lauro Müller, Felipe Schmidt, os Konder e Hercílio Luz”.¹⁰⁴ Três dos principais governadores do estado, durante a Primeira República, Lauro Müller, Hercílio Luz e Adolfo Konder, e que juntos, governaram por 23 anos, tinham ligações com o Vale do Itajaí. Tanto Lauro Müller como Adolfo Konder eram oriundos de Itajaí. Lauro Müller, governador de Santa Catarina por três vezes¹⁰⁵ e chefe supremo do Partido Republicano Catarinense, teve destaque também na política federal, assumindo diversos cargos.¹⁰⁶ Hercílio Pedro da Luz, também governador estadual por três vezes, muito embora não tenha nascido no Vale do Itajaí, mas em Desterro, em tradicional família de políticos do Império, tinha o seu grande centro de influência em Blumenau, onde iniciou sua carreira

Cf. PELUSO Jr, Victor. *Rio do Sul*: monografia estatístico-descritiva. Departamento Estadual de Estatística. Florianópolis, 1942, p. 71.

¹⁰² CORREA, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas Repúblicas*: a revolução de 30 e a política em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984, p. 27.

¹⁰³ Com base em pesquisa na lista dos deputados estaduais constante no livro de STOETERAU, Lígia de Oliveira. *A trajetória do poder legislativo catarinense. 1835-2000*. Florianópolis: IOESC, 2000.

¹⁰⁴ SEYFERTH, Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 115-6, out. 1994.

¹⁰⁵ Nos períodos 1889-1892, 1902-1906 e 1918-1922.

¹⁰⁶ Conforme Giralda Seyferth, sua “estréia na política catarinense não resultou de uma eleição: foi nomeado para o governo do estado em 1889, quando era tenente do exército, por indicação de dois padrinhos poderosos (...), Esteves Júnior, senador por Santa Catarina, e Benjamin Constant”. *Ibidem*, p. 116.

política. Ali, em 1891, ele foi chefe local da Inspetoria de Terras e Colonização, quando manteve um contato permanente com os colonos.¹⁰⁷ De Blumenau ele dirigiu a Reação Republicana contra a Junta Governativa instalada no Desterro, durante a Revolução Federalista, que culminou com a sua investida como governador provisório do Estado, pela Câmara Municipal de Blumenau, em 1893.¹⁰⁸ Conforme Américo da Costa Souto, Hercílio Luz, ao assumir o governo do estado pela primeira vez, teve entre seus seguidores importantes empresários de Blumenau e Brusque e estes tinham interesse em reverter este apoio em vantagens à industrialização do Vale do Itajaí.¹⁰⁹ Com relação a Adolfo Konder, que foi governador entre 1926 e 1930, este fez seus estudos primários em Itajaí e no Colégio Santo Antônio, de Blumenau. Sua carreira política se iniciou quando foi convidado pelo governador Hercílio Luz para ser Secretário de Estado de Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura.¹¹⁰

Além disto, outro político de destaque no âmbito estadual e federal, na Primeira República, foi Victor Konder, irmão de Adolfo, que estabeleceu estreitos laços com as elites econômicas de Blumenau. Após a conclusão do Curso de Direito, Victor Konder se instalou em Blumenau, onde advogou por 10 anos (entre 1912 e 1922), sendo um dos fundadores da Empresa Industrial Garcia. Ali iniciou sua carreira política, como membro e presidente do Conselho Municipal (1919-1923 e 1923-1927).¹¹¹ Foi Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Viação e Obras Públicas e Agricultura no governo de Hercílio Luz (1922-1926). Nos anos seguintes, até 1920, exerceu o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas,¹¹² no mesmo período em que o irmão Adolfo era governador de Santa Catarina.

Além dos citados, que assumiram cargos de governador e ministro, havia outros políticos que representavam o Vale do Itajaí, enquanto deputados estaduais durante a Primeira República. Através das listas dos deputados estaduais, durante a Primeira República (1889-1930), constatou-se que dos 17 deputados que representavam o Vale do Itajaí na Assembléia

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Cf. PIAZZA, Walter (Org.). *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p 313.

¹⁰⁹ Cf. SOUTO, Américo A. da Costa. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis: Centro de Assistência Gerência de Santa Catarina – CEAG/SC, 1980, p. 82.

¹¹⁰ PIAZZA, op. cit., p. 271.

¹¹¹ Victor Konder casou-se com a filha de um capitão da marinha comercial alemã, Carla Eickoff. Foi conhecer a Alemanha logo em seguida, país onde havia nascido seu pai Markus, que emigrou para Itajaí no final do século XIX. Cf. Currículo de Victor Konder enviado em 1941, logo após seu falecimento, ao DAI – Deutsches Auslandinstitut. Arquivo Nacional de Koblenz – Pasta R 57/874 b.

¹¹² Idem.

Legislativa, a maioria era de Blumenau.¹¹³ Destes últimos, quase todos eram ligados diretamente à indústria e ao comércio. Aqui estão sendo citadas apenas pessoas que ocuparam cargos políticos, lembrando que havia muitas pessoas integrantes ou porta-vozes das elites econômicas de Blumenau que detinham muito poder, fazendo articulações e barganhas, sem ocupar propriamente cargos políticos.

Esta representação política de Blumenau no governo estadual, durante a Primeira República, certamente converteu-se em benefícios financeiros para as elites econômicas do município. Através da política procuravam barganhar a favor dos interesses privados. Através da biografia de algumas pessoas que exerciam liderança em Blumenau, percebe-se não somente as ligações entre a esfera pública e privada, como também a convertibilidade de capitais, no sentido formulado por Pierre Bourdieu.¹¹⁴ É o que se percebe na análise da biografia de algumas pessoas que conquistaram papéis de liderança em Blumenau, mencionadas a seguir, que aparecerão em diversos momentos do trabalho.¹¹⁵ Escolheu-se apenas alguns deles, Curt Hering, Pedro Christiano Feddersen, Gustav Artur Koehler, uma vez que estes agentes exerceram importantes papéis de liderança na esfera pública, seja política ou literária, de Blumenau, durante a Primeira República.

O alemão Pedro Christiano Feddersen,¹¹⁶ é um grande exemplo. Feddersen era proprietário da Companhia Salinger S.A., uma das principais casas comerciais de

¹¹³ Eram deputados pelo Vale do Itajaí: Marcos Konder (outro irmão de Adolfo e Victor), Eugênio Luís Müller (irmão de Lauro Müller), Félix B. Asseburg, todos de Itajaí, Carlos Renaux, de Brusque, Ermemberto Pelizzetti, José Bonifácio da Cunha, Francisco Antônio O. Margarida, Luís Abry, Pedro C. Feddersen, Alwin Schrader, Paulo Zimmermann, Hermann Weege, estes últimos todos de Blumenau. Cf. pesquisa nas listas de deputados estaduais, constantes do livro STOETERAU, op. cit.

¹¹⁴ Bourdieu distingue quatro tipos distintos de capital, o capital material, social, cultural e simbólico. Hans-Ulrich Wehler, que faz uma análise da obra de Bourdieu, afirma que o capital material de Bourdieu deve ser entendido no sentido da teoria do capital clássica de Ricardo e Marx. Capital social são as redes sociais úteis colocadas à disposição de uma pessoa, graças ao nascimento numa determinada família, graças a uma herança, graças ao prestígio profissional. Capital cultural ele entende, no geral, como a posse de educação, saber e gosto, citando, como exemplo, a internalização de capital cultural através da filiação a grêmios de elite, o que é o nosso caso. Capital simbólico ele explica como todo respeito, todo crédito em estima social legítima. Este capital não é usado como um poder direto, muito mais enquanto uma reivindicação legítima de disposição à obediência. O capital simbólico pode se basear em todos os demais capitais na mobilização de ajuda, na produção de respeito e dependência. Bourdieu aponta para a possibilidade de convertibilidade destes capitais. Para este autor, “capital simbólico e capital material são formas distinguíveis, mas convertíveis de poder”. Cf. WEHLER, Hans-Ulrich. Pierre Bourdieu. Das Zentrum seines Werkes. In: *Die Herausforderung der Kulturgeschichte*. München: Beck, 1998, p. 26-28. (Tradução livre da autora).

¹¹⁵ Não é objetivo aqui fazer uma análise minuciosa de toda uma rede de poderes que existia na Primeira República, o que demandaria um trabalho à parte. Uma dissertação de mestrado que evidencia laços entre algumas famílias do Vale do Itajaí é a de Cristiane Barreto. *Entre laços e nós: formação e atuação das elites no Vale do Itajaí (1889-1930)*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS.

¹¹⁶ Pedro Christiano Feddersen nasceu em 1857 no ducado dinamarquês de Schleswig-Holstein, depois anexado à Alemanha. Emigrou para o Brasil, chegando em Blumenau em 22 de setembro de 1879, onde morou primeiramente numa colônia no Salto Weissbach, partindo em seguida para São Paulo onde se casou com Ella

Blumenau,¹¹⁷ que tinha diversas filiais no interior do município, e que realizavam a dupla função de compra de produtos agrícolas e venda de artigos manufaturados, também arrecadando gêneros coloniais, como banha e manteiga, para industrialização e exportação. Seus interesses econômicos o levaram a investir, em sociedade com outros empreendedores, na construção de uma usina elétrica, assim como a articular interesses com o objetivo de construir a Estrada de Ferro Santa Catarina, como visto no item anterior.

Feddersen destacou-se também na política municipal e estadual. Em 1895, assumiu a presidência do Conselho Municipal de Blumenau, sendo que, a partir daí, deslanchou sua carreira política em nível estadual. Entre 1898 e 1900, exerceu o cargo de deputado estadual, pelo Partido Republicano Catarinense, ocupando este cargo nada menos que sete vezes durante a Primeira República.¹¹⁸ Pedro Feddersen se destacou, portanto, como representante de Blumenau na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Entre 1927 e 1930 foi novamente presidente do Conselho Municipal de Blumenau, quando o industrial Curt Hering era Superintendente Municipal.

Seu sucesso econômico não pode ser explicado sem considerar os laços políticos que estabeleceu ao longo da vida. Evidência disto é uma carta sua de agosto de 1925, na qual relaciona a relação de suas ligações políticas com o sucesso de seu empreendimento comercial: “O senhor [Victor] Konder sempre foi muito correto para com nossa família e nunca deixou dúvidas sobre o interesse que tem no progresso de minha casa comercial”.¹¹⁹ Noutra carta, vê em sua eleição para a Presidência da Câmara Municipal de Blumenau, sob indicação de Victor Konder, e nos contatos diretos que tinha com o presidente da República, a possibilidade de concretizar muitos planos, o que, segundo ele, “também trarão benefício a minha casa comercial”.¹²⁰

Guthe, dedicando-se ao comércio. Voltou a Blumenau como sócio da firma Gustav Salinger & Cia. Sua atuação na firma fez dilatar as suas atividades, tornando-se sócio-proprietário, fundando várias indústrias, principalmente de laticínios e abrindo filiais no interior de Blumenau.

Conforme biografia elaborada por Frederico Kilian em 20.05.1976. AHJFS. Pasta 3.F.15. Doc-46.

¹¹⁷ *Centenário de Blumenau. 1850-1950*. Blumenau: Comissão de Festejos, 1950, p. 395-7.

¹¹⁸ Discurso de Pedro C. Feddersen. 50 Jahre Munizip Blumenau. *Blumenauer Zeitung*, 17 jan. 1933. p. 01.

Foi deputado estadual nas seguintes legislaturas: 1898-1900, 1901-1903, 1910-1912, 1913-1915, 1922-1924, 1925-1927 e 1928-1930. Cf. STOETERAU, op. cit.

¹¹⁹ FEDDERSEN, P. C. *Carta ao Sr. Entres*. Blumenau, 11 ago. 1925. AHJFS. Dossiê 3.F.15. Doc-02. (Tradução livre da autora).

¹²⁰ FEDDERSEN, P. C. *Carta ao Sr. Adolf*. Blumenau, 11 nov. 1926. AHJFS. Dossiê 3.F.15 Doc- 19. (Tradução livre da autora).

Feddersen foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau por inúmeras vezes, ininterruptamente, entre 1926 e 1941.¹²¹ Além disto, era membro e integrante da diretoria de diversas entidades associativas de caráter cultural e esportivo de Blumenau. Foi diretor do Clube Teutônia, localizado na localidade de Itoupava Seca, em 1893, 1904 e entre 1907 e 1916,¹²² membro da diretoria da Escola Alemã de Blumenau¹²³ assim como influente na Comunidade Evangélica de Blumenau – Centro. Ele ainda foi eleito, em outubro de 1931, presidente de honra da Liga de Cantores do Vale do Itajaí,¹²⁴ entidade que congregava, em 1929, 32 associações de canto do Vale do Itajaí. Também consta que em 1934 Feddersen era membro de honra do Clube de Atiradores de Blumenau.¹²⁵ Antes de iniciar sua carreira política em Blumenau, portanto, Feddersen foi diretor de uma entidade cultural. A direção desta entidade provavelmente contribuiu para sua projeção política em Blumenau. O capital material que acumulou e seu prestígio político, por sua vez, certamente também fazia com que diretores de entidades associativas tivessem o interesse em tê-lo como presidente de honra, por exemplo.

O poder e a influência de políticos do Vale do Itajaí na política estadual, sobretudo nos últimos anos da Primeira República, eram significativos. Pedro Christiano Feddersen, juntamente com o também comerciante Marcos Konder (pai de Adolfo) elaboraram juntos o programa financeiro do governo estadual de Adolfo Konder (1926-1930). Em carta particular, Feddersen se refere a esta influência política sua nos rumos da política estadual, com a seguinte ressalva: “mas como alemão nato, devo sempre manter -me na retaguarda”.¹²⁶ O fato de ter nascido na Alemanha, entretanto, nunca o impediu de exercer cargos políticos em Santa Catarina, pois se naturalizou brasileiro.¹²⁷

¹²¹ Conforme lista das diretorias no fim do livro *ACIB: 100 anos construindo Blumenau*. Blumenau: Ed. Expressão, 2001.

¹²² JENICHEN, Oscar. *Ipiranga 100 anos: 1893-1993*. Florianópolis: Paralelo 27, 1993, p. 92.

¹²³ Não foi possível identificar todas as diretorias da Escola Alemã de Blumenau, nos documentos existentes no AHJFS. Pedro Feddersen consta como membro da diretoria no ano de 1911. Cf. *Bericht ueber das 24. Schuljahr der neuen Schule zu Blumenau. Sued-Brasilien*. Blumenau, 1911. AHJFS.

¹²⁴ *Bundes-Ausschuss des Saengerbundes Itajahytl*. Ersten Rundschreiben. Blumenau, den 30. Oktober 1931. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/Neu 1191-51.

¹²⁵ *Festschrift zum 75-jährigen Jubiläum der Schützengesellschaft Blumenau*. Blumenau: Druck von G. Arthur Koehler, 1934, p. 29.

¹²⁶ FEDDERSEN, P. C. *Carta ao Sr. Adolf*. Blumenau, 11 nov. 1926. AHJFS. Dossiê 3.F.15. Doc-19.

¹²⁷ Há um fato curioso ao se analisar os escritos biográficos de Pedro Christiano Feddersen. Ele entrou para a história, no pós-Segunda Guerra, como o “coronel Feddersen”, sendo referido até hoje desta maneira. As suas atividades enquanto empreendedor, assim como os diferentes tipos de poder que acumulou em Blumenau na Primeira República, fizeram com que se criasse em torno dele a imagem de uma espécie de coronel urbano e, o que é interessante, um coronel alemão! O auge de suas influências se deu, de fato, na Primeira República, num período histórico marcado pelo federalismo – implantado pela República em substituição ao centralismo imperial – e por um sistema político caracterizado pela arregimentação das oligarquias locais, representadas pelos

Outro exemplo de personalidade que acumulou diferentes tipos de capital em Blumenau, seja material, social, cultural e simbólico, era o industrial Curt Hering, proprietário da Companhia Hering, que juntamente com a Empresa Industrial Garcia, constituíam as duas maiores indústrias têxteis da cidade. Foi eleito Conselheiro Municipal em 1918,¹²⁸ tendo sido Superintendente Municipal por duas vezes consecutivas, entre 1923 e 1926 e entre 1927 e 1930, também pelo PRC. Curt Hering tinha grande influência nas decisões tomadas em alguns dos principais espaços dedicados à cultura e educação no município. Foi membro da diretoria da Sociedade Teatral e Musical Frohsinn, a maior do gênero na região, e da Associação Escolar da “escola alemã” de Blumenau.¹²⁹

Gustav Artur Koehler, proprietário do jornal *Urwaldsbote*, exercia uma influência grande na esfera pública de Blumenau, muito embora não exercesse nenhum cargo político. Sua figura não se enquadraria num conceito de elite restrito, que considerasse somente os indivíduos que exercem cargos políticos na esfera governamental.¹³⁰ Apesar da figura de Koehler aparecer na historiografia mais enquanto proprietário do *Urwaldsbote*, jornal em língua alemã de maior tiragem no estado,¹³¹ ele desempenhava muitas outras atividades na esfera pública do Vale do Itajaí. Ao longo dos anos 30, Koehler era presidente da Sociedade Ginástica de Blumenau, assim como da Liga de clubes de ginástica do Vale do Itajaí, que em 1935 congregava 16 clubes da região.¹³² Em 1931, era vogal na diretoria da Liga de

coronéis, em torno do governador republicano. (CARVALHO, 1998, p. 84). Conforme José Murilo de Carvalho, o coronelismo foi um fenômeno historicamente datado, a saber, vigorou durante a Primeira República, fase de um processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. Ou seja, muito embora imerso neste período histórico, a Primeira República, em que o coronelismo lhe é característico, Feddersen fugia ao conceito clássico de coronel, pois ao contrário dos coronéis do Planalto catarinense, por exemplo, latifundiários e pecuaristas, era urbano e dedicado ao comércio de exportação e indústria de laticínios. Mas sem querer aqui divagar sobre a validade deste conceito – isto também poderia ser objeto de um estudo à parte – quer-se mostrar apenas o grau de influência política e econômica que Feddersen tinha no Vale do Itajaí durante a Primeira República e como foi convertendo em capital material, os capitais social, cultural e simbólico que dispunha, e vice-versa.

Sobre o conceito de coronelismo, ver CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo. In: KÖNIG, Hans-Joachim; WIESEBRON, Marianne (Org.). *Nation building in nineteenth century: Latin America. Dilemmas and conflicts*. Leiden: Researchschool CNWS (School of Asian, African and Amerindian Studies), 1998.

¹²⁸ *Centenário de Blumenau. 1850-1950*. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, p. 391.

¹²⁹ Não foi possível encontrar as datas exatas em que Curt Hering foi integrante da diretoria do Frohsinn e da “Escola Alemã” de Blumenau, nos documentos constantes do AHJFS.

¹³⁰ Especialmente pesquisas em comunidades têm questionado se o poder é exercido por aqueles que são vistos como poderosos, ou seja, se ele se concentra nos que oficialmente decidem, ou se ele não se encontra muito mais nas mãos daquelas “eminências pardas” que agem por trás dos bastidores. Cf. verbete ELITE/ELITETHEORIE. In: NOHLEN, Dieter (Hrsg.) *Kleines Lexikon der Politik*. München: Verlag C. H. Beck, p.73-77.

¹³¹ Não foi possível, contudo, encontrar o número de cópias impressas. Cf. BINDER, João Capistrano. Imprensa e Publicidade. In: *Centenário de Blumenau...* p. 323.

¹³² Vom Blumenauer Gemeinschaftsleben. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 26 nov. 1935, p. 01.

Sociedade de Cantores do Vale do Itajaí.¹³³ Também foi membro, entre outras associações, da Sociedade Escolar da Escola Alemã de Blumenau e do Clube de Atiradores. Ou seja, tinha participação muito ativa e influente na esfera pública literária¹³⁴ do Vale do Itajaí, seja como liderança em entidades associativas de Blumenau, seja como proprietário de jornal.

Koehler podia não fazer parte do Estado, mas enquanto proprietário de um jornal, ele ligava a sociedade civil à esfera do poder público e vice-versa.¹³⁵ Segundo Habermas, a imprensa é o ‘pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública’.¹³⁶ Porta-voz e condutora da opinião pública, a imprensa é ‘um meio de luta da política partidária’.¹³⁷ Koehler tinha estreitas ligações com políticos do PRC, representantes do Vale do Itajaí, sobretudo com membros das famílias Konder e Hering. Os laços com a família Hering eram mesmo familiares. Sua mãe era irmã de Hermann e Bruno Hering, que emigraram para Blumenau, fundando a Companhia Hering.¹³⁸ Koehler emigrou da Alemanha para Blumenau em 1892, trabalhando primeiramente na empresa dos tios, como caixeiro viajante, no Sul de Santa Catarina. Em 1900 fundou uma livraria, adquiriu uma tipografia, assumindo a direção comercial do jornal *Urwaldsbote*.¹³⁹ Também através do casamento ligou-se a uma família distinta da cidade, com grande influência política. Em 1903, casou-se com Elsbeth Schrader, filha de Alwin Schrader, que foi Superintendente Municipal entre 1903 e 1915 e também diretor do Sindicato Agrícola, do qual Koehler depois foi sucessor.¹⁴⁰

O proprietário do *Urwaldsbote* tinha também estreitas ligações com os irmãos Konder, do PRC. Koehler articulava-se politicamente com Victor e Marcos Konder.¹⁴¹ Durante os anos 30, Koehler manteve correspondência com ambos os políticos, quando estes estavam

¹³³ *Bundes-Ausschuss des Saengerbundes Itajahytl*. Ersten Rundschreiben. Blumenau, den 30. Oktober 1931. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/Neu 1191-51.

¹³⁴ Habermas, ao usar este termo, se refere à imprensa e aos espaços tornados públicos, onde se cria uma opinião pública. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 44-45.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 72-73.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 218.

¹³⁷ BÜCHER *apud* HABERMAS, op. cit., p. 214.

¹³⁸ Biografia de Gustav Artur Koehler. AHJFS. Dossiê 3.K.11. Doc-01.

¹³⁹ *Centenário de Blumenau...*, p. 410.

¹⁴⁰ Alwin Schrader foi co-fundador do Sindicato Agrícola de Blumenau, que dirigiu de 1910 e 1927, diretor-presidente da empresa industrial Garcia S/A (1923-1931), Superintendente Municipal de Blumenau entre 1903 e 1915 e deputado estadual nos períodos 1904-1905, 1922-1924 e 1925-1927. Cf. PIAZZA, Walter F. (Org.). Op. cit., p. 418.

¹⁴¹ Marcos Konder fez os estudos secundários no Colégio Santo Antônio e na Escola Nova Alemã de Blumenau. Assumiu a casa comercial de seu pai, após sua morte. Foi Superintendente Municipal Substituto de Itajaí, em 1904, vereador à Câmara Municipal de Itajaí, entre 1907 e 1911, Superintendente Municipal dentre 1914 e 1930, por três mandatos consecutivos. Foi deputado estadual nos períodos 1913-1915, 1916-1918, 1919-1921, 1925-1927, 12928 e 1928-1930, 1935 e 1935-1937. Cf. PIAZZA, op. cit., p. 272.

fora de Santa Catarina ou do país.¹⁴² Este informava-os detalhadamente dos principais fatos ocorridos no Vale do Itajaí e em Santa Catarina, articulando com os mesmos estratégias de ação.¹⁴³

O *Urwaldsbote* representava os interesses daquele círculo de políticos, investindo na sua legitimação política. Quando Victor Konder visita Blumenau, em 1934, por exemplo, foi recepcionado com banquetes e festividades pelos seus aliados políticos, sendo que o *Urwaldsbote* lhe reservou editoriais laudatórios em primeira página,¹⁴⁴ salientando sua ligação com Blumenau, representando-o como um “filho da terra blumenauense”¹⁴⁵ – muito embora não tenha nascido, mas iniciado a carreira política na cidade. Quando Victor Konder retorna ao estado de Santa Catarina, em 1935, aquele jornal investe na produção de uma imagem de político competente, em função da campanha eleitoral. Enquanto proprietário de jornal, membro e diretor de diversas entidades associativas, articulador político, fazia as ligações entre a esfera pública literária e política.¹⁴⁶

Tanto ele como outras lideranças de Blumenau, como visto, tinham estreitas ligações com políticos do governo estadual, durante a Primeira República. Na segunda metade dos anos 20, percebe-se a existência de um canal de ligação entre a esfera pública política municipal, estadual, chegando até a esfera federal. Desde 1923 era Superintendente Municipal em Blumenau, o industrial Curt Hering, atuando como presidente do Conselho Municipal, o comerciante Pedro C. Feddersen. Victor Konder foi, a partir de 1926, Ministro da Viação e Obras Públicas. Na mesma época, seu irmão, Adolfo Konder, assumiu o governo do estado de Santa Catarina, sendo que o outro irmão, Marcos Konder, elegeu-se deputado estadual. Considerando os laços políticos entre eles, percebe-se como nesta época as elites econômicas de Blumenau e seus representantes tinham forte representatividade política no estado.

Entretanto, a presença de integrantes ou representantes da classe economicamente dominante do Vale do Itajaí no governo do estado de Santa Catarina teve um momento de

¹⁴² Após a Revolução de 1930, Victor Konder morou na Europa até 1934, quando retornou ao Vale do Itajaí. Quanto a Marcos Konder, há diversas correspondências entre ele e Koehler, quando Konder esteve viajando pela Alemanha, em 1936.

¹⁴³ Cartas de G. A. Koehler, a Victor Konder, Pasta R57/474-37, Arquivo Nacional de Koblenz.

Em carta de 17.08.1933, Koehler informa Konder sobre as pretensões de poder do grupo local do partido nacional-socialista, assim como sobre os boatos de desmembramento de Blumenau, entre outros assuntos. AHJFS.

¹⁴⁴ Como, por exemplo, o artigo de DUDENHOEFFER, Hermann A. Eine Unterredung mit Dr. Victor Konder... die alle Deutschstämmigen angeht. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 21 set. 1934. p. 01.

¹⁴⁵ Ein Festbankett. *Der Urwaldsbote*, 22.02.1935, p. 02. (Tradução livre da autora).

¹⁴⁶ Conforme Habermas, as duas configurações da esfera pública, a política e a literária, “se imbricam uma na outra de modo peculiar”. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 72-73.

ruptura com a Revolução de 1930, quando os políticos do PRC perderam seus cargos políticos no governo do estado para uma facção da família Ramos, do Planalto Catarinense. É provável que estes fatos tenham tido influência nas dificuldades financeiras que alguns membros das elites de Blumenau se encontravam, no início dos anos 30. É o que se percebe em carta de Gustav A. Koehler, endereçada ao governo alemão, em 1935: “através dos acontecimentos políticos no Estado muito ocorreu ao nosso desfavor no decorrer dos últimos quatro anos, de forma que nós hoje temos que lutar com grandes dificuldades financeiras”.¹⁴⁷ Obviamente há que se levar em conta, ao se analisar esta informação, o objetivo da carta que Koehler envia ao governo alemão. Através deste documento, ele pedia recursos para a construção de uma escola agrícola em Indaial, pelo sindicato agrícola de Blumenau. Entretanto, há outras fontes que evidenciam dificuldades financeiras em empreendimentos comerciais e industriais de membros do PRC, nos primeiros anos da década de 30.¹⁴⁸

Com a vitória do movimento revolucionário gaúcho, em 1930, assumiu o governo estadual, o general Ptolomeu de Assis Brasil, político gaúcho oriundo da família do secretário de agricultura do Rio Grande do Sul. Este general permitiu, em 1931, a transformação da Aliança Liberal - criada em 1927 por Nereu e Aristiliano Ramos, políticos do planalto catarinense, formando uma cisão no interior do PRC - num novo partido, o Partido Liberal Catarinense, que teve como seu primeiro presidente, Nereu Ramos. Em 1932, após a Revolução Constitucionalista de São Paulo, Ptolomeu de Assis Brasil pediu exoneração da Interventoria, para a qual foi nomeado pelo governo federal o seu irmão, o major Rui Zobarán, o que revoltou líderes do PLC. Após muitos contatos com o governo federal, e através da pressão do governador gaúcho Flores da Cunha junto a Getúlio Vargas, Aristiliano Ramos,

¹⁴⁷ KOEHLER, G. A. *Wie können wir unseren deutschstämmigen Kolonisten hier in Südbrasilien in seinem gegenwärtigen schweren Daseinskampfe stützen?* Blumenau, 25 mar. 1935, p. 05. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 60030. (Tradução livre da autora).

¹⁴⁸ Pedro C. Feddersen entrou em dificuldades logo após a Revolução de 1930, quando também perdeu seu cargo político. Conforme o cônsul da Alemanha em Florianópolis, a companhia de colonização de Feddersen, que vendia terras na localidade de Taió, havia entrado em dificuldades financeiras no início dos anos 30 e somente com a ajuda de amigos a empresa foi saneada e as terras, que estavam nas mãos de um banco, voltaram para seu proprietário. Cf. *Relatório do Consulado alemão de Florianópolis à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro*. Florianópolis, 20 jul. 1933. Assunto: Siedlungsmöglichkeiten im Tayogebiet. p. 03. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 79048.

Num histórico da Cia. Hering, da qual Curt Hering era diretor, consta que os anos de 1930 a 1932 foram de “crise para a indústria Hering, que só começou a produzir normalmente em 1934”. *Cópia do Memorial dirigido ao Exmo. Sr. Diretor da Divisão Econômica do Ministério das relações exteriores do Brasil*. Blumenau, fev. 1943, p. 04. Arquivo da Cia. Hering.

que havia apoiado Getúlio em 1932, foi nomeado Interventor Federal em Santa Catarina, em abril de 1933.¹⁴⁹

Quanto ao antigo PRC, em 1933, houve uma convenção para a articulação de um novo partido, diante dos sinais de seu enfraquecimento político,¹⁵⁰ que já se percebiam antes da perda do governo do estado, em 1930.¹⁵¹ Nas eleições para a Assembléia Constituinte nacional, em 1933, o novo partido Republicano não conseguiu eleger nenhum dos seus quatro candidatos. Mas estas eleições foram anuladas. Antes das novas eleições, Adolfo Konder seguiu a estratégia de unir o PRC à Legião Republicana Catarinense, fruto de uma dissensão no interior do recém-criado PLC, liderada por Henrique Rupp Júnior, criando a “Coligação Por Santa Catarina”, para obter vitória nas urnas. A Coligação conseguiu eleger o seu candidato, Adolfo Konder, enquanto que o PLC elegeu, por sua vez, Nereu Ramos, Arão Rebelo (natural de Itajaí e residente em Blumenau) e Carlos Gomes de Oliveira.¹⁵² Quanto ao resultado destas eleições em Blumenau, ali a “Coligação por Santa Catarina” ganhou as eleições.

Estas incursões pela política estadual trazem detalhes importantes para entender alguns fatos que ocorrem em Blumenau nos anos 30, como o desmembramento do município e as representações que são veiculadas sobre o município na imprensa local, a serem exploradas neste item. Logo depois das eleições, em fevereiro de 1934, o interventor Aristiliano Ramos decretou o desmembramento de Blumenau, emancipando os distritos de Hamônia (hoje município de Ibirama) e Gaspar, em 17 de fevereiro, e Indaial e Timbó, em 28 de fevereiro.¹⁵³ Tendo sido já desmembrado o distrito de Bela Aliança (atual município Rio do Sul), através de decreto em 10 de outubro de 1930, o território de Blumenau que, em 1930, contava com 10.375 km², ficou em 1934 reduzido a 1.650 km². Do novo município de Blumenau fariam

¹⁴⁹ Cf. PIAZZA, op. cit., 413-415.

¹⁵⁰ Seu presidente, Adolfo Konder, viria então apontar fatores que haviam contribuído para um enfraquecimento do partido já antes de 1930, como o conservantismo extremo, o excesso de disciplina e o atraso em relação às conquistas sociais.

Cf. PIAZZA, op. cit., p. 428.

¹⁵¹ René Gertz toma o resultado das eleições para presidente da República, em 1930, como indício do enfraquecimento do PRC em Blumenau e em Joinville. Em ambos os municípios, a diferença de votos entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas foi muito pequena. Em Blumenau, Júlio Prestes obteve 52,2% dos votos e Getúlio Vargas, 47,8%. Em Joinville, Prestes obteve 49,2% e Vargas 50,8%. Comparado com o resto do Estado, estes dados mostram que em Blumenau e Joinville a aceitação de Vargas, candidato apoiado pela Aliança Liberal, foi muito maior que no resto do Estado.

Cf. GERTZ, René. Introdução. In: SCHMOECKEL, Eugênio Victor. *Memória jaraguense: Anauê*. Deus-Pátria-Família. Jaraguá: Ed. CP, 1998, p. viii.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ WAHLE, Carl. Notas e Estatísticas referentes ao município de Blumenau e aos que dele foram desmembrados. In: *Centenário de Blumenau. 1850-1950*. Edição da Comissão dos Festejos, 1950, p. 222-243.

parte os antigos distritos de Blumenau-sede e Massaranduba, do novo município Timbó fariam parte os antigos distritos de Benedito-Timbó, Rodeio e Encruzilhada (atual município de Rio dos Cedros) e do novo município Indaial, os antigos distritos de Indaial e Ascurra.¹⁵⁴

Logo após as eleições e antes do desmembramento, em janeiro de 1934, o Interventor havia visitado Blumenau, onde as personalidades de destaque da cidade habilmente o receberam, diante do boato do desmembramento do município. Em negociações entabuladas em nível estadual, o Interventor manteve sua idéia de proceder um plebiscito nos distritos para verificar a opinião dos habitantes, o que não foi cumprido, e em fevereiro de 1934, o Interventor decretou o desmembramento.

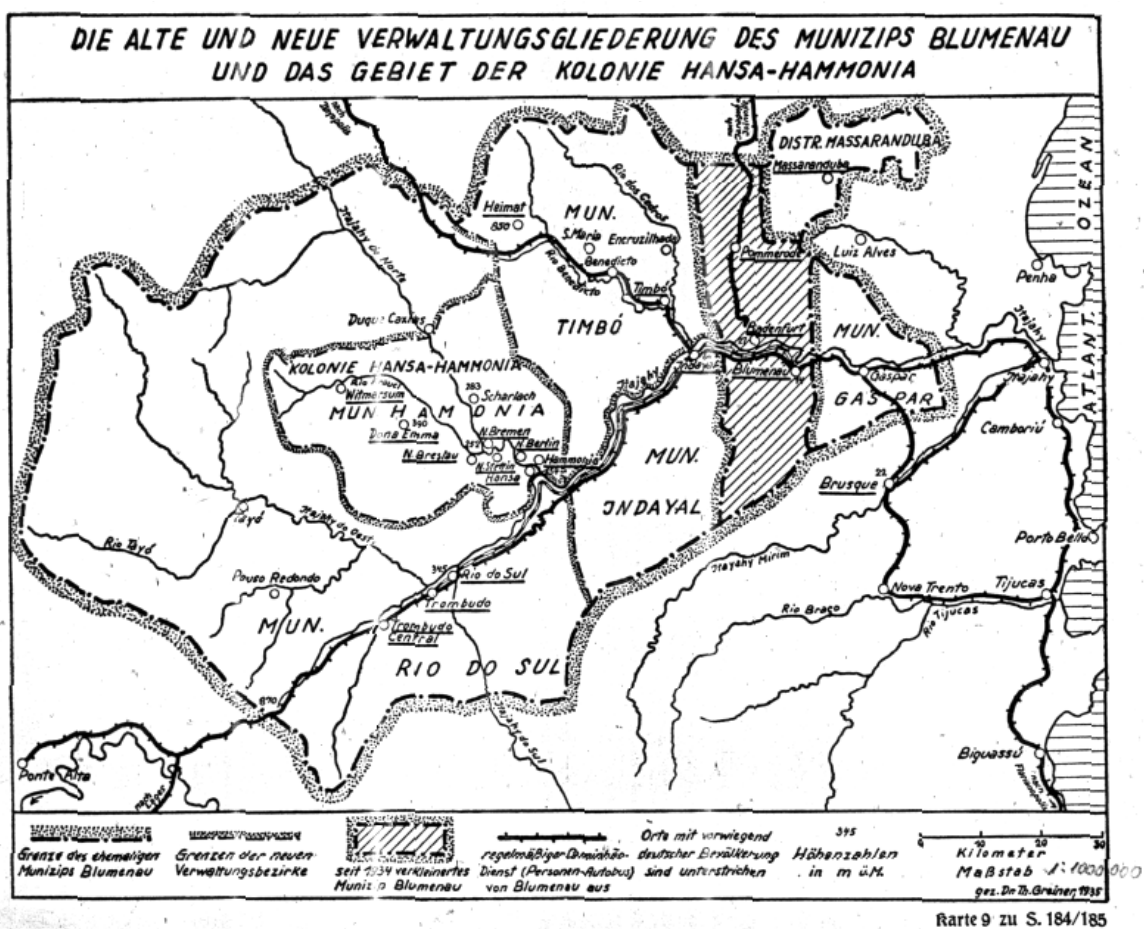


Fig. 3 - Antiga e nova organização administrativa do município de Blumenau e a área da Colônia Hansa-Hamônia. A área contornada corresponde às fronteiras do município até 1930. Na área listrada, o município de Blumenau após o desmembramento de 1934. O autor teve a preocupação de sublinhar as localidades onde a população de origem alemã era predominante.
Fonte: ENDRESS, op. cit.

¹⁵⁴ O ano que passou, *Calendário Blumenauense*, Blumenau, ano I, p. 233-237, 1934.

Após o movimento de 1930 e antes do Estado Novo (1937-1945), os interventores não se viam formalmente obrigados a consultar o governo federal, fazendo com que estas interventorias nos Estados não passassem de pequenas ditaduras, minúsculos regimes de exceção dentro do período de exceção.¹⁵⁵ As competências dos interventores eram raramente regulamentadas, caindo quase sempre na esteira da política regional. Os interventores estaduais ganhavam poder do governo federal para nomear prefeitos, mas isto não estava livre de interesses pessoais e de grupos. No caso da Interventoria de Aristiliano Ramos, o desmembramento de Blumenau foi um fato que demonstra como o exercício do poder pela Interventoria no Estado, durante este período, era influenciado pelas disputas políticas regionais.

Na época do desmembramento, houve uma manipulação de certas representações sobre as diferentes regiões do estado, em meio a lutas político-partidárias. Aristiliano Ramos, num discurso proferido em Lages, seu reduto eleitoral, em 1934, criticou a imigração estrangeira e o favorecimento político de certas regiões do estado, apresentando-se à população local como aquele que mudaria esta situação. Segue trecho do discurso, conforme transcrição feita em 1934 pelo cônsul da Alemanha em Florianópolis:

se eu e meus amigos aqui no estado tivéssemos governado nestas últimas décadas, seguramente não teria acontecido que superfícies de terras frutíferas da nossa região litorânea fossem cedidas a estrangeiros e então vocês hoje saberiam onde assentar seus pés para sair da miséria e da preocupação na qual vocês hoje todos se encontram.¹⁵⁶

Muito embora Blumenau fosse um espaço culturalmente heterogêneo, como evidenciado no início do capítulo – apesar de que os falantes da língua alemã eram em grande número – havia uma concepção de Blumenau enquanto região “alemã” e que era manipulada nos jogos da política estadual, como se percebe no discurso de Aristiliano Ramos em sua terra natal. Por conta disto, certamente a sugestão de José Deeke, publicada em 1929 e mencionada no item anterior, de ocupar os latifúndios improdutivos, localizados sobretudo no Planalto catarinense, com imigrantes de língua alemã, não encontraria apoio, se renovada, em Aristiliano Ramos, ligado às oligarquias pecuaristas daquela região.

¹⁵⁵ SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil. (1930 a 1964)*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1990, p. 92.

¹⁵⁶ Trecho do seu discurso transcrito pelo cônsul alemão de Florianópolis, Dittmar, em carta à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro. Florianópolis, 10 out. 1934, p. 04. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 60029. (Tradução livre da autora).

Os grupos que detinham o governo de Santa Catarina, vinculados ao PRC, até 1930, permitiam o estabelecimento de imigrantes de língua alemã no Vale do Itajaí, o que vai se estender pelo menos até 1932, considerando a fundação da colônia *Heimat*, em Timbó. Noutra região do estado, no Meio-Oeste, foi possível em 1933 fundar-se a colônia tirolesa de Treze Tílias, por sinal, por um líder influente do PRC, como visto. Com o governo de Aristiliano Ramos, estas iniciativas provavelmente não são mais permitidas, considerando suas críticas à ocupação estrangeira em regiões entre o litoral e o Planalto e devido à própria constituição de 1934, que estabeleceu a restrição à entrada de imigrantes estrangeiros ao país. Quer dizer, os incentivos dados na Primeira República no sentido de se adensar a população do Vale do Itajaí em direção ao Planalto, o que não excluía a permissão ao estabelecimento de imigrantes de língua alemã, deixariam de ser apoiados, pelo menos em nível do discurso, pelo governo estadual a partir de 1934.

Aristiliano Ramos procurou justificar o desmembramento de Blumenau para o governo federal, como um investimento no sentido de nacionalizar “a zona colonial alemã, como também tornar mais rápida, barata e fácil a justiça, facilitando ainda o contato da população não integrada no espírito nacional com as autoridades brasileiras”.¹⁵⁷

Em Blumenau, havia pessoas que interpretaram as medidas tomadas pela Interventoria como uma tentativa de enfraquecer o *Deutschtum* em Santa Catarina. O diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, Bruno Meckien, com sede em Hamônia, em carta ao DAI, representou o desmembramento de Blumenau como um ato visando a nacionalização, caracterizando o governo de Aristiliano como “puramente nativista”, criticando asperamente o fato de ter-se dado ao novo município (antigo distrito de Hamônia) o nome de Dalbérgia, “nome da filha mais velha do cacique dos bugres Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, que se alimenta, como se sabe, de ódio em relação aos alemães.” E conclui, ironicamente: “Assim se honra aqui no país o trabalho alemão.”¹⁵⁸ O Cônsul da Alemanha na capital do Estado, que repudiaria o desmembramento de Blumenau num extenso relatório encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores de Berlim, assim expressava sua posição frente a tal decreto: “o que o grupo dos Ramos quer, com isto, é muito claro. É o mesmo que o governo

¹⁵⁷ AHJFS. Documento da Pasta M/S 14.2.6.06.

¹⁵⁸ *Carta de Bruno Meckien ao DAI – Instituto alemão para o exterior*. Hamônia, 29 mar. 1934. Microfilme existente no Arquivo Histórico de Joinville.

brasileiro ambiciona com sua nova legislação sobre imigração”,¹⁵⁹ referindo-se à nova Constituição federal, que regulamentou em 1934 a entrada de imigrantes no Brasil, estabelecendo cotas.

Com a Revolução de 1930, as elites do PRC, além de perderem os principais cargos no governo estadual e também no governo de Blumenau, perdem também o controle dos cargos públicos neste município. Com o desmembramento, houve a criação de novos cargos nos recém-criados municípios. Um pastor luterano de Hamônia, em carta, criticava o fato de que alguns funcionários contratados nem eram “brasileiros genuínos”, mas “apenas bugres”, e que “por isto” não deveriam ter nenhuma prerrogativa para reivindicar os cargos.¹⁶⁰ Estes fatos revelam atitudes de preconceito étnico e que afloravam naquele momento.

Logo após o desmembramento, em fevereiro de 1934, houve um movimento de repúdio em Blumenau ao ato do Interventor do Estado. As portas do comércio e das indústrias locais foram fechadas e foram realizadas passeatas e comícios sob o *slogan* "Por Blumenau Unido". O comitê organizador do movimento era composto por diversos representantes da elite comercial e industrial, assim como alguns da classe média de Blumenau. Tanto pessoas ligadas às antigas elites políticas, do PRC, como outras, que foram inclusive prefeitos de Blumenau depois da Revolução de 1930, participaram do comitê.¹⁶¹ Uma comissão foi enviada a Florianópolis para tentar negociar com o governo, mas não foi recebida, sendo empossado como novo prefeito de Blumenau, um capitão da Polícia do Estado, Antônio Martins dos Santos, na tentativa de apaziguar os ânimos.¹⁶²

Nos jornais que manifestavam os interesses das elites ligadas ao PRC, o *Urwaldsbote* e o *Cidade de Blumenau*, o desmembramento do município era repudiado. Mas não foram somente estes jornais, também o *Blumenauer Zeitung* foi contra o desmembramento. Os três jornais formularam, juntos, telegramas ao General Flores da Cunha, Interventor do Rio Grande

¹⁵⁹ *Carta do Consulado alemão em Florianópolis à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro*. Florianópolis, 10 out. 1934, p. 05. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 60029. (Tradução livre da autora).

¹⁶⁰ *Carta sem referência do autor, enviada ao DAI – Instituto alemão para o exterior*. Brusque, 07.03.1934, p. 03. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/36.

¹⁶¹ Faziam parte da comissão dois ex-prefeitos, quatro industriais, três comerciantes, dois advogados e dois jornalistas, conforme a seguir: João Kersanach (prefeito provisório em 1931), Antônio Cândido Figueiredo (prefeito nomeado pela Interventoria federal no Estado, após Kersanach, que se demite do cargo em abril de 1933, após divergências com Aristiliano Ramos), Roberto Grossenbacher (comerciante), Ingo Hering (industrial), Otto Hennings (industrial), Friz Lorenz (industrial), Carl Wahle (comerciante), Alberto Stein (comerciante), Oscar Alvim Schmidt (engenheiro e industrial), Hans Gaertner (advogado), Edgar Barreto (advogado), José Ferreira da Silva (advogado e jornalista), Aquiles Balsini (editor do jornal *Cidade de Blumenau*). *Cidade de Blumenau*, Blumenau, 27 out. 1934, p. 07.

¹⁶² Die Ereignisse in Blumenau. *Blumenauer Zeitung*, Blumenau, 27 fev. 1934, p. 02.

do Sul e que tinha influências políticas em Santa Catarina, assim como boas relações com Vargas, e ao diretor do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, em forma de apelo, para que se evitasse o que chamavam de “átentado contra a organização, economia e tradição do município”,¹⁶³ dias antes de ter sido decretado o desmembramento, o que revela uma união de forças entre os principais jornais de Blumenau. No mesmo telegrama se afirma: “Nem motivos geográficos e históricos, nem morais e patrimoniais justificam o desmembramento de um município de 100.000 habitantes”.¹⁶⁴ Todos estes jornais representariam no telegrama o território de Blumenau como um “todo indivisível” unido pela história, tradição, geografia e economia.

Muito embora a representação de Blumenau enquanto um “todo indivisível” fosse unanimidade nos três jornais de maior circulação de Blumenau, no calor dos acontecimentos, em fevereiro de 1934, era sobretudo o jornal *Urwaldsbote* que defendia o discurso regionalista de uma forma mais enfática. Além disto, o discurso deste jornal também tinha um diferencial em comparação com os demais, pois foi o único a representar o antigo território de Blumenau enquanto “pátria estreita”. Um pouco antes do decreto que determinava o desmembramento, este jornal havia publicado um artigo em que protestava contra o que chamava de “separatistas da pátria estreita”.¹⁶⁵ A idéia de “pátria estreita” não era afirmada em complementaridade a uma identidade nacional brasileira, como em muitas nações onde a representação regionalista não é tida como oposta, mas como complementar à representação da Nação.¹⁶⁶ Não era esta a concepção do *Urwaldsbote*. Blumenau seria uma “pátria estreita” incluída numa territorialidade maior, o Brasil, mas que não era representado enquanto Nação, mas enquanto Estado.

Segundo Giralda Seyferth, “se por um lado a etnicidade teuto-brasileira supõe o pertencimento à nação alemã pelo direito de sangue, por outro a idéia de nova pátria no Brasil afirma a condição de brasileiros. A separação das duas esferas de atuação – a comunidade étnica e o Estado brasileiro – é apenas aparente pois, na verdade, elas se complementam a partir do momento em que a pátria é evocada”.¹⁶⁷ Isto porque na etnicidade teuto-brasileira

¹⁶³ Die Separationsbestrebungen. *Blumenauer Zeitung*, 08 fev. 1934, p. 02. (Tradução livre da autora).

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Um die Separatisten der engeren Heimat. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 09.02.1934, p. 02. (Tradução livre da autora).

¹⁶⁶ Sobre o caso da França ver THIESSE, Anne-Marie. “La petite patrie enclose dans la grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940), *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 3-16, 1995.

¹⁶⁷ SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado brasileiro, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 109-110, out. 1994.

existem dois significados distintos para pátria que se completam: “um deles remetido à colônia enquanto comunidade étnica, o outro ao Estado enquanto entidade política e territorial. No primeiro caso prevalece o conceito de *Heimat* (...) no segundo o conceito de *Vaterland*”.¹⁶⁸ Por isto, as regiões de colonização, conforme a autora, são referidas como “uma pequena pátria alemã no Brasil”.¹⁶⁹ Exatamente assim se referia o *Urwaldsbote* com relação ao antigo território de Blumenau, uma “pátria estreita” (*engere Heimat*). Muito embora o antigo município de Blumenau fosse um espaço culturalmente plural, o *Urwaldsbote* representava este espaço como uma “pátria estreita” conforme concepções da etnicidade teuto-brasileira.

O patriotismo se modela, afirma Marcelo Roncayolo, “através de um sistema de crenças, de representações coletivas: culto dos antepassados à história nacional”.¹⁷⁰ Ao publicar uma representação do território de Blumenau enquanto “pátria estreita”, una e indivisível, o *Urwaldsbote* iria ligar o presente ao passado, ressuscitar o seu mito fundador, no caso, o próprio fundador da Colônia Blumenau. Numa carta enviada a Marcos Konder, que estava então no Rio de Janeiro, o proprietário do jornal citado, Gustav Artur Koehler, em agosto de 1933, ao comentar sobre boatos de que o governo estadual pretendia desmembrar os distritos de Indaial e Hamônia, acrescentaria: “assim se destroçará econômica e politicamente a orgulhosa criação do Dr. Hermann Blumenau”.¹⁷¹ O antigo território seria indivisível pois seria herdeiro da Colônia Blumenau. Este era um dos argumentos para se defender a idéia de uma unidade entre os antigos distritos.

Tal associação com o passado, não apareceu somente na imprensa da cidade, logo após o desmembramento. Na passeata realizada na principal rua da cidade, em 22 de fevereiro de 1934, figuravam entre outros cartazes, alguns com os seguintes dizeres: “uma grande Blumenau só”, “conservai a obra do Dr. Blumenau”, “queremos ser dignos dos nossos antepassados”.¹⁷²

Quanto ao discurso do *Urwaldsbote*, cabe salientar que, na mesma época em que ocorre o desmembramento de Blumenau, o jornal publicava alguns artigos de primeira página, mostrando sua grande simpatia aos regimes totalitários europeus, como o editorial

¹⁶⁸ Ibidem, p. 110.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ RONCAYOLO, Marcel. Território. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 8 (Região). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 266.

¹⁷¹ KOEHLER, G. A. *Carta a Marcos Konder*. Blumenau, 22 ago. 1933. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/474-37.

¹⁷² Acervo de fotos do AHJFS, Pasta 5.16.2.10.

‘Deutschland ein Einheitsstaat’ (Alemanha, um Estado único), através do qual valoriza o centralismo político-administrativo que se processava naquele país.¹⁷³ Em se tratando de Blumenau, como visto, o jornal protestou energicamente contra seu desmembramento, defendendo o antigo modelo administrativo centralizado no *Stadtplatz* de Blumenau. Isto nos leva a perceber que este jornal, assim como aplaudia o centralismo administrativo do Estado alemão, defendia o modelo administrativo centralizado no distrito-sede de Blumenau, cuja antiga área era representada enquanto ‘pátria estreita’.

No Brasil, durante a Primeira República, ‘à ampla descentralização vigente era apontada como um modelo de organização federativa capaz de impedir o separatismo, justamente porque respeitaria a diversidade regional’, o que se exprime através do lema adotado pelos partidos republicanos, desde 1870: ‘Centralização = Desmembramento; Descentralização = Unidade’.¹⁷⁴ Este modelo, contudo, acabou favorecendo as oligarquias regionais. Os políticos integrantes do movimento revolucionário de 1930, por sua vez, solidificaram um projeto de governo com base na crítica à democracia liberal, associando a ela a desintegração nacional, ou seja, uma lógica invertida à dos republicanos históricos. Para eles, os princípios federalistas tinham sido responsáveis pela falência da Primeira República. Central no discurso nacionalista de Vargas era o intuito de dissolver a noção de região.

Em Santa Catarina, práticas governamentais orientadas por esta lógica ocorreram antes do Estado Novo, como, por exemplo, com o desmembramento de Blumenau. Mas os decretos autoritários que desmembraram Blumenau em 1934 fizeram com que, sobretudo porta-vozes das decadentes elites do PRC, no Vale do Itajaí, investissem num discurso regionalista, procurando reforçar aquilo que o governo queria enfraquecer.

Não se trata aqui de afirmar ou refutar a idéia de que Blumenau constituía uma região, mas apenas de mostrar como havia investimentos na difusão de uma concepção de Blumenau como um ‘todo indivisível’, utilizando -se como argumento diversos elementos. Esta concepção foi mobilizadora nos protestos que se seguiram ao desmembramento. As representações não se medem por critérios de veracidade, afirma Roger Chartier, mas pela sua capacidade de mobilização e de se apresentarem como passíveis de crença. Não se exige que

¹⁷³ *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 02 fev. 1934, p. 01.

¹⁷⁴ DINIZ FILHO, Luís Lopes; BESSA, Vagner de Carvalho. Território e política: as mutações do discurso regionalista no Brasil, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 28.

elas sejam verdadeiras, mas desejáveis e plausíveis, compondo um quadro de coerência no qual é possível acreditar.¹⁷⁵

Mas por que não havia emergido com a mesma força este discurso regionalista quando o distrito de Bela Aliança foi desmembrado, em 1931? No Congresso das Municipalidades, ocorrido no início de 1931 em Florianópolis, foi decidido desmembrar tal distrito de Blumenau. O principal intermediador nas discussões com representantes políticos em Blumenau e no governo do estado foi Ermemberto Pelizzetti, oriundo daquele distrito, que até 1930, era deputado estadual pelo PRC.¹⁷⁶ Foi este político que apresentou na Assembléia Legislativa o projeto de criação do município, em 1930. É com ratificação que em março de 1931, o *Blumenauer Zeitung* anunciava a decisão, acrescentando que esta já era defendida pelo ex-governador Adolfo Konder, assim como outros líderes republicanos, como Victor Konder.¹⁷⁷ A emancipação política de Bela Aliança, dando origem ao município de Rio do Sul, portanto, ocorreu diferentemente do desmembramento dos outros quatro distritos, em 1934, com o consentimento dos principais representantes políticos do Vale do Itajaí.

As lideranças do PRC não conseguiram reverter a situação criada com o decreto de Aristiliano Ramos, dividindo o município de Blumenau. Decorridos meses da deflagração do “Movimento Por Blumenau Unido”, os ânimos decresceram nos jornais da cidade. Há que se procurar as razões para o enfraquecimento deste movimento não somente na falta de habilidade das lideranças políticas de Blumenau, mas também no contexto social, econômico e político da época, marcado por transformações.

A centralização administrativa no município-sede, durante a Primeira República, seguia um modelo de administração iniciado com a colonização de Blumenau, em 1850, baseado num *Stadtplatz*, onde se localizava a sede da administração da colônia. Até o desmembramento de Bela Aliança, em 1930, Blumenau era constituída do distrito-sede e de mais nove distritos administrativos, sendo o primeiro governado pelo próprio Superintendente Municipal e os demais, por intendentess a ele subordinados.¹⁷⁸ Alguns testemunhos dos anos 30 evidenciam que havia críticas a este modelo de administração. Ao se referir à divisão de Blumenau, em 1935, um pastor luterano atuante na comunidade de Itoupava, afirmava que naquele município governava um “círculo de pessoas, cuja política econômica se baseava,

¹⁷⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

¹⁷⁶ Cf. PELIZZETTI, Beatriz. *Um banco de imigrantes em Santa Catarina*. Blumenau: Gráfica 43 e Fundação Casa Dr. Blumenau, 1983, p. 113.

¹⁷⁷ Munizip Rio do Sul. *Blumenauer Zeitung*, Blumenau, 02 mar. 1931, p. 03.

sem consideração alguma, na exploração dos colonos e cuja política governamental se baseava numa igual tutela da colônia a favor do *Stadtplatz* e de sua oligarquia plutocrática.”¹⁷⁹ Outra pessoa, também da igreja luterana, o pastor Brick, que atuava em Hamônia nos anos 30, referia-se a uma relação de animosidades entre o *Stadtplatz* de Blumenau e o distrito de Hamônia, acentuando uma “profunda rivalidade” entre as duas localidades, o que era visível, segundo ele, “até no campo eclesiástico”.¹⁸⁰

Comparando-se os censos de 1920 e 1927, percebem-se diferenças em matéria de crescimento vegetativo entre os distritos do município. Enquanto o crescimento vegetativo médio de todo o território de Blumenau foi de 144,72%, em Hamônia o mesmo correspondeu a 167,31% e em Bela Aliança chegou a atingir a taxa de 222,12%, demonstrando que o maior crescimento populacional nos anos 20, em Blumenau, deu-se no Alto Vale do Itajaí. Em Bela Aliança, em 1927, havia a maior taxa de habitantes dedicados à agricultura, cerca de 81%.¹⁸¹ Estes dados refletem bem o resultado do trabalho das companhias colonizadoras naquela região.¹⁸²

Nos anos 30, Blumenau vivia um processo de industrialização e urbanização crescente. Se, em 1920, 82 % da população ativa se dedicava à economia agrícola e 5% trabalhava na indústria,¹⁸³ em 1927, 74% da população dedicava-se à agricultura, pecuária e indústria agrícola e 16 % à indústria.¹⁸⁴ Estes dados mostram como, num pequeno período, desenvolveram-se as atividades secundárias no antigo território de Blumenau. Nos anos 20, cerca de 12 importantes indústrias foram fundadas no município, entre malharias, tecelagens e de outros ramos.¹⁸⁵ Nesta década, Blumenau se afirmou como pólo têxtil, conseguindo aumentar suas exportações até que ultrapassassem as importações. Na década de 30, portanto, o município de Blumenau estava longe de ter habitantes com uma experiência social em comum e condições econômicas parecidas.

¹⁷⁸ Das Munizip Blumenau, *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, São Leopoldo, p. 297, 1926.

¹⁷⁹ *Carta do pastor Fritzbuier ao barão von Plessen, em Berlim*. Reckenthin bei Pritzwalk, 25 jan. 1935. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 61776. (Tradução livre da autora).

¹⁸⁰ *Carta do pastor Brick ao pastor Grisebach*. Hamônia, 16 mar. 1934. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/181-5. (Tradução livre da autora).

¹⁸¹ Cf. Estatística de 1927. In: BLUMENAU. Prefeitura Municipal. *Relatório da gestão nos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Curt Hering*, p. 28.

¹⁸² Cf. BLUMENAU. Prefeitura Municipal. *Relatórios dos negócios administrativos municipais de 1921 e 1928*. AHJFS. Vide tabela nos anexos.

¹⁸³ SINGER, Paul. Op. cit., p. 124.

¹⁸⁴ Estatística realizada em 1927, constante do Relatório dos negócios administrativos de Blumenau. 1927. P. 28.

¹⁸⁵ Cf. BOSSLE; Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 1988, p. 86.

Um processo de industrialização e urbanização mais forte no distrito-sede pode ser observado nas estatísticas de ocupação dos habitantes por distrito. No distrito sede, em 1927, 22,39% da população se dedicava à indústria, enquanto que a porcentagem para todo o município registra 16%.¹⁸⁶

Estas transformações sociais e econômicas resultaram também em mudanças políticas em Blumenau. Simultaneamente ao enfraquecimento das antigas elites políticas, houve no Vale do Itajaí, a partir de 1934, um rápido fortalecimento da Aliança Integralista Brasileira – AIB, partido de direita com inspiração nos regimes totalitários europeus, fundado em 1932 por Plínio Salgado. Neste ano, na campanha das eleições para a assembleia estadual constituinte, o PRC insistia que só a vitória permitiria a sobrevivência das “escolas alemãs”, ameaçadas pela política nacionalizadora de Aristiliano Ramos, e das demais instituições culturais que se dedicavam ao cultivo do *Deutschtum*. Os antigos republicanos ligados ao Vale do Itajaí objetivavam atenuar as determinações nacionalistas da Constituição federal, na medida em que enfraquecessem ou desviassem medidas correspondentes da Constituição estadual.¹⁸⁷ Para tanto, dependiam dos votos dos integralistas. Mas, segundo René Gertz, como a AIB lançou candidatos próprios, possibilitou a vitória do Partido Liberal Catarinense, de Nereu Ramos.¹⁸⁸ Para Luiz Felipe Falcão, os votos dos integralistas acabaram decidindo as eleições, “pois foram conquistados principalmente nos municípios em que os republicanos tiveram sempre muito apoio, como Blumenau e Brusque”.¹⁸⁹ Conforme o resultado, foram eleitos quatro deputados federais pelo PLC e dois pela Coligação. Quanto aos deputados estaduais, dezoito eram representantes do partido governista e quinze da oposição.¹⁹⁰ Estes fatos mostram que o argumento da defesa das “escolas alemãs” não foi mobilizador, além do descontentamento popular com estas antigas elites políticas, no Vale do Itajaí.

Isto fez com que, em dezembro de 1934, Victor Konder coordenasse em Blumenau a criação de uma organização partidária, a Liga Popular do Vale do Itajaí, com o objetivo de reunir forças políticas e também defender os interesses econômicos de seus membros, diante da elevação dos impostos pelo governo estadual. A Liga oferecia como vantagens a seus

¹⁸⁶ BLUMENAU. Prefeitura Municipal. *Relatório da gestão nos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Curt Hering*.

¹⁸⁷ *Carta do consulado alemão de Florianópolis para a Embaixada alemã no Rio de Janeiro*. Florianópolis, 20 nov. 1935. Assunto: Politische Lage in Santa Catarina und ihre Auswirkungen auf die Kulturbelange des hiesigen Volksdeutschtums. p. 04. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 79005.

¹⁸⁸ GERTZ, René. Introdução, p. VII. In: SCHMÖCKEL, op. cit.

¹⁸⁹ Cf. FALCÃO, Luís Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Ed. da Univali, p. 144.

¹⁹⁰ CORREA, Op. cit., p. 181-182.

membros, em seus estatutos, em primeiro lugar, a defesa contra a cobrança de impostos irregulares, auxílio médico e farmacêutico, auxílio em caso de invalidez e morte, auxílio à lavoura e auxílio na construção de casas.¹⁹¹ Ou seja, os acontecimentos políticos faziam com que as antigas lideranças republicanas investissem na defesa dos interesses dos industriais e comerciantes da região, tentando também, através de mecanismos de assistência social, conquistar o voto das classes desfavorecidas que, em grande parte, estavam sendo carreadas para o movimento integralista. Contudo, a Liga Popular do Vale do Itajaí não conseguiu reverter o quadro político e por conta também do fortalecimento do movimento integralista, o antes tão influente político Victor Konder se ofuscava cada vez politicamente.¹⁹²

Os deputados estaduais eleitos em 1934 deveriam escolher, em maio do ano seguinte, o novo governador estadual. Este sairia do partido governista, o PLC, que indicou dois nomes: Aristiliano Ramos, então Interventor, e Nereu Ramos, seu primo e Presidente do partido. Nereu Ramos, que havia apoiado os revolucionários paulistas no levante de 1932, havia sido anistiado pelo PLC, chegando Nereu Ramos a ser eleito seu presidente em 1934. Aristiliano tinha o apoio do interventor gaúcho Flores da Cunha, que cada vez mais se distanciava do presidente Getúlio Vargas, motivo pelo qual era preferível para Vargas retirar seu apoio a Aristiliano. Com isto, mais o apoio de candidatos de outros partidos, Nereu Ramos venceu as eleições na Assembléia Legislativa e tornou-se governador do Estado, em 1935.¹⁹³

Conforme o cônsul da Alemanha em Florianópolis, as pessoas que incentivavam a germanidade no Brasil consideravam Nereu Ramos “mais agradável” que Aristiliano”.¹⁹⁴ Quando Nereu Ramos assumiu o governo do estado, o cônsul alemão em Florianópolis afirmava que se esperava que ele iria colocar em prática uma política de perseguição aos seus opositores políticos. E emenda: “Mas ele foi mais esperto do que se esperava”,¹⁹⁵ fazendo referência aos seus esforços em atrelar a população das regiões mais desenvolvidas economicamente e que mais contribuía com impostos, à sua política de governo, e ao fato do primeiro decreto do seu governo ter devolvido ao município de Hamônia o seu antigo

¹⁹¹ Volksbund Itajahytl. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 16 dez. 1934. p. 02.

¹⁹² Currículo de Victor Konder enviado em 1941, logo após seu falecimento, ao DAI. Arquivo Nacional de Koblenz – Pasta R 57/874 b.

¹⁹³ Cf. CORREA, op. cit., p. 415.

¹⁹⁴ Anexo sobre política que acompanha *Carta da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores em Berlim*. Rio de Janeiro, 20 abr. 1935, p. 02. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 60030 – Documento E 520676.

nome e determinado que o centro administrativo voltasse a ser o antigo. Isto porque depois do desmembramento do distrito de Hamônia, em 1934, Aristiliano Ramos havia denominado o novo município de Dalbérgia, deslocando o centro administrativo do centro de Hamônia para a localidade de Dalbérgia, provocando indignações em parcelas da população. Nereu Ramos percebeu o foco de discórdias e procurou habilmente, através do decreto que devolvia ao município seu antigo nome e sede, simpatias ao seu governo no Vale do Itajaí. Mas logo se percebeu que a política de nacionalização escolar seria mesmo seguida por Nereu Ramos.¹⁹⁶ Ainda em 1935, Ramos decretou a construção de uma escola estadual entre Hamônia e Neu-Berlin, o que condenaria à extinção as duas antigas escolas privadas alemãs do município.

O cônsul da Alemanha em Florianópolis, Dittmar, via no apoio ao antigo PRC um caminho viável para atenuar as conseqüências das disposições da nova Constituição Federal em Santa Catarina, sobretudo no que se referia à nacionalização escolar, mas ele mesmo reconhecia que o partido não tinha condições de liderança nestas questões. Isto se devia, segundo o cônsul, ao seu enfraquecimento interno e à perda quase total de sua capacidade de real barganha, estando praticamente arruinado politicamente, perante a perda de grande parte de seu eleitorado para a AIB.¹⁹⁷

Numa carta a um ministro, Pedro C. Feddersen, criticou a AIB, afirmando que este partido não estava em condições de “regenerar o país”, apesar de se inspirar nos totalitarismos europeus, como o nazismo e o fascismo, que considerava “ideologias justas, respeitáveis e necessárias nos seus países, do Sr. Adolf Hitler e Mussolini”, mas não no Brasil, uma vez que no país faltavam “felizmente, todas as condições etnológicas”.¹⁹⁸ Outras lideranças do partido republicano, como Victor e Marcos Konder, também combatiam o integralismo, pois de igual forma viam-no como um perigo para sua legitimidade política. Na visita do embaixador da Alemanha no Brasil a Blumenau, no final de 1934, Victor Konder queixou-se amargamente àquela autoridade, de que “os alemães de segunda geração de um modo se fraternizavam com os integralistas”. Na ocasião, pediu para que o embaixador reforçasse em seu discurso a idéia da existência de uma *Volksgemeinschaft* (comunidade racial e nacional alemã) entre os alemães e descendentes, como tentativa de evitar um maior carreamento de descendentes de

¹⁹⁵ *Carta do consulado alemão de Florianópolis para a Embaixada alemã no Rio de Janeiro*. Florianópolis, 20 nov. 1935, p. 08. Assunto: Politische Lage in Santa Catarina und ihre Auswirkungen auf die Kulturbelange des hiesigen Volksdeutschtums. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 79005.

¹⁹⁶ *Idem*.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 02 e 09.

¹⁹⁸ FEDDERSEN, Pedro C. *Carta ao Ministro da Fazenda, Arthur Costa*. Blumenau, 24 dez. 1934. Pasta 3.F.15. Doc-22. AHJFS.

alemães para a AIB. Isto preocupava as lideranças do PRC, como o deputado estadual Marcos Konder, líder da minoria durante na Assembléia Legislativa, que durante a sessão de promulgação da nova constituição estadual, em 25 de agosto de 1935, fez um discurso que depois impresso levou o título de “Democracia, integralismo, comunismo”, através do qual representava o integralismo e o comunismo como “dois exércitos bem organizados e municiados” que marchavam “contra a cidadela democrática”.¹⁹⁹

Não somente o embaixador alemão, mas também o chefe da Organização para o Exterior do NSDAP no Brasil, Hans Henning von Cossel, preocupavam-se com o crescimento da AIB nas regiões com presença de descendentes de alemães. Isto mostra que, em se tratando da AIB, tanto os líderes do PRC quanto as autoridades consulares e o chefe nacional da AO, no Brasil, tinham uma posição unânime.²⁰⁰ Para Hans Henning von Cossel, os descendentes de alemães que se filiassem à AIB, se tornariam “bastardos”. Isto não significava que não houvesse colaborações entre membros da AIB e do NSDAP. Exemplo disto foi o fato do *Blumenauer Zeitung*, órgão de divulgação da AIB, tornar-se, a partir de abril de 1934, também veículo de propaganda do grupo local do NSDAP de Blumenau.

Em Santa Catarina, os cónsules da Alemanha em Florianópolis e em Blumenau mostravam-se preocupados com a AIB, sobretudo após a realização do Congresso para as Províncias do Centro e do Sul do Brasil, organizado pelos integralistas em outubro de 1934, em Blumenau, no qual participaram entre 12 e 15 mil militantes.²⁰¹ Nesta ocasião, o cónsul alemão em Blumenau, Otto Rohkohl, chegou a sugerir, em carta ao cónsul em Florianópolis, como tentativa de frear o integralismo, a formação de uma liga formada por descendentes de alemães, muito embora já fosse um pouco tarde, reconhecia o cónsul.²⁰²

¹⁹⁹ KONDER, Marcos. *Democracia. Integralismo. Comunismo*. Discurso proferido pelo líder da minoria na Assembléia Constituinte de Santa Catarina no dia 25 de agosto de 1935. Sem indicação de local e data de publicação, p. 05.

²⁰⁰ *Anexo com o título “Política” que acompanha carta da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores em Berlim*. Rio de Janeiro, 20 abr 1935. p. 03. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 60030 – Documento E 520676.

²⁰¹ *Carta do consulado alemão de Florianópolis para a Embaixada alemã no Rio de Janeiro*. Florianópolis, 20 nov. 1935. Assunto: Politische Lage in Santa Catarina und ihre Auswirkungen auf die Kulturbelange des Hiesigen Volksdeutschtums. p. 14 e 15. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 79005.

²⁰² *Carta do Consulado alemão de Blumenau ao consulado de Florianópolis*. Blumenau, 07 out. 1935, p. 03. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 79005.

Gustav Artur Koehler também caracterizava o integralismo como um perigo, pois poderia encontrar no contexto local de insatisfação um “campo fértil para sua propagação”.²⁰³ Com o processo crescente de urbanização e industrialização no Vale do Itajaí, as transformações sociais e econômicas e o descontentamento popular quanto aos rumos da política, grande parte da população da região deixou de ver nas tradicionais elites políticas, uma possibilidade de representação. A AIB surgia então como uma nova opção política, favorecida por aquele contexto. O processo de transformações sociais se refletia na própria origem social dos integrantes da AIB, dominada por funcionários, trabalhadores e autônomos, sendo que os trabalhadores rurais eram uma minoria.²⁰⁴

Em meados de 1935, Koehler percebia a forte adesão ao movimento integralista entre os moradores do Vale do Itajaí como um grande perigo político: “em nossas próprias raias floresce a discórdia. Muitos dos nossos descendentes de alemães se colocam do lado dos integralistas, pois a eles o hitlerismo, enquanto partido, deve permanecer proibido. Mas a luta contra tal posição equivocada nós já começamos...”²⁰⁵

Quando em março de 1936 os integralistas venceram as eleições municipais em Blumenau, Pedro Chistiano Feddersen enviou uma carta ao deputado federal Leopoldo Diniz Júnior, do PLC, na qual se referia aos integralistas como demagogos. Nesta carta, afirmava que o “integralismo (...) no Vale do Itajaí somente se vence com realidades”, sugerindo que o governo do estado se esforçasse no sentido de obter verbas federais para se investir no “progresso econômico”, o que, segundo Feddersen, faria o integralismo “desaparecer por si mesmo”.²⁰⁶ Na carta, portanto, Feddersen admitia que o forte apelo integralista em Santa Catarina era resultado do descontentamento popular, motivo pelo qual via no investimento no desenvolvimento econômico do estado uma solução para acabar com o movimento integralista. Ou seja, quando se tratava de unir esforços para acabar com o movimento integralista, este integrante do PRC se colocava ao lado do PLC, que também combatia aquele movimento.

²⁰³ KOEHLER, G. A. *Carta a von Neurath, Ministro das Relações Exteriores da Alemanha*. Blumenau, 26 nov. 1934, p. 06. In: Steinacher, Hans. VDA. Signatur F – 183. Instituto de História Contemporânea de Munique. (Tradução livre da autora).

²⁰⁴ Cf. MÜLLER, op. cit., p. 220.

²⁰⁵ KOEHLER, G. A. *Carta a von Neurath...* (Tradução livre da autora).

²⁰⁶ FEDDERSEN, Pedro C. *Carta ao deputado federal Diniz Júnior*. Blumenau, 31 mar. 1936. Pasta 3.F.15. Doc-23. AHJFS.

Nas eleições de 3 de março de 1936, os integralistas em Blumenau, 11 dos 15 vereadores e o prefeito municipal, Alberto Stein.²⁰⁷ Importante se destacar a origem social dos vereadores integralistas eleitos, através do que se percebe como este novo partido refletia as mudanças sócio-econômicas da época. Dos 11 vereadores, apenas um era indicado como industrial, ou melhor, era filho de um fabricante de cerveja.²⁰⁸ Os demais eram de segmentos da classe média.²⁰⁹ Isto revela uma crise da hegemonia política do empresariado.

O fato de, em Santa Catarina, a Revolução de 1930 tirar do poder estadual as elites oriundas do Vale do Itajaí, mesmo que já enfraquecidas nesta região, colocando um grupo da família Ramos, do Planalto, no poder, associado à ascensão do integralismo, fez com que o jornal *Urwaldsbote*, aproveitasse os festejos do dia do colono em Blumenau, em julho de 1936, para retomar a questão do desmembramento do município, isto porque tal ato havia mexido com um dos capitais simbólicos das elites republicanas que governaram Blumenau durante a Primeira República. Tratava-se da representação do antigo território de Blumenau enquanto unidade político-administrativa, herdeira de um passado comum de colonização européia, cujo adensamento populacional foi incentivado pelas elites políticas do município e do estado, como visto no primeiro item do capítulo.

Nos festejos do Dia do Colono, comemorados em 25 em julho de 1936, o *Urwaldsbote* publicou um artigo de primeira página intitulado “Groß-Blumenau” (Grande Blumenau, tendo impresso em seu centro um mapa do antigo município de Blumenau, antes do desmembramento. Neste artigo, cujo subtítulo era “separada politicamente, mas liga da ainda mais, econômica e culturalmente”,²¹⁰ o proprietário do jornal, Gustav Artur Koehler, chegava a afirmar que a “Grande Blumenau” não era apenas um conceito geográfico, mas uma “região criada pela natureza, economicamente fechada”.²¹¹ Ele caracterizaria, portanto, Blumenau

²⁰⁷ Cf. FALCÃO, op. cit., p. 155. Para uma análise minuciosa do movimento integralista em Santa Catarina, ver capítulo IV do livro deste autor.

²⁰⁸ Conforme índice onomástico do AHJFS.

²⁰⁹ José Ferreira da Silva era ex-professor, advogado e jornalista, João Durval Müller era professor, João Ehlert, bancário, Emundo Bramorski, guarda-livros, Paulo Sutter, operário, Walter Berner (filho de cervejeiro), Alfredo Baumgarten, fotógrafo, João J. de S. Medeiros, ex-fiscal do imposto de consumo, proprietário de uma farmácia, Alwin Graupner, mecânico, Hugo Bruch, agricultor e Victor Haut, funcionário público federal. Vide tabela elaborada por SIMÃO, Vilma M. Da hegemonia passiva à hegemonia ativa. In: THEIS, Ivo M., MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. (Org.) *Nosso passado (in)comum*. Contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. Blumenau: Ed. FURB: Cultura em Movimento, 2000, p. 45.

²¹⁰ KOEHLER, G. A. Groß-Blumenau, nicht nur ein geographischer Begriff, sondern auch ein von der Natur geschaffenes, geschlossenes Wirtschaftsgebiet. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 24 set. 1936, p. 01.

²¹¹ Idem.

como uma região “natural”. Mas como caracterizar Blumenau como uma região “natural”, considerando os investimentos em ocupá-la com imigrantes europeus?

Conforme Pierre Bourdieu, ninguém pode “sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações ‘naturais’ em regiões ‘naturais’, separadas por fronteiras ‘naturais’”.²¹² Aquilo que muitas vezes se pensa como uma fronteira natural, por conta da língua, habitat, etc., nada tem de natural, uma vez que “as classificações são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária”.²¹³ Quando foi publicado este artigo, em 1936, os integralistas já haviam assumido o governo municipal, o que representou uma grande mudança nos rumos da política no Vale do Itajaí. O enfraquecimento político das antigas elites políticas locais já se percebia antes de 1930, muito embora no artigo mencionado, o editor procurou identificar o antigo território de Blumenau, até a Revolução de 1930, como uma “grande unidade” também no aspecto político.²¹⁴ Koehler também não poderia justificar a sua definição da “Grande Blumenau”, utilizando como critério a unidade linguística, por exemplo, o que não havia.

Em primeiro lugar, ele utiliza como critério para argumentar que o antigo território da Colônia Blumenau constituía uma região “natural”, a geografia, ao representar a “Grande Blumenau” como um conceito geográfico. É interessante perceber que o geógrafo alemão Siegfried Endress, que esteve no Vale do Itajaí recolhendo material e informações para sua tese até maio de 1934 - ou seja, presenciou o desmembramento do município de Blumenau - deu como título ao seu trabalho, cuja redação concluiu em fevereiro de 1936, *Blumenau* e não “Vale do Itajaí”. Ou seja, o conceito Blumenau foi considerado pelo geógrafo não conform e a nova divisão político-administrativa, mas considerando todo o território que antigamente constituía a Colônia Blumenau, objeto de sua análise. Esta concepção era a mesma da classe economicamente dominante de Blumenau, que se mostrava resistente em se referir a Blumenau como um conceito político-administrativo. Foi um círculo de pessoas integrantes ou ligadas à classe industrial de Blumenau, que não somente lhe indicou fontes de informação, como o ajudou financeiramente a publicar seu livro.²¹⁵

²¹² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 114-115.

²¹³ Ibidem, p. 115.

²¹⁴ KOEHLER, G. A. Groß-Blumenau, nicht nur ein geographischer Begriff...

²¹⁵ Os principais agradecimentos do autor vão para membros da família Hering, como os industriais Victor, Max, Curt e Ingo Hering (a este último o autor agradece pelo estímulo científico), para o editor do jornal *Der Urwaldsbote*, Gustav Artur Koehler e para o arquivista Theodor Lueders. ENDRESS, op. cit., p. 02-03.

Além da geografia, Koehler usaria ainda o critério “economia” para definir a “Grande Blumenau” como uma região “natural”. Havia então um consenso que Blumenau era um dos municípios de maior desenvolvimento do estado. Considerando que o discurso histórico parte do presente, percebe-se que Koehler procura fazer do “progresso” um dos diferenciais para justificar a idéia de uma região indivisível.

Pierre Bourdieu, ao discorrer sobre o discurso regionalista, afirmou que este é um “discurso *performativo* que visa impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada (...) contra a definição dominante”.²¹⁶ No caso do *Urwaldsbote*, seu editor formula em julho de 1936 um discurso regionalista não para legitimar uma nova definição das fronteiras, também não para reivindicar a volta das antigas fronteiras políticas do município, já que a conjuntura não permitia mais vislumbrar isto. O movimento “Por Blumenau Unido” já havia se desmobilizado, além do que, as antigas elites políticas, que o jornal defendia, haviam sido derrotadas nas eleições municipais de março daquele ano. Conforme Gustav Artur Koehler, tratava-se, naquele Dia do Colono, de expressar o “pesar” pela divisão da “antiga área de colonização do Dr. Blumenau”.²¹⁷ Ou seja, não se tratava mais de impor a legitimidade da sua dominação,²¹⁸ mas de tentar conservar produções simbólicas que as classes economicamente dominantes haviam formulado.²¹⁹ Isto fica claro no último parágrafo do artigo: “Precisamos honrar o conceito ‘Grande Blumenau’, se quisermos ser protetores e incentivadores da obra e vida do Dr. Blumenau.”²²⁰ Ora, tratava-se de preservar produções simbólicas das antigas elites políticas, que são representadas aqui como continuadoras da “obra de vida do Dr. Blumenau”. Apesar das classes economicamente dominantes terem perdido a hegemonia política, ainda detinham jornais, como o *Urwaldsbote*, instrumento importante na produção simbólica. Tais fatos demonstram como, conforme Roger Chartier, “as representações são determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”.²²¹

²¹⁶ BOURDIEU, op. cit., p. 115-116.

²¹⁷ KOEHLER, G. A., op. cit. (Tradução livre da autora).

²¹⁸ Conforme Pierre Bourdieu, “as fracções dominantes, cujo poder se assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria dominação simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores (...)”. BOURDIEU, op. cit., p. 12.

²¹⁹ Conforme Pierre Bourdieu, “o regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas”. BOURDIEU, op. cit., p. 124.

²²⁰ KOEHLER, op. cit.

²²¹ CHARTIER, op. cit., p. 17.

É a referência à “Grande Blumenau” como “área de colonização do Dr. Blumenau” que dá o fundamento para Koehler afirmar a “cultura” como outro elemento na tentativa de justificar Blumenau enquanto uma região indivisível, daí o autor afirmar, ao final, o seguinte: “Separada politicamente, mas tanto mais ligada econômica e culturalmente”. O progresso econômico, ligado ao passado de colonização, seriam tomados como elementos, além da geografia, para se afirmar a indivisibilidade daquele território. Não seria um destes elementos, mas a reunião deles, o fundamento deste discurso regionalista.

O *Urwaldsbote* investiu na idéia de coesão grupal entre os habitantes do município. Isto também se observou em 1934, quando o jornal investiu na idéia da “pátria estreita”, como forma de resistência aos decretos que desmembraram o município. Também em 25 julho de 1936, nos festejos do dia do Colono, o mesmo jornal investia num discurso regionalista, buscando na geografia, na economia e no passado de colonização alemã seus principais argumentos, com a diferença de que neste contexto as forças políticas do antigo PRC, apoiado pelo jornal, não estavam somente enfraquecidas como haviam perdido as eleições localmente para a AIB. Talvez exatamente por conta disto que surgem manifestações regionalistas tão enfáticas, considerando que o antigo território de Blumenau havia sido um reduto eleitoral dos primeiros.

N. S. Eisenstadt, ao analisar a formação dos Estados nacionais europeus, a partir do século XVI, evidenciou como houve então uma ênfase muito grande nas fronteiras territoriais como o principal lugar da institucionalização da identidade coletiva.²²² No caso de Blumenau, o jornal *Urwaldsbote* afirmaria a indivisibilidade daquilo que chamava de “pequena pátria”, identificando suas fronteiras com aquelas da antiga Colônia Blumenau. Em julho de 1936, em comemoração ao Dia do Colono, além de publicar um mapa da “grande Blumenau” no centro do artigo de primeira página, dedicou outra página inteira à descrição de cada um dos antigos distritos do município²²³, investindo na idéia de que a “Grande Blumenau” estaria acima das divisões políticas municipais. Tais estratégias visuais visavam reforçar a idéia de que apesar do município estar politicamente dividido, continuaria existindo a “grande Blumenau”, resultado da “obra de vida do Dr. Blumenau”, que deveria ser honrada pelos seus habitantes.

Se no Rio Grande do Sul os descendentes de alemães vão se tornar “gaúchos” pelo processo de modernização do estado,²²⁴ como conclui Sandra Pesavento, em Santa Catarina o

²²² EISENSTADT, op. cit., p. 241.

²²³ SCHLEIFF, Victor. Die fünf abgetrennten Munizipien. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 24 jul. 1936, p. 08.

²²⁴ Sobre isto ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. De como os alemães se tornaram gaúchos pelos caminhos da modernização. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.) *Os alemães no Sul do Brasil: cultura,*

desenvolvimento econômico de algumas regiões de colonização alemã, como Blumenau, era manipulado nos jogos da política estadual, através dos quais membros e representantes da classe economicamente dominante do município, ligados ao PRC, procuravam investir nos contornos de uma identidade regional, com base na etnicidade teuto-brasileira, através do jornal *Urwaldsbote*.

Não se quis afirmar, ao se analisar mais demoradamente o discurso do *Urwaldsbote*, que suas representações sobre o antigo município de Blumenau fossem consenso entre os seus habitantes. Só se pode afirmar que houve, em 1934, um consenso entre os jornais do município de que aquele território era um “todo indivisível”. A questão é que a representação do antigo território de Blumenau enquanto uma “pátria estreita”, presente em artigos do jornal *Urwaldsbote*, vai entrar em choque, mais tarde, com a ideologia oficial do Estado Novo. Esta representação não poderia ser aceita pelo discurso nacionalista de Getúlio Vargas que, sobretudo durante o Estado Novo, investiu na dissolução dos regionalismos e na nacionalização de áreas consideradas como fronteira da Nação brasileira.

Enquanto na segunda metade dos anos 20, como visto, havia um fio que ligava os distritos ao governo municipal de Blumenau, este ao governo do estado, e este último ao governo federal, através do PRC, este fio é cortado com a Revolução de 1930, muito embora já estivesse enfraquecido antes dela. Com o desmembramento do município, em 1934, quebra-se sua unidade político-administrativa, ferindo-se um dos capitais simbólicos das antigas elites republicanas, que, como visto no item primeiro deste capítulo, tinham o Vale do Itajaí como um dos seus principais redutos eleitorais, investindo no seu adensamento populacional. Em nível federal, outros fios de uma rede política e administrativa eram tecidos nos anos 30, na qual o estado e seus municípios vão sendo costurados, sobretudo durante o Estado Novo. O discurso regionalista das antigas elites políticas de Blumenau, que investiam na idéia de unidade do antigo território, vai ser silenciado durante o Estado Novo, quando o governo estadual e federal vão investir no apagamento dos regionalismos e na centralização político-administrativa.

Capítulo 2

CONSTRUTORES DE FRONTEIRAS

Um dos fatos que se percebe, ao se analisar a historiografia oficial catarinense no século XX, representada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC, é a ausência de artigos sobre a história do Vale do Itajaí em suas revistas. A grande maioria das pessoas que escreviam sobre história, oriundas do Vale do Itajaí, não fazia parte do rol de sócios do IHGSC. Na primeira fase da Revista do Instituto, entre 1902 e 1920, constam como membros do mesmo, oriundos do Vale do Itajaí, somente José Bonifácio da Cunha, Victor e Adolfo Konder.¹ Bonifácio Cunha foi eleito sócio efetivo do IHGSC em 1903, mas não contribuiu com artigos para a revista do instituto.² Além de Superintendente Municipal de Blumenau, nos períodos 1890-1892 e 1899-1903, José Bonifácio Cunha se destacou em Blumenau pela confrontação que sustentava contra o jornal *Urwaldsbote*, do editor Eugen Fouquet, defensor de idéias pangermanistas, e o grupo político que este jornal apoiava. Bonifácio Cunha, representante da vertente chamada “nativista”, publicava artigos no jornal opositor, *Blumenauer Zeitung*, polemizando com Eugen Fouquet.³ Não é de se estranhar o fato de Bonifácio Cunha ter sido eleito sócio efetivo do IHGSC em 1903, pois aquela instituição era um espaço de saber “qualificado” e autorizado, em que estavam reunidos “saber” e “poder”.⁴ Em 1903, quando Bonifácio Cunha é eleito sócio do instituto, era governador do estado Lauro Müller, com quem o primeiro mantinha estreitas relações políticas.⁵ Quanto a Victor e Adolfo Konder, naturais de Itajaí, apesar de terem sido eleitos sócios efetivos em 1913, também não escreveram para a revista do Instituto. A inclusão de três políticos do Vale do Itajaí no IHGSC encontra razões nas estreitas ligações entre aquela instituição e a política republicana.

Conforme João Bitencourt, “misturavam-se no IHGSC intelectuais e políticos, encontrando-se entre seus sócios fundadores, vários políticos que ascendiam na República,

¹ PIAZZA, Walter F. *Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 1896-1996: estudo histórico-analítico*. Florianópolis: Editora da UDESC, 1996, p. 20-23.

² *Ibidem*, p. 20.

³ Cf. FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí*. Florianópolis, 1998 (Mestrado em História) – UFSC, p. 146.

⁴ FREITAS apud BITENCOURT, João. *Clio positivada: a artesanaria da cidade histórica de Laguna*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, p. 96.

como Felipe Schmidt, Gustavo Richard e Hercílio Luz, que presidiu a primeira sessão da instituição”.⁶ O seu idealizador, José Artur Boiteux, político republicano com passagem pela câmara dos deputados e várias vezes deputado estadual durante a Primeira República (1889-1930), tinha estreitos laços com Hercílio Luz, governador do estado. Interessado o instituto em montar a história oficial de Santa Catarina, ia ao encontro das preocupações de seu primeiro presidente, o governador Hercílio Luz.

Apesar da inclusão de três políticos oriundos do Vale do Itajaí, no instituto, na primeira fase da revista, nenhum artigo é publicado sobre história de Blumenau. Isto seria de se estranhar, considerando-se que o seu primeiro presidente, Hercílio Luz, não somente iniciou sua carreira política, mas tinha sua base de apoio político no Vale do Itajaí. Muito embora o instituto estivesse preocupado em legitimar o governo republicano que se instalara, e que teve forte base de apoio em Blumenau, de onde Hercílio Luz, em 1893, comandou a Reação Republicana contra a Junta Governativa instalada no Desterro, durante a Revolução Federalista, parece que o IHGSC não tinha muito interesse em publicar artigos sobre história de Blumenau. Conforme João Bitencourt, os intelectuais do Instituto estavam interessados em ‘resgatar os relatos primeiros sobre Santa Catarina’, os ‘acontecimentos longínquos’, em privilegiar fatos e datas de um tempo bastante remoto, privilegiando desta forma os primeiros núcleos de povoação do litoral de Santa Catarina.⁷ Vale acentuar que os fundadores e maioria dos sócios do Instituto eram representantes das elites dirigentes e intelectuais em Santa Catarina, principalmente da capital, localizada no litoral.⁸ Conforme Élio Serpa, a primeira fase de publicação da revista do Instituto (1902-1920) é caracterizada pela

ausência de artigos que versem sobre os descendentes e africanos, de alemães e de italianos. As páginas da revista são ocupadas majoritariamente com luso-brasileiros ou com fatos dos quais estes tiveram participação. Pode-se dizer, então, que o discurso da Revista nesta fase estava construindo a identidade catarinense pelo passado de luso-brasileiros ilustres e estabelecidos no litoral.⁹

Mas há pelo menos mais uma razão para se explicar a inexistência de artigos sobre Blumenau. Durante a Primeira República, havia diversas pessoas que escreviam sobre história

⁵ Sobre estas ligações ver DEEKE, José. *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. [1917]. Blumenau: Nova Letra, 1995, p. 126

⁶ BITENCOURT, op. cit., p. 96.

⁷ Ibidem, p. 97-98.

⁸ ZUMBLICK, Raimundo. Prefácio. In: PIAZZA, op. cit., p. 05.

⁹ SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 14, n. 20, p. 66, 1996.

regional, em Blumenau. Era o caso, por exemplo, de José Deeke,¹⁰ autor de muitos títulos, Paul Aldinger,¹¹ Eugen Fouquet,¹² Gustav Artur Koehler, Victor Schleiff,¹³ José Ferreira da Silva,¹⁴ Otto Wille,¹⁵ Hugo Gensch, Frei Stanislaw Schaeffe, Frei Lucinius Korte, além de outros.¹⁶ Alguns destes publicaram livros, brochuras, outros, apenas artigos em almanaques e nas páginas dos jornais locais.¹⁷ Estes autores não tinham sua vida dedicada somente às Letras. Não podia ser diferente, até porque não havia faculdades no Brasil dedicadas à formação de profissionais na área de História, naqueles tempos. Conforme Ângela de Castro Gomes, o ofício de historiador era executado nesta época por uma categoria mais abrangente de intelectuais, a dos ‘homens de letras’.¹⁸ Com exceção de Eugen Fouquet, dedicado à

¹⁰ José Deeke nasceu em Blumenau. Após uma viagem à Alemanha, em 1903, começou a trabalhar como funcionário da Sociedade Colonizadora Hanseática, da qual tornou-se diretor, entre 1909 e 1929. Além do livro *Entwicklungsgeschichte des Munizips Blumenau* (História do desenvolvimento do município de Blumenau), publicado em 1917 pela Editora Rotermund de São Leopoldo, escreveu inúmeros contos literários, artigos sobre diversos assuntos, publicados em revistas, jornais e almanaques. Sobre sua obra ver dissertação de mestrado de FERREIRA, op. cit.

¹¹ O pastor Paul Aldinger fundou, em 1904, o jornal *Hansabote*, em Hamônia, através do qual, “dava orientação aos colonos sobre os mais diversos temas do seu cotidiano agrícola, bem como informava-os sobre o que se passava pelo mundo, especialmente quando tinha alguma relação com a Alemanha. No entanto, a ênfase do jornal recaía sobre os assuntos eclesiásticos e escolares da colônia”. Cf. KLUG, João. O pastor Dr. Paul Aldinger e a Hansa Hamônia. In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri (Org.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000, p. 97. Sobre história do Vale do Itajaí publicou, entre outros trabalhos, o livro *Das Itajahy-Tal: deutsche Siedlung im brasilianischen Urwald*. Blumenau und Hansa. Hamburg o. D. [em torno de 1910], e o artigo “Die Kolonie Hansa im brasilianischen Staate Santa Catharina”, publicado na revista *Gut Deutsch und Evangelisch Allewege*, sem indicação de data.

¹² O alemão Eugen Fouquet foi editor do jornal *Urwaldsbote* de 1898 até 1934. Foi considerado pela antropóloga Giralda Seyferth, o mais pangermanista de toda a imprensa teuto-brasileira. Cf. SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: FCC, 1982, p. 52.

¹³ Sobre história, publicou, por exemplo, o artigo intitulado *Zur Geschichte Neu-Breslau, Blumenauer Volkskalender*, p. 67-72, 1933; *Festschrift zum 25-Jährigen Bestehen des Stadtplatzes und der Schule Neu-Breslau*. Blumenau, 1929. Era redator do jornal *Urwaldsbote* e autor de inúmeros poemas, publicados no mesmo jornal e em outras publicações locais.

¹⁴ Sobre sua produção historiográfica ver página 106.

¹⁵ Este publicou, por exemplo, o seguinte texto: *Die Kolonisation des Munizips Blumenau in den letzten dreissig Jahren. Wille's Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens*, Blumenau, 1935, p. 107-118.

¹⁶ No livro do Cinquentenário de Blumenau, por exemplo, que é escrito em três línguas, português, alemão e italiano, há artigos sobre história do médico Hugo Gensch (escritos em alemão) e do italiano Giovanni Rossi (em italiano). *Blumenau. 50 anos*. Sem local de publicação e editora. 1900.

¹⁷ Conforme Giralda Seyferth, os *Kalenders* continham informações históricas, narrativas folclóricas, anedotas, contos, pequenas novelas, poesias, textos sobre a história da colonização alemã no Brasil, sobre a história do Brasil e da Alemanha, calendários de festas religiosas e outras, calendários agrícolas, anúncios, constituindo-se muito popular nas regiões de colonização alemã, ao lado da Bíblia. SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990, p. 75.

Acrescente-se que muitos deles, como era o caso do *Wille's. Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens*, publicado em Blumenau, imprimia muitos textos sobre a colonização alemã noutras partes do estado, do país e do mundo, contribuindo para não somente informar seu público-leitor sobre a presença de alemães e descendentes naquelas outras regiões, mas também investir na idéia da *Volksgemeinschaft* (comunidade racial nacional alemã).

¹⁸ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 38.

edição do jornal *Urwaldsbote*, Gustav Artur Koehler e Victor Schleiff (proprietário e redator do mesmo jornal, respectivamente), dos autores acima citados, os demais exerciam os mais variados ofícios, como o de pastor evangélico (Paul Aldinger), o de cartógrafo e agrimensor, depois diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática (José Deeke), o de advogado e jornalista (José Ferreira da Silva), etc. Dos citados acima, todos escreviam em alemão, com exceção de José Ferreira da Silva, que escrevia em português, e Lucinius Korte, que escreveu em italiano.¹⁹

O fato da maioria das pessoas que escreviam sobre história regional do Vale do Itajaí escrever em alemão, talvez explique porque esta produção historiográfica não era publicada pelo IHGSC. Sobre este aspecto, Cristina Ferreira conjectura que a exclusão destes autores da região do Vale do Itajaí pelo IHGSC não pode ser entendida sem se destacar que eles mesmos “articulavam propositalmente uma auto-isenção”, na medida em que escreviam em alemão, diante da valorização que davam ao cultivo desta língua.²⁰ Muito embora José Ferreira da Silva, que escrevia em português, iniciasse em fins dos anos 20 a publicação de uma série de estudos sobre história do Vale do Itajaí, em forma de livro, sua inserção no IHGSC vai se dar somente em meados dos anos 30.

Com relação à maioria que escrevia em alemão, muito embora a leitura de seus textos por um público maior ficasse dificultada pela barreira da língua, isto não significava que ficassem restritos aos que liam alemão no Vale do Itajaí. José Deeke tinha textos publicados em revistas e almanaques de língua alemã, publicados em outras cidades do país.

Importante veículo de publicação de artigos destes autores que escreviam em língua alemã eram os jornais e os almanaques locais. Este espaço proporcionado pela imprensa local, sustentava a possibilidade de publicação de artigos escritos por autores da região.

O peso dos autores que escreviam sobre história, em alemão, no Vale do Itajaí, pode ser percebido no sumário do livro comemorativo ao Centenário da Imigração Alemã em Santa Catarina, publicado em 1929. Quase a totalidade dos artigos do livro, organizado por Gottfried Entres e publicado pela Livraria Central, de Florianópolis, eram de autores que

¹⁹ Sobre literatura em Blumenau, neste período, ver também KORMANN, Edith. *Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente*. v. 3. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1995.

²⁰ FERREIRA, op. cit., p. 146. Conforme Cristina Ferreira, a língua alemã também determinava a escolha de livros sobre história do Brasil, para poder contextualizar os fatos da história local que José Deeke analisava em seus artigos. Em seu livro *Das Munizip Blumenau und seine Entwicklungsgeschichte* (O município de Blumenau e a história do seu desenvolvimento), de 1917, para fazer referência a fatos e processos da história nacional, o autor se limita à compilação de dados de livros sobre história do Brasil escritos por autores alemães. Conforme FERREIRA, Op. cit., p. 58.

moravam no Vale do Itajaí.²¹ José Deeke é autor de diversos artigos, que juntos, perfazem um quarto do volume do livro. Ele é o autor dos artigos descritivos sobre a colonização alemã em Santa Catarina, que compõem a obra, além de artigos sobre diversos outros assuntos. Com esta publicação, José Deeke solidifica sua posição no cenário da historiografia catarinense dedicada à tematização das regiões de colonização alemã.²²

Trata-se aqui primeiramente de analisar alguns textos escritos durante os festejos do Centenário da Imigração Alemã em Santa Catarina, com o objetivo de perceber como Blumenau era representada em relação a outras regiões de ocupação alemã no estado. Sim, pois Blumenau podia não constar nos artigos da revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, mas nos assuntos ligados à colonização alemã em Santa Catarina, era assunto de destaque. Serão analisadas depois alguns artigos publicados por Eugen Fouquet e textos escritos por Gustav Artur Koehler, editor e proprietário do *Urwaldsbote* respectivamente, através dos quais investem na construção de fronteiras entre o Vale do Itajaí e o resto do estado e mesmo afirmavam, noutras ocasiões, a existência de fronteiras culturais no interior do próprio Vale do Itajaí. Noutro item, será evidenciado como parcelas das elites industriais de Blumenau investiram na comemoração do dia 25 de julho, aparecendo nesta ocasião a defesa da manutenção de fronteiras étnicas. Por fim, serão analisadas as tentativas de institucionalização da memória em Blumenau, em meados dos anos 30, com a fundação do Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí, imbricando-as com as relações de poder locais e estaduais. Trata-se de mostrar, neste capítulo, sobretudo um momento de auge de uma memória sobre Blumenau, com os festejos de 1929, memória que era fabricada por parcelas das elites locais e o início da sua fragilização, no decorrer dos anos 30.

²¹ Participam com artigos neste livro, José Deeke, Frederico Kasperek (editor do jornal *Blumenauer Zeitung*), Rudolf Damm, Max Humpl (professor que atuava em Blumenau), Fritz Gofferjé (médico atuante em Blumenau), padre franciscano Stanislaw Schaette (que atuava em Blumenau), Marcos Konder (político do Partido Republicano Catarinense, de Itajaí), o pastor Richter, pastor Hans Mueller, entre outros. Conforme índice do *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung im Staate Santa Catharina*. Florianópolis: Livraria Central – Alberto Entres & Irmão, 1929.

²² Conforme Cristina Ferreira, José Deeke valorizava o campo político da história de Blumenau e o movimento imigratório, desprezando a área econômica. A publicação de seus escritos sobre história regional estavam ligados a um desejo proposital de atingir o público de língua alemã, no sentido de lhes insuflar a definir e exercer a cidadania brasileira. Com relação à suas obras sobre imigração e a ocupação de terras em Santa Catarina, limitava suas análises à imigração alemã, excluindo outras etnias do processo de colonização do Estado. FERREIRA, op. cit., p. 59, 63-64 e 67.

A celebração da “raça” e do “progresso”: Blumenau nos festejos do Centenário da Imigração Alemã em Santa Catarina

Os festejos do centenário da fundação de São Pedro de Alcântara, em 1929, foram um momento significativo na mobilização de diversos representantes de entidades associativas culturais, esportivas, políticos, intelectuais, interessados em assuntos sobre colonização alemã e no cultivo de tradições e da língua alemã no estado. Também foi um momento que resultou na publicação de diversos artigos sobre a presença de alemães no estado. Em 1929, além do livro comemorativo anteriormente citado, publicado em Santa Catarina, foi publicado também outro livro comemorativo ao centenário da imigração alemã, formado por artigos sobre a presença de alemães e descendentes nos estados do Paraná e Santa Catarina, organizado por Pamphilo D’Assumpção, do Paraná.²³ Este livro também foi publicado em 1929, mas em português, diferentemente do livro publicado em Santa Catarina. Talvez este seja um indício de que em Santa Catarina, naquele momento, era mais forte entre os organizadores do livro a preocupação com o uso da língua alemã.

O livro comemorativo publicado em Santa Catarina foi inclusive revisado pela comissão editorial da editora *Ausland und Heimat* (Exterior e Pátria), de Stuttgart, Alemanha, onde ficava a sede do *Deutsches Auslandsinstitut – DAI* (Instituto Alemão para o Exterior). O público-alvo do livro era, conforme seu prefácio, os alemães de Santa Catarina e os que moravam em outros estados do país ou mesmo no exterior. No prefácio, ainda é explicitado o significado dado ao conceito “alemão”, empregado no livro:

Interpretamos, de um modo geral, aqui e também no texto do livro o conceito alemão”, não no sentido jurídico, porém no sentido nacional. Todos os descendentes de alemães, no sentido nacional são alemães, isto enquanto mantiverem a língua materna, a maneira de ser e o costume alemão, mesmo sendo súditos e tendo o direito público de qualquer país.²⁴

Ou seja, o conceito foi empregado conforme uma concepção corrente em muitos jornais de língua alemã no Brasil, segundo a qual o descendente de alemães nascido no Brasil era cidadão brasileiro, mas alemão na sua nacionalidade.²⁵

²³ *Os alemães nos estados do Paraná e Santa Catarina: em comemoração do 1º Centenário de sua entrada nesses Estados do Sul do Brasil. 1829-1929.* Curitiba, 1929.

²⁴ *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier...* p. XII. (Tradução livre da autora).

²⁵ Sobre isto ver SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica.* Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

Os festejos dos 100 anos da entrada dos primeiros imigrantes alemães em São Pedro de Alcântara foram um momento de comemoração e produção historiográfica também em Blumenau. Ali, em 1929, o Comitê Central para os festejos do Centenário publicou brochuras,²⁶ uma delas com duas peças de teatro, a serem encenadas no festejo, outra com diversos textos e poemas, editada por Gustav Artur Koehler, membro do Comitê e diretor do jornal *Urwaldsbote*. Sobre história, José Deeke escreveu dois artigos, um sobre história de Santa Catarina e outro sobre os irmãos Konder. O próprio Koehler escreveu um artigo sobre as colônias alemãs do estado e Adolf Fuhrmann sobre o fundador da Colônia Blumenau. Trata-se aqui de analisar mais de perto o artigo de Koehler, pois nele ele faz uma análise sobre a presença de alemães no estado, numa perspectiva histórica, imbricando o conceito de desenvolvimento com o de raça.

No artigo de Koehler, intitulado *Die vor uns waren* (Os que estavam antes de nós), o autor não escreve sobre as populações indígenas, como se poderia esperar pelo título, mas sobre os imigrantes alemães que chegaram em Santa Catarina antes dos que chegaram em Blumenau. O autor compara a primeira fase da imigração alemã em Santa Catarina, iniciada em 1829, quando haviam chegado os imigrantes a São Pedro de Alcântara, com uma segunda fase, iniciada a partir de 1849, com a atuação da Sociedade de Colonização Hamburguesa e com a colônia Blumenau, divagando sobre as diferenças entre os dois períodos e os tipos de ocupação desenvolvidos. Koehler também usa, portanto, a mesma periodização da história da colonização alemã em Santa Catarina formulada por José Deeke, segundo a qual o início da ocupação de Blumenau marcaria o início de uma segunda fase. Esta periodização procurava destacar Blumenau e Joinville como fundadoras de um modelo ideal de colonização. Para escrever sobre a história da presença alemã em Santa Catarina, no Livro do Centenário da Imigração Alemã, José Deeke dividiu-a em três fases, a primeira entre 1829 e 1848, a segunda entre 1848 e 1900 e a terceira de 1900 àqueles dias,²⁷ assinalando que a segunda fase, na qual se fundou Blumenau, por exemplo, havia se caracterizado por uma “colonização intensiva”.²⁸

²⁶ A primeira brochura era composta de duas partes intituladas *Im Urwald* (na mata) e *Die Neue Heimat* (A nova pátria). Blumenau: Editora de G. Artur Koehler, 1929. A segunda brochura tinha como título *Zur Jahrhundertfeier*. 2. Heft. Blumenau, Editor G. A. Koehler, outubro de 1929. AHJFS.

²⁷ Ver artigos de DEEKE, José. *Erste Anfänge der Kolonisation Santa Catharinas. Periode bis 1848; Die intensivere deutsche Kolonisation in Santa Catharina. Periode von 1848 bis 1900; Die Kolonisation im 20. Jahrhundert*. In: *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier...*

²⁸ Cf. título “Die intensivere deutsche Kolonisation in Santa Catharina. Periode von 1848 bis 1900. In: *Gedenkbuch...*”, p. 40. (Tradução livre da autora).

Deeke, portanto, mostra uma preocupação com uma periodização da história da presença alemã no estado, através de uma temporalidade linear e evolutiva.

Koehler não só ratifica tal periodização, como busca, em seu texto, destacar o que chamava de diferença substancial entre a colonização de Blumenau, e também Brusque, Joinville e São Bento, com as demais regiões povoadas por imigrantes alemães, incluindo aqui São Pedro de Alcântara. Era então consenso que as primeiras cidades constituíam as regiões de colonização alemã que mais haviam prosperado economicamente no estado. Para o autor, os imigrantes haviam em Blumenau, Brusque, Joinville e São Bento, mais do que em qualquer outro lugar, ‘permanecido conscientes de sua identidade, que através das escolas e associações culturais, na língua e nos costumes, pôde se manter pura’.²⁹ O autor centra então a sua análise no Vale do Itajaí e procura razões para explicar a sua prosperidade. Em primeiro lugar, destaca a ‘habilidade de Hermann Blumenau em dirigir a colônia’, e, em segundo lugar, o fato dos imigrantes não terem se miscigenado: ‘Pois isto tem que ser uma vez acentuado: não foi a assimilação que criou as colônias-modelo nas margens do rio Itajaí, mas a possibilidade da manutenção de sua particularidade que fez dos novos colonos bravos pioneiros...’³⁰ Pois Koehler não somente valoriza a inassimilação cultural como a toma como argumento para explicar o desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí. Para ele, ‘bravos pioneiros’, portanto, não teriam sido os que tinham chegado antes, como os de São Pedro de Alcântara, mas os que preservaram a ‘pureza racial’.

Ora, Koehler não mencionava nenhum dos fatores sociais e econômicos que influenciaram no desenvolvimento comercial e industrial de Blumenau, nem as relações políticas que contribuíram para a obtenção de subsídios e recursos para o município. Entre os fatores econômicos, Cécile Raud destaca o tipo de sociedade que se organizou em Blumenau, em pequenas propriedades, que com o tempo começaram a comercializar os excedentes agrícolas; a captação direta da poupança dos pequenos agricultores, com pagamento de juros inferiores aos cobrados pelos bancos – forma utilizada desde o início da industrialização; empréstimo via bancos regionais, como a Caixa Agrícola de Blumenau; o reinvestimento dos lucros das empresas industriais e comerciais na própria região, a presença de mão-de-obra

²⁹ KOEHLER, G. A. Die vor uns waren. In: *Zur Jahrhundertfeier*. Op. cit., p. 15. AHJFS. (Tradução livre da autora).

³⁰ Idem. (Tradução livre da autora).

qualificada e de um mercado local; a importação de máquinas do país de origem, a Alemanha, etc.³¹

Koehler limitava sua explicação tão somente às iniciativas do fundador e à valorização da endogamia étnica. Para ele, aqueles primeiros colonos haviam fracassado e isto porque teriam deixado de ser alemães “puros”. Neste artigo, publicado em Blumenau, percebe-se como Koehler procura tratar do tema modernidade comparando as diferentes ocupações de alemães no estado, ligando-o à noção de “raça”, presente em muitos dos textos publicados em seu jornal, que valorizava a idéia da superioridade do trabalho alemão. Koehler associa então a miscigenação, ou seja, a perda de valores da identidade étnica alemã, como um dos principais fatores para explicar o atraso de algumas regiões de ocupação alemã no estado, como São Pedro de Alcântara. Esta justificativa também é dada ao se referir às regiões colonizadas por alemães no litoral Sul do estado. O autor, entretanto, dá uma outra justificativa, mais plausível, ao comparar aquelas últimas áreas com as ocupadas por imigrantes alemães no Norte do estado, qual seja, a de que as primeiras não receberam o mesmo apoio que as segundas, por parte do governo.³²

A crítica à “mistura das raças” em Santa Catarina também aparece no editorial do *Urwaldsbote* de 15 de novembro de 1929, escrito por Eugen Fouquet por conta dos festejos do centenário da presença alemã em Santa Catarina, o qual representa a “mistura das três diferentes raças” como um perigo ao progresso do estado:

Aqui convivem três raças distintas com seus altos valores culturais. A miscigenação certamente trará o declínio para todos, a divisão interna e a desagregação de qualquer comunidade nacional racial (*Volksgemeinschaft*), tendo como consequência o declínio do Estado. A manutenção e cultivo destes três tipos de existência, procurando cada um a sua perfeição, trará o progresso e uma produção cultural e econômica no mais alto grau, que reverterá em benefício da família, da comunidade nacional racial e do país.³³

Tanto Koehler como Fouquet consideravam a “raça” e não o meio físico o fator determinante para o progresso. Ao iniciar o editorial, Fouquet acentua a idéia de que o indivíduo é determinado pela “raça”:

³¹ Cf. RAUD, Cécile H. J. A industrialização do Vale do Itajaí: uma nova leitura a partir da experiência italiana. In: THEIS, I. M.; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício R. L. *Nosso passado (in)comum: Contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau*. Blumenau: Ed. da FURB, Ed. Cultura e Movimento, 2000, p. 161-162.

³² KOEHLER, op. cit., p. 15 e 16.

Laços indestrutíveis unem o homem alemão no exterior a sua velha pátria. Eles permanecem, querendo ou não, um membro da comunidade cultural alemã, que conhece seus limites, obtendo assim reconhecimento e respeito em todo mundo. Nem o clima, nem o ambiente diferente conseguiu tirar do imigrante alemão sua cultura comunitária alemã, como também não conseguiu transformar sua moral, nem sua natureza.³⁴

O autor tratava de investir naquele momento idéia de que onde quer que o imigrante alemão estivesse, permaneceria membro da *Volksgemeinschaft* alemã. Não somente ele e Gustav Artur Koehler iriam, por ocasião dos festejos do Centenário da Imigração alemã em Santa Catarina investir na celebração da ‘raça alemã’. No livro do Centenário, também se encontra uma narrativa épica da ‘raça alemã’:

Há aproximadamente 100 anos os alemães começaram a fazer parte da história da colonização de Santa Catarina. A vontade de ter sua propriedade - a mais forte mola propulsora de toda colonização alemã - e o desejo de expansão dos últimos séculos – conduziu a maioria dos imigrantes alemães para cá. O Brasil e Santa Catarina, meta da emigração, deu-lhes o que desejavam? Para a maioria certamente. Após tempos deveras difíceis encontram-se agora bem estabelecidos em sua propriedade, alegrando-se em ter sua casa, demais dependências e uma lavoura bem cuidada junto a seus filhos, netos e bisnetos. Dificilmente um outro povo teria resistido à tanta necessidade e à falta de sucesso dos primeiros tempos. Mas a energia e pertinácia alemã venceram todos os obstáculos, e a inteligência alemã conseguiu, através do comércio e indústria, os meios necessários para propiciar o desenvolvimento econômico. Se as colônias alemães de Santa Catarina conseguiram desenvolver-se em florescentes comunidades, deve-se em primeiro lugar à capacidade e à perseverança desta espécie de homens, que vieram de longínquos lugares para aqui formarem uma nova pátria. Alemães oriundos da Suíça e Áustria e principalmente de todos os recantos do império alemão transformaram terras improdutivas em um solo rico, estabelecendo-se definitivamente aqui. Com isto contribuíram mais para o enriquecimento do Brasil, do que os altos empréstimos franceses e ingleses ou americanos conseguiram fazer.³⁵

Nas comemorações do Centenário, Gustav Artur Koehler, procurou comparar as diferentes regiões ocupadas por imigrantes alemães e seus descendentes em Santa Catarina, destacando o grau de desenvolvimento de Blumenau, lançando mão de argumentos racistas para explicar aquele estado de coisas.³⁶ Parecia ser mais conveniente para Koehler silenciar-se sobre os reais fatores que levaram ao desenvolvimento do município, nos festejos não somente do centenário da presença alemã no estado, mas também do sucesso de alguns industriais, comerciantes e políticos, imigrantes alemães ou descendentes, que moravam em

³³ Die politische Bedeutung der ersten Zentenarfeier der deutschen Einwanderung. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 15 nov. 1929, p. 01.

³⁴ Idem.

³⁵ *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier...* p. 295. (Tradução de Annemarie Fouquet Schünke).

Santa Catarina.³⁷ Parecia mais interessante para segmentos economicamente favorecidos da sociedade explicar a situação econômica de algumas cidades fundadas por alemães no estado afirmando-se uma suposta superioridade do trabalho alemão, também com o objetivo de dar uma imagem de coesão social.³⁸

Em 1929, quando se comemoraram os 100 anos da chegada dos primeiros imigrantes alemães a Santa Catarina, mais precisamente, em São Pedro de Alcântara, não era esta localidade, mas sobretudo Blumenau festejada como exemplo de colonização que “deu certo” em Santa Catarina. Não à toa que nos preparativos dos festejos do centenário, pretendia-se coroar o “sucesso” da colonização alemã no estado com a fundação de um museu da imigração alemã em Blumenau, no morro do Aipim.³⁹ Poderia parecer talvez um paradoxo querer fundá-lo ali e não em São Pedro de Alcântara. Mas o fato do primeiro núcleo de colonização alemã em Santa Catarina não ter alcançado o desenvolvimento obtido noutros, como Blumenau e Joinville, era consenso entre os participantes do evento.

Mas, pode-se pensar, poderia ter-se escolhido Joinville, por exemplo. O fato é que os irmãos Konder, no auge do poder político, tinham ligações mais fortes com o Vale do Itajaí, de onde provinham. O projeto de fundação de um museu da imigração alemã em Blumenau se explicaria, portanto, também pelas relações políticas que haviam entre as elites políticas no estado. Gustav Artur Koehler, que era uma espécie de administrador da comissão de trabalho encarregada dos preparativos do Centenário em Santa Catarina, era ligado a este círculo de políticos que exerciam os mais altos cargos do Executivo municipal e estadual, assim como o então ministro Victor Konder, que aparece nas fontes como o grande articulador político do projeto do museu. A segunda metade dos anos 20 foi um momento de grande poder de barganha das elites locais junto ao governo estadual e federal. Esta rede direta de poderes do PRC, que ia do município até a esfera federal, através de Victor Konder, certamente facilitava qualquer projeção que quisessem fazer de Blumenau. Notícias sobre o projeto de fundação do

³⁶ No próximo item deste capítulo será discutido mais a relação entre “progresso” e “raça”, ao se analisar textos de Eugen Fouquet, editor do jornal de Koehler, mas num contexto que envolvia as regiões do litoral de Santa Catarina.

³⁷ Ao final do livro são inseridas algumas biografias, como as dos políticos Lauro Mueller, Felipe Schmidt, Raulino Horn, os irmãos Konder, o comerciante alemão Marcos Konder Senior, Hermann Blumenau, Ottokar Doerfel, Carl Hoepcke e Ernesto Vahl. *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier...* p. 268-285.

³⁸ Emílio Willems afirmou em 1941, que esta ideologia da “laboriosidade germânica” teria servido inclusive para se encobrir uma situação moralmente insustentável, a saber, a concorrência de indústrias de descendentes de alemães no Brasil com a própria indústria alemã, na disputa por mercados brasileiros, assunto que, afirmava, era tabu social entre estas famílias em Santa Catarina. Sobre isto ver WILLEMS, Emílio. A emancipação econômica das colônias germânicas no Brasil. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano III, n. 01, abril de 1942, p. 71-84.

museu em Blumenau foram publicadas inclusive na Alemanha, certamente por conta dos contatos que este grupo tinha com entidades e com o próprio governo alemão.⁴⁰

Construir um museu da colonização alemã em Blumenau significaria um ato simbólico do poder econômico e político do Vale do Itajaí no estado naquele momento. Foi em Blumenau que se realizou, em 02 de junho de 1929, uma reunião em que se decidiu pela realização de festas comemorativas ao centenário em diversas cidades do estado, entre 15 e 17 de novembro daquele ano, na qual os representantes das entidades presentes cumprimentaram a idéia de fundação do museu.⁴¹ Na reunião chegou-se a criar um fundo para arrecadação de verbas para a realização dos festejos e a organização do museu.⁴²

O historiador José Deeke também defendia a idéia de se fundar um museu da colonização em Blumenau.⁴³ Num artigo seu, *Drei Sterne des Brasil-Deutschtums in Santa Catharina* (Três estrelas do Brasil Deutschtum em Santa Catarina), incluído no mesmo livreto em que foi publicado o texto anteriormente referido, de Gustav Koehler, por conta dos festejos, ele escreve uma biografia política de Victor, Adolfo e Marcos Konder, apresentando-os como um orgulho ao “*Deutschtum* de Santa Catarina”.⁴⁴ Naquele momento de comemoração, Deeke festeja não somente o sucesso da colonização alemã no estado, mas também o sucesso político dos irmãos Konder. Ou seja, os festejos do Centenário foram um momento em que não apenas se rememorou o passado, ressuscitando fatos e personagens, mas também se legitimou os que estavam no poder. A empatia do historiador com os vencedores, conforme Walter Benjamin, beneficia, sempre, os dominadores. E neste caso, os vencedores referidos eram os próprios políticos que estavam no poder.⁴⁵ Eles são tomados como

³⁹ KOEHLER, G. A. *Carta*. Blumenau, 21 nov. 1929. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta 474-29.

⁴⁰ Foi noticiado num jornal de Berlim, o projeto de se construir o museu, destacando-se Victor Konder como o líder da iniciativa, identificando-o como o “conhecido Brasil-Deutscher” (alemão do Brasil). Este jornal apelava para que o governo alemão apoiasse o projeto. *Ein Museum fuer deutsche Einwanderung in Brasilien. Tageszeitung Berlin*, 27 jul. 1929. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/Neu – Doc. 1191-40.

⁴¹ Estiveram presentes 45 entidades associativas na reunião presidida por Gottfried Entres, das quais 15 eram integrantes do município de Blumenau. *Beschlüsse der Vertreterversammlung vom 2. Juni 1929 in Blumenau zur Vorbereitung der Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung im Staate Santa Catharina*. Blumenau, 02 jun. 1929. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/474-29.

⁴² Idem.

Conforme artigo publicado na imprensa alemã, o projeto previa que no museu fosse representada, em primeiro lugar, a imigração alemã no Brasil, que deveria ter uma sala dedicada à indústria, uma dedicada ao comércio e aos bancos e uma sala dedicada às entidades associativas. Cf. artigo *Ein Museum für deutsche Einwanderung in Brasilien. Tageszeitung Berlin*, 27 jul. 1929. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/Neu – Doc. 1191-40.

⁴³ Cf. biografia de José Deeke em seu livro *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. [1917] Blumenau: Nova Letra, 1995, p. 11.

⁴⁴ DEEKE, José. *Drei Sterne des Brasil-Deutschtums in Santa Catharina*. In: *Zur Jahrhundertfeier*. Op. cit., p. 22-23.

⁴⁵ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 224.

‘herdeiros dos que venceram antes’, no caso dos Konder, herdeiros do pai alemão que se instalou em Itajaí e tornou-se bem sucedido comerciante. Mas mais que isto, são lembrados como ‘três estrelas’, como três irmãos que haviam subido na carreira política de tal forma que constituíam os principais astros da constelação política de Santa Catarina.

Mas José Deeke acentuava que os irmãos Konder não podiam ser lembrados como lutadores em favor do *Deutschtum*, pois apesar de todos eles dominarem a língua alemã, tinham recebido uma educação brasileira. Daí ele os caracteriza como as três estrelas do ‘Brasil-Deutschtum’, e não simplesmente do ‘Deutschtum’. Ou seja, investia nos contornos de uma identidade teuto-brasileira, em contraposição a uma identidade alemã, representando a dualidade presente neste conceito como um fator positivo. Para ele, esta dualidade daria aos irmãos Konder poderes e condições para representar tanto os descendentes de alemães como o resto da população. Esta visão estava de acordo com seu pensamento, defendido em diversos escritos seus, de valorização do exercício da cidadania brasileira entre os descendentes de alemães. E sobretudo Victor e Marcos Konder souberam aproveitar muito bem esta dualidade, na medida em que circulavam tanto na esfera pública política no Brasil, enquanto representantes das classes economicamente dominantes do Vale do Itajaí, como também tinham muitos contatos com entidades na Alemanha de incentivo aos alemães e descendentes que viviam noutros países.

A referência a uma ‘origem’ alemã é feita pelo deputado Marcos Konder, num discurso proferido em 16 de novembro de 1928, no teatro municipal de Florianópolis, em memória ao centenário da imigração alemã em Santa Catarina. Ali, Konder realçou⁴⁶ ter ‘uma parte de sangue teutônico em suas veias’, além de ser filho de um alemão da região da foz do rio Reno, de onde, acentuava, também tinham emigrado os primeiros colonos de São Pedro de Alcântara.⁴⁷ Ele mesmo era autor de diversos textos ligados à história do Vale do Itajaí e da colonização alemã em Santa Catarina e discursos sobre o assunto, publicados em jornais do estado ou em publicações avulsas.⁴⁸ Um texto seu, sobre as escolas ‘alemãs’ em Santa

⁴⁶ Segundo Lyman e Douglass (*apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART, p. 168), os traços étnicos nunca são evocados, atribuídos ou exibidos por acaso, mas manipulados estrategicamente pelos atores, como elementos de estratégia, no decurso das interações sociais”. Sobre esta questão do realce ver POUTIGNAT; Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras* de Fredrik Barth. SP: Unesp, 1998, p. 166-172.

⁴⁷ KONDER, Marcos. Zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung in Santa Catarina. In: _____. *Deutsche Kolonisation in Santa Catarina. Blumenau und der Tag des Kolonisten*. Worte und Werke für die Arbeit und den Frieden. Edição do autor, 1955, p. 09. (Tradução livre da autora).

⁴⁸ Relação de alguns: Einwanderung und Schulproblem. Gestern und Heute. In: *Gedenkbuch zur Jahrhundert-Feier deutscher Einwanderung im Staate Santa Catarina*. Florianópolis: Alberto Entres & Irmão, 1929, p. 213-221. (Texto publicado no livro do centenário da imigração alemã em Santa Catarina); *Die Hundertjahrfeier der*

Catarina, foi também publicado no álbum comemorativo do Centenário, em 1929. Em 1935, quando era líder da minoria na Assembléia Legislativa do Estado, foi autor de defesas em prol das escolas privadas “alemãs”, por conta da política de nacionalização escolar do governo estadual.

A Revolução de 1930, contudo, reverteu o quadro político nacional, estadual e municipal, interferindo diretamente também nos projetos culturais no estado. Alguns dos que apoiavam a iniciativa de se construir um museu em Blumenau perderam seus cargos políticos, e, com isto, perdeu-se a sustentação política para a execução do projeto.⁴⁹ Programada a inauguração da pedra fundamental do museu para dezembro de 1929, quando também seriam realizados concursos de canto e ginástica entre associações “alemãs” de todo o estado, o evento foi prorrogado para maio de 1930, alegando-se o fato do ministro Victor Konder, que apoiava o projeto, não poder comparecer. Em maio, entretanto, o evento foi adiado, referindo-se à crise econômica pela qual passava o país. Estes fatos todos mostram o quanto de político tinha o projeto de criação do museu de imigração alemã em Santa Catarina e, ainda, como a Revolução de 1930 interferiu nos projetos que colocavam algumas regiões de colonização alemã em destaque, em nível estadual.

Concluindo, neste item centrou-se a análise na idéia de como se investiu, durante os festejos de 1929, em Blumenau, na idéia de que este município seria a “colônia alemã modelo” do estado, com base num discurso que ligava progresso econômico à categoria “raça”, afirmando -se uma suposta superioridade do trabalho alemão, num período em que os principais representantes do Estado de Santa Catarina permitiam tais formações discursivas. A partir dos anos 30, os investimentos em práticas acompanhadas de tais concepções, não vão mais ocorrer com o aval do governo do estado. A circulação daquelas concepções, entretanto, vai continuar no interior da esfera pública de Blumenau, até 1937.

Deutschen Einwanderung in Santa Catarina. Discurso proferido no teatro municipal de Florianópolis, em 16.11.1929, por conta do Centenário da imigração alemã no Estado, publicado no jornal A República de 22.12.1929. In: KONDER, Marcos. *Der Nationalismus als falscher Patriotismus. Etwas über die deutsche Einwanderung in Südbrasilien..* Porto Alegre: ed. do autor, 1954, p. 11-19.

⁴⁹ KOEHLER, G. A. *Carta.* Blumenau, 28 abr. 1930. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta 474-29.

Investindo na idéia de fronteiras internas em Santa Catarina e no Vale do Itajaí

Nas primeiras décadas do século XX, enquanto algumas regiões como Blumenau, no Vale do rio Itajaí-Açu, Brusque, no Vale do Itajaí-Mirim, ambas situadas no Nordeste do estado, e Joinville, na região Norte, vinham apresentando sinais positivos de desenvolvimento econômico, a região litorânea de Santa Catarina vinha sofrendo impasses em seu desenvolvimento econômico. Hermetes Reis de Araújo evidenciou como neste contexto circulavam discursos que representavam pejorativamente o homem do litoral. Conforme este autor, as elites investiram em reformas urbanas e sanitárias em Florianópolis, capital do Estado, nas primeiras décadas do século XX, procurando reajustá-la à ordem capitalista, resultando que os segmentos que não se enquadravam às codificações burguesas de organização social passaram a ser configurados como "indolentes" e "incapazes", engendrando um discurso que passou a enunciar uma suposta decadência e atraso dos indivíduos das classes menos privilegiadas da região litorânea de Santa Catarina.⁵⁰

Estas imagens eram manipuladas por políticos representantes do Vale do Itajaí, durante a Primeira República, com o objetivo de receber subsídios do governo estadual para a região. Marcos Konder, em discurso na Assembléia Legislativa do Estado, em 1919, com o objetivo de buscar o apoio do governo estadual para o melhoramento do porto de Itajaí e a construção de uma linha férrea entre Blumenau e Brusque, assim se manifestou:

A natureza não é ali [Vale do Itajaí] maior do que o homem, pelo contrário, este procurou imitar senão exceder aquela em sua grandeza. Afora os indefectíveis Jeca Tatus, que em diminuto número se circunscrevem ao litoral; às marinhas, onde gozam beatificamente a sua miséria, pescando nos rios bagres ou siris, extraindo ostras ou mariscos nos recifes da costa, afora estes miseráveis, vítimas da sua ignorância e principalmente das endemias reinantes, a massa geral da população vive devotada ao trabalho, quer na cultura do solo ubérrimo, quer no afã das indústrias agrícolas e pecuárias, quer na lida de suas fábricas de várias espécies.⁵¹

Percebe-se em seu discurso, ao se referir aos "Jecas Tatus", uma sintonia com os principais debates intelectuais da época sobre as causas do atraso brasileiro. Mas enquanto o escritor Monteiro Lobato se referiu, em 1918, ao atraso do interior brasileiro, através de seu personagem "Je ca-Tatu" – personagem que sintetizaria o caboclo do interior, melhor, do Vale

⁵⁰ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, p. 05.

⁵¹ KONDER, Marcos. *Aspectos de Santa Catharina: o Valle do Itajahy*. Discurso pronunciado pelo deputado na sessão do Congresso Representativo do Estado em 13.09.1919, p. 02.

do rio Paraíba, representado como ignorante e preguiçoso, ‘incapaz de evolução, impenetrável ao progresso’⁵² – Marcos Konder identificava a presença de ‘Jecas’ no litoral de Santa Catarina. Neste estado, o problema não estaria no interior, mas no litoral. A desqualificação do homem do litoral e a valorização de algumas áreas de colonização alemã, eram evocadas por políticos do Vale do Itajaí, como forma de barganhar com o governo estadual.

Um outro exemplo em que estas imagens aparecem, é no livro comemorativo dos festejos do Centenário de imigração alemã em Santa Catarina, de 1929. Num dos artigos que compõem o livro, um autor procura descrever os elementos ‘etnográficos’ do estado. Quanto ao ‘luso-brasileiro’ do litoral ou ‘caboclo da costa’, como se refere, fez referência à falta de instrução e às doenças, vistas como consequência do descaso do governo colonial quanto à educação pública. Segundo ele, ‘o resultado inevitável’ foi a desnutrição, a incapacidade física para o trabalho e para os estudos, a falta de iniciativa e previsão futura. Ele afirmaria ainda um caráter quase que inato de indolência do habitante do litoral: ‘a única atividade, a qual ele pode se entusiasmar é a de pescador no mar. A grande riqueza de peixes em suas águas é para ele uma maldição, já que isto só favorece a sua tendência ao nada fazer. Mas também provavelmente nenhum outro estado fornece para a marinha brasileira, proporcionalmente, tanta tripulação como Santa Catarina.’⁵³ O autor revela consonância com idéias de muitos cientistas brasileiros dos anos 20 que acreditavam poder vencer o atraso brasileiro através de investimentos na saúde, saneamento e educação (como será visto mais adiante), pois assim se refere: ‘Somente através de educação, esclarecimento e higiene que o habitante do litoral poderá ser salvo’.⁵⁴

Estas concepções são construídas e perduram em Santa Catarina durante toda a Primeira República, muito embora possam ser encontradas em alguns autores durante a década de 30 e mesmo em inícios dos anos 40.⁵⁵ Esta formação discursiva sobre o habitante do litoral também aparece num texto de Eugen Fouquet, redator do *Urwaldsbote*, mas que contém outra formação discursiva. Em novembro de 1932, Eugen Fouquet empreendeu uma viagem ao Sul do estado de Santa Catarina, acompanhado de alguns amigos, onde

⁵² Sobre isto ver SKIDMORE, Thomas. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 198-203.

⁵³ PAUWELS, P. Geraldo José. Land und Leute in Santa Catharina. In: ENTRES, Gottfried. *Gedenkbuch...* (Tradução livre da autora), p. 109.

⁵⁴ Idem.

permaneceu alguns dias, visitando algumas localidades. Desta viagem resultou um longo artigo, dividido em oito partes e publicado no jornal entre final de fevereiro e início de abril de 1933.

Ao longo da narrativa, através da qual faz uma hermenêutica do que percebe, o autor vai descrevendo a geografia, a ocupação do território, as atividades econômicas, o uso dos recursos naturais, o transporte, entre outros aspectos, cujas descrições são marcadas pela visão de mundo do autor. Percebe-se em sua narrativa uma dicotomia entre o “hós” e os “outros”, em que os “outros” são os habitantes do litoral Sul, descendentes de portugueses, e o “hós” os alemães e seus descendentes que viviam em Santa Catarina. Mesmo que de uma forma subentendida, o autor investe, através da narrativa de viagem, na idéia de fronteiras econômicas e étnicas entre o litoral Sul e os núcleos ocupados por descendentes de alemães no estado, num dos quais ele próprio vivia.

Fouquet procurou também interpretar o processo de ocupação do Sul de Santa Catarina. Já no título da série de artigos,⁵⁶ ele representa o litoral do Sul de Santa Catarina como uma “terra incógnita”, despertando a atenção do leitor. O litoral Sul do estado constituía uma “terra incógnita”, entre outros fatores, pois até aquele momento não se sabia quase nada sobre os habitantes responsáveis pela formação dos sambaquis, colinas resultantes da acumulação de conchas, cascas de ostras e outros restos de comida deixados pelos habitantes pré-históricos. Mas já nos primeiros parágrafos, percebe-se, subentendida, outra razão para a escolha do título. Fouquet questiona o fato de Laguna ser a povoação mais antiga de Santa Catarina e, a despeito disto, não ser desenvolvida como outras cidades. Fouquet usa o critério tempo para comparar as regiões do estado, revelando influência de idéias evolucionistas e de uma ótica capitalista. Para ele, “enquanto a hoje tão desenvolvida faixa litorânea do Norte do estado ainda se encontrava no sono da Bela Adormecida, nos primeiros períodos da colonização, os portugueses já haviam aqui [em Laguna] se estabelecido e usavam o porto de Laguna como porta de invasão em direção ao interior”.⁵⁷ O autor assim desconsidera São Francisco do Sul, por exemplo, localizada no litoral Norte de Santa Catarina, que era um dos mais antigos núcleos de povoamento do estado, juntamente com Laguna e Desterro.

⁵⁵ A formação discursiva aceita pela maioria dos intelectuais catarinenses durante a Primeira República, que desqualificava o homem do litoral, contudo, ainda pode ser encontrada em anos seguintes, mas esta também acabou sendo revista durante o Estado Novo. Sobre isto ver último capítulo.

⁵⁶ FOUQUET, Eugen. Die Südküstenzone unseres Staates: eine ‘terra incognita’. Parte I. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 28 fev. 1933, p. 01.

Santo Antônio dos Anjos da Laguna, um dos primeiros núcleos de ocupação estáveis do litoral de Santa Catarina, foi fundado no século XVII. Conforme João Bittencourt, na metade do século XIX, Laguna foi tomada por uma onda de valores modernizantes, que resultaram, por exemplo, na construção da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, em 1880, para o transporte de carvão até o seu porto. Mas muitos dos projetos, como o prolongamento da estrada de ferro até o Rio Grande do Sul e uma ligação fluvial ligando Laguna até Porto Alegre, foram abandonados com o tempo.⁵⁸ No início da Primeira República, Laguna enfrentava sérias dificuldades em se firmar economicamente e produzir o desenvolvimento almejado.⁵⁹ Por conta disto, Laguna se enquadrava no discurso desqualificador do litoral, vigente durante a Primeira República.

Num de seus artigos, Fouquet lamentava o estado do porto de Laguna, o que era um empecilho ao desenvolvimento da região. Para ele, a própria localização de Laguna, a cidade e o porto, numa península, limitaria, como em Florianópolis, o desenvolvimento de toda a região circundante que dependia do porto. O fato de que o desenvolvimento deveria partir daquele ângulo estreito, o porto, faria com que o comércio e a transformação de toda a zona sofresse extremamente.⁶⁰ Fouquet sugeria, então, um projeto para otimizar os seus serviços, qual seja, a plantação de mata nas dunas movediças existentes no local, para que deste modo o porto pudesse ser ampliado, citando, como exemplo, um projeto semelhante empreendido na costa da Prússia Oriental (Norte da Alemanha), que teria tornado regiões do seu litoral aproveitáveis economicamente. Fouquet remete assim à longínqua Alemanha, país de onde havia emigrado no final do século anterior, para mostrar como os obstáculos da natureza não constituíam obstáculos ao desenvolvimento econômico, mas que poderiam ser superados através da tecnologia. As inúmeras informações sobre a Alemanha divulgadas através do *Urwaldsbote* para os leitores de língua alemã no estado e muitas vezes tomadas como exemplo para a resolução de problemas em Blumenau, eram também usadas pelo autor para

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Sobre os projetos de desenvolvimento em Laguna e seus descaminhos ver sobretudo capítulo II da dissertação de João Bittencourt. Op. cit.

⁵⁹ Conforme João Bittencourt, no início da Primeira República Laguna era dedicada sobretudo às atividades de importação e exportação, haviam grandes dificuldades econômicas, pois embora se investisse na operacionalidade da barra, as obras não possibilitaram a entrada de navios grandes, além de outras obras de ligação que não se viabilizaram. Também a ferrovia não havia contribuído muito para o desenvolvimento da atividade comercial, pois ela foi projetada especialmente para o transporte do carvão e grande parte do seu trajeto acompanhava o leito do rio Tubarão, levando os agricultores a preferir o comércio com Laguna pela via marítima, de frete mais barato e muitas vezes livres dos impostos que pela ferrovia seriam cobrados obrigatoriamente. BITENCOURT, op. cit., p. 91.

sugerir soluções para problemas de outras regiões do estado. A Alemanha era tomada como exemplo de país que se modernizava, através da intervenção no meio, e aparece não somente uma vez em sua série de artigos.

O autor narra sua visita a uma fazenda de 1.000 hectares, dedicada à pecuária e agricultura, em Granja Madre, de propriedade de Júlio Bopré, colega do editor e colaborador de uma coluna dedicada a artigos sobre agricultura e pecuária (*Kolonie, Haus und Hof*) do *Urwaldsbote*, compara a fazenda do colega com o vale do rio Weser, no litoral Norte da Alemanha, por conta da ‘magnífica cultura agrícola e dos exuberantes pastos para gado’.⁶¹ Nesta fazenda, investia-se no melhoramento da raça bovina, com a importação de espécies de Holstein, Norte da Alemanha, cujas crias eram vendidas para criadores de outros municípios do estado e também no Rio de Janeiro. A fazenda do amigo é representada como um espaço que tinha mais semelhanças com uma localidade da Alemanha, do que com a região que lhe circundava. O editor investe na idéia de que a cultura alemã era capaz de mudar a paisagem, de tal forma que esta podia se parecer com a Alemanha.

Fouquet se refere ao amigo como “o homem alemão”, ao destacar o sucesso de seu empreendimento, como se a ascendência alemã explicasse aquele estado de coisas: ‘nós certamente não tínhamos do que se arrepender [da visita], pois tanto o estabelecimento como as instalações de sua grande fazenda denunciam o especialista, também não menos o homem alemão que aqui, apesar de resistências infundáveis, quer criar algo duradouro e valioso para o estado.’⁶² O próprio autor, entretanto, dá pistas para se pensar outras razões para o desenvolvimento da fazenda, quando cita o papel ativo de Júlio Bopré na política local e estadual, ou seja, espaço em que se barganham interesses e se negocia a distribuição dos recursos na sociedade.

Ora, Fouquet de certo modo se contradiz em sua narrativa. Em Granja Madre, no vale do rio Tubarão, estavam as terras mais férteis da região, propícias à agricultura, enquanto que Laguna era uma área em que a população era voltada para o comércio e para a pesca. Certamente seu amigo não teria o mesmo êxito se sua fazenda fosse em Laguna. Mesmo assim, o autor enfatiza que o fator explicativo das diferenças de desenvolvimento econômico entre a fazenda citada e a cidade de Laguna, era a “questão da população”, como escrevera. Para Fouquet era:

⁶⁰ FOUQUET, Eugen. Die Südküstenzone unseres Staates: eine ‘terra incognita’. Parte II. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 03 mar. 1933, p. 01.

⁶¹ Idem.

inevitável comparar o que os colonos germânicos fizeram [em Granja Madre] num período de 100 anos e o que a colonização portuguesa em um espaço de tempo duplo ali criou. Aqui [em Granja Madre] colônias, vilas e cidades florescentes e uma vontade de ser senhor de si mesmo, lá [em Laguna] somente um anoitecer sombrio, sim, se pode dizer, um estado de vegetamento (...) ⁶³

O editor valoriza, assim, novamente o fator tempo no processo de desenvolvimento econômico, além do fator “raça”, conforme a ideologia teuto-brasileira. Longe de querer examinar as particularidades da cultura local, Fouquet voltava-se para a comparação entre as culturas do Estado, julgando-as e desqualificando o homem do litoral, descendente de portugueses, através de seu olhar etnocêntrico.

Numa de suas comparações, Fouquet afirma que enquanto noutras regiões do estado o elemento alemão sobrepujava a natureza através da cultura do trabalho, nas regiões de colonização lusitana, como no litoral Sul, a população se deixava domar pela natureza: “a indolência humana não quis aqui criar nada a partir destas terras ricas (...) onde as próprias pessoas é que vegetam”. ⁶⁴ Para Fouquet, só restava compadecer-se perante tais habitantes: “Seria errado atribuir a culpa somente à atual geração; ao contrário, há que se ter pena destas pessoas e a sua situação não carece de uma certa tragédia.” ⁶⁵ Refere-se aos que, após venderem seus pertences, mudavam-se para a praia, onde se tornavam “vítimas da verdadeira pobreza, perdendo toda e qualquer possibilidade de dirigir suas vidas”. ⁶⁶

Estes fragmentos de texto revelam uma similaridade com a formação discursiva vigente na Primeira República, que desqualificava os habitantes do litoral. Isto se revela através dos termos “indolência”, “vegetamento”, “tragédia”, “vítimas”. As representações sobre os habitantes do litoral que Fouquet tinha, se materializam na linguagem, nas expressões que o autor utiliza para identificá-los. Percebe-se um ar de superioridade, distanciamento, que chega a tomar, em muitos momentos, o tom de repulsa.

O tom de superioridade, distanciamento e desdém somente é abandonado pelo autor ao narrar suas visitas à propriedades de amigos, quando, pelo contrário, há uma identificação do autor. Quando se refere à fazenda de Júlio Bopré, em Granja Madre, há uma quebra no tom da narrativa. O tom sarcástico e de desdém com que trata as regiões ocupadas por descendentes

⁶² Idem.

⁶³ Idem. Die Südküstenzone unseres Staates: eine “terra incognita”. Parte IV. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 14 mar. 1933, p. 01.

⁶⁴ Idem. Die Südküstenzone unseres Staates: eine “terra incognita”. Parte III. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 10 mar. 1933, p. 01.

⁶⁵ Idem.

de portugueses, dá lugar a um tom cordial e laudatório. Na série de artigos, ao mesmo tempo em que Fouquet vai afirmando a existência de diferenças entre o litoral Sul e os litoral do Norte do estado, vai citando alguns exemplos, como a fazenda Granja Madre, para afirmar a existência de “ilhas” de desenvolvimento no Sul do estado, que destoavam da situação da região circundante. O fundamento destas concepções era sua tese da capacidade superior de trabalho dos alemães,⁶⁷ ou seja, à idéia de que onde quer que o elemento alemão se instale, seja no Norte ou no Sul do estado, interior ou litoral, viceja progresso.

Daí sua crítica à política de ocupação do litoral Sul do estado, que para aquelas terras não havia encaminhado “plantadores e criadores de gado eficientes, descendentes de alemães”, uma vez que “todo antigo membro da milícia colonial portuguesa era certamente qualquer outra coisa, mas não um bom colono e um desbravador de larga visão. Eles sabiam falar com a Bíblia, mas não multiplicar suas riquezas através do trabalho, e a sua indolência em criar algo não foi limitada através da riqueza da natureza, mas incentivada.”⁶⁸

Em sua argumentação, o autor chega a negar aos primeiros açorianos o adjetivo europeu. Para ele, os açorianos eram apenas “meio-europeus”: “Os descendentes dos primeiros europeus no estado eram somente em parte habitantes do Velho Mundo, a maioria era composta, como também em outras localidades em nossa costa, de habitantes das ilhas do Oceano Atlântico, Açores, etc.”⁶⁹ Ou seja, este argumento nos faz perceber como o autor carrega o adjetivo “europeu” de uma positividade, adjetivo que afirma quando se refere aos alemães, mas que nega quando se refere aos açorianos.

O autor interpreta o processo de ocupação do estado, utilizando a categoria “raça”. A raça alemã, para ele, seria a única que sabia se sobrepujar à natureza, diferentemente dos açorianos: “Não se deve certamente falar algo que machuque os sentimentos desta gatinha. [Os açorianos] não eram pessoas que deste paraíso natural pudessem criar um verdadeiro Éden, e o que deles hoje restou, indica que ao final a raça é o principal fator na transformação de uma terra virgem em terra produtiva, um fato que só pode ser desmentido por ignorantes”.⁷⁰ O autor critica a população e a situação econômica do litoral Sul de Santa

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Esta sua idéia era defendida em inúmeros outros textos. Sobre esta concepção ver SEYFERTH, Giralda. A representação do trabalho alemão na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-33, 20 out. 1982.

⁶⁸ FOUQUET, op. cit., Parte II.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Idem.

Catarina através de uma narrativa carregada por preconceitos, como denota o termo “gentinha” e outros citados anteriormente.

Sua análise de questões sobre desenvolvimento no estado é baseada não somente por uma ótica capitalista, mas também pela crença numa superioridade do trabalho alemão. Se o paradigma de civilização vigente no estado durante a Primeira República, desqualificava o homem do litoral por ser considerado inadequado a um ideal de desenvolvimento capitalista, Eugen Fouquet acrescenta a este paradigma a idéia de que os descendentes de portugueses seriam incapazes de se adequar a este ideal por pertencerem a uma raça inferior.

Eugen Fouquet, que estudou Direito e Filosofia em Berlim e emigrou a Blumenau em 1893, onde desde 1898 chefiava a redação do jornal *Urwaldsbote*,⁷¹ foi caracterizado por Giralda Seyferth como o editor de jornal mais influenciado pelo pangermanismo no Brasil.⁷² O movimento pangermanista se organizou na Alemanha a partir da década de 90 do século XIX, em torno da Liga pangermânica (*Alldeutscher Verband*). A ideologia pangermanista afirmava a superioridade da raça germânica, defendia a tese do espaço vital (*Lebensraum*) e o expansionismo imperialista, pretendendo a união de todos os alemães no mundo.⁷³ Fouquet, portador de um discurso racista, era contrário à miscigenação, que associava à decadência, representando os brasileiros como representantes de raças inferiores ou não civilizadas. Condenava a assimilação em nome da superioridade racial alemã. Conforme Giralda Seyferth, o discurso anti-assimilacionista de Fouquet tomou as cores da ideologia racial pangermânica, dando manifestações inequívocas de preconceito racial. Mas o *Urwaldsbote*, segundo a mesma autora, não teria assumido plenamente as propostas da Liga Pangermânica, tendo desenvolvido um discurso étnico teuto-brasileiro.⁷⁴ Sim, pois a idéia de uma vinculação política com a Alemanha não era cogitada por Fouquet. Muito pelo contrário, Eugen Fouquet foi o mentor político do *Volksverein*, uma sociedade de natureza étnica com fins políticos que, através de mobilização eleitoral dos colonos, conseguiu a vitória de Alwin Schrader como

⁷¹ Cf. biografia do autor na revista *Der Auslandsdeutsche*, Stuttgart, 1937, p. 184 e no *Centenário de Blumenau. 1850-2 de setembro de 1950*. Edição da Comissão dos Festejos.

⁷² Cf. SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: FCC, 1981, p. 52.

⁷³ Cf. SEYFERTH, Giralda. *Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado brasileiro*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 110, outubro de 1994.

⁷⁴ SEYFERTH, Giralda. *A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise de dois discursos étnicos irredutíveis*. *Revista História. Questões & Debates*, Curitiba, ano 10, n. 18 e 19, junho e dezembro de 1989, p. 140 e 152.

Superintendente Municipal de Blumenau, em 1902, que ficou no cargo até 1915. O próprio Fouquet, já naturalizado, foi eleito Conselheiro Municipal, naquela ocasião.⁷⁵

Diferentemente da *Alldeutscher Verband*, que pressupunha a união de pessoas de uma só etnia – motivo pelo qual recusavam a concessão de cidadania aos indivíduos de outras etnias residentes na Alemanha e exigiam a extensão dos direitos de cidadania aos alemães no exterior⁷⁶ - os intelectuais brasileiros, no final do século XIX, formularam a teoria da mestiçagem. Na medida em que a civilização européia não podia ser transplantada integralmente para o solo brasileiro, os intelectuais procuravam revelar um nexos que definisse nossa diferenciação nacional, chegando na categoria “mestiço”. Segundo estes intelectuais, a mestiçagem possibilitaria a “aclimatação” da civilização européia nos trópicos.⁷⁷ Apostava-se numa miscigenação no sentido do branqueamento, como forma de apagar da população brasileira as características dos negros e indígenas, considerados entraves ao processo civilizatório. Neste sentido, incentivar a imigração européia era uma forma de acelerar e garantir o branqueamento, eliminando-se as consideradas “raças inferiores”. E este era um dos pressupostos para o desenvolvimento do país. Segundo Giralda Seyferth, houve um choque entre os ideais pangermanistas e teuto-brasileiros com a proposta assimilacionista do nacionalismo brasileiro, elaborada a partir da tese do branqueamento da raça pela miscigenação seletiva.⁷⁸ Eugen Fouquet possuía uma opinião irredutível, na medida em que não aceitava a miscigenação como uma das soluções para se superar o “atraso” brasileiro. A idéia de que a miscigenação de raças, no sentido do branqueamento, seria um dos caminhos para se “vencer o atraso”, chocava -se com o pensamento de Eugen Fouquet. Este escrevera, em 1929, que a miscigenação seria um empecilho ao progresso de Santa Catarina, como visto. Esta característica que o descompatibilizava com a corrente assimilacionista do nacionalismo brasileiro.⁷⁹

Os cientistas brasileiros acreditavam que o país somente conseguiria “vencer o atraso” se houvesse, além da miscigenação no sentido do branqueamento, investimentos no meio,

⁷⁵ Cf. SEYFERTH, G. Identidade étnica... p. 119.

⁷⁶ MAGALHÃES, Marionilde B. Os pangermanistas na Argentina, no Brasil e no Chile. In: IOKÓI, Zilda Maria; DAYREL, Eliane G. *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão & Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, p. 333.

⁷⁷ Cf. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 20 e 21.

⁷⁸ Sobre isto ver SEYFERTH, Giralda. A liga pangermânica.... p. 113-156.

⁷⁹ As idéias de Eugen Fouquet fora alvo de críticas por alguns círculos intelectuais no estado, como no início do século. Numa das visitas que o autor fez ao Sul do Estado – ele já havia realizado outras viagens àquela região em 1896, 1897 e 1911, o que mostra que a região não lhe era desconhecida – o autor também havia publicado impressões de viagem, cujo conteúdo motivou a abertura de um processo contra o jornal. (O autor não cita em qual das datas foi movido o processo contra o jornal).

através do urbanismo e saneamento, por exemplo. No final dos anos 10, intelectuais e cientistas brasileiros começaram a criticar o determinismo racial e geográfico, afirmando que a solução para o atraso brasileiro era investir na profilaxia da população, resultando em diversos planos de saúde pública e reformas urbanas em alguns centros do país. Conforme Thomas Skidmore, “os propugnadores de medidas de educação e saúde pública afirmavam que doença e analfabetismo e não origens raciais ou caráter inato (como no caso do caboclo) eram a verdadeira explicação” para o atraso no interior.⁸⁰ A famosa sentença de Monteiro Lobato, que reviu sua posição de que o próprio “Jeca” era a causa da miséria em que vegetava, ao afirmar que o “Jeca não é assim: *está* assim”, mostra a mudança ocorrida na forma como se pensavam os problemas sociais brasileiros, na medida em que se reabilita o caboclo e se passa a destacar o papel do poder público para se vencer o atraso brasileiro.⁸¹

Comparando-se estas idéias existentes no Brasil com as de Eugen Fouquet, este também coadunava com a necessidade de se investir no meio, tanto que dá algumas sugestões de intervenção para a melhoria das condições de funcionamento do porto de Laguna, como visto.⁸² Apesar disto, ele considerava a “raça” o “principal fator na transformação de uma terra virgem em terra produtiva”, como havia escrito.⁸³

No Brasil, a noção de raça biológica foi modificada por Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, em 1933, para a noção cultural de raça, aplicada ao meio e à história do grupo. Sob influência do culturalismo do antropólogo Franz Boas, Freyre vai reinterpretar a mesma problemática da identidade nacional proposta pelos intelectuais brasileiros do final do século XIX, passando do conceito de “raça” para o de “cultura”.⁸⁴ Eugen Fouquet ainda se apegava, no início dos anos 30, ao termo “raça” e quando se referia ao termo cultura, não era no mesmo sentido que muitos intelectuais brasileiros.

A idéia da cultura como processo, não aparece nos textos de Fouquet aqui analisados. A concepção de cultura usada ao se referir aos alemães e descendentes em Santa Catarina tem similaridades com a “cultura nacional” alemã, referida por Norbert Elias, ou seja, uma concepção de “cultura” como algo estático. O conceito *Kultur*, segundo Elias, surgiu no

⁸⁰ SKIDMORE, op. cit., p. 201.

⁸¹ Ibidem, p. 198-203.

⁸² No início do século, Fouquet também apoiava os investimentos que se faziam em Blumenau, como a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina, elaborando a idéia do moderno em oposição ao arcaico e ao rural.. Cfe. AREND, Sílvia Maria Fávero; WITTMANN, Luisa Tombini. O ‘problema dos Xokleng’: o município de Blumenau (1910-1914): polifonias. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLIII, n. 05/06, p. 62-82, maio/junho 2002.

⁸³ FOUQUET, op. cit., Parte II.

⁸⁴ Sobre isto ver ORTIZ, op. cit., p. 19.

século XVIII, designando a auto-imagem do estrato intelectual da classe média, que ascendia socialmente. Esta teria criado, através da literatura e de obras de cunho filosófico, o ideário da *Kultur* e que constituiu um dos principais pilares do nacionalismo alemão, no século XIX.⁸⁵ O termo *Kultur* se referia a um processo de cultivação, à transformação da natureza por seres humanos. Mas, no século XX, este termo passou a representar algo quase inteiramente estático. Quando os homens oriundos da classe média alemã cada vez mais repartiram o poder com as tradicionais classes aristocráticas dominantes, ou pura e simplesmente tomara delas, as rédeas do poder, e se estabelecendo progressivamente como os grupos mais poderosos de suas respectivas sociedades, as crenças e os ideais orientados para o futuro perderam seu anterior significado. O conceito de progresso perdeu status e prestígio entre a *intelligentsia* de classe média e em seu lugar, uma imagem idealizada de sua nação passou a ocupar o centro de sua auto-imagem, trocando-se o futuro pelo passado. Se antes as conotações humanistas e morais davam ênfase no futuro, na crença na mudança, em fins do século XIX e começos do XX, com o nacionalismo alemão, dava-se ênfase ao passado, na crença no valor imutável. O termo “cultura” foi cada vez mais usado na acepção de “cultura nacional”, perdendo as conotações de desenvolvimento. Sendo assim, o conceito de cultura, na Alemanha, deixou de fazer referência a processos para se referir a estados imutáveis.⁸⁶ Ao se dedicar a temas como o desenvolvimento econômico em Santa Catarina, como na série de artigos em questão, Fouquet parece crer numa idéia quase que determinista sobre o futuro das diferentes regiões, conforme sua constituição racial.

Na série de artigos, Fouquet deixa a entender que, apesar da existência de algumas propriedades economicamente desenvolvidas, o litoral Sul de Santa Catarina formava uma realidade que muito se distinguia da realidade do litoral Norte do estado, explicando tal estado de coisas através de um discurso étnico.

Em diversos momentos da série de artigos, aparece a posição política do jornal perante o contexto da época, assim como seus laços com o Partido Republicano Catarinense, apoiado pelo jornal, e que havia perdido seus postos no governo do estado de Santa Catarina e do município de Blumenau, em 1930. Muitas das informações escritas por Fouquet, no artigo, foram obtidas através de conversas com seus amigos moradores da região, como Júlio Bopré, que era do PRC e, portanto, também opositor ao governo estadual. Outro amigo que

⁸⁵ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 23.

visita, Otto Feuerschütte, que tinha uma fazenda criadora de gado no vale do rio Canoé, também era político do mesmo partido, e que com a Revolução de 1930 perdeu seu cargo, dedicando-se desde então à agricultura e pecuária. Isto evidencia as ligações que o *Urwaldsbote* tinha com membros do PRC no Sul do estado, descontentes com os rumos da política estadual. Em alguns momentos da série de artigos, o autor revela o descontentamento com relação à situação política estadual, e quando se refere à política de impostos, adverte que o governo deveria proteger “os elementos que realmente produziam”, que deixa subentendido, não seriam os moradores do litoral Sul que criticava.⁸⁷ No momento em que escreve, as elites econômicas de Blumenau haviam perdido importantes canais de barganha com o governo estadual e federal, daí aparecer a questão dos impostos em seu texto. Fouquet empreendeu a viagem ao Sul do estado justamente numa época política crítica para as decadentes elites do PRC, visitando ali antigos correligionários políticos.

O discurso que positivava as regiões de colonização alemã do estado e que utilizava como contraponto as regiões do litoral, permeado por idéias racistas, como o de Fouquet, embora tenha, em muitos momentos, durante a Primeira República, encontrado severas críticas por parte de outros jornais, era permitido pelo círculo governista estadual. As forças políticas que o jornal defendia, e que permitiam a circulação de tais idéias de Fouquet, entretanto, haviam perdido seus cargos, em 1930. Em meados dos anos 30, o proprietário do jornal *Urwaldsbote*, Gustav Arthur Koehler começou a perceber que a publicação de artigos de conteúdo racista, envolvendo populações de origem portuguesa do estado, poderiam significar um perigo para a própria circulação do jornal.⁸⁸ Numa carta enviada ao governo alemão, em 1935, Koehler afirmava que artigos com tal conteúdo publicados naquele ano, haviam provocado “nervosidade entre os círculos luso-brasileiros”,⁸⁹ que tomaram conhecimento do conteúdo após sua tradução, o que, conforme Koehler, já estava se tornando freqüente naquela época.

⁸⁶ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1997, p. 119-131.

⁸⁷ FOUQUET, op. cit., Parte IV.

⁸⁸ No final de 1935, por conta da visita de um grupo de turistas alemães ao Vale do Itajaí, através do programa *Kraft durch Freude* do governo nacional-socialista alemão, o jornal publicou um artigo sobre a situação dos descendentes de alemães em Blumenau, em que o editor comparou os colonos de ascendência alemã e portuguesa, afirmando que os últimos se preocupavam menos com o futuro. Por conta desta afirmativa, integrantes do movimento integralista distribuíram um panfleto de protesto em Blumenau, acusando aquele jornal de alimentar o ódio racial, de ser o “provocador da discórdia na família brasileira”, defendendo -se que o jornal fosse retirado de circulação. Este ato de repúdio de integrantes da AIB evidencia tensões étnicas locais. Lokalnachrichten. Zu eigener Sache. *Der Urwaldsbote*, 25 nov. 1935.

A partir de agosto de 1934,⁹⁰ Gustav Artur Koehler assumiu também a edição do jornal, diante do afastamento definitivo de Fouquet, por motivo de doença. A formação discursiva que Fouquet apresenta nos artigos de 1933 é semelhante à que se encontra no texto de Koehler sobre a presença alemã no estado, publicado em 1929, analisado no item anterior. Diferenças econômicas entre regiões de Santa Catarina, explicadas por diferenças étnicas, também podem ser encontradas em documentos escritos por Koehler em meados dos anos 30, enviados a instituições de incentivo a alemães e descendentes ou mesmo ao governo alemão. Em 1935, Koehler escreveu um estudo intitulado ‘Como podemos ajudar os nossos colonos, descendentes de alemães, em sua luta existencial aqui no Sul do Brasil?’,⁹¹ que não foi publicado no jornal mas enviado ao governo alemão, com o pedido de um apoio financeiro ao Sindicato Agrícola de Blumenau, do qual Koehler era diretor, para se fundar uma escola agrícola no município de Indaial.

Neste estudo, o autor traça um histórico sobre a ocupação do estado, em que também contrapõe a colonização alemã à colonização portuguesa, com idéias e linguagem bem semelhante às do colega Eugen Fouquet⁹². Neste estudo, porém, Koehler trata mais especificamente do Vale do Itajaí,⁹³ investindo na idéia de fronteiras étnicas nesta área, fazendo disto a base argumentativa para a explicação de assuntos de ordem econômica e, inclusive, para a solicitação de recursos financeiros ao governo alemão.

A sintonia de pensamento com o colega Fouquet se percebe também na sua representação sobre as populações indígenas que viviam no estado. Apesar do autor reservar ao indígena a qualidade de ‘verdadeiro patrício do estado’, representa -o, entretanto, como um grande obstáculo ao empreendimento colonizador europeu: ‘eles não eram muitos em número, mas sempre prepararam inúmeros obstáculos à mais urgente colonização’.⁹⁴ A

⁸⁹ KOEHLER, G. A. *Ein Vorkommnis der letzten Tage, dass zur Vorsicht mahnen sollte*. Blumenau, 21 ago. 1933. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/474-37. BAK. (Tradução livre da autora).

⁹⁰ Conforme consulta nos números do jornal da época.

⁹¹ KOEHLER, G. A. *Wie können wir unseren deutschstämmigen Kolonisten hier in Südbrasilien in seinem gegenwärtigen schweren Daseinskämpfe stützen?* Blumenau, 25 mar. 1935. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 60030. (Tradução livre de Annemarie Fouquet Schuenke).

⁹² Koehler inicia seu texto sobre a ocupação do Estado, fazendo menção aos portugueses, que ‘só mostravam uma diferença com os demais imigrantes alemães, a de que chegaram 200 anos antes’, ratificando a idéia de Fouquet de que o habitante do litoral, o ‘caboclo da costa’, havia se tornado uma ‘criança do meio ambiente’. Para ele, nem o elemento português, muito menos a população indígena, haviam trazido prosperidade para os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, mas sim a ‘imigração européia, que se estabeleceu ali nos anos 1827-1829.’ Ou seja, também para Koehler os portugueses não eram considerados europeus. Com o mesmo tom de Fouquet, Koehler se refere aos portugueses como ‘gentinha’ que não se preocupava com o futuro e que havia perdido a vontade de trabalhar. KOEHLER, op. cit., p. 01-03. (Tradução livre da autora).

⁹³ Desde agosto de 1934, Koehler figura como editor do *Urwaldsbote*, do qual era proprietário.

⁹⁴ KOEHLER, op. cit., p. 02 (Tradução livre da autora).

colonização européia no Vale do Itajaí teria trazido a “civilização” à região, e tudo o que fosse um empecilho a este processo deveria ser eliminado. Isto se depreende na ratificação da idéia de que “o melhor bugre é o bugre morto”,⁹⁵ que por muitas décadas foi defendida por Eugen Fouquet, que escreveu para o *Urwaldsbote* entre 1898 e 1934.⁹⁶ Quer dizer, ainda em 1935, esta idéia permanecia válida para Koehler, que então criticaria o que chamava de “átrevimento” de algumas pessoas em “civilizar” os índios, quando se refere à reserva indígena criada em 1914, em Hamônia, que denomina de “ilha de humanidade artificial”.⁹⁷ Para ele, este fato, “além de não mostrar nenhum sucesso visível, custou ao governo estadual grandes somas em dinheiro e colocou em questão, nas primeiras décadas, qualquer colonização séria em terras mais distantes”.⁹⁸ Como visto em capítulo anterior, Koehler defendia o que chamava de “colonização interna” do Vale do Itajaí. Percebe-se, em seu texto de 1935, que tal ocupação demográfica do interior do antigo município de Blumenau, com europeus e descendentes, deveria acontecer a despeito da presença dos indígenas, que deveriam ser dizimados.

Em sua argumentação, contrapõe o descendente de alemão, ao indígena, ao descendente de italiano e ao descendente de português, de forma que confere um caráter homogeneizante aos habitantes do Vale do Itajaí, conforme sua ascendência. No documento, Koehler, pressupõe a existência de uma escala hierárquica, determinada pela crença na suposta superioridade do trabalho alemão, na qual o descendente de alemães aparece em primeiro lugar, seguido do descendente de italianos e, por fim, do descendente de portugueses. O indígena, como visto, não é incluído nesta escala, uma vez que lhe é negado o direito da própria existência.

Koehler faz ressalvas com relação aos italianos, distinguindo o italiano do Norte e o do Sul, na medida em que considera que o último teria expectativas de vida modestas, assim como o português, pois este não teria o sentido da terra que os descendentes de alemães teriam, “eis que simplesmente desmatam, praticam a cultura exaustiva da terra e migram adiante, quando a terra não quer dar mais colheitas ricas”.⁹⁹ O autor vai reproduzindo uma série de preconceitos, associando inclusive à cada etnia uma certa predisposição para

⁹⁵ Citada na carta citada. Idem.

⁹⁶ Sobre os debates entre jornais de Blumenau sobre a questão indígena ver o artigo de: ALVES, Rosilene. Bugres: as notícias correm! In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri (Org.) *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 200, p. 33-40.

⁹⁷ KOEHLER, op. cit., p. 02 (Tradução livre da autora).

⁹⁸ Idem. (Tradução livre da autora).

⁹⁹ Ibidem, p. 03. (Tradução livre da autora).

determinadas atividades econômicas: “pode-se dizer que o italiano se presta mais ao cultivo de um só produto, como tabaco, arroz, mandioca, etc, enquanto o descendente de alemães se dedica mais à policultura”,¹⁰⁰ e por isto estes últimos, conforme Koehler, trariam mais vantagens para o desenvolvimento do estado. Novamente aparece, na narrativa, a idéia de que a “raça” era o fator primordial na análise de questões sobre desenvolvimento.

Há que se avaliar os fins pelos quais o autor escreve este documento. Este artigo não foi publicado, mas escrito em forma de estudo e enviado, acompanhado de uma carta, ao governo alemão, na tentativa de sensibilizá-lo a liberar uma verba que ajudasse o Sindicato Agrícola de Blumenau a construir uma escola agrícola.

O pedido de ajuda ao governo nacional-socialista alemão, por cuja ideologia o jornal tinha simpatias, deu-se num momento em que as forças políticas que o jornal apoiava em Santa Catarina, haviam perdido o seu poder de barganha com o governo estadual, e se mostravam ameaçadas, localmente, pelo movimento integralista, que encontrava também muitos seguidores nas áreas rurais do Vale do Itajaí. Daí os investimentos na instrução técnica destas populações, com o objetivo de melhorar suas condições de vida, serem tomados por Koehler como uma medida que poderia impedir o avanço do integralismo. Além do integralismo, o autor ainda faz menção aos “perigos relativos ao crescimento excessivo do comunismo, pelo menos nas cidades do litoral”, que, segundo ele, poderia influenciar também os descendentes de alemães no Vale do Itajaí. Neste ponto, o autor realça sua posição anticomunista, que era uma das grandes tônicas do governo nacional-socialista. Para impedir tudo isto, Koehler conclui: “é preciso sacudir o colono de origem alemã da sua letargia”.¹⁰¹ Este assim é representado como um indivíduo passivo, massa de manobra para movimentos políticos aos quais o autor se opunha.

Outro argumento mencionado para conseguir verbas do governo alemão, era a perda do domínio político das antigas lideranças do PRC. Conforme Koehler, “através do andamento dos acontecimento políticos no país, no decorrer dos últimos quatro anos, muito mudou a nosso desfavor, de forma que hoje nós temos que lutar contra grandes dificuldades financeiras”.¹⁰²

Na década de 20, quando os políticos que o jornal apoiava, irmãos Konder, Curt Hering e outros do PRC, lideravam a política em nível estadual e municipal, o jornal era um

¹⁰⁰ Idem. (Tradução livre da autora).

¹⁰¹ Ibidem, p. 05. (Tradução livre da autora).

¹⁰² Ibidem, p. 06. (Tradução livre da autora).

ferrenho crítico da República de Weimar (1919-1933), tendo um relacionamento no mínimo tenso com este regime na Alemanha. Na primeira metade dos anos 30, esta situação havia se invertido. Quando em 1933 ascendeu ao poder o líder nazista, Adolf Hitler, por cuja ideologia o *Urwaldsbote* tinha simpatias, estava no governo de Santa Catarina um representante das forças políticas opositoras ao PRC, que o jornal apoiava. Estas reversões políticas, ocorridas tanto no Brasil como na Alemanha, são importantes para se analisar o conteúdo, os termos e o próprio fato de Koehler ter se dirigido através de carta ao governo alemão. Koehler ainda se dirige diretamente ao governo alemão, através de carta, e não através do grupo local do NSDAP, pois ele havia se tornado um dos principais opositores do grupo local em Blumenau. Se numa primeira fase, seu jornal fazia uma apreciação positiva em relação ao grupo local do NSDAP, a partir de meados de 1933 esta relação piora bastante, tensões que em julho de 1933 chegam à publicidade.¹⁰³ Entretanto, Luís Edmundo Moraes assinala que, apesar disto, o jornal se posicionava positivamente em relação a outros grupos locais do partido no Brasil.¹⁰⁴

Sua simpatia também se estendia em relação ao regime nacional-socialista na Alemanha. Por isto que Koehler, em seu estudo, procurou realçar a idéia da superioridade do trabalho alemão, assim como a idéia de que todos os cidadãos e descendentes de alemães faziam parte de uma mesma comunidade nacional e racial alemã (*Volksgemeinschaft*), em meio à afirmação de diferenças entre descendentes de alemães e outros habitantes do Vale do Itajaí, idéias que se coadunavam com a ideologia nacional-socialista, com o intuito de sensibilizar o governo alemão para seu pedido de auxílio financeiro. Koehler fazia uso de termos próprios da “Schollenideologie” (ideologia da gleba), que fazia parte da ideologia nacional-socialista do “Blut und Boden” (sangue e terra),¹⁰⁵ que concebia o campesinato como a “fonte de sangue do povo alemão”. Por conta disto, o governo alemão pretendia assegurar a existência de um “campesinato alemão fixo à terra” (*Bodenständigkeit*).¹⁰⁶ No texto, Koehler justificava o investimento na escola agrícola como uma forma de “fazer do

¹⁰³ MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: die Orstgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro*. Berlin, 2002. Tese (Doutorado em História) – Zentrum für Antisemitismusforschung, Technische Universität zu Berlin, p. 173 e 184.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 194.

¹⁰⁵ MESSERSCHMIDT, Rolf. Nationalsozialistische Raumforschung und Raumordnung. In: PRINZ, M.; ZITELMANN, Rainer. *Nationalsozialismus und Modernisierung*. Darmstadt: Wissens. Buchgesellschaft, 1991, p. 128.

¹⁰⁶ BLUT UND BODEN. In: KAMMER, Hilde; BARTSCH, Elisabet (Org.). *Lexikon Nationalsozialismus: Begriffe, Organisationen und Institutionen*. Reinbeck bei Hamburg: Rowohlt, 1999, p. 40-41.

¹⁰⁶ KOEHLER, op. cit., p. 08. Tradução livre da autora).

colono um camponês descendente de alemães que, com o mesmo amor, ama a sua gleba”.¹⁰⁷ Koehler procurava realçar elementos da ideologia nacional-socialista para sensibilizar o governo alemão a enviar verbas para seu empreendimento, com o argumento de que “somente um *Volksgenosse*¹⁰⁸ forte economicamente será, aqui fora [no Brasil], um membro valioso da *Volksgemeinschaft* alemã”.¹⁰⁹

Como se percebe, se em Blumenau, o investimento na idéia da existência de fronteiras étnicas, acompanhado da desqualificação de habitantes que não eram descendentes de alemães, era motivo para tensões e conflitos, em meados dos anos 30, na carta enviada ao governo alemão, tais concepções eram realçadas com o objetivo de sensibilizá-lo a enviar verbas para se investir na educação agrícola dos habitantes de regiões rurais do Vale do Itajaí. Estes eram argumentos usados na barganha com o governo alemão.

A escolha de textos destes dois autores, Eugen Fouquet e Gustav Koehler, não quer dizer que suas idéias fossem um consenso entre os habitantes do Vale do Itajaí. Ela se baseou no fato de que eles eram os jornalistas do periódico de circulação semanal que mais investia na necessidade de se manter fronteiras étnicas, o que vai ser silenciado na esfera pública de Blumenau durante a Campanha de Nacionalização, a partir de 1938.

Não somente os jornalistas do *Urwaldsbote*, que representava os interesses da burguesia comercial e industrial de Blumenau, mas também representantes desta classe defendiam na esfera pública tais concepções, como será evidenciado no próximo item.

¹⁰⁷ KOEHLER, op. cit., p. 07. (Tradução livre da autora).

¹⁰⁸ Este termo era usado com grande frequência em discursos e publicações do governo nacional-socialista alemão, entre 1933 e 1945, com o sentido de apagar a idéia de diferenças sociais. O conceito já existia no século XVIII, assumindo diferentes sentidos no decorrer dos tempos. Na época do governo nacional-socialista, diversos significados deste termo se misturaram. No programa do partido, proclamado em 1920, prevalecia o ponto de vista racista, já que ali o conceito *Volksgenosse* significava “aquele que tem sangue alemão”. Vide VOLKSGENOSSEN. In: KAMMER; BARTSCH. Op. cit., p. 223.

¹⁰⁹ KOEHLER, op. cit., p. 08. Tradução livre da autora).

É interessante perceber que, apesar de simpático à ideologia nacional-socialista e ao governo nacional-socialista na Alemanha, Koehler foi um maiores opositores do grupo local do NSDAP de Blumenau, a partir de meados de 1933, por conta de conflitos de poder. Sobre estes conflitos e a evolução do grupo local do NSDAP em Blumenau, desde seu surgimento até sua proibição, ver o último capítulo do minucioso trabalho de MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro*. Berlin, 2002. Tese (Doutorado em História) – Zentrum für Antisemitismusforschung, Technische Universität zu Berlin.

O 25 de julho: memória, etnicidade e poder

Diversas eram as datas comemorativas no município de Blumenau em meados dos anos 30. Eram comemorados o dia 2 de setembro (fundação oficial do município), os feriados nacionais de 7 de setembro (Dia da Independência) e 15 de novembro (Proclamação da República), o dia 25 de julho (dia do Colono), e na esfera pública em que se falava a língua alemã, também se comemoravam o feriado nacional alemão de 30 de janeiro (eleição de Hitler a Chanceler da Alemanha, em 1933), o 20 de abril (aniversário de Hitler) e o Primeiro de maio (dia do Trabalho), entre outros.¹¹⁰ Trata-se aqui de analisar algumas concepções que se divulgam nas comemorações do dia 25 de julho em Blumenau, que foi transformado em feriado estadual em 1935.

O governo do Rio Grande do Sul havia decretado em 1934 o dia 25 de julho feriado estadual, em homenagem à chegada dos primeiros imigrantes alemães à Província de São Pedro do Rio Grande, em 1824. Entretanto, conforme César Paiva, o governo riograndense procurou dar ao 25 de julho um outro significado, diferente do que o sínodo riograndense e personalidades evangélicas defendiam. Ao denominar o dia 25 de julho como o “Dia do Colono”, o governo riograndense procurou homenagear não a imigração alemã, apenas, mas os colonos em geral, o que chegou a causar protesto de algumas entidades no Rio Grande do Sul.¹¹¹ Conforme René Gertz, em 1935, sete entidades do Rio Grande do Sul formaram a Comissão Pró-25 de julho, com o objetivo de ampliar os festejos, usando o *slogan* “Nosso Dia!” para se dirigir ao público.¹¹² Este *slogan* talvez possa ser interpretado como uma resistência à denominação oficial “Dia do Colono”, dada pelo governo riograndense, diante do fato destas entidades terem planejado rememorar naquela data especificamente a imigração alemã.

Em Blumenau, também se usava este *slogan* no material impresso em alemão pelos organizadores das comemorações.¹¹³ Ali também foi comemorado em 1934 o dia 25 de julho. Um ano depois, o governador de Santa Catarina, Nereu Ramos, pouco depois de assumir o

¹¹⁰ *Vorschlag für die feststehenden Feiern*. Blumenau, 28 fev. 1937. Documento assinado por diversas entidades associativas de Blumenau. AHJFS, Dossiê. 9.11.1.2.6. Cx – 01. Documento 9.

¹¹¹ Cf. PAIVA, César. *Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. Hamburg, 1984. Tese de Doutorado (Filosofia) – Universidade de Hamburg, p. 147.

¹¹² GERTZ, René. P. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 97.

¹¹³ O jornal *Urwaldsbote* imprime no dia 24 de julho de 1936, no frontispício do jornal, os dizeres “Número especial do Dia do Colono – Nosso Dia”.

governo, declarou o dia 25 de julho também feriado estadual. Talvez Nereu Ramos buscasse com isto legitimação política nas regiões de colonização estrangeira do Estado,¹¹⁴ muito embora também ali desse outro significado ao feriado. Em Santa Catarina, assim como no Rio Grande do Sul, o governo também tratou de homenagear, no dia 25 de julho, os imigrantes em geral, ou como se refere Nereu Ramos, o “colono estrangeiro”, ao qual devia o estado “relevante parcela de sua propriedade e desenvolvimento industrial e comercial”,¹¹⁵ e não o imigrante alemão, em específico. Tal fato nos remete às reflexões de Pierre Nora sobre a memória, quando afirma que a memória, “carregada por grupos vivos”, é sempre “vulnerável a todos os usos e manipulações”.¹¹⁶

Considerando isto, procurou-se investigar quais eram os sujeitos que investiam, em Blumenau, nas comemorações do 25 de julho. Constam como integrantes da comissão de festejos do dia 25 de julho de 1934, Ingo Hering, Félix Hering (ambos industriais), Frederico Kilian (escrivão), Rudolf Kleine,¹¹⁷ Frederico Kretschmar¹¹⁸ e João Medeiros Júnior (da área de comércio e indústria). Naquela ocasião, discursaram após o desfile realizado na rua XV de novembro, o político do PRC, Marcos Konder, e o cônsul da Alemanha em Blumenau, Otto Rohkohl.¹¹⁹ Como se depreende, a classe industrial e comercial estava bem representada na comissão de festejos do “Dia do Colono”.

Através dos artigos de jornal da época, percebe-se que não se tratava tanto de homenagear propriamente o trabalhador rural da época, mas de se rememorar os antepassados que colonizaram a região. Em 1934, os organizadores dos festejos do “Dia do Colono” investiram sobretudo na rememoração da colonização alemã do município. Os organizadores dos festejos investiam na rememoração da colonização, com o objetivo de forjar um sentimento de coesão grupal.

Foi mencionado no capítulo anterior como o jornal *Urwaldsbote* aproveitou os festejos do dia 25 de julho, em 1936, uma data autorizada pelo governo estadual, para abordar assuntos políticos do passado recente da cidade, numa clara resistência às medidas tomadas

¹¹⁴ Não há de se esquecer que também logo após assumir o governo, decretou que Dalbérgia, município criado a partir do desmembramento de Blumenau um ano antes, cuja sede administrativa e o nome do novo município provocaram protestos por parte de habitantes do local, voltasse a ter o nome do antigo distrito, Hamônia.

¹¹⁵ Ver transcrição em NODARI, Eunice. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História) – PUC, p. 231.

¹¹⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. *Projeto História*, São Paulo (10), p. 09, dez. 1993.

¹¹⁷ Não foi possível identificar sua profissão, somente que era cunhado do industrial Ingo Hering. Cf. Índice onomástico do AHJFS.

¹¹⁸ Não foi possível identificar sua profissão.

¹¹⁹ Dia do Colono. *Blumenauer Zeitung*, Blumenau, julho de 1934.

pelo Interventor do Estado em 1934, ao desmembrar Blumenau, e sobretudo com o objetivo de investir na idéia de uma ‘Grande Blumenau’. Através de um texto publicado no livrinho comemorativo ao 25 de julho de 1937, percebe-se que, nesta data comemorativa autorizada pelo governo estadual, membros da classe economicamente dominante de Blumenau também investiam na necessidade de manutenção de fronteiras étnicas.

O alemão Siegfried Endress, que havia escrito uma tese de geografia sobre Blumenau, onde esteve em meados dos anos 30, afirmava, em seu trabalho, que o *Deutschum* tinha um forte sustentáculo nos círculos economicamente dominantes de Blumenau.¹²⁰ Num livreto com o título ‘Hoje é nosso o dia!’, publicado em comemoração ao 25 de julho de 1937, o filho de Curt Hering, Ingo, escreve um texto no qual isto se evidencia. Este livreto, publicado pela editora de Gustav Koehler, tinha um caráter literário, com inúmeros poemas, uma peça teatral, estes quase todos de Victor Schleiff, redator do referido jornal, e outros pequenos textos de diversos autores.

O texto de Ingo Hering é escrito na forma de um diálogo entre dois personagens sobre o significado do feriado 25 de julho, no qual um dos interlocutores propaga a necessidade da união dos descendentes de alemães, através da Federação 25 de julho e incentiva a manutenção da identidade étnica perante o contexto nacionalizador. O outro interlocutor lhe faz perguntas sobre os assuntos mais polêmicos da época e em diversos momentos concorda com as idéias do outro colega, estratégia argumentativa utilizada pelo autor do texto para tentar convencer os leitores de seus argumentos.

Para um argumento inicial lançado pelo segundo interlocutor, de que conhecia descendentes de alemães que não falavam mais alemão, “mas que ainda eram caras bem capazes” – o que revela a idéia da superioridade do trabalho alemão - o primeiro (que cumpria a função de representar a opinião do autor), responde que o *Volkstum* era como religião, “uma ligação criada por Deus”, ou seja, algo sagrado. Argumenta que a conservação da língua e valores da cultura alemã trariam vantagens econômicas: “já se observou, que sob pontos de vista puramente comerciais, as colônias fechadas são o melhor método, pois as colônias assim constituídas prosperam melhor e através de sua prosperidade, atraem sempre mais colonos.”¹²¹ Noutro momento, o interlocutor então argumenta se não seria mais apropriado se assimilar aos ‘luso-brasileiros’, tão depressa possível fosse, revelando as apreensões que

¹²⁰ ENDRESS, Siegfried. *Blumenau: Werden und Wesen einer deutschbrasilianischen Landschaft*. Öhringen: Verlag der Hohenlohe'schen Buchhandlung Ferdinand Rau, 1938, p. 116.

havia naquele momento na esfera pública de Blumenau, em virtude dos conflitos étnicos e da nacionalização escolar. Sobre isto o segundo responde:

Acreditas que nossos concidadãos luso-brasileiros, cujo senso de nacionalidade é muito forte, haveriam de nos considerar um pouco mais por isto? Eu acho que eles iriam cuspir à nossa frente! E quais proveitos nós poderíamos talvez trazer à nossa nova pátria, se nós não estivéssemos mais em condições de proporcioná-la uma cultura rica, a arte, a ciência e a técnica de nossa pátria alemã?¹²²

Ele vê, portanto, as ligações com a Alemanha como uma fonte de capital cultural e também material. O protagonista adverte, entretanto, que isto não significaria uma ligação política com a Alemanha, ao afirmar que “ligações culturais e políticas há tempos não são a mesma coisa”.¹²³ Citava como exemplo, a colonização francesa no Canadá, para argumentar que a ligação cultural dos descendentes de alemães com a Alemanha não deveria ser vista como um perigo para o Brasil. Através de seu protagonista, o autor afirmava a necessidade de preservação da dualidade teuto-brasileira: “o que antigamente significava fidelidade ao senhor feudal, significa hoje para nós a fidelidade ao nosso maravilhoso Brasil, fidelidade que devemos, não somente enquanto cidadãos nascidos aqui no Brasil, mas mesmo enquanto descendentes de alemães, se não quisermos, nós, de origem alemã, nos desonrar.”¹²⁴

O diálogo ainda revela outras inquietações quanto à nacionalização escolar que já estava se efetivando na região pelo governo do estado. Assim pergunta um dos personagens: “Mas o que eu posso dizer a um luso-brasileiro, se ele talvez me disser: ‘Sim, então prove a tua fidelidade ao Estado, desistindo da tua germanidade. O Estado exige isto de ti’”. E como resposta, o autor argumenta que uma “assimilação cultural” rápida constituiria uma “desvantagem moral” para o Brasil, revelando apreensões quanto à possibilidade de haver no Brasil uma nacionalização forçada, como veio a acontecer logo depois, em Santa Catarina.

Ingo Hering termina seu texto, na voz do personagem, pleiteando a importância da criação de uma espécie de “sindicato cultural”, como chamava a Federação 25 de julho, “para que através dela se criasse uma plataforma sobre a qual todos os descendentes de alemães, numa forma digna, se incorporassem ao Estado brasileiro e à vida brasileira em geral”.¹²⁵ O

¹²¹ HERING, Ingo. Dialog über den “Dia do Colono”. In: *Unser ist heute der Tag!* Festbüchlein zum 25. Juli. Blumenau: Publicação da comissão local de Blumenau (Editora G. Artur Koehler), Juni 1937, p. 38 e 39.

¹²² Ibidem, p. 39.

¹²³ Ibidem, p. 40.

¹²⁴ Ibidem, p. 41.

¹²⁵ Ibidem, p. 42.

segundo interlocutor, que representa a opinião do autor, termina o texto convencendo o primeiro dos seus argumentos.

A Federação 25 de julho havia sido criada em maio de 1936, no Rio de Janeiro, para, entre outros objetivos, representar “todos os interesses dos teuto-brasileiros”.¹²⁶ O nome da federação revela a perspicácia do ato, uma vez que se aproveitou o fato de que os interventores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul haviam decretado os feriados estaduais do 25 de julho, para se fundar uma federação com o mesmo nome. Segundo René Gertz, a representação diplomática alemã e a liderança nacional do partido nazista viam na fundação da federação “à melhor maneira de preservar seus interesses”. Através dela, pensava-se “eliminar motivos de atrito, já que ela se apresentava como entidade cultural, formada por teuto-brasileiros, e a estes, como cidadãos brasileiros, cabia o direito de defender seus interesses”.¹²⁷

Em 1937, os organizadores dos festejos do 25 de julho, o “Nosso dia!”, buscavam celebrar a comunhão de todos os descendentes de alemães, categoria na qual Ingo Hering também se enquadrava. Tratava-se, assim de invisibilizar as diferenças de classe, de credo religioso, político, etc. Muito embora a elite comercial e industrial não dominasse mais a esfera pública política, em Blumenau, investia em “lugares da memória”, como nos festejos do 25 de julho, como fins políticos.

Num contexto em que se observava, de um lado, a nacionalização escolar, empreendida pelo governo estadual, o enfraquecimento político do antigo PRC e a ascensão do partido integralista ao poder, em Blumenau e região, em meio a transformações sócio-econômicas, e de outro, havia conflitos de poder com integrantes do grupo local do NSDAP – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* - a Federação 25 de Julho parecia uma forma alternativa de organização, o que Ingo Hering vai chamar de “sindicato cultural”.

Desde o início, percebe-se qual classe e qual facção política tomava as rédeas desta iniciativa, em Blumenau. Em Blumenau, o responsável pelos assuntos da Federação era o industrial Curt Hering, enquanto que era seu representante, em Santa Catarina, o deputado Marcos Konder. Foi por conta dela que viajou em meados de 1936 para a Alemanha, onde pôde conhecer de perto algumas obras do governo nacional-socialista, em relação ao qual demonstrava simpatias, tendo participado inclusive como convidado de honra de convenção

¹²⁶ Sobre isto ver GERTZ, op. cit., p. 98-100.

¹²⁷ Ibidem, p. 98-99.

partidária em Nürnberg.¹²⁸ Marcos Konder se empenhava em defesa das “escolas alemãs”, onde se investia no uso da língua alemã, daí sua preocupação em frear o processo da nacionalização escolar. Contudo, o processo de nacionalização mostrava-se irreversível, vindo a se intensificar logo no início do ano seguinte, em 1938.

Algumas entidades de incentivo a alemães e descendentes fora da Alemanha, admitiam, quando a campanha de nacionalização já estava em andamento no Sul do Brasil, que a Federação 25 de Julho havia surgido muito tarde para que pudesse superar as divisões no interior das comunidades alemãs, como constata César Paiva. À falta de clareza de objetivos somou-se a prisão pela polícia e morte na cadeia do seu presidente nacional, Frederico Collin Kopp, preso sob suspeita de ter participado do *Putsch* contra Vargas em abril de 1938.¹²⁹ Marcos Konder já havia sido preso em 21 de janeiro, após ser publicada uma entrevista sua na qual condenava as medidas contra as “escolas alemãs” do estado, sendo que Gustav Artur Koehler, que reproduziu a entrevista em seu jornal, solidarizando-se com o amigo, também foi preso na época.¹³⁰ Em Blumenau, os festejos do feriado de 25 de julho se esvaziaram por conta da campanha de nacionalização. Em agosto de 1938, em pequena nota, o jornal *Urwaldsbote* lamentava que enquanto nos três estados do Sul o 25 de julho só pôde ser festejado com muita reserva, em São Paulo e Minas Gerais haviam sido realizadas grandes comemorações.¹³¹ revelando que naqueles grandes centros a intensidade da campanha estava sendo menor que em municípios como Blumenau.

Concluindo, percebeu-se como membros das elites econômicas enfraquecidas politicamente, estavam envolvidas até 1937 no investimento de uma memória pública marcada pela valorização do passado de colonização alemã e da manutenção de fronteiras étnicas.

Uma memória em perigo: a fundação do Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí

Jacques Le Goff assinala que os governos criam “instituições-memória”, como arquivos, bibliotecas, museus, fazendo narrar os seus feitos, transformando a memória em história.¹³² Durante o governo integralista (1936-1937), em Blumenau, percebem-se

¹²⁸ Cf. GERTZ, op. cit., p. 100.

¹²⁹ PAIVA, op. cit., p. 148.

¹³⁰ Cf. GERTZ, op. cit., p. 100.

¹³¹ 25. Juli-Feiern in São Paulo und Minas. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 05 ago. 1938, p. 02.

¹³² LE GOFF, op. cit., p. 434.

investimentos na criação de instituições-memória, como um museu e um instituto histórico e cultural. A afirmação de Le Goff nos leva a pensar que tais iniciativas, em Blumenau, representavam uma vontade política no sentido de preservar e recriar uma memória que, certamente, deveria traduzir a “verdade” oficial. O porquê destas iniciativas talvez possa ser encontrado no contexto de transformação social e política pela qual se passava.

A instabilidade política que se percebe, por exemplo, na grande rotatividade de prefeitos que Blumenau teve desde 1930, parecia ter mudado com as eleições de 1936, através das quais os integralistas assumiram o governo municipal. Durante sua gestão, percebe-se uma articulação entre as antigas e novas forças políticas locais, no sentido de criar um Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí. Aproveitando sua ascensão ao poder, o presidente da Câmara Municipal, o integralista José Ferreira da Silva, que atuava como advogado e jornalista na cidade, tendo também publicado diversos livros sobre história local, convocou em maio de 1936 uma reunião para se discutir a criação daquele instituto. Nesta reunião, ficaram encarregados de preparar os estatutos, Victor Konder, Curt Hering e Frederico Kilian.¹³³ Além destes, participaram das discussões sobre a criação do instituto, Pedro Christiano Feddersen e Theodor Lüders. Frederico Kilian¹³⁴ era escrivão e Theodor Lüders, arquivista da prefeitura municipal. Victor Konder estava enfraquecido politicamente, tendo sido derrotado nas eleições municipais de Blumenau, em 1936.¹³⁵ Os outros dois, Curt Hering e Pedro Feddersen, também não exerciam mais cargos políticos no governo municipal e estadual.

Como se depreende, tais membros do PRC se articularam com um membro do governo integralista para, juntos, criar o Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí. Ferreira da Silva, o vereador mais votado nas últimas eleições, pela AIB, era natural de Tijucas, tendo iniciado em Blumenau sua carreira de advogado e jornalista,¹³⁶ onde fundou diversos jornais.¹³⁷ Tendo observado a grande penetração dos almanaques escritos em alemão, entre a população do Vale do Itajaí, Ferreira da Silva se apropriou desta idéia e em 1934,

¹³³ Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajahy. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 20 fev. 1937. p. 02.

¹³⁴ Frederico Kilian participava de diversas outras atividades culturais no município. Foi, por exemplo, presidente de Clube de Caca e Tiro em Massaranduba, e colaborava, como correspondente, nos jornais locais de Blumenau. Sobre sua biografia ver Pasta 3.K.4. Doc-01. AHJFS.

¹³⁵ REIS, Antônio Carlos Konder. Vitor Konder. *Centenário de Blumenau. 1850-1950*. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950, p. 390.

¹³⁶ PIAZZA, Walter F. O historiador José Ferreira da Silva. In: PETRY, Sueli; FERREIRA, Cristina (org.) *José Ferreira da Silva: centenário de nascimento*. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, 1996, p. 36.

¹³⁷ Ferreira da Silva fundou, em 1921, o jornal O Escudo, em 1924, o jornal A Cidade, em 1932, o jornal Correio de Blumenau, em 1935, o jornal integralista Alvorada. SILVA, José Ferreira da. *A imprensa em Blumenau*. Florianópolis: IOESC, 1977, p. 72, 78, 94, 103.

publicou um almanaque anual, o *Calendário Blumenauense*, no estilo dos demais almanaques, mas em português. Foram publicados somente duas edições, uma em 1934 e outra em 1935. Ferreira da Silva também publicou, entre final dos anos 20 e início dos anos 30, diversos estudos sobre personagens e temas da história local. Em 1928, publicou seu primeiro pequeno estudo, *O Padre Jacobs*. Em 1929, publicou *Fritz Müller*, biografia do naturalista alemão que viveu em Blumenau nos primeiros tempos da Colônia, e em 1931, *Dr. Blumenau*, uma biografia sobre o fundador da Colônia. Em 1932, publicou *A colonização do Vale do Itajaí* e no ano seguinte, *O catolicismo em Blumenau*. Considerando sua produção historiográfica, o envolvimento de José Ferreira da Silva na fundação do Instituto não foi à toa. Ele havia se destacado na divulgação de mitos fundadores da história regional, através das biografias dos alemães Hermann Blumenau, fundador da Colônia, e o naturalista Fritz Müller.

Enquanto presidente da Câmara Municipal, Ferreira da Silva, além da fundação do instituto histórico e cultural, envolveu-se com o projeto de criação de uma outra “instituição-memória”, um museu, dedicado ao naturalista alemão Fritz Müller, que viveu na Colônia Blumenau. O museu foi fundado na casa onde o naturalista morou, ainda durante o governo integralista. Na época, o governo ainda pretendia erigir um monumento ao fundador da cidade, Hermann Blumenau,¹³⁸ o que foi realizado mais tarde, quando Ferreira da Silva assumiu o cargo de prefeito do município, durante o Estado Novo.

Ao investir em operações que se apoderavam de fatos e personagens do passado, certamente procuravam criar um elo entre o passado e o presente. Sim, pois como indaga Pierre Nora, se o que os “lugares da memória” defendessem não es tivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se as pessoas vivessem verdadeiramente as lembranças que estes lugares da memória envolvem, eles seriam inúteis.¹³⁹

Esta necessidade de criar elos com o passado têm também a sua expressão, na época, na criação do instituto histórico e cultural. Pretendia-se institucionalizar a preservação do acervo documental e a produção da memória no Vale do Itajaí, através da criação de uma entidade. Em 09 de novembro de 1936 ela foi fundada, com o objetivo principal de “juntar, organizar e manter todo documento que tivesse a ver com a história de Blumenau e o

¹³⁸ Sobre isto ver BLUMENAU. Prefeitura municipal. *Relatório da gestão dos negócios administrativos do município de Blumenau, durante o ano de 1936, apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Alberto Stein*. AHJFS.

¹³⁹ NORA, op. cit., p. 13.

desenvolvimento do Vale do Itajaí”, como rememora um dos fundadores.¹⁴⁰ No estatuto de fundação, constam como objetivos da entidade, a organização de um arquivo histórico, a constituição de uma biblioteca, a fundação de um arquivo e museu da colonização do Brasil e a divulgação, por meio de publicações e conferências, da história da colonização da zona do Vale do Itajaí e, em geral, do estado de Santa Catarina.¹⁴¹ Chama a atenção o caráter oficial da entidade, tendo em vista que o seu estatuto estabelecia que fariam também parte do Conselho Administrativo, o Prefeito Municipal e o Juiz de Direito da Comarca de Blumenau.¹⁴² Em fevereiro de 1937, consta em nota publicada em jornal, que o Instituto era composto por 50 sócios fundadores, sem relacionar o nome dos mesmos.¹⁴³

A Câmara municipal já possuía um acervo de documentos históricos, cujo encarregado era Theodor Lüders, que além de arquivista, organizava exposições e escrevia, anualmente, relatórios com dados estatísticos sobre o município. Com base nesta documentação e mesmo na sua memória – ele havia imigrado a Blumenau em 1879 – escreveu também textos sobre a história da colonização do Vale do Itajaí. O jornal *Urwaldsbote* o identificou, em nota de seu falecimento, em janeiro de 1938, como “o nosso historiador, estatístico da vida econômica e arquivista”, que dedicou 25 anos de sua vida – Theodor Lüders deixou Blumenau em 1888 e retornou em 1912 – aos estudos locais.¹⁴⁴ Lüders não teve nenhum livro publicado, a não ser alguns artigos histórico-estatísticos sobre o Vale do Itajaí, utilizando dados do arquivo do município. Ele era uma espécie de funcionário da memória da cidade, como se refere Jacques Le Goff. Este se refere aos *mnemones*, funcionários da memória utilizados pelas cidades antigas como magistrados encarregados de conservar na sua memória o que era útil em matéria religiosa e jurídica, e que com o desenvolvimento da escrita, transformaram-se em arquivistas.¹⁴⁵ Theodor Lüders era uma espécie de guardião do acervo documental, pois era a ele que se dirigiam pesquisadores e viajantes interessados em colher informações e material

¹⁴⁰ KILIAN, Frederico. O Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XVII, n. 12, p. 469, dez. 1976.

¹⁴¹ No AHJFS não há documentos contemporâneos à fundação do instituto. Informações sobre esta entidade foram encontradas no jornal *Urwaldsbote* e no artigo citado na nota anterior. Nestes documentos não constam os nomes de todos os integrantes do instituto. Através do estatuto, sabe-se apenas que na época ficou estabelecido que os integrantes do instituto eram os seus sócio-fundadores, que só poderiam ser substituídos em caso de morte, pedido de desligamento por parte dos mesmos ou mudança de domicílio.

¹⁴² KILIAN, Frederico. O Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XVII, n. 12, p. 470, dezembro de 1976.

¹⁴³ Instituto Histórico e Cultural do Valle do Itajahy. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 20 fev. 1937. p. 02.

¹⁴⁴ KOEHLER, G. Artur. Theodor Lüders: ein schlichtes Gedenkwort. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 04.01.1938, p. 02.

¹⁴⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996, p. 437.

sobre o Vale do Itajaí.¹⁴⁶ Este seu trabalho foi reconhecido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que em 15 de outubro de 1929 o admitiu como sócio.¹⁴⁷ Sua inclusão no IHGSC, entretanto, não resultou em publicações de textos seus pelo instituto, já que este, desde 1920, não publicava mais sua revista.

A vontade de se institucionalizar uma memória em Blumenau era uma reação a uma situação nova. Na Primeira República, quando as antigas elites políticas do Vale do Itajaí se encontravam representadas no governo estadual, escrevia-se sobre a história regional sem a existência de uma entidade do gênero. Os rumos da política regional, estadual e nacional faziam com que alguns integrantes do PRC tivessem a impressão de que a memória do Vale do Itajaí estava em perigo, e que havia chegado a hora de fundar uma instituição para garanti-la. Num contexto de mudança política e social como aquele, surgia a vontade de se criar uma entidade que investisse no reinvento do passado. Hobsbawm, na análise da invenção das tradições, afirma que não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam.¹⁴⁸ Neste caso, pode-se inferir que quando os principais responsáveis pela criação do instituto, ligados ao PRC – excetuando aqui José Ferreira da Silva, estavam no pleno auge de sua atuação política, na Primeira República, e quando as regiões de colonização alemã eram valorizadas no estado, não foi criado um instituto ou entidade similar. Nem o projeto do museu da imigração alemã, em Blumenau, saiu do papel. O investimento na memória ocorria, com certeza, mas sem a existência de um instituto histórico.

Com a ascensão da AIB no poder municipal, e do PLC, no governo estadual, e o enfraquecimento político do PRC nos dois níveis, elementos deste último partido se unem ao governo integralista de Blumenau com o objetivo de criar uma instituição cultural. No caso dos integrantes do PRC, não se tratava tanto de buscar legitimação política, algo que haviam perdido, mas de salvaguardar pelo menos uma memória, conforme seus interesses. Percebe-se, então, como há uma articulação de interesses na institucionalização da memória pública em Blumenau, neste momento, entre integrantes dos dois partidos.

Dentro do contexto catarinense, este era um ato muito significativo, considerando a existência do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Os interventores federais nomeados para governar Santa Catarina, no início dos anos 30, militares e gaúchos, os dois

¹⁴⁶ O alemão Siegfried Endress, que em Blumenau esteve na primeira metade dos anos 30 para recolher material para sua tese de doutoramento em Geografia, se refere a Theodor Lüders como um ‘herói do trabalho silencioso’. ENDRESS, op. cit., p. 3.

¹⁴⁷ PIAZZA, op. cit., p. 36.

primeiros, e civil e catarinense, o terceiro (Aristiliano Ramos), porém avesso às atividades intelectuais, não possibilitaram espaços para a intelectualidade catarinense.¹⁴⁹ A Academia Catarinense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina tiveram o seu terreno e recursos para construção de um prédio próprio confiscados pelo governo militar dos interventores.¹⁵⁰ Quando Nereu Ramos assumiu o cargo de governador, em 1935, chamou diversos intelectuais para a capital, para trabalhar em instituições da administração.¹⁵¹ Um deles, Oswaldo Cabral, ao rememorar a época, afirma que a partir daquele ano se assistiu a um “verdadeiro renascimento das letras em nosso estado”.¹⁵² O IHGSC, cujas reuniões estavam interrompidas desde 1931, reorganizou-se em 1935, investindo na ampliação de seus quadros sociais.¹⁵³ A Academia Catarinense de Letras reestabeleceu o contato com os acadêmicos e também a Associação Catarinense de Imprensa, criada em 1932, foi revitalizada. Nereu Ramos procurou manter os intelectuais catarinenses mais importantes ao seu lado, incentivando financeiramente as associações culturais oficiais, publicando suas obras através da imprensa oficial do Estado.

Não foram encontrados documentos que possibilitem perceber a repercussão da fundação do Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí entre os membros do IHGSC. Mas José Ferreira da Silva, um dos fundadores, havia ingressado um ano antes para o IHGSC.¹⁵⁴ Este fato pode ter influenciado sua atitude de liderar na Câmara Municipal de Blumenau, a criação do Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí, aproveitando sua condição de presidente da mesma. Mas tanto José Ferreira da Silva, quanto outros articuladores do instituto, não eram politicamente ligados ao governo estadual, mas integrantes de outros partidos políticos.

A criação de um Instituto Histórico e Cultural no Vale do Itajaí era uma tentativa de se investir na memória regional, tendo em vista uma tendência do governo estadual em apoiar

¹⁴⁸ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.) *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 16.

¹⁴⁹ CORREA, Carlos Humberto P. *Lições de política e cultura: a Academia Catarinense de Letras, sua criação e relações com o poder*. Florianópolis: Edições A.C.L, 1996, p. 60.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 61.

¹⁵¹ Foi o caso de Oswaldo Cabral, para trabalhar na administração do município de Florianópolis, em 1935, de Carlos da Costa Pereira, de São Francisco do Sul, para chefiar a Biblioteca Pública do Estado, e de outros. Cf. CABRAL, Oswaldo R. Introdução. In: PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1976. P. 05-24.

¹⁵² *Ibidem*, p. 13.

¹⁵³ PIAZZA, Walter F. *Instituto Histórico...* p. 29-31.

¹⁵⁴ PIAZZA, Walter F. O historiador José Ferreira da... p. 13.

uma produção historiográfica, através do IHGSC, interessada no passado lusitano de Santa Catarina.

Percebe-se que, a despeito do desmembramento do município de Blumenau, em 1934, permanecia a idéia de uma unidade histórica e cultural entre os municípios que antigamente integravam a Colônia Blumenau, uma vez que não se funda um Instituto Histórico e Cultural de Blumenau, mas do Vale do Itajaí, muito embora os principais articuladores morassem no município de Blumenau. Naquela época já se mostrava irreversível o desmembramento de Blumenau, ocorrido há dois anos antes. Mas mesmo assim, não limita a área de abrangência dos materiais e estudos a serem realizados pelo instituto para as novas fronteiras políticas do município de Blumenau, mas se considera toda a área que antes fazia parte dele. Naquele ano, durante os festejos do Dia do Colono, em julho de 1936, havia sido publicado um artigo em que aquele espaço era representado como a “Grande Blumenau”, investindo -se na idéia de que aquele espaço representava uma região, como visto no capítulo anterior.

Quando as filhas de Hermann Blumenau, o fundador da colônia, que moravam na Alemanha, visitaram Blumenau, em outubro 1937, a idéia de que aquele espaço representava uma região, por conta de um passado em comum (a colônia Blumenau), reaparece na imprensa. O governo municipal de Blumenau providenciou que as filhas do fundador fossem recepcionadas em diversas localidades do Vale do Itajaí, que antigamente faziam parte da Colônia Blumenau.¹⁵⁵ A imprensa rememorou, naquela ocasião, o “grande civilizador”, referindo-se a Hermann Blumenau, que fundou “o mais importante centro colonial do Brasil”.¹⁵⁶

Com relação ao Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí, para alguns de seus fundadores, o instituto parecia ser uma possibilidade de se rememorar o passado de Blumenau, valorizando-se a cultura teuto-brasileira. Estes tinham, com isto, propósitos políticos bem definidos, como será apreendido mais adiante.

Um de seus fundadores, Curt Hering, manteve, em 1937, conversações com o proprietário do *Urwaldsbote*, Gustav Koehler,¹⁵⁷ não somente sobre os destinos do instituto, como também sobre os do jornal e da federação 25 de julho, em Blumenau. Através de algumas correspondências entre Gustav Koehler, a Federação 25 de Julho do Rio de Janeiro e

¹⁵⁵ As filhas do dr. Blumenau visitaram Hamônia. *Cidade de Blumenau*, 20 out. 1937, p. 04.

¹⁵⁶ As filhas do Dr. Blumenau. *Cidade de Blumenau*, 13 out. 1937, p. 04.

¹⁵⁷ Como não se tem a relação dos sócios do Instituto, não se pode afirmar que Gustav Koehler fôsse um deles. É provável que sim, julgando seu empenho em divulgar notícias do instituto em seu jornal e suas articulações no sentido de trazer alguém para Blumenau, para trabalhar tanto em seu jornal, como para o instituto.

a VDA, com sede na Alemanha, pode-se perceber, entre outras coisas, em que sentido Koehler pretendia rememorar o passado de Blumenau, através do instituto. Gustav Koehler e Curt Hering tinham interesse em trazer a Blumenau Karl Oberacker, sobretudo para trabalhar no *Urwaldsbote*, mas também para contribuir com a Federação 25 de Julho local e com o Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí.

Oberacker era nascido no Brasil e havia recém-publicado sua tese de doutorado na Alemanha sobre os descendentes de alemães no Rio Grande do Sul.¹⁵⁸ Ele fazia parte do Grupo de Trabalho Teuto-brasileiro de Berlim e trabalhava na VDA, em Stuttgart. Koehler havia recebido do deputado Marcos Konder,¹⁵⁹ que em 1936 havia visitado a VDA na Alemanha, a recomendação de convidar Oberacker para vir trabalhar em Blumenau. Em agosto de 1937, este último havia enviado uma carta a Koehler, comunicando sua vontade de voltar para o Brasil e assumir algum cargo numa grande associação cultural ou num jornal.¹⁶⁰ Numa carta de outubro de 1937, Koehler convidou Karl Oberacker a assumir a função de segundo chefe de redação do *Urwaldsbote*, para cuidar especialmente das notícias nacionais.¹⁶¹ Além disto, este deveria assumir os assuntos comerciais da Federação 25 de Julho em Blumenau, muito embora devesse se subordinar a Curt Hering, homem de confiança desta entidade na cidade,¹⁶² e além disto, a contribuir com o Instituto Histórico e Cultural Vale do Itajaí.

Houve toda uma articulação entre Curt Hering, Gustav Koehler, a Federação 25 de Julho do Rio de Janeiro e a VDA para financiar sua vinda a Blumenau.¹⁶³ Isto revela como Koehler e Hering preocupavam-se com que memória iria ser produzida pelo instituto e sobretudo com os destinos do jornal, articulando-se para trazer a Blumenau um intelectual que lhes conviesse.

¹⁵⁸ Trata-se do livro: OBERACKER, Karl. *Die volkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul*. (Südbrasilien). Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1936.

¹⁵⁹ Em 1936, o cônsul de Florianópolis e o Ministério das Relações Exteriores alemão cuidaram para que Konder fosse acompanhado em muitos dos seus programas e visitas na Alemanha e que tivesse todos os gastos com transporte pagos pelo governo alemão. Sobre isto ver *Carta do Ministro dos Transportes da Alemanha*. Berlim, 28 ago. 1936. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 60030.

¹⁶⁰ OBERACKER, Karl. Carta a Gustav Arthur Koehler. Berlim, 6 ago. 1937. AHJFS, Pasta 3. K. 11, Doc-02.

¹⁶¹ KOEHLER, G. A. *Carta a Karl Oberacker*. Blumenau, 27 out. 1937. AHJFS, Dossiê 3. K. 11. Doc-02.

¹⁶² Não foram encontrados outros documentos sobre esta entidade em Blumenau. Numa reunião que decidiu pela criação de uma Liga de Sociedades Blumenauenses, em 1937, Curt Hering aparece como representante da Federação 25 de Julho. Documento 9.11.1.2.6. Caixa 01 – Doc. 13. Pasta Nazismo. AHJFS.

¹⁶³ O *Urwaldsbote* e a Federação 25 de julho deveriam garantir o pagamento de seus serviços. Sobre isto ver KOEHLER, G. A. *Carta a Karl Oberacker*. Blumenau, 27 out. 1937. AHJFS, Dossiê 3. K. 11. Doc-02 e KOEHLER, G. A. *Carta ao cônsul Henrique Schueler, da Federação 25 de Julho, do Rio de Janeiro*. Blumenau, 14 dez. 1937. Dossiê 3. K. 11. Doc-02.

Com relação ao instituto, o historiador José Deeke havia falecido em 1931, enquanto que o Theodor Lüders, que às vezes publicava artigos histórico-estatísticos, estava em idade avançada e doente, e o historiador e jornalista Ferreira da Silva, muito embora tivesse liderado na Câmara de Vereadores o projeto de criação do instituto, era filiado à AIB, o que provavelmente inibiria qualquer anseio, por parte de Koehler e Hering, de incentivá-lo na produção historiográfica.

Koehler dava como argumento, ao convidar Oberacker, de que tanto ele próprio, assim como Victor Schleiff, o outro redator do jornal, já haviam alcançado os 60 anos de idade. Também destacava, em carta à VDA, que Oberacker era cidadão brasileiro, enquanto que Schleiff e ele próprio haviam nascido na Alemanha.¹⁶⁴ Em carta ao dirigente da Sociedade 25 de Julho, no Rio de Janeiro, Koehler acentuava que tinha interesse em, “aos poucos, inserir em Blumenau líderes bem formados, nascidos no Brasil”, que como Oberacker, revelassem “propósitos culturais alemães muito bem forjados”.¹⁶⁵

Em cartas enviadas por Koehler a entidades e ao governo alemães, a partir de 1933, deixava transparecer seus receios em relação a um possível movimento nacionalizador e sua oposição à atividades do grupo local do NSDAP, por conta de questões de poder. Provavelmente, por conta destes fatos, visse em Oberacker o homem “adequado”, como se referira numa das cartas, para trabalhar em seu jornal e nas duas entidades. Oberacker deveria cumprir a tarefa de tratar de “assuntos teuto-brasileiros” no jornal. A dualidade presente na categoria “teuto-brasileiro” permitiria que realçasse um ou outro elemento étnico, dependendo da circunstância.¹⁶⁶

O instituto histórico e cultural, através de trabalhos a serem publicados, assim como o jornal citado, seriam meios de se exercer um poder simbólico, ou seja, um poder de fazer coisas com palavras, segundo definição de Pierre Bourdieu.¹⁶⁷ Por conta disto que havia tanto interesse, por parte de Curt Hering e Gustav Koehler, em articular estratégias para viabilizar a vinda de Oberacker. Apesar da perda dos cargos políticos, em nível municipal e estadual, percebe-se como integrantes ou pessoas ligadas às elites econômicas filiadas ao PRC articulam estratégias no campo cultural. Aquele instituto tinha o objetivo de não só recolher

¹⁶⁴ KOEHLER, G. A. *Carta à VDA*. Blumenau, 28 dez. 1937. AHJFS, Dossiê 3.K.11. Doc-02.

¹⁶⁵ KOEHLER, G. A. *Carta ao Cônsul Henrique Schueler, da Federação 25 de Julho, do Rio de Janeiro*. Blumenau, 14 dez. 1937. AHJFS, Dossiê 3. K. 11. Doc-02. (Tradução livre da autora)

¹⁶⁶ Sobre a questão do realce e a manipulação da identidade étnica, ver POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998, p. 168-169.

¹⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 166.

cultura material e documental, mas também de produzir saberes, o que, obviamente, seria determinado pelos interesses de seus sócios-fundadores, uma vez que toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural.¹⁶⁸

Entretanto, não foram encontrados trabalhos produzidos e publicados por intermédio do Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí, que por pouco tempo existiu.¹⁶⁹ Quando morre um de seus fundadores, Theodor Lüders, em janeiro de 1938, o Instituto lhe rende homenagens através de nota de falecimento no *Urwaldsbote*. Em artigo no mesmo jornal, escrito por Gustav Koehler, afirma-se que o Instituto pretendia incorporar o acervo do arquivo de que Lüders cuidava, na Câmara Municipal de Blumenau, para possibilitar também a pesquisadores, com base na documentação existente, estudos sobre a história da colonização.¹⁷⁰ Estas foram as últimas notícias sobre o instituto na imprensa de língua alemã de Blumenau.

Um de seus fundadores, Frederico Kilian, ao escrever sobre os destinos da entidade, em 1976, deu como razões para seu desaparecimento, a Campanha de Nacionalização e o fato de Victor Konder, tido por ele como o grande mentor do projeto, não contar na época com apoio do governo. Frederico Kilian rememora que “naquela época, todo e qualquer movimento ou ação, que tentasse, em Blumenau, manter viva ou preservar suas tradições históricas, seu espírito pioneiro, baseado nos exemplos dos pioneiros da colonização alemã, era tido como ato de lesa-pátria.”¹⁷¹ A Campanha de Nacionalização influenciou diretamente a produção, circulação e a reprodução de uma determinada memória em Blumenau. Este controle da produção e circulação de saberes, realizado pelas instituições do governo, tratou também de inviabilizar as atividades do instituto histórico e cultural do Vale do Itajaí, que viu seus projetos frustrados.

Concluindo, analisou-se neste capítulo, através de diversos eixos temáticos, como houve diversos momentos, entre 1929 e 1937, em que alguns membros ou pessoas ligadas às elites econômicas de Blumenau investiram na afirmação de fronteiras étnicas. Em 1929, durante as comemorações do centenário da imigração alemã em Santa Catarina, se celebra o “progresso” do município, associado à idéia da superioridade do trabalho alemão. Naquele momento as elites econômicas de Blumenau, filiadas ao PRC, encontravam-se bem

¹⁶⁸ DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 66.

¹⁶⁹ Oberacker tornou-se redator do *Urwaldsbote* em julho de 1938, em substituição a Victor Schleiff. Oberacker aparece como organizador de uma série intitulada *Brasilianische Schriften* (Escritos brasileiros), publicada como separata do jornal. Sobre isto ver início do último capítulo.

¹⁷⁰ KOEHLER, G. A. Theodor Luders. Eins schlichtes Gedenkwort. *Der Urwaldsbote*, 04 jan. 1938, p. 02.

representadas no governo do estado. Nos anos 30, mesmo não fazendo mais parte do Estado, pessoas deste círculo procuram se articular localmente com os que estavam no poder, no sentido de criar uma ‘instituição -memória’, como foi o caso do instituto histórico e cultural como uma tentativa de conservação e/ou recriação de produções simbólicas. Naquele ‘lugar da memória’, o dia 25 de julho, membros da elite econômica, identificados com valores da cultura teuto-brasileira, usavam o passado na tentativa de cimentar poderes.

¹⁷¹ KILIAN, op. cit., p. 471.

CIMENTANDO OS “ALICERCES” DA NAÇÃO

Um “inquerito” jornalístico no Vale do Itajaí

No final de 1936 surgiram artigos na imprensa brasileira que representavam os descendentes de alemães como um instrumento da política externa alemã, como constata Jürgen Müller, em sua tese sobre a Organização para o Exterior do NSDAP na América Latina. Segundo estes artigos, os descendentes de alemães, através da Organização para o Exterior do NSDAP e de organizações “disfarçadas”, como a AIB – Aliança Integralista Brasileira, pretendiam colocar em prática planos de expansão territorial no Brasil.¹ Numa série de jornais foram publicados artigos, através dos quais se divulgava que a Alemanha tinha interesses imperialistas no Sul do Brasil. Os debates sobre o “perigo alemão” no Sul do país se intensificaram na imprensa nacional e entre círculos políticos, sobretudo quando, em 02 de setembro de 1937, o jornal inglês *Times* publicou um artigo intitulado “Nazis no estrangeiro - Aspectos do Brasil”, divulgado no Brasil pela agência francesa de notícias Havas. Neste artigo, além da afirmação de que havia influência de nazistas no país, publicou-se que “a grande maioria dos brasileiros natos, descendentes dos colonos germânicos, tem sido ensinada de que é à Alemanha e não ao Brasil que deve fidelidade”.²

Em matéria de conteúdo, o artigo não trazia argumentos de que no Brasil não tenham sido discutidos na publicidade até então, mas pela primeira vez Vargas se posicionou publicamente sobre o assunto. Ele solicitou, entre outras coisas, que o Terceiro *Reich* limitasse as atividades de seus representantes no Brasil, afirmando, ao mesmo tempo, a soberania do governo brasileiro quanto a assuntos internos do país. A embaixada alemã deu diversos esclarecimentos sobre o assunto na imprensa brasileira. O deputado federal Diniz Júnior, de Santa Catarina, a pedido do embaixador alemão no Brasil, Levetzow, proferiu um discurso a favor dos descendentes de alemães do Brasil, na Câmara dos Deputados.³

¹ MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika: die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945*. Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz, Akademischer Verlag, 1997, p. 291.

² O “Times” e as influências nazistas no Brasil. O texto integral do artigo publicado pelo jornal londrino. *Correio da Manhã*, 03 set. 1937. Recortes encontrados no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104939.

³ MÜLLER, op. cit., p. 293-294.

A repercussão do artigo do jornal londrino motivou o jornal *O Globo* a publicar nos meses de setembro e outubro de 1937 uma ampla reportagem sobre o Vale do Itajaí. O jornal *O Globo* enviou especialmente um repórter a Santa Catarina, com o objetivo de realizar “amplo inquérito” para “apurar” os fatos noticiados pelo jornal londrino.⁴

A idéia do “perigo alemão” não era novidade no Brasil, havia repercutido em diversos momentos, como durante a Primeira Guerra Mundial. Entretanto, para Marionilde Magalhães, naquela época, as reações anti-germânicas provinham da sociedade e não tanto do governo, como acontecera nos anos 40.⁵ Priscila Perazzo, ao analisar a atuação da polícia política na repressão ao nazismo, entre 1938 e 1945, percebeu na documentação do período que aos alemães se associavam duas formas diferentes de perigo. Um dos perigos era a idéia de que estes “ameaçavam a política interna desenvolvida por Vargas, que tinha a questão da identidade nacional uma das vigas-mestras”. O outro se baseava na idéia de que os imigrantes alemães “representavam um perigo ‘internacional’”, com base na crença de uma invasão ou intervenção do governo alemão no Brasil.⁶

Na série de reportagens publicadas pelo jornal *O Globo*, em setembro e outubro de 1937, aparece um terceiro perigo associado aos descendentes de alemães que moravam no Vale do Itajaí: a participação de muitos deles no movimento integralista. Trata-se aqui de pontuar algumas questões que aparecem nesta série de reportagens, evidenciando como o Vale do Itajaí, principal objetivo da viagem do repórter, foi por ele problematizado.

A postura do repórter, em sua estada de três semanas em Santa Catarina, é marcada por uma preocupação em investigar, averiguar, recolher evidências, com o objetivo de ratificar ou retificar informações, ou seja, o enviado tinha toda uma postura de repórter policial. Sua narrativa também é marcada pelo uso de termos policiais, como “inquérito” e “apuração” dos fatos. Logo no primeiro artigo da série, publica -se o questionário⁷ elaborado

⁴ Há infiltração e espionagem nazista no Sul do Brasil? O Globo inicia um inquérito sobre a colonização alemã no Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 set. 1937.

Todos os artigos desta série foram guardados pelo Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, que acompanhava com atenção os fatos que ocorriam e que eram noticiados no Brasil, país com o qual a Alemanha mantinha importantes relações comerciais. Tais artigos foram arquivados na pasta R 104939 do referido arquivo.

⁵ MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP, 1998, p. 38-39.

⁶ PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 56.

⁷ Perguntas do questionário:

- 1) O elemento alemão se deixa de boa vontade absorver pelo brasileiro, integra-se sem relutância na nacionalidade brasileira, ou resiste?
- 2) Qual o sentido dessa resistência: a) será puramente racial: manutenção de costumes, predileções, mentalidade pura da raça germânica? b) ou será particularista, de ordem política, de intenção nazista?

pelo repórter para servir de roteiro para suas investigações e também para sua narrativa jornalística.⁸

A série de reportagens teve como principal objetivo detectar a presença e as atividades dos membros do partido nazista no Vale do Itajaí, daí o título da série ‘Há infiltração e espionagem nazista no Sul do País?’. Divulga-se a idéia de que o partido nacional-socialista alemão tinha interesses estratégicos no Sul, vendo a população de descendentes de imigrantes alemães como uma massa de manobra para seus interesses. Além disto, o movimento nacional-socialista no Vale do Itajaí é representado como uma conseqüência de um ‘nazismo de exportação’,⁹ ou seja, como conseqüência direta de propaganda política da Alemanha. Os grupos locais do NSDAP são desta forma caracterizados como conseqüência de algo vindo de fora do país.

Entretanto, as mais recentes pesquisas sobre o partido nazista no Brasil,¹⁰ mostram que os primeiros grupos locais do NSDAP em Santa Catarina surgiram antes mesmo de haver uma

- 3) Dado este último caso: Há propaganda nazista? Sua extensão?
- 4) Procura-se, no seio das colônias, formar uma juventude hitlerista?
- 5) Caso afirmativo, quais os métodos e os agentes?
- 6) Há, nas colônias, arregimentação para o ‘trabalho voluntário e gratuito’ em prol da restauração econômica da nação alemã?
- 7) Há divergências, correntes em choque, nas zonas de colonização alemã?
- 8) Há, nessa esfera, indiferença ou fervor pelas coisas brasileiras?
- 9) Há indiferença ou fervor pelas coisas alemãs?
- 10) Há, na mesma região, alguma corrente que hostilize brasileiros?
- 11) Em caso de resposta afirmativa às perguntas 3 e 4: a) Há objetivos de propaganda claramente expostos? Quais são? b) Há pressão sobre os elementos que resistam à propaganda ou a ela se mostrem indiferentes?
- 12) Há instituições educacionais ou de outra ordem qualquer custeadas ou subvencionadas pelo governo nazista, nas zonas de colonização alemã?
- 13) Qual a situação dos cultos e da instrução primária e secundária?
- 14) A evolução dos temas acima indicados tem sido favorável ou não à nacionalização, nos últimos anos?
- 15) Qual a situação do integralismo na região?

Fonte: Há infiltração e espionagem nazista no Sul do Brasil? O Globo inicia um inquérito sobre a colonização alemã no Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 set. 1937.

⁸ Idem.

⁹ Há infiltração e espionagem nazista no Sul do país? A propaganda do Sigma, em alemão, e seus efeitos – Lançando ao maior descrédito o regimen vigente e seus homens representativos – A condenação dos indiferentes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 out. 1937.

¹⁰ Sobre a Organização para o Exterior do NSDAP na América Latina há as seguintes teses de doutoramento: MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika: die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945*. Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz, Akademischer Verlag, 1997; GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. *Der Widerschein des Nazismus. Das Bild des Nationalsozialismus in der deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasiliens und Chiles 1932-1945*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 1997; e sobre a Organização para o Exterior do partido nazista no Brasil, há a dissertação de mestrado de BARTELT, Dawid Danilo. *Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien im Rahmen der Deutsch-brasilianischen Beziehungen. 1931 bis 1939*. Berlin, 1991. Magisterarbeit (Geschichtswissenschaften) - Freie Universität Berlin; sobre o nazismo no Brasil, ver ainda MAGALHÃES, Marionilde. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESCP, 1998 e GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. A mais recente pesquisa sobre os grupos locais do NSDAP no Brasil é a tese de doutorado de MORAES, Luis Edmundo de Souza.

Organização para o Exterior do NSDAP na Alemanha, entidade responsável pela organização das atividades dos grupos partidários fora deste país. Segundo Jurgen Muller, até a fundação do departamento para o exterior do NSDAP, em maio de 1931, os interessados em se filiar ao partido, que moravam fora da Alemanha, tinham que entrar em contato diretamente com a direção do partido em Munique, para poderem ser registrados.¹¹ Luís Edmundo Moraes, autor de recente estudo comparativo entre os grupos locais do partido nazista em Blumenau e no Rio de Janeiro, preocupou-se em perseguir, na imprensa de língua alemã destas duas cidades, a aparição destes grupos locais na publicidade antes de 1931, quando foi criada na Alemanha a Organização para o exterior do partido.¹² Numa edição do jornal *Urwaldsbote*, em novembro de 1928, o autor encontra o primeira aparição do partido na imprensa de língua alemã da cidade, muito embora não enquanto partido.¹³ Tratava-se de uma convocação de um morador de Timbó, para que interessados enviassem seus endereços. Isto não significa que somente a partir daí teria existido o partido. Também noutros trabalhos sobre o NSDAP na América Latina, o grupo local do NSDAP de Timbó é referenciado como o primeiro do exterior, reconhecido pela direção do partido na Alemanha.¹⁴ O mesmo fundador deste grupo local, fundou, até o mais tardar abril de 1929, outro grupo local do partido em Bela Aliança (atual município de Rio do Sul) e em junho de 1929, o grupo local de Blumenau.¹⁵

Na série de reportagens do jornal *O Globo*, a idéia do “perigo alemão”, que havia sido veiculada no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial, toma também a forma de “perigo nazista”. Além da idéia de um “perigo nazista”, na série de reportagens do jornal aparecem mais dois “perigos” nas regiões de colonização alemã do Vale do Itajaí. Um deles se referia à nacionalização escolar e o outro, ao movimento integralista.

No início da série de artigos, o repórter constatou que, em alguns lugares, onde houve colonização alemã no Nordeste de Santa Catarina, como Gaspar, Brusque e Joinville, a região já se apresentava “nacionalizada ou em franca nacionalização”.¹⁶ Em outros lugares, como na área que compreende os municípios de Blumenau, Indaial, Hamônia, Rodeio, Timbó e Rio do Sul, entretanto, o repórter afirmava haver um lento processo de nacionalização, “paralisando

Konflikt und Anerkennung: die Orstgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro. Berlin, 2002. Tese (Doutorado em História) – Zentrum für Antisemitismusforschung, Technische Universität zu Berlin.

¹¹ Cf. MÜLLER, op. cit., p. 13.

¹² MORAES, op. cit.

¹³ Ibidem, p. 160.

¹⁴ Ibidem, p. 159.

¹⁵ Ibidem, p. 160 e 162.

¹⁶ Há infiltração e espionagem nazista no Sul do Brasil? *O Globo* inicia um inquérito sobre a colonização alemã no Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 set. 1937.

mesmo em algumas regiões, principalmente no município de Hamônia”.¹⁷ Apesar da presença de outras etnias, o repórter conclui que o Vale do Itajaí constituía um “quisto étnico” alemão, onde havia resistências à nacionalização.

O repórter associava ao elemento alemão um caráter quase “inato” em resistir à integração, afirmando que, se os poderes públicos não faziam pressão nacionalizadora, o elemento alemão, por si mesmo, “não se interessava por isso”. Para fundamentar sua assertiva, citou o exemplo dos menonitas teuto-russos, que se instalaram no Alto Vale do Itajaí, que apesar de haverem morado anos na Rússia, continuavam tendo como língua materna o alemão. O repórter ainda criticaria o uso do termo “teuto-brasileiro”, pois isto seria, segundo sua concepção, admitir a existência de diversas nacionalidades no Brasil, o que ele criticava.¹⁸

Ao problematizar o processo de nacionalização, o repórter afirmaria que a influência da propaganda nazista era um importante fator para a lentidão do processo nacionalizador na região. Via as escolas particulares “alemãs” como um meio de propaganda nazista, acusando também os pastores protestantes e alguns chefes nazistas, como os principais responsáveis na divulgação da germanidade. Se em alguns pontos do Vale do Itajaí localizava escolas que se encontravam mais nacionalizadas, como alguns trechos da zona rural de Rio do Sul, que destaca, associava este fato à pouca influência destes “agentes nazistas” nas escolas.¹⁹ Tal associação entre as atividades dos grupos locais do partido nazista e a lentidão do processo de nacionalização escolar seria a tônica de diversos escritos do Estado, publicados, anos mais tarde, em Santa Catarina.

Divulgava-se, através da reportagem, que, no Vale do Itajaí a fiscalização estadual nas escolas privadas alemãs era quase inexistente. O repórter reivindicava pressão por parte das autoridades governamentais, no sentido da nacionalização, ou seja, investia em legitimar uma nacionalização coerciva nas escolas. Estas observações certamente tiveram repercussão no círculo governista de Nereu Ramos que, alguns meses depois da publicação da reportagem, publicou o decreto-lei n. 88, em 31 de março de 1938, responsável pela nacionalização escolar coerciva em Santa Catarina. Na publicação deste decreto, o Interventor justificava que, em 1935, quando assumiu o governo estadual, “não havia, nas altas esferas oficiais, um ambiente propício para medidas mais radicais”. Com a instauração do regime Estado-novista e o clima

¹⁷ Idem.

¹⁸ Há infiltração e espionagem nazista no Sul do paiz? “Não promettemos nada...” – A decepção causada pela estréia dos integralistas no governo de Blumenau – Observações melancólicas de um blumenauense. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 out. 1937.

anti-germânico criado pela imprensa, sobretudo, a partir de fins de 1937, tornou-se possível legitimar medidas oficiais de caráter autoritário.²⁰

A terceira problemática que aparece nas reportagens é a forte adesão de descendentes de alemães à AIB, partido que o repórter procurava de diversas formas criticar. O repórter procura diversos indícios para deslegitimar a AIB, como num momento em que procura criticar a administração de alguns prefeitos integralistas no Vale do Itajaí.²¹ Esta postura vinha ao encontro dos interesses do governo estadual e federal, preocupados com o crescimento do movimento integralista no estado e no país.

Ainda com o objetivo de desqualificar a AIB, acentuou pontos em comum entre este partido e o partido nazista. O repórter destacou o fato de ambos utilizarem a expressão “Movimento” para identificar suas atividades e também o fato do jornal *Blumenauer Zeitung*, ser órgão de divulgação do integralismo e também, desde meados de 1934, das atividades do grupo local do NSDAP,²² o que realmente ocorreu. Entretanto, mais do que isto, o repórter se refere ao movimento integralista no Vale do Itajaí como se fosse uma espécie de nazismo disfarçado, representando não somente o partido nazista, mas também a AIB, como um “perigo”.²³ O repórter divulgaria ainda a idéia de que no Vale do Itajaí a AIB se opunha à nacionalização escolar.²⁴ Num momento, o repórter ainda conclui pela peculiaridade do integralismo na região, por haver membros do movimento que não sabiam falar português.²⁵

¹⁹ Há infiltração e espionagem nazista no Sul do Brasil? O Globo inicia um inquérito sobre a colonização alemã no Brasil. Saudações a Hitler em escolas brasileiras! *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 set. 1937.

²⁰ A continuidade da Pátria no culto de suas tradições e dos seus ideais. *Diário Oficial do Estado*, Florianópolis, 18 abr. 1938, p. 03.

²¹ Há infiltração e espionagem nazista no Sul do país? “Não prometemos nada...” – A decepção causada pela estréia dos integralistas no governo de Blumenau – Observações melancólicas de um blumenauense. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 out. 1937.

²² Há infiltração e espionagem nazista no Sul do país? “Bewegung”, uma palavra em que se confundem nazismo e integralismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 set. 1937. .

²³ Há infiltração e espionagem nazista no Sul do país? A propaganda do Sigma, em alemão, e seus efeitos – Lançando ao maior descrédito o regimen vigente e seus homens representativos – A condenação dos indiferentes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 out. 1937.

²⁴ Como exemplo, cita um folheto distribuído por integralistas durante campanha eleitoral, no qual se critica a construção de um grupo escolar em Hamônia, pelo governo estadual, para utilizá-lo como “prova” para mostrar que tanto o partido nazista como também o integralista eram resistentes à política de nacionalização escolar.

Há infiltração e espionagem nazista no Sul do Brasil? Quase irreconhecível uma bandeira nacional! - Ainda o integralismo – Surpresa e abnegação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 set. 1937. Sobre este assunto ver ainda: Há infiltração e espionagem nazista no Sul do Brasil? O Globo inicia um inquérito sobre a colonização alemã no Brasil. Onde surge o integralismo como fator de desnacionalização. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 set. 1937.

²⁵ Cita o fato do vereador eleito pelo partido integralista em Rio do Sul, Francisco Rauth, ter pedido intérprete no discurso de sua posse e que o fato de não saber falar o português, foi o principal motivo de sua renúncia.

Há infiltração e espionagem nazista no Sul do país? Alguns aspectos expressivos da situação do integralismo no norte de Santa Catarina - O vereador que só falava alemão – Ouvintes que entendiam o Sr. Plínio Salgado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 05 out. 1937.

O artigo inclui um diálogo com um membro do partido integralista em Hamônia:

Estas informações precisam ser relativizadas, tendo em vista pesquisas recentes sobre o integralismo em Santa Catarina. O historiador Luiz Felipe Falcão salienta, ao se referir ao integralismo no estado, que ali tratava-se de agir no sentido de implantar nas populações de origem imigrante, “um sentimento de brasilidade capaz de superar os preconceitos de caráter étnico.” Segundo o autor, “o nacionalismo advogado pelo AIB afastava -se de um ‘nativismo’ mais inflexível, como o alardeado por personalidades do porte de Nereu Ramos (ou como o arquitetado por intelectuais e instituições ligadas ao governo Vargas), ao mesmo tempo em que se confrontava com os partidários do germanismo”.²⁶

O autor ainda percebeu peculiaridades do integralismo em Santa Catarina, ao evidenciar que, em discursos de alguns integralistas, aparecia a idéia de pátria, que estava também presente nas populações de origem germânica. Através destes discursos se defendia que estas populações “se incorporassem na construção de uma pátria brasileira (e não para que se integrassem a uma Nação brasileira já construída)”.²⁷ Mas não se tratava, de “nazismo disfarçado”, como divulgava a imprensa da época e o governo de Nereu Ramos. O autor ainda constata que “são muitas as evidências quanto à ocorrência de tensões no convívio entre partidários da AIB e do NSDAP em Santa Catarina”, sendo uma destas tensões, a problemática da inserção dos descendentes de imigrantes à sociedade brasileira.²⁸

O fato é que, na série de artigos publicada no jornal *O Globo*, entre setembro e outubro de 1937, três problemáticas eram costuradas entre si, no sentido de se divulgar a idéia da existência de um perigo no Vale do Itajaí, uma relativa às atividades do NSDAP, outra às atividades da AIB e outra relativa à suposta resistência à nacionalização. Estes artigos, assim como outros que foram divulgados depois, contribuíram para a legitimação da Campanha de Nacionalização e da repressão às atividades de membros do partidos nazista e integralista no Sul do Brasil.

“- Você é integralista?

- Sou.
- Mas você não é alemão?
- Sou.
- Onde nasceu você?
- No Indaial.”

²⁶ FALCÃO, Luiz Felipe. A guerra interna (integralismo, nazismo e nacionalização). In: BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 188.

²⁷ *Ibidem*, p. 192.

²⁸ FALCÃO, Luiz F. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Ed. Univali, 2000, p. 165.

Com relação à AIB, obviamente que tal argumento se diluiria com o golpe de Vargas, que proibiu a atuação dos partidos políticos e, sobretudo, com o desmantelamento do movimento, após o fracasso de uma sublevação em 10 de março de 1938 e a tentativa fracassada de golpe, em 11 de maio do mesmo ano. Depois do fracasso da revolta programada para março, muitos integralistas foram presos em Santa Catarina e remetidos para Florianópolis. Segundo Luiz Felipe Falcão, 70 nomes foram arrolados pelas autoridades para serem processados no Tribunal de Segurança Nacional.²⁹

Com relação à Nacionalização, menos de dois meses depois da publicação da série de artigos pelo jornal citado, oficiais do Exército subordinados à 5ª. Região Militar, com sede em Curitiba, começaram a visitar cidades de Santa Catarina e do Paraná, exigindo o falar português em escolas e igrejas, onde se falava a língua alemã, como será visto mais adiante.

Legalmente, a Campanha de Nacionalização de estrangeiros no Brasil iniciaria em 1938, quando, entre março e maio, publicaram-se diversas leis que visavam regulamentar as atividades comerciais e as práticas políticas de estrangeiros.³⁰ A perseguição a integrantes de partidos estrangeiros, como o NSDAP, ganhou amparo legal do governo federal através do Decreto-Lei n. 383, de 18.04.1938, que, entre outras determinações, proibiu a prática de qualquer atividade de natureza política de estrangeiros no Brasil e o acesso a instituições culturais estrangeiras a cidadãos brasileiros.

A embaixada e os consulados da Alemanha no Brasil acompanhavam com grande atenção o rumo dos acontecimentos no Brasil, enviando relatórios detalhados ao seu país.³¹ Em janeiro de 1938, Karl Ritter, o embaixador da Alemanha no Brasil afirmava, em relatório ao Ministério das Relações Exteriores de Berlim, que, enquanto as relações do governo brasileiro com o governo alemão se desenvolveram favoravelmente, no decorrer de 1937, a situação do *Deutschum* no Brasil havia se tornado difícil.³² Outro relato de um representante

²⁹ Ibidem, p. 167.

³⁰ PERAZZO, op. cit., p. 44.

³¹ Além deles, também o DAI recebia relatórios de correspondentes do Brasil, providenciava a tradução de artigos de jornais publicados no Brasil, acompanhando, deste modo, os principais acontecimentos políticos do Brasil e o que sucedia nas regiões com presença de alemães e descendentes.

³² *Relatório anual do Embaixador da Alemanha no Brasil, Karl Ritter, encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores de Berlim*. Rio de Janeiro, 23 jan. 1938, p. 04. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104939.

Em 1935, a embaixada alemã no Brasil informava que não somente em círculos do governo brasileiro mas sobretudo em círculos privados se sentia muito mais que no ano anterior, uma “compreensão aos interesses da Nova Alemanha, e não raro se encontrava entre eles simpatizantes do movimento nacional-socialista”. No campo econômico, em 1935, se alargou e se intensificou o comércio exterior entre os dois países. Sobre isto ver *Relatório político do ano de 1935*. Anlage zum Bericht an das Auswärtiges Amt vom 12.10.1936. Assinado pelo

do governo alemão no Brasil, apontava que desde o golpe de Estado de Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, observava-se um fortalecimento do “nativismo” contra o elemento alemão no Brasil.³³

Em relatórios de representantes do governo alemão no Brasil, os artigos sobre a “infiltração nazista” no país, publicados pela imprensa carioca, assim como a proibição dos partidos políticos estrangeiros, através do Decreto-Lei n. 383, eram entendidos como resultado de uma ofensiva contra o elemento alemão desencadeada pelos Estados Unidos,³⁴ como forma de limitar a influência política e econômica da Alemanha no Brasil.³⁵ Tanto que, após a publicação do decreto mencionado, a embaixada alemã no Rio de Janeiro aconselhou os consulados da Alemanha no Brasil a agirem no sentido de impedir qualquer revolta contra o decreto, para se evitar a perseguição de cidadãos alemães e também para que não se desse motivo para que os Estados Unidos impusessem mais facilmente seus objetivos políticos no Brasil.³⁶ O governo alemão levava em conta seus interesses comerciais com o Brasil, daí o cuidado ao tratar com o governo brasileiro sobre assuntos como nacionalização dos descendentes de alemães e perseguição a cidadãos alemães.

O embaixador da Alemanha no Brasil, Karl Ritter, procurou conversar com o presidente Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, ministro das relações exteriores, mas este último argumentava que permitir a atuação do NSDAP no Brasil seria permitir a existência de um Estado estrangeiro dentro do Estado nacional brasileiro.³⁷ Quando o embaixador, em 04 de maio de 1938, procurou pessoalmente sensibilizar o presidente Getúlio Vargas a revogar o Decreto-lei n. 383, este afirmou que não somente era um amigo da Alemanha, como um admirador do *Führer*, tendo muito interesse nas relações comerciais entre Brasil e

embaixador alemão no Brasil, Schmidt-Elskop. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104939.

³³ *Bericht vom Gesandtschaftsrat Schlimpert*. Abril de 1938. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104939.

³⁴ Sobre isto: *Bericht vom Gesandtschaftsrat Schlimpert*. Abril de 1938. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104939; e *Relatório da Embaixada Alemã no Brasil, encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores de Berlim*. Rio de Janeiro, 26 out. 1938, p. 01. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104942.

³⁵ Cf. *Carta de Karl Ritter, Embaixador da Alemanha no Brasil, ao Ministério das Relações Exteriores em Berlim*. Rio de Janeiro, 21 abr. 1938, p. 02. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta 27196.

³⁶ *Relatório da embaixada alemã no Brasil ao Ministério das Relações Exteriores de Berlim*. Rio de Janeiro, 28 abr. 1938. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104939.

³⁷ *Carta do Ministério das Relações Exteriores brasileiro ao Embaixador da Alemanha no Brasil, Karl Ritter*. Rio de Janeiro, 17 mai. 1938, p. 02. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104939.

Alemanha.³⁸ Contudo, acrescentou que a proibição dos partidos estrangeiros e organizações estrangeiras no Brasil eram assunto interno do Brasil. Num outro documento sobre a nacionalização no Brasil, o embaixador alemão ressaltaria que Vargas, apesar das simpatias que alimentava em relação à Alemanha e também em relação aos descendentes de alemães no Brasil, por conta de seus “grandes serviços na administração, exército e economia”, estava tomado da idéia de eliminar as diferenças culturais existentes no Brasil e se “criar uma raça única brasileira, com uma língua e cultura própria”.³⁹

Apesar da proibições estaduais e nacional do partido nazista acontecerem entre fevereiro e abril de 1938, pelo menos já desde dezembro de 1937 ocorreram prisões de membros do partido nazista pela polícia no Rio Grande do Sul. Legalmente, até 18 de abril de 1938 o partido nacional-socialista alemão era tolerado pelo governo brasileiro. A proibição do partido em nível nacional ocorreu após as proibições decretadas pelos Interventores federais no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, os partidos políticos estrangeiros foram proibidos em 15.02.1938. Em Santa Catarina, a proibição ocorreu em 08.03.1938.⁴⁰ Isto revela que, pelo menos no início do Estado Novo, havia ainda uma relativa autonomia das Interventorias Federais nos estados brasileiros na repressão a partidos políticos estrangeiros.

A repressão ao partido nazista em Santa Catarina resultou em inúmeras prisões de pessoas que moravam, por exemplo, em Blumenau. Logo após a promulgação do Decreto-Lei n. 383, o líder do *Kreis* (Círculo) do Partido Nazista em Santa Catarina, residente em Blumenau, Otto Schinke, por exemplo, foi preso pelas autoridades policiais do estado. Após se verificar que o mesmo tinha a cidadania brasileira – o que a própria embaixada alemã no Brasil não sabia - o Secretário de Estado do Ministério das Relações Exteriores do Brasil concluiu que para a expulsão de Schinke do Brasil seria necessário um decreto especial do presidente da República, conforme as determinações da Constituição brasileira. Isto porque sua expulsão não poderia ser dada com base no Decreto-Lei n. 392, de 27.04.1938, que regulamentava a expulsão de estrangeiros do Brasil, no caso de comprometimento da

³⁸ *Aufzeichnung über meinen Besuch beim Präsidenten Vargas am 04.05.1938*. Documento elaborado pelo embaixador da Alemanha no Brasil, Karl Ritter. Rio de Janeiro, 10 mai. 1938, p. 01. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104939.

³⁹ *Relatório político da Embaixada alemã no Brasil para o Ministério das Relações Exteriores de Berlim*. Rio de Janeiro, 30 mar. 1938, p. 02. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104939.

⁴⁰ *Relatório do Gesandtschaftsrat Schlimpert*. Abril de 1938. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104939.

segurança nacional.⁴¹ Assim como ele, diversos outros membros do partido, residentes em Blumenau, foram presos. Numa ocasião, em 1938, por exemplo, o chefe estadual de polícia dirigiu-se pessoalmente ao Vale do Itajaí, onde, após interrogatório, aprisionou diversas pessoas. Algumas delas foram expulsas do Brasil.⁴²

A repressão a membros do partido nazista e a supostos “eixistas”⁴³ endureceu, sobretudo a partir do momento em que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, em 1942.⁴⁴ O governo não fez clara distinção, em muitos casos, entre integrantes do partido nacional-socialista alemão e outros alemães e descendentes, provocando arbitrariedades de todos os tipos. Num jornal do Vale do Itajaí, foi publicado naquele ano um artigo intitulado “O lugar de quinta coluna é nos campos de concentração”, informando sobre processos que se encontravam no DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, para serem encaminhados ao Tribunal de Segurança Nacional, no Rio de Janeiro.⁴⁵ Um relatório do DAI sobre a situação dos alemães no Brasil até outubro de 1942, informava que prisões e internamentos em campos de concentração no Brasil aconteciam, principalmente, por causa de suspeita de intrigas políticas ou do uso da língua alemã, mas, em parte, também por causa de inveja diante de concorrência e chicanas pessoais”.⁴⁶

⁴¹ *Carta do Embaixada Alemã no Brasil, Karl Ritter, ao Ministério das Relações Exteriores de Berlim.* Rio de Janeiro, 06 jul. 1938. Assunto: Beschwerde brasilianischer Regierung über Konsul Steimer – Florianópolis. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104941.

⁴² Foi o caso do líder da Juventude Evangélica, Roland Mielke, cidadão alemão, que após 6 meses detido em Florianópolis foi desterrado do Brasil como “estrangeiro indesejado”. Cf. Übersee. Brasilien. *Deutschtum im Ausland.* Zeitschrift des Deutschen Ausland-Instituts. Stuttgart, Jahrgang 22, Januar 1939, Heft 1, p. 585.

⁴³ Não somente membros do partido nazista e também integralista, mas também outras pessoas foram alvo da repressão durante a Segunda Guerra Mundial. Em Blumenau, o aumento do número de detenções durante o Estado Novo, sobretudo quando o Brasil entra na guerra, é visível no relatório da prefeitura municipal. Se em 1941 foram detidas 282 pessoas, este número aumentou para 861 no ano seguinte. Com relação à estatística de 1942, vale apontar que 129 das detenções ocorreram para “averiguações” (no ano anterior haviam sido 33) e 271 pessoas foram presas por conta do “uso de línguas interdidas”. Aumentou também significativamente o número de detenções por conta de “desordem” e “briga”.

PREFEITURA MUNICIPAL. Prefeito (1938-1941: Silva). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1941, apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado, pelo prefeito municipal Dr. Afonso Rabe*, p. 83.

⁴⁴ Sobre as prisões e os campos de concentração de prisioneiros em Santa Catarina, para confinamento de nazistas e supostos “eixistas”, assim como os processos crime instaurados no Tribunal de Segurança Nacional, ver os capítulos 2 e 4 da tese de FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina.* Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴⁵ O lugar da Quinta coluna é nos campos de concentração. Apesar de reservista e médico é um fervoroso eixista. *A comarca*, Indaial, 22 mar. 1942, p. 01.

⁴⁶ *Die Lage der Deutschen in Brasilien (bis Oktober 1942).* Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta 57/936 – documento bras. 43/3.

No mesmo documento consta que até então se sabia da existência de campos de concentração na ilha das Flores, no Rio de Janeiro, na Colônia Penal agrícola Daltro Filho, a cerca de 30 km de Porto Alegre, e no Belém do Pará, na antiga colônia japonesa de Tomé Assú, a 60 km ao sul de Belém, às margens do rio Acará.

Diversas pessoas que moravam em Blumenau foram presas em campos de concentração, como os documentos da época se referem, que existiram em Santa Catarina, durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com um ofício do delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina, de fins de 1943, estavam confinados no Campo de Concentração de Trindade, em Florianópolis, naquela época, 68 alemães, por motivos de “segurança nacional”, entre os quais, 21 com residência em Blumenau.⁴⁷ Segundo um recurso impetrado no Tribunal de Segurança Nacional pelo procurador de sete pessoas que ali estavam presas, todos moradores de Blumenau,⁴⁸ estas foram presas “por tempo variável, de um a dois anos e meio, sem processo de qualquer espécie”, sob acusações fundadas em motivos de ordem política e social.⁴⁹ Além do campo de concentração de Trindade, em Florianópolis, também havia a instituição Oscar Schneider, de Joinville, um hospital para doentes mentais que em 1942 foi transformado em presídio político. Ali estavam confinados, em 1944, alguns presos políticos que tinham residência em Blumenau.⁵⁰

Além das medidas de repressão, investiu-se na Era Vargas em “tentativas de unificar e integrar descendentes de estrangeiros a referenciais de brasilidade para forjar uma identidade homogênea para a população do país”, como afirma Cynthia Machado Campos.⁵¹ Além da autora, que tratou dos “vínculos entre o investimento nacionalizador e a campanha de afirmação da língua nacional” em áreas com presença de populações de origem alemã, no sul do Brasil, nos anos 30 e 40, há diversos trabalhos que investigaram tais investimentos em

⁴⁷ De Blumenau constam Hans Otto Vorberg, Paulo Gresser, Kurt Zoch, Carl Otto Schmidt, Ernest Clebsch, Fritz Schmidt, Alfredo Grossweiler, Friedrich Karl Kurt Lieschke, Franz Knoblauch, Fritz Frischknecht, Herbert Otto Georg Boehn, Paul Boecher, Max Adolf Gottlieb Konradt, Werner Garni, Georg Traeger, Johannes Kieckbusch, Johann Maar, Friedrich Wilhelm Henschke, Oscar Martin Funcke, Hugo Petersen, Curt Cristian Stanze. Há outras pessoas de outros municípios do Vale do Itajaí e do estado de Santa Catarina. No total perfazem 68 presos. Nomes extraídos de tabela publicada por PERAZZO, op. cit., p. 239-244.

⁴⁸ Tratava-se de Erich Buckmann, Kurt Lischke, Roberto Holzemann, Max Konradt, Gustavo Hucdepohl, Frederico Henschke e Alfred Grossweiler. Cf. Recurso do advogado José B. Salgado de Oliveira, representante de Friedrich Karl Kurt Lischke e outros, no processo do Tribunal de Segurança Nacional. AHJFS. Fundo Memória da Cidade. Coleção Famílias – Lischke.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Assim consta em relatório do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, de 1944: “Em abril de 1944, havia ainda apenas 48 alemães presos no campo de concentração de Trindade, em Florianópolis. Alguns cidadãos alemães, cujo número exato não se conhece, encontram-se na instituição Oskar Schneider. Em maio de 1944 os internados em Trindade, onde o alojamento e a alimentação deram motivos para justas reclamações, foram transferidos para a instituição Oskar Schneider. As condições ali parecem ser melhores. Todavia, não se pode dizer que eles estão satisfeitos. A maioria dos presos recebeu bem a transferência para a instituição Oskar Schneider, pois suas famílias moram em Joinville e Blumenau. Após alguns terem sido colocados em liberdade, existem atualmente 30 cidadãos alemães presos naquela instituição.” Microfilme 24 do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Bonn, existente no Arquivo Histórico de Joinville. (Tradução livre da autora).



Fig. 4 – Baixo relevo entalhado em madeira com vista do campo de concentração da Trindade, em Florianópolis, feito por Friedrich Karl Kurt Lischke, enquanto ali esteve confinado. (Acervo AHJFS).



Fig. 5 – Quadro pintado pelo mesmo autor, representando o campo de concentração da Trindade. (Acervo AHJFS).

⁵¹ CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, 1998. Tese de Doutorado (História) – Universidade Estadual de Campinas, p. 10.

Santa Catarina, de modo geral, sobretudo na área da nacionalização escolar.⁵² Há outros trabalhos sobre a Campanha de Nacionalização mais específicos sobre alguns municípios de Santa Catarina.⁵³ Os investimentos na construção de sujeitos patriotas e brasileiros, em Santa Catarina, durante o Estado Novo, aparecem na tese de Marlene de Fáveri.⁵⁴ Tendo isto em vista, trata-se a seguir de mostrar algumas das medidas tomadas na tentativa de forjar um “sentimento nacional”, atendo -se apenas ao espaço de Blumenau. Estes investimentos vão certamente interferir na mudança de discursos das elites locais, o que será evidenciado no último capítulo.

Nacionalização fardada

Diferentemente do que afirma Maria do Carmo Campello de Souza, de que as Forças Armadas constituíram mais um mecanismo decisivo de centralização, “sem tornar-se propriamente um instrumento do poder getulista”,⁵⁵ percebe-se que, em Blumenau, o Exército foi um dos principais instrumentos de intervenção na sociedade e de legitimação do regime. Ali ele interviu em diversos espaços e de diversas formas, com o objetivo de controlar a sociedade e executar medidas visando forjar uma identidade homogênea voltada para a

⁵² Cynthia Machado Campos escreveu um artigo tratando da nacionalização escolar vinculada ao projeto assistencialista do Interventor Federal no Estado, Nereu Ramos, no sentido de “educar a população, seu corpo e sua mente, disciplinando hábitos e comportamentos”. Cf. CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana (Org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 149. Outros trabalhos sobre a nacionalização escolar em Santa Catarina são os de MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do ensino em Santa Catarina. 1930-1940*. Florianópolis: UFSC, 1979 e FIORI, Neide. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria do Estado de Educação, 1975.

⁵³ Sobre isto ver há a tese de doutoramento de NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, e as seguintes dissertações de mestrado: ALBINO, José Francisco. *A nacionalização no Estado Novo: um olhar em São Pedro de Alcântara (1937-1945)*. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina; COELHO, Ilanil. *Joinville e a campanha de nacionalização*. São Carlos, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos; BRUHNS, Katianne. *Espaços de sociabilidades e o idioma: a campanha de nacionalização em Joinville*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Ainda sobre Joinville, há um trabalho específico sobre a nacionalização escolar, o de CRISTOFOLINI, Nilton José. *Nacionalização do ensino: construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵⁴ Sobre isto ver especialmente o capítulo primeiro da historiadora Marlene de Fáveri, op. cit.

⁵⁵ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1939-1964)*. São paulo: Alfa-Ômega, 1990, p. 101.

brasilidade. A sua intervenção em instituições da esfera pública, com o objetivo de exigir o falar português, iniciou-se em Blumenau, assim como em outras localidades dos estados do Paraná e Santa Catarina, jurisdição da 5^a. Região Militar, a partir de fins de novembro de 1937, e não em 1938, como geralmente se afirma. Este fato será evidenciado no próximo capítulo, ao se tratar mais especificamente das intervenções em instituições da esfera pública de Blumenau, durante o Estado Novo. Trata-se aqui, mais propriamente, de evidenciar algumas de suas práticas na tentativa de forjar a integração nacional, em Blumenau, e como, os militares que participaram da chamada Campanha de Nacionalização, interpretavam o papel do Exército.

Segundo Cynthia Machado Campos, as razões das intervenções das autoridades brasileiras, particularmente do Exército, junto às populações de origem estrangeira foram “a dispersão, as preocupações com o isolacionismo e com a não assimilação, pelos núcleos coloniais, dos ideais de brasilidade”.⁵⁶ Segundo a autora, as cidades do Vale do Itajaí foram as que particularmente mais despertaram a atenção dos governantes.⁵⁷ Nas publicações de militares que participaram da Campanha de Nacionalização em Santa Catarina, dá-se especial destaque às atividades empreendidas no Vale do Itajaí. Nenhum livro foi publicado por um militar, na época, tratando exclusivamente da Campanha de Nacionalização de Joinville, por exemplo.⁵⁸ Considerando o destaque dado ao Vale do Itajaí em reportagens sobre o “perigo alemão” no Sul do país, pode-se supor que havia uma grande expectativa quanto aos resultados da Campanha de Nacionalização nesta região, por parte das autoridades, ou pelo menos, uma grande preocupação em mostrar à sociedade brasileira as medidas tomadas neste sentido.

Por isto é importante observar como, nos livros sobre a Campanha de Nacionalização, escritos por militares, o exercício do poder do Exército é representado como um “combate” ao chamado “inimigo” interno. Os militares que vivenciaram em Blumenau a Campanha de Nacionalização, a representavam, em seus escritos, como um “combate”, um “conflito”, “uma luta”. Ou seja, eram palavras que remetiam à guerra. Para Theobaldo Costa Jamundá, a Campanha de Nacionalização era uma batalha frente ao “inimigo da Nação”, “um combate de

⁵⁶ CAMPOS, Cynthia M. *A política da língua na era Vargas...*, p. 113.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ Foram alguns os militares que escreveram livros relatando a experiência da nacionalização em Blumenau, como Hugo Bethlem, citado anteriormente, autor do livro *O Vale do Itajaí*, outro foi o capitão Rui Alencar Nogueira, com o livro *Nacionalização no Vale do Itajaí* e outro, Theobaldo Costa Jamundá, com o livro *O Itajaí Açu e outras Águas*.

grande envergadura”, “uma luta de inteligência contra as forças secretas do nazismo”,⁵⁹ referindo-se a conflitos no cotidiano:

Nós, os do grupo agressivo do “é preciso abrigar”, esbarrávamos nas restrições e nas antipatias. Na vivência local, a cultura regional vigiava nas seteiras da sua resistência. O conflito atocaiava com o lógico e o ilógico, ambos muito usados de situações tomadas, diferentemente.⁶⁰

Esta visão também aparece noutra obra sua, publicada pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, *O Itajaí-Açu e outras águas*, em 1945, que trata da Campanha de Nacionalização, no qual também procura traçar um perfil dos municípios do Vale do Itajaí. As duas primeiras partes do trabalho são intituladas “abrigamento” e “repressão”, ou seja, as medidas tomadas pelas autoridades são representadas como algo que tinha um duplo objetivo, a homogeneização cultural e a repressão ao nazismo. O autor define a “repressão” como o “choque das forças do bem e do mal em relação à integridade da unidade política brasileira”, representando o Exército como as “forças do bem”.⁶¹ Neste livro, ainda compara a “luta aberta pelo 32º Batalhão de Caçadores” às batalhas no Vale do rio Pó, na Itália, que ocorreram durante a Segunda Guerra Mundial.⁶² Para ele, portanto, tratava-se de uma guerra interna, aquela que o Exército levava a cabo através da Campanha de Nacionalização no Sul do Brasil.

A entronização da idéia do Exército como “defensor da Nação” era tal, que os militares que participaram da Campanha de Nacionalização viam esta “missão”, como se referem, como algo quase que inerente ao Exército. Conforme Hugo Bethlem, que atuou no Vale do Itajaí, “para o Exército esta missão não apresentou segredos nem novidades. Forma do há séculos na convicção da Pátria una e forte, compreendeu de pronto a magnitude do problema que em boa hora o grande chefe lhe apresentava.”⁶³ Theobaldo Costa Jamundá, também coadunava com esta idéia, ainda nos idos de 1968:

⁵⁹ JAMUNDÁ, Theobaldo C. *O Itajaí-Açu e outras águas: ensaio histórico-descritivo*. Blumenau, março de 1945, p. 52, 53 e 55, respectivamente.

⁶⁰ JAMUNDÁ, *Theagá*. Florianópolis: IOESC, 1977, p. 40.

Do outro lado, chegava-se a materializar na linguagem as tensões havidas por conta da repressão a alemães e descendentes no Vale do Itajaí. Até hoje encontram-se pessoas que se referem a pessoas que atuaram na repressão ao nazismo e na campanha de nacionalização, através do termo *Deutschfresser* (comedor de alemão).

⁶¹ JAMUNDÁ, *O Itajaí-Açu e outras águas...*, p. 23.

⁶² Idem.

⁶³ BETHLEM, op. cit., p. 19.

A participação que o Exército brasileiro deu [sic] foi tão natural e atualizada, que dispensa explicação. Aliás, o Exército brasileiro não entrou, ele implantou e conduziu, catalisando colaboradores. Justificar a posição do E. B. ali é cometer um pleonismo, de vez que se tem de admitir, que o nascimento dele foi nos movimentos nativistas brasileiros. O diferente e carecente de explicação, seria o Exército Brasileiro ter ficado nas arquibancadas assistindo o desenrolar da Campanha de Nacionalização.⁶⁴

Nada de natural havia nesta prática, pois que a sua execução era resultado de grandes investimentos que vinham se fazendo neste sentido, ao longo da década de 30, no interior do próprio Exército. Sobretudo após 1930, houve um investimento maciço e contínuo na idéia do Exército como expressão da Nação, através de doutrinas e instituições que tomassem como valores principais os da “defesa nacional”.⁶⁵

O Exército foi mobilizado para defender o país contra o “inimigo interno” nas regiões onde viviam estrangeiros e descendentes no Sul do país, tornando-se um dos principais agentes da campanha de nacionalização. Alguns dos relatos dos militares que se envolveram com a campanha de nacionalização são narrados na forma de viagem, através da qual eles percorriam o território identificando seu “campo de batalha”. O militar Hugo Bethlem descreve a viagem do general Meira de Vasconcellos a Santa Catarina como se fosse inspecionar um acampamento militar em pleno campo de combate:

enquanto percorria, pessoalmente toda a fronteira de Santa Catarina, tomando contato com a tropa e com o terreno, pôde, com seu notável espírito observador, norteado por uma cultura real, sentir o quanto de trabalho gigantesco para um general comandante de região, aquele Estado apresentava, mesmo em tempo de paz.⁶⁶

O domínio do território é algo inseparável do exercício da soberania. Por conta disto que Jacques Revel, ao tratar das viagens do soberano francês pelo território do país, enfatiza a importância que o conhecimento do território tinha na “territorialização progressiva da nação francesa”.⁶⁷ No caso dos agentes militares da nacionalização, no Sul do Brasil, o conhecimento e domínio do território também tinha uma importância decisiva para melhor controlar a população e se colocar em prática medidas que forjassem o “sentimento nacional” naquelas áreas. O intuito de identificar o território se refletia, na primeira fase da nacionalização empreendida pelo Exército no Sul do país, no recolhimento de material.

⁶⁴ JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Nereu Ramos, o da hora da reconstrução nacional*. Florianópolis: Ed. do autor, 1968, p. 12.

⁶⁵ LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995, p. 271.

⁶⁶ BETHLEM, op. cit., p. 04.

⁶⁷ REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1989, p. 117.

Conforme Hugo Bethlem, militares atuantes na Campanha da Nacionalização, oriundos da 5ª Região Militar, percorriam Santa Catarina e Paraná, colhendo “uma dose farta de documentos e informações”.⁶⁸ Ele se refere à sua viagem, que resultou no livro, como uma “viagem de verificação ao vale do Itajaí, impressionante pelo êxito e pelos ensinamentos colhidos”.⁶⁹

Um dos mecanismos usados na territorialização da nação, pelo Exército, foi o deslocamento de soldados do Sudeste e Nordeste do país para regiões habitadas por estrangeiros e descendentes no Sul do país, como foi o caso do Vale do Itajaí. Assim como numa guerra, em que se encaminham unidades do Exército para diferentes *fronts* de batalha, enviaram-se companhias e batalhões para algumas daquelas regiões. O Exército investiu na criação de companhias e batalhões, encaminhando-os a diversas regiões do país, com o objetivo de integrá-las ao “espírito nacional”. Também o Executivo investiu no espraiamento de uma rede administrativa que ia do governo federal aos municípios, visando controlar política e administrativamente todo o território nacional.⁷⁰

Ao se pesquisar as novas unidades do Exército criadas entre 1930 e 1940 no Brasil, revela-se que diversas companhias, pelotões e contingentes especiais foram criados em áreas de fronteira política do país, sobretudo no Centro-Oeste e Norte do país, revelando uma grande preocupação das Forças Armadas com o controle destas áreas.⁷¹ Mas neste período também foi criado um Batalhão de Caçadores especialmente para ser encaminhado a Blumenau, e enviada uma companhia de soldados para Hamônia, no Alto Vale do Itajaí, cidades que, apesar de não estarem em áreas de fronteira política, eram divulgadas como áreas onde a segurança nacional estaria em perigo.

Uma das primeiras regiões do Brasil para a qual foi encaminhada tropa do exército para intensificar a nacionalização foi o Vale do Itajaí.⁷² Foram mandados soldados para Blumenau e também para Hamônia (atual município de Ibirama), no Alto Vale do Itajaí. Havia uma preocupação especial, por parte de oficiais do Exército, em relação a esta localidade. Predominava nos anos 30, mesmo em outros círculos, que não o do governo brasileiro, a idéia

⁶⁸ BETHLEM, op. cit., p. 7.

⁶⁹ Ibidem, p. x.

⁷⁰ Sobre isto ver capítulo seguinte.

⁷¹ Ver lista no livro SCHWARTZMAN, Simon (Org.) *Estado Novo, um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). CPDOC/FGV, Editora Univ. Brasília, 1983, p. 204-205.

⁷² No final de 1938, enquanto Blumenau e Hamônia já haviam sido ocupadas por tropas do exército com o objetivo de se empreender ali a campanha de nacionalização, no Rio Grande do Sul por exemplo, isto ainda não havia ocorrido. Esta informação aparece no artigo “Übersee. Brasilien.” In: *Deutschtum im Ausland. Zeitschrift des Deutschen Ausland-Instituts*. Stuttgart, Jahrgang 22, Januar 1939, Heft 1, p. 586.

de que o município de Hamônia, comparado com outros do Vale do Itajaí, era “ainda quase puramente alemão”, como afirmara o cônsul da Alemanha em Florianópolis.⁷³

Uma companhia formada por 150 homens foi encaminhada a Hamônia, sob o comando do capitão Emanuel Morais, que solicitou o prédio da “escola alemã” localizada no Centro do município para servir de alojamento aos soldados. A “escola alemã” foi, em consequência disto, desativada. Este ato era, por si só, extremamente simbólico. Como numa guerra, em que o vencedor após a rendição do inimigo se apodera dos despojos e confisca seu patrimônio, os oficiais do Exército tomaram um dos prédios mais significativos da esfera pública daquela localidade, onde se cultivava a língua alemã.

Em Hamônia, o capitão Emanuel Morais investiu na nacionalização, com a realização de eventos cívicos com a presença de soldados e alunos das escolas, como os “sábados cívicos”, com o hasteamento da bandeira nacional, realização de palestras e, ao final, desfile da tropa e dos escolares pelas ruas do município.⁷⁴ Tais práticas visavam inculcar o espírito nacionalista nas crianças e adolescentes da região. Através destes eventos, se repetia dizeres como “Vale do Itajaí, recanto da pátria brasileira”, “Hamônia integrada no coração do Brasil”. O Exército investia na formação do que os jornais divulgavam como os “futuros soldadinhos do Brasil”,⁷⁵ também através da formação de unidades de escoteiros naquele município, prática comum durante o Estado Novo.

O incentivo ao escotismo era justificado como mais um mecanismo para a nacionalização das crianças nas regiões de colonização estrangeira. Num artigo do capitão Emanuel Morais sobre o escotismo, no qual afirmava que as escolas públicas não eram “basta para completar a educação do nosso jovem patricio”, pleiteava a necessidade de organizações juvenis, referindo-se ao escotismo, nos “centros de colonização estrangeira, onde o lar e a escola hoje estão em conflito”.⁷⁶ O incentivo ao escotismo, portanto, era representado como um mecanismo paralelo à escola, no sentido de redobrar os esforços no sentido da nacionalização. Segundo Cynthia Campos, o escotismo era apontado, na época, “como instituição eficiente para promover mudanças no comportamento da juventude”.⁷⁷

⁷³ Carta do Cônsul da Alemanha em Florianópolis, Sr. Steimar, à Embaixada alemã no Rio de Janeiro. Florianópolis, 03 jan. 1939. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104942.

⁷⁴ Sábados cívicos em Hamônia. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 28 mar. 1939, p. 01.

⁷⁵ Manhã cívica em Hamônia. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 14 abr. 1939, p. 01.

⁷⁶ MORAIS, Emanuel. Escotismo. *A Comarca*, Indaial, 13 ago. 1939.

⁷⁷ CAMPOS, Cynthia M. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana (Org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p.162.

Contudo, os escoteiros tinham algumas práticas muito comuns às desenvolvidas pela Juventude Hitlerista (vinculada ao NSDAP) e pela Juventude Pliniana (integrante da Aliança Integralista Brasileira), que existiram na região, nos anos 30. Também estas organizações investiam na disciplinação de crianças e jovens, em ensinar o respeito a um chefe e a disciplina. A Juventude Hitlerista tinha como ponto forte, através de eventos esportivos, preparação pré-militar dos jovens, excursões e competições de desempenho profissional, preparar corpos e mentes no sentido do nacional-socialismo.⁷⁸ Os grupos locais do movimento integralista e do nacional-socialista, assim como a Juventude Pliniana e Juventude Hitlerista, faziam desfiles, usando uniformes e empunhando suas bandeiras.

O incentivo ao escotismo, entretanto, visava incutir nas crianças e adolescentes o sentimento da brasilidade. O Exército comandava a formação de chefes de escoteiros e incentivava a formação de novos grupos não somente nos centros urbanos, mas também no interior do Vale do Itajaí. Num documento do DAI, o incentivo ao escotismo nas regiões de colonização alemã do Brasil, por parte do governo brasileiro, era representado como um recurso que visava “destruir todo sentimento alemão na juventude” destas áreas.⁷⁹

No final de dezembro de 1938, o embaixador da Alemanha no Brasil relatava ao governo alemão o grande aumento da influência do general Meira de Vasconcellos no Paraná e em Santa Catarina, assinalando que a Presidência da República havia deixado o “caminho aberto” para que o Exército levasse a cabo a Campanha de Nacionalização no país.⁸⁰

Em Blumenau, a influência do Exército na Campanha se intensificou com a chegada de um Batalhão de Caçadores, em abril de 1939, que foi enviado a pedido do Interventor Federal Nereu Ramos. Os oficiais e soldados vieram para Blumenau com uma clara tarefa, a de contribuir na Campanha Nacionalizadora. Os oficiais e praças, conforme o Boletim do General Meira de Vasconcelos, “estavam inteiramente a par do problema local”.⁸¹

Theobaldo Costa Jamundá, que veio com o Exército em 1939 a Blumenau, ao se referir à organização de novas unidades do Exército no país, como a enviada a esta cidade, comenta: “assim foi aberta a frente de vulto da luta passiva contra o nazismo. O 32º B. C. foi o

⁷⁸ HITLERJUGEND. In: KAMMER, Hilde; BARTSCH, Elisabet. *Nationalsozialismus: Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft 1933.1945*. Reinbek bei Hamburg, Rohwolt, 1992, p. 90-91.

⁷⁹ *Volkstum im Spiegel der fremden Presse*. Informationsdienst des DAIs. Stuttgart, 21 ago.1939, p. 05. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/Neu 977. Tradução livre da autora).

⁸⁰ Carta do embaixador von Levezow ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Assunto: Nationalisierung in Brasilien. Rio de Janeiro, 28 dez. 1938. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim. Pasta R 104942.

⁸¹ JAMUNDÁ, *O Itajaí Açu e outras águas...* p. 43.



Fig. 6 – Recepção do general Meira de Vasconcellos e do Interventor Federal no Estado, Nereu Ramos, em Hamônia, em 29.05.1938.
(Acervo particular do Sr. Elias da Silva).



Fig. 7 – Chegada do 32º BC em Blumenau em abril de 1939. Parada militar na rua XV de novembro.
(Acervo: AHJFS. Foto 11.4.1.1).

vanguardeiro”.⁸² No Boletim da 1ª Região Militar, da qual se desligou o 32º Batalhão de Caçadores, a partida para Blumenau era descrita como uma missão, “à de converter e tornar dignos de sua pátria, brasileiros que, por nossa própria inação e incúria, se iam tornando estrangeiros dentro da nossa própria pátria”.⁸³

O Batalhão fôra criado especialmente para ser encaminhada a Blumenau, em Valença, no estado do Rio de Janeiro. Num dia chuvoso de abril, cerca de 220 soldados adentraram a cidade, marchando pela principal rua da cidade, sob festividades preparadas pelo capitão Emanuel Morais, que já atuava em Hamônia.⁸⁴ Em Blumenau, os soldados foram instalados provisoriamente no prédio da Sociedade dos Atiradores e na Sociedade Ginástica,⁸⁵ ou seja, duas significativas sociedades da esfera pública do município, nas quais se desenvolviam práticas esportivas.

O comandante do Batalhão de Caçadores em Blumenau logo procurou fazer uso dos órgãos de imprensa, como rádio e jornais. Em sua fala na Rádio Cultura de Blumenau, em abril de 1939, o comandante procurava os mais diversos adjetivos para Blumenau, como “Cidade Jardim”, “Cidade Ternura”, “Cidade Encanto”, no intuito de angariar a simpatia da população: “tu és encantadora por conta da tua beleza mística, da preciosidade de sua gente, da brasilidade do teu povo, da nobreza da sua postura, da beleza de suas filhas, da inteligência e do trabalho dos seus habitantes”.⁸⁶

O jornal *Urwaldsbote* publicou artigo sobre as festividades de boas vindas aos soldados do 32º Batalhão de Caçadores, organizadas pelo capitão Emanuel Morais, e pelas autoridades do governo de Santa Catarina e dos municípios da região, num tom positivo, tentando, com esta postura, garantir a sua existência, diante da Campanha Nacionalizadora.⁸⁷ Através de uma carta do cônsul da Alemanha em Florianópolis à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, percebe-se, entretanto, que a vinda do Exército também foi recepcionada de outras maneiras. Para ele próprio, a vinda de soldados a Blumenau e Hamônia traria “enormes desvantagens e dificuldades” para a maioria da população descendente de alemães. Mas esta não era a opinião de homens de negócio em Blumenau e Hamônia que, conforme o cônsul, saudavam a

⁸² Ibidem, p. 41.

⁸³ Ibidem, p. 43.

⁸⁴ Blumenau, Garnisonstadt. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 14.04.1939, p. 02.

⁸⁵ Também a Sociedade Ginástica de Blumenau foi solicitada pelo Exército para abrigar parte dos soldados. Blumenau wird Garnisonstadt. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 28 mar. 1939, p. 02.

⁸⁶ Ansprache des Herrn Major Nilo Guerreiro. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 21 abr. 1939, p. 02.

⁸⁷ Conforme a Revista *Deutschum im Ausland*, mesmo as boas vindas do *Urwaldsbote* à tropa do Exército instalada em Blumenau, “com o único objetivo de aniquilar o Volkstum alemão”, não lhe serviu de nada.

instalação de tropas do Exército, apoiando e incentivando os planos das repartições militares, por conta de interesses financeiros.⁸⁸

Naquela ocasião, em abril de 1939, o cônsul da Alemanha em Florianópolis, Steimer, foi aconselhado pelo Embaixador alemão no Rio de Janeiro, Levetzow, a iniciar contato e ter boas relações com o Comandante do Exército de Blumenau, Major Nilo Guerreiro Lima, e sobretudo, contribuir para a criação de um bom relacionamento entre membros do grupo do partido nazista de Blumenau – que havia sido proibido um ano antes - e outros habitantes do município, fossem estes cidadãos alemães ou não. Isto porque a embaixada alemã temia que “certos círculos blumenauenses procurassem incitar o novo batalhão contra os cidadãos alemães, sobretudo membros do partido nazista”.⁸⁹ O embaixador temia o surgimento de conflitos que pudessem chamar a atenção das autoridades e provocando o recrudescimento da Campanha Nacionalizadora em Blumenau.⁹⁰

Semanas após a chegada do 32º Batalhão de Caçadores em Blumenau, em 21 de maio de 1939, o Interventor Nereu Ramos visita a cidade, e em seu discurso, legitima o papel do Exército na Campanha de Nacionalização: “Confiai nela [na unidade militar do Exército], como ela confia em Blumenau. Contai com ela para a vossa caminhada no sentido dos interesses nacionais. Vivei com ela os dias solares que hão de marcar os destinos da pátria.”⁹¹ Numa habilidade discursiva que lhe era peculiar, o Interventor Federal no estado, que temia resistências à presença de uma unidade militar na cidade, pedia em seu discurso confiança e colaboração para com o Exército no cumprimento da Campanha de Nacionalização.

Übersee. Brasilien. *Deutschum im Ausland*. Zeitschrift des Deutschen Ausland-Instituts. Stuttgart, Jahrgang 22, Januar 1939, Heft 1, p. 587.

⁸⁸ *Carta do Cônsul da Alemanha em Florianópolis, Sr. Steimer, à Embaixada alemã no Rio de Janeiro*. Florianópolis, 03 jan. 1939. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104942.

Ele se apoia em declarações feitas pelo diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, que ao se referir à reunião feita pela comissão encarregada da nacionalização em Hamônia, realizada em 17 de dezembro de 1938 na diretoria da Escola Alemã de Hamônia, por conta da solicitação do seu prédio para abrigar os soldados, acentua que algumas pessoas presentes, homens de negócio, afirmavam ver vantagens na vinda dos soldados. Sobre isto ver MECKIEN, Bruno. *Carta ao cônsul da Alemanha em Florianópolis, Steimer*. Hamônia, 22 dez. 1938, p. 06. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104942.

⁸⁹ *Carta do Embaixador da Alemanha no Brasil, Levetzkow, ao cônsul da Alemanha em Florianópolis*. Rio de Janeiro, 12.04.1939. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta 27196. (Tradução livre da autora).

⁹⁰ Chama a atenção que o embaixador, ao escrever sua carta, em abril de 1939, se refere a “membros do partido nazista”, quando este partido havia sido proibido um ano antes. Apesar disto, não se pode afirmar, com base nos documentos pesquisados, se houve uma continuidade das atividades do grupo local do partido nazista em Blumenau após a proibição de atividades políticas a estrangeiros, em 18 abril de 1938. De acordo com Luís Edmundo Moraes, a partir desta data não aparecem mais notícias ou anúncios de atividades do grupo local do partido nos jornais locais de Blumenau. MORAES, op. cit., p. 208.

⁹¹ CORREA, Carlos Humberto et. Alii. (Org.). *Nereu Ramos*. Florianópolis: FCC Edições: Associação Portobello de Cultura, 1988, p. 12.

Nereu Ramos citou, oportunamente, frase de Lauro Müller, político republicano descendente de alemães, natural do Vale do Itajaí, que havia sido seu protetor político no início de sua carreira política em nível estadual.⁹² Nereu Ramos se referia a Lauro Müller como aquele “que foi deste vale riquíssimo o grande filho, que nenhum com ele se pode medir”, de “frasear tão elegante, tão simples, tão espontâneo e tão límpido”, tentando, desta forma, angariar a simpatia do público ouvinte. Lauro Müller havia valorizado, certa feita, num discurso, o papel das instituições militares, da escola e do catecismo, na disciplinarização (“subordinação e comando”), na valorização da hierarquia e organização, do civismo e espírito de sacrifício e na educação física e moral, o que Nereu Ramos destacou em sua fala.

Alguns meses após a vinda do 32º Batalhão de Caçadores, foi inaugurada a sede do Batalhão, no bairro Garcia, para onde passaram a ser dirigidos os reservistas oriundos da região do Vale do Itajaí, para prestação do serviço militar. Até meados da década de 30, o governo propiciava a possibilidade de preparação militar de jovens moradores da região do Vale do Itajaí, através dos vários Tiros de Guerra, introduzidos em Santa Catarina durante a Primeira Guerra Mundial. Manuel Duarte, que visitou regiões de colonização alemã em Santa Catarina durante a Primeira Guerra Mundial, valorizaria os Tiros de Guerra, representando-os como “escolas de civismo e como elemento de nacionalização.”⁹³ Nestes Tiros de Guerra, o jovem era obrigado a horas de instrução militar, mas era dispensado de prestar serviço em casernas militares, além do fato de que fora dos horários de instrução militar e das curtas manobras anuais, não era considerado um soldado reservista.⁹⁴ A partir de 1939, contudo, ocorreu uma centralização das atividades militares, em torno da unidade do Exército instalada em Blumenau, o que, associado à lei da obrigatoriedade do serviço militar, publicada na mesma época, permitiu ao Exército um papel significativo na educação cívica de jovens da região.⁹⁵ Ali o Exército investia na valorização do idioma português, procurando inculcar nos soldados o “sentimento nacional”. O Secretário de Justiça, Educação e Saúde do Estado de

⁹² Cf. CORREA, Carlos Humberto et. al. (Org.). *Nereu Ramos*. Florianópolis: FCC Edições: Associação Portobello de Cultura, 1988, p. 22.

⁹³ DUARTE, Manoel. *Os alemães em Santa Catharina*: notas de um excursionista. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1917, p. 12 e 13.

⁹⁴ Auflösung der “Tiros de Guerra”. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 26 jun. 1936, p. 02.

⁹⁵ Em 04.04.1939, houve a instituição da obrigatoriedade do serviço militar para todos, através da Lei do Serviço Militar, tornando-o “obrigatório, pessoal e universal”. De acordo com José Murilo de Carvalho, esta lei daria ao Exército a possibilidade de aumentar a sua reserva, além de lhe dar a capacidade de influenciar setores da população até então impermeáveis, como as classes média e alta. O contingente do Exército era assim renovado anualmente, investindo-se não só nos treinos militares, mas na entronização de valores militares na sociedade. CARVALHO, José Murilo de. *Vargas e os militares. Aprendiz de feiticeiro*. D’ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Editora FGV, 1999, p. 62.

Santa Catarina, em 1942, ao se referir à nacionalização escolar das regiões de colonização estrangeira do estado, destacaria que “as case rnas têm sido ali uma continuação necessária da escola”.⁹⁶

O papel do Exército na educação cívica seria destacado por Getúlio Vargas, no discurso que proferiu em Blumenau, em 10 de março de 1940:

O exército nacional também não pode ser indiferente à educação do elemento de procedência estranha. Nos países novos às forças militares cabe esta função educadora e nacionalizadora. Pelos quartéis , passam todos os anos milhares de jovens que aprendem a servir ao Brasil. Por isso as forças militares estão com justo título, colaborando eficientemente na grande obra da educação nacional.⁹⁷

O Exército investia ainda no deslocamento de jovens que ingressavam no serviço militar no Sul do país para outras regiões do país, como meio para a nacionalização. Em 1939, quinhentos homens vindos da 5^a. Região Militar e que haviam ingressado no Exército sem saber falar o idioma português, foram recebidos pelo Comando da 1^a Região Militar (com sede na então capital do país, o Rio de Janeiro).⁹⁸ Na ocasião, o jornal *Diário da Noite*, de São Paulo, publicou um artigo intitulado “Na Alemanha Antártica”, no qual noticiava que “nenhum dos recrutas falava a língua portuguesa”,⁹⁹ instigando a necessidade da campanha de nacionalização no Sul do país.

Como parte da campanha de nacionalização, o governo federal custeou a viagem de 200 jovens da região de Blumenau para conhecer a capital do país. Em julho de 1939, o comandante do 32^o. Batalhão de Blumenau, major Nilo Guerreiro, convidou, através de nota na imprensa, jovens para visitar a capital do país durante as comemorações da Semana da Pátria, sob custas do governo. As condições para se inscrever eram: ser nascido no Brasil, não conhecer ainda o Rio de Janeiro, e ter a permissão dos seus pais ou responsáveis. Conforme documento do DAI, instituto alemão que acompanhava com interesse os acontecimentos no Brasil, o governo brasileiro procuraria, através disto, “impressionar estes jovens”, para assim poder melhor inculcar neles o sentimento pátrio.¹⁰⁰

⁹⁶ D’AQUINO, op. cit., p. 55.

⁹⁷ VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1943, p. 264 e 305.

⁹⁸ Arquivo Nacional de Koblenz, Documento da pasta R 57/Neu 976.

⁹⁹ Cf. tradução do artigo feita pelo DAI – Instituto alemão para o exterior. Arquivo Nacional de Koblenz, Documento da pasta R 57/Neu 976.

¹⁰⁰ *Kolonie Zeitung*, Joinville, 25.07.1939. Citado no documento 650 – Pasta R 57/Neu. Arquivo Nacional de Koblenz.

O alto comando do Exército teve uma preocupação especial na escolha dos soldados que vieram para Blumenau e Hamônia. Segundo um militar, a tropa “será a mais selecionada possível, quanto ao físico, tipo racial, condição moral, preparo militar, saúde e apresentação”. Havia a preocupação em se escolher homens de outras regiões, para servir no Vale do Itajaí, mas “homens dos grandes centros, homens que, “ho dizer preciso de Bilac, têm o hábito do pente, escova e sabão””.¹⁰¹ Hugo Bethlem, ao se referir a Blumenau, deixa claro um dos objetivos do envio de soldados de outras regiões para a cidade: “O caldeamento com esta gente se impõe. São tipos belíssimos e bons”.¹⁰²

Considerando-se as concepções do Estado, na época, que valorizavam a “assimilação” dos descendentes de imigrantes, os casamentos entre soldados encaminhados às regiões de colonização estrangeira e filhas de famílias locais eram valorizados pelas autoridades. Não à toa o comandante do batalhão, quando chega a Blumenau, em abril de 1939, em discurso na rádio, se refere “à beleza de suas filhas.”¹⁰³ O diplomata brasileiro em Berlim, Cyro de Freitas Valle, após visitar o Sul do Brasil, no primeiro semestre de 1939, encaminhou um relatório ao governo brasileiro, no qual sugeria que se enviassem unidades do Exército formadas de “soldados brancos” a “colônias alemãs” no Sul do Brasil, que no final do serviço militar deveriam ali residir e se casar. Através do casamento de soldados e moças descendentes de alemães, segundo o diplomata, se estabeleceriam “elementos nacionais” nas “colônias alemãs”. Este via ainda no envio de soldados ao Sul do Brasil a possibilidade do Exército elevar o seu prestígio nesta região.¹⁰⁴

Alguns soldados vindos com o 32º Batalhão chegaram a se casar com moças de Blumenau e região. Anos depois, um visitante se referiu à vinda destes soldados como uma “agradável invasão”: “a soldadesca, como era natural, misturou -se com a população da cidade e o belo sexo não foi estranho àquela agradável invasão”.¹⁰⁵

Como se percebe, foram diversos os investimentos do Exército, na tentativa de incutir nos habitantes estrangeiros e descendentes ao “sentimento nacional”. Os investimentos no culto à pátria brasileira significavam também submeter estas populações às autoridades brasileiras, interessadas em controlar aquelas áreas, como era o caso de Blumenau. Neste

¹⁰¹ BETHLEM, op. cit., p. 38 e 39.

¹⁰² Ibidem, p. 187.

¹⁰³ Ansprache des Herrn Major Nilo Guerreiro. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 21.04.1939. p. 02.

¹⁰⁴ PAIVA, César. *Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. Hamburg, 1984. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Hamburg, p. 151.

¹⁰⁵ MARANHÃO, João de Albuquerque. *Sessenta dias em Santa Catarina*. Notas de viagem. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1947. Conferência proferida na Associação Brasileira de Imprensa em 17.05.1947, p. 19.

sentido, também o Executivo se empenhou de diversas maneiras. Algumas delas, como os investimentos nas escolas e em eventos cívicos em Blumenau, serão vistas no próximo item.

Investimentos no disciplinamento, civismo e brasilidade

Ao refletir sobre a idéia de região e constatar ser ela produto de imposições arbitrárias e não resultado de uma classificação “natural”, Pierre Bourdieu nos lembra que a fronteira, “esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural, do mesmo modo que é produto desta”. Cita como exemplo a ação do sistema escolar para evidenciar que a vontade política pode desfazer o que a história fez.¹⁰⁶

Muito embora já houvesse investimentos na nacionalização escolar em Santa Catarina durante a Primeira República, segundo Cynthia Campos, foi somente no final da década de 30 e início dos anos 40 que se desencadeou um amplo movimento nesse sentido.¹⁰⁷ Entre 1937 e 1945, o governo do estado de Santa Catarina empreendeu uma política de nacionalização escolar coerciva, dando ênfase sobretudo às regiões habitadas por populações de origem alemã em Santa Catarina. Conforme Ivo de Aquino, Secretário da Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina, os habitantes de origem polonesa e ucraniana, “não significavam um problema, pelo pequeno âmbito de sua influência” e também pelo fato de atribuírem o uso da língua somente ao culto religioso. Quanto aos descendentes de italianos, o governo estadual os considerava facilmente assimiláveis ao meio nacional, “pela sua identidade latina e pela sua formação moral e religiosa. Não significa isso que não existisse o problema da nacionalização do ensino nesses núcleos, devido, porém, mais ao descaso dos poderes públicos, que a uma resistência deliberada da parte deles.”¹⁰⁸ Diferente era com relação aos descendentes de alemães, tidos como resistentes à assimilação. Conforme Cynthia Machado Campos, havia também outra questão que influenciaria uma maior intervenção nas regiões de colonização alemã. Isto se deveu, segundo ela, “à menor importância atribuída a atividades agrárias desenvolvidas por italianos, poloneses e ucranianos e ao entendimento de que os

¹⁰⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001, p. 115.

¹⁰⁷ Sobre a intervenção do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas, ver artigo de Cynthia Campos em: BRANCHER, Ana (Org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p.149-166.

¹⁰⁸ D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do ensino: aspectos políticos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942, p. 29-31.

alemães haviam construído um centro industrial significativo e um perfil de trabalhador fabril que fazia-se urgente nacionalizar”.¹⁰⁹

Um dos argumentos para a nacionalização escolar coerciva em Santa Catarina, utilizados pelo governo do Estado, era a afirmação de que as escolas eram o principal veículo da propaganda nazista. Ivo d’Aquino localiza em 1935 o início da propaganda nazista em Santa Catarina. A propaganda nazista, contudo, era realizada desde fins dos anos 20, no Vale do Itajaí.¹¹⁰ É de se perguntar se estes dados eram desconhecidos do governo estadual ou se eles eram propositalmente manipulados. Isto porque o ano que Ivo d’Aquino indica como o início da propaganda nazista em Santa Catarina, 1935, coincide com o ano da eleição de Nereu Ramos ao cargo de governador do Estado. Localizar o início da propaganda nazista naquela data era uma forma de mostrar que desde o início do seu mandato – então enquanto governador – Nereu Ramos havia se esforçado no sentido do “combate ao nazismo”, através da nacionalização escolar. Vale lembrar que o livro de Aquino foi publicado em 1942, no auge da campanha de repressão aos estrangeiros e seus descendentes.

Em Blumenau, a nacionalização escolar resultou no fechamento de quase todas as escolas particulares. Se em 1937 havia 46 escolas particulares, dirigidas pelas comunidades, e 21 escolas públicas, em 1943 havia apenas três escolas particulares, os tradicionais Colégio Santo Antônio, o Colégio Sagrada Família e a Escola isolada São José, havendo 42 escolas municipais e 34 escolas estaduais (incluindo as escolas isoladas).¹¹¹ Somente em um ano, em 1938, quando foi publicado o decreto de nacionalização escolar, as 46 escolas particulares foram reduzidas a 5, o que mostra o impacto imediato desta lei em Blumenau. O prédio da “escola alemã” do centro de Blumenau foi usado pelo Conjunto Educacional Pedro II, criado para substituí-la.

O grande número de escolas particulares em todo o município de Blumenau, antes da nacionalização, pode ser percebido no relatório de atividades do prefeito municipal, referente ao ano de 1939, no qual se registra que não havia necessidade de se construir novas escolas nas regiões rurais, pois que as existentes estavam em condições de receber todas as crianças

¹⁰⁹ CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana (Org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 157.

¹¹⁰ Segundo Luis Edmundo Moraes, não somente os grupos locais de Timbó e Bela Aliança, mas também o jornal *Der Urwaldsbote* participavam na divulgação da publicidade nazista no final dos anos 20. MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: die Orstgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro*. Berlin, 2002. Tese (Doutorado em História) – Zentrum für Antisemitismusforschung, Technische Universität zu Berlin, p. 160.

em idade escolar. O governo municipal investiu naquele ano, entretanto, na construção do Grupo Escolar Municipal Machado de Assis, na zona urbana do município, assim como na incorporação dos prédios das escolas particulares ao seu patrimônio. O governo municipal e estadual investiu não somente na transformação das escolas particulares em escolas públicas, mas também na construção de algumas escolas públicas. Em 1938 o governo estadual inaugurou duas delas em Blumenau, o Grupo Escolar José Bonifácio, no distrito de Rio do Testo, e o Grupo Escolar Santos Dumont, no bairro Garcia, próximo ao batalhão do Exército. Em 1943 foi inaugurado, significativamente no dia do aniversário do Presidente Getúlio Vargas, o Grupo Escolar Lúcio Esteves.¹¹² Todas estas escolas foram construídas com uma arquitetura semelhante, através de plantas desenvolvidas pelo governo estadual.

Houve também impacto da lei da nacionalização escolar em regiões rurais do município. Conforme relatório de atividades do prefeito municipal, sobre o ano de 1938, havia escolas, como a de Alto da Serra, na divisa de Blumenau e Jaraguá, onde a totalidade dos alunos não sabia português. Ali foi determinado aos professores que suspendessem o ensino de todas as matérias do programa e se dedicassem, exclusivamente, ao ensino do português.¹¹³ Havia professores que abrigavam o nome das crianças descendentes de estrangeiros.¹¹⁴

Em trabalhos sobre a nacionalização, faz-se muita referência à mudança de nomes de localidades e instituições, durante o Estado Novo, por conta das leis decretadas. Percebe-se que em áreas habitadas por estrangeiros, no Vale do Itajaí, houve também o abrigamento progressivo dos próprios nomes das pessoas. Hoje facilmente pode-se constatar, em famílias moradoras desta área, que muitos filhos nascidos durante a guerra foram registrados com prenomes brasileiros ou abrigados, diferenciando-se, muitas vezes, de irmãos nascidos antes da guerra, que tinham prenomes alemães, por exemplo.

A intensidade campanha de nacionalização escolar, pelo menos nos primeiros meses do regime estado-novista, foi diferente nas diversas regiões com presença de estrangeiros e descendentes no Brasil. Conforme um relatório da Embaixada alemã no Brasil, em outubro de

¹¹¹ BLUMENAU. *Relatórios dos negócios administrativos do município de Blumenau apresentados ao interventor federal no Estado, Nereu Ramos, entre 1937 e 1943*. AHJFS.

¹¹² BLUMENAU. Prefeito (1942-1943: Rabe). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau apresentado ao interventor federal Nereu Ramos em 1943*, p. 10.

¹¹³ BLUMENAU. Prefeito (1938-1941: Silva). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau apresentado ao interventor federal Nereu Ramos em 1939*, p. 41.

¹¹⁴ Conforme Egon Tiedt, morador de Pomerode (então distrito do rio do Testo), o professor da escola isolada que freqüentou, quando menino, mudou, na lista de chamada, o seu prenome, passando também a chamá-lo de Egondo! Cf. depoimento de Egon Tiedt, morador de Pomerode, à autora, em maio de 2002.

1938, as “escolas alemãs” do Paraná e Santa Catarina até então, eram as mais atingidas, assim como as escolas onde se falava o polonês, no primeiro estado. Também no Espírito Santo se fez sentir fortemente a campanha. Enquanto isto, naquela época, permaneciam ainda em funcionamento no Rio Grande do Sul, a Escola Hindenburg, em Porto Alegre, os dois seminários em São Leopoldo e Hamburgo Velho, além de cerca de 30 pequenas escolas em diversas localidades do estado. As “escolas alemãs” do Rio de Janeiro e Minas Gerais, até então, tinham permanecido quase todas em funcionamento. Também sobreviviam as duas “escolas alemãs” nas capitais dos Estados de Pernambuco e Bahia.¹¹⁵

O Interventor Federal no estado, Nereu Ramos, no discurso que havia proferido em Blumenau, em abril de 1939, afirmaria que “a escola e a caserna são os alicerces sobre o que, imponente e majestosa, há de erguer-se essa obra decisiva para os nossos destinos,¹¹⁶ referindo-se ao projeto de construção nacional. Em Blumenau, percebe-se o trabalho em conjunto entre o Exército e o Executivo, a partir de sua instalação na cidade, na educação cívica e disciplinamento de crianças e adolescentes. É o que se percebe através de uma redação de um aluno da 3ª série do primário, do Colégio Santo Antônio, escrita após visita dos alunos ao quartel:

Ao chegarmos à rua das Palmeiras, Frei Ernesto [o diretor do colégio] ordenou: “marchar em cadência”. Assim fomos até em frente do grupo Escolar Santos Dumont, onde nos perfilamos para uma demonstração cívica. Nova ordem de marcha e a rapaziada do colégio com garbo rumou para o quartel... Depois de darmos três voltas pelo pátio interno do batalhão, recebemos ordem de descansar e, a seguir, fomos distribuídos em turmas aos diversos oficiais que nos levaram a visitar as dependências do quartel... Às 11 horas, desfile de uma companhia em homenagem ao colégio. A seguir, o Sr. Comandante fez distribuição aos alunos dos livros “Episódios militares” e “Caxias”... A seguir cantamos o hino nacional...¹¹⁷

Muitos princípios da caserna foram aplicados à escola. A nacionalização escolar investia na militarização das atividades escolares, através da marcha, do uso do uniforme, da obediência ao horário, da valorização da ordem e da disciplina. Isto pode ser percebida através da redação de uma aluna da terceira série do primário, da escola municipal Machado de Assis:

¹¹⁵ *Relatório da Embaixada Alemã no Brasil, encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.* Título: “Nationalisierung in Brasilien”. Rio de Janeiro, 26 out. 1938. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104942.

¹¹⁶ RAMOS, Nereu. *A obra nacionalizadora do Estado Novo.* Discurso pronunciado em Blumenau, no dia 21 de maio de 1939. Florianópolis, 1939, p. 12.

No dia 07 de setembro, nós fomos todos uniformizados, às 7 horas e 50 minutos, no caminhão, a caminho de Blumenau. Lá, na rua das Palmeiras, todas as escolas se reuniram, e fomos até o campo de futebol do “Brasil”. Aí, um padre rezou uma missa campal e outro falou sobre o dia sete de setembro. Depois falaram outros homens. O batalhão do 32º. Batalhão de Caçadores tocou o hino nacional e nós cantamos. Depois fomos marchando até a praça Hercílio Luz e depois seguimos no caminhão até o grupo [escolar].¹¹⁸

Através da educação física de crianças, adolescentes e soldados, o Exército investia no disciplinamento e na militarização da sociedade. Os problemas de segurança e defesa da Pátria faziam do esporte um dos meios para o trabalho organizador e a ação preparatória das casernas.¹¹⁹ Conforme o militar Rui Alencar Nogueira, nas competições esportivas, organizadas pelo Exército em Blumenau, “nunca esquecíamos as crianças. A elas destinávamos algumas das provas e oferecíamos-lhes prêmios”.¹²⁰ Também os clubes de ginástica da região eram convidados para participar de atividades promovidas pelo Exército em Blumenau, quando ainda estavam ativos. Nas comemorações do dia do soldado, em 1942, as dependências da antiga Sociedade Ginástica de Blumenau, já então confiscada pelo Exército, foram utilizadas para a realização de competições esportivas, distribuindo o Batalhão medalhas aos vencedores adultos e brinquedos para os escolares.¹²¹ Tratava-se, pois, de aproximar o Exército e as escolas, os soldados das crianças, na tarefa de se disciplinar e se educar patriótica e militarmente as populações das regiões de colonização estrangeira do país e um dos meios eram as atividades esportivas.

Blumenau e região se destacava pela valorização da ginástica esportiva através dos diversos clubes de ginástica, através dos quais o esporte era intensamente praticado. Tratava-se, durante o Estado Novo, de se apropriar destas práticas que já eram costumeiras ali, inculcando-lhes um novo sentido. A valorização da prática esportiva pelo Exército entre as crianças e jovens tinha o intuito de discipliná-los e militarizá-los para formar o homem brasileiro, ou seja, tratava-se de inculcar-lhes o sentimento da brasilidade. Segundo Alcir Lenharo, o Exército brasileiro tomou a experiência de militarização do esporte da Alemanha

¹¹⁷ Visita ao 32º. B. C. Redação do aluno Valter Piazza. In: *Colégio Santo Antônio*. Blumenau, sem indicação de editora, 1941, p. 15 e 16.

¹¹⁸ BLUMENAU. Prefeito (1938-1941: Silva). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau apresentado ao interventor federal Nereu Ramos em 1939*.

¹¹⁹ LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1986, p. 80.

¹²⁰ NOGUEIRA, Rui Alencar. *Nacionalização do vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Masurky, p. 104.

¹²¹ BLUMENAU. Prefeito (1942-1943: Rabe). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau apresentado ao interventor federal Nereu Ramos em 1942*, p. 20

como modelo, na medida em que observava “à pujança militar dos alemães com a política de massificação do esporte a partir de 1933”.¹²²

Cynthia Machado Campos constatou que as preocupações em torno da nacionalização “vincularam-se à modernização operada em Santa Catarina, ao crescimento da indústria e à formação dos centros urbanos”.¹²³ Mesmo em regiões de forte presença de descendentes de imigrantes, como Blumenau, o poder público entendia a nacionalização não somente como um projeto que visasse investir no aprendizado do português, forjar o sentimento de comunhão nacional, mas também educar crianças, adolescentes e jovens para a racionalidade capitalista.

A escola era um dos espaços nos quais se investia na formação de trabalhadores disciplinados. Assim concebia o prefeito de Blumenau, José Ferreira da Silva, ao se referir às crianças em idade escolar moradoras da favela Farroupilha, comentando que muitas delas tinham dificuldades em manter sua frequência regular na escola, referindo-se à “completa brutalidade em que são elas educadas, sem qualquer noção de respeito e moralidade”.¹²⁴ Ao se referir à nacionalização escolar, o interventor assinalaria, então, que nacionalizar não era “apenas ensinar a falar o português, a conhecer o Brasil e os seus vultos, a cantar os hinos patrióticos. É alguma coisa mais, muito mais elevada”. Deveria-se, segundo ele, tornar o indivíduo “útil à pátria”, de investir na formação de um “povo sadio de corpo e alma, honesto e trabalhador”.¹²⁵ Ou seja, ao projeto de nacionalização escolar deveria fazer parte o objetivo de formar uma classe trabalhadora brasileira “sadia”, apta para o trabalho capitalista. Para o prefeito, deveria-se investir no disciplinamento de todas as crianças, não somente das que falavam idioma estrangeiro: “não devemos descuidar o elemento caboclo, puramente nacional”. Tal argumento foi utilizado pelo prefeito para justificar ao Interventor federal no Estado, através daquele relatório, a necessidade de construção de uma escola agrícola municipal, destinada a “recolher, dando-lhes alimento e instrução, os filhos de pais reconhecidamente pobres e, preferencialmente, as crianças da Farroupilha”, para assim educá-las num “ambiente de disciplina, ordem e asseio, de respeito, moralidade e amor ao

¹²² LENHARO, op. cit., p. 81.

¹²³ CAMPOS, op. cit., p. 156.

¹²⁴ BLUMENAU. Prefeito (1938-1941: Silva). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau apresentado ao interventor federal Nereu Ramos em 1939*, p. 43-44.

¹²⁵ Idem.

trabalho”.¹²⁶ Através de práticas assistencialistas como esta, o governo municipal investiu, naquela época, na educação de crianças pobres, no sentido de lhes disciplinar para o trabalho.

Além de se investir no ensino da língua portuguesa e de se inibir o falar alemão, da militarização das crianças e jovens, incentivou-se também o culto à pátria, aos “heróis” e aos símbolos nacionais. Os investimentos em comemorações cívicas que exaltassem o patriotismo não foram novidade em Blumenau, ocorreram em todo o país. Havia um grande investimento na comemoração dos “heróis nacionais” e das datas cívicas, como o aniversário do presidente da República, a 19 de abril, o dia do soldado e do Patrono do Exército (25 de agosto), o dia 7 de setembro (dia da Independência), 10 de novembro (dia do Estado Novo), 15 de novembro (Proclamação da República), 19 de novembro (dia da Bandeira). Em Blumenau, as autoridades militares investiam no culto às figuras do Presidente da República, Getúlio Vargas, e de Duque de Caxias, o patrono do Exército, através da inauguração de seus retratos nas escolas do município, em cerimônias realizadas com a presença do comandante do Exército ou de um oficial representante.¹²⁷ Por outro lado, desaparecem dos jornais, notícias sobre comemorações relativas ao dia 25 de julho, o “Dia do Colono”, por exemplo. A última notícia aparece no ano de 1938, quando um dos jornais de língua alemã lamentava que nos três estados do Sul tal feriado só pôde ser festejado com muita reserva.

Numa redação escrita por um aluno da 3ª série primária, percebe-se a ênfase nos cantos patrióticos e na obediência à bandeira nacional, durante as comemorações do dia da independência em Blumenau: “Em primeiro lugar, hasteamos a bandeira nacional. Hasteando a bandeira, cantamos o hino à bandeira. Depois, muitos alunos foram saudar a data de sete de setembro. Cantamos oito cânticos patrióticos”.¹²⁸ Através de diversas atividades, o Exército procurava encantar os alunos, para assim procurar incutir-lhes a obediência, disciplina e o sentimento pátrio. Este sentimento de empolgação transparece na redação de um dos alunos que participou das comemorações da Semana da pátria, em 1939, organizadas pelo Batalhão do Exército em Blumenau: “(...) enquanto eu for moço nunca mais me esqueço deste dia. Pelos esforços dos antepassados, general Duque de Caxias, Almirante Barroso, defensores da Pátria.”¹²⁹ Na ocasião, a prefeitura municipal chegou a premiar os alunos que haviam

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ NOGUEIRA, op. cit., p. 104.

¹²⁸ BLUMENAU. Prefeito (1938-1941: Silva). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau apresentado ao interventor federal Nereu Ramos em 1939*, p. 42.

¹²⁹ Idem.



Fig. 8 – Comemoração cívica de escolares no Vale do Itajaí, no início dos anos 40. (Acervo particular do Sr. Elias da Silva).



Fig. 9 – Canteiro com o formato da bandeira nacional brasileira. Vale do Itajaí, início dos anos 40. (Acervo particular do Sr. Elias da Silva).

elaborado as melhores redações durante a Semana da Pátria, revelando-se, mais uma vez, os trabalhos em conjunto entre o Executivo municipal e o Exército.

As Semanas da Pátria eram realizadas em setembro de cada ano em colaboração com o Exército, com festas cívicas e palestras nas escolas. O Interventor Municipal de Blumenau acentuava, em seu relatório de 1941, o papel do comandante e dos oficiais do batalhão do Exército de Blumenau em todas as festas cívicas realizadas no município, das quais havia ampla participação de escolares. Durante a semana da Pátria de 1942, chegou-se a erigir, em frente ao Teatro Carlos Gomes, um “altar da Pátria”, no qual foi acesa uma pira, com a presença de autoridades civis e militares, escolares e público em geral. A pira permanecia sob a guarda, durante o dia, de alunos e operários, e durante a noite, de soldados do Exército.¹³⁰

Tais atos revelam como o civismo tomava uma forma litúrgica, na medida em que se expressava na forma de “cu lto à Pátria”.¹³¹ Não deixa de chamar a atenção a participação do clero católico nas comemorações cívicas organizadas em Blumenau. Tanto durante a Semana da Pátria de 1941, como durante o Congresso de Brasilidade de 1942, personalidades eclesásticas participaram realizando palestras sobre temas cívicos.¹³² Durante o segundo Congresso de Brasilidade, em 14.11.1942, participou com conferência sobre a “unidade étnica e unidade cultural”, o frei Odorico Durieux, do Colégio Santo Antônio. Esta aproximação do clero católico com as autoridades governamentais e militares, durante a guerra, se percebe também no Congresso de Brasilidade de 1943, em Blumenau, cuja abertura foi realizada no auditório do mesmo colégio.

Estes congressos eram realizados em todo o Brasil, desde 1941, entre 10 a 19 novembro, em comemoração à implantação do regime estado-novista no Brasil, com comemorações cívicas e realização de palestras, também envolvendo o Exército e as escolas. As palestras dos congressos de brasilidade versavam sobre 10 temas ou unidades. Em todos os municípios onde se realizassem tais congressos deveriam ser apresentados tais temas, o que evidencia o investimento na idéia da unidade nacional.¹³³ Cada município organizava o seu

¹³⁰ BLUMENAU. Prefeito (1942-1943: Rabe). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1942, apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado, pelo prefeito municipal Dr. Afonso Rabe*, p. 16.

¹³¹ Sobre o contrabando da liturgia católica para a “liturgia política” durante o Estado Novo, ver LENHARO, op. cit.

¹³² Em 1941, durante a Semana da Pátria, o Frei Beda Koch realizou palestra na escola São José, no bairro Garcia. Durante o segundo Congresso de Brasilidade, em 14.11.1942, participou com conferência sobre a Unidade étnica e unidade cultural, o frei Odorico Durieux.

¹³³ Os temas eram: Unidade étnica, cultural, jurídica, patriótica, social, econômica, financeira, moral, geográfica, histórica e política. Cf. NODARI, op. cit. p. 244 (nota 51). No Congresso de Brasilidade de 1942, de Blumenau,

programa de festividades conforme as determinações do governo federal. Tratava-se de, durante os mesmos dias do ano, em cada unidade do país, se palestrar sobre o mesmo tema, forjando também deste modo a idéia de que todos estariam sintonizados em torno dos mesmos assuntos. Eunice Nodari, ao analisar a realização de tais congressos em Santa Catarina, ressaltando sua importância “na construção da memória pública nacional”, afirma que a programação destes congressos “visava exclusivamente a atividades que demonstrassem uma unidade completa tanto econômica quanto cultural. As diferentes etnias com seus valores e tradições deveriam sucumbir suas diferenças e reverenciar a brasilidade”.¹³⁴

As palestras em Blumenau durante tais congressos eram proferidas por pessoas integrantes do poder público, como o prefeito municipal, delegado de polícia, juiz de Direito, promotor público, militares, assim como autoridades eclesiásticas, jornalistas, médico, todos de alguma forma ligados ao governo.¹³⁵ Em Blumenau, o primeiro Congresso de Brasilidade iniciou com conferência sobre o Estado Novo, proferida por um capitão do Exército, na Rádio Cultura de Blumenau. A maioria das palestras era transmitidas pela rádio, um dos principais veículos da propaganda do regime.¹³⁶ Isto mostra uma estatística sobre as horas transmitidas na rádio local, dedicadas a assuntos cívicos. Se em 1940, 62 horas dedicadas a tais assuntos foram transmitidas, em 1942 foram 112 horas, ou seja, aumentou em 2 vezes.

No primeiro Congresso de Brasilidade, em 1941, discursou sobre o tema “Unidade Patriótica” o próprio prefeito municipal, o médico Afonso Rabe, um descendente de alemães¹³⁷ que se incluiu entre os “filhos de antepassados que aqui chegaram há relativamente pouco tempo”.¹³⁸ O passado da cidade não era silenciado, mas lembrado no sentido de investir na idéia de que os descendentes de estrangeiros deveriam se integrar à Nação

ainda se incluiu uma palestra intitulada “Unidade americana”. Cf. BLUMENAU. Prefeito (1942-1943: Rabe). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1942...*, p. 79-80.

¹³⁴ NODARI, op. cit., p. 245-6.

¹³⁵ Em 1942, as palestras do Congresso de Brasilidade realizado em Blumenau foram proferidas pelas seguintes pessoas: Dr. Oscar Leitão, Capitão Júlio Maximiano Olivier Filho, Dr. José Ribeiro de Carvalho, Dr. Luiz de Freitas Melro, Reverente Frei Odorico Durieux, Celso Liberato, Dr. Luiz Navarro Stotz, Dr. Moacir Azambuja e tenente Cel. Oscar Rosa Nepomuceno da Silva.

Cf. BLUMENAU. Prefeito (1942-1943: Rabe). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1942...*, p. 79-80.

¹³⁶ Tabela “Empresas rádio difusoras”. In: BLUMENAU. Prefeito (1942 -1943: Rabe). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1941, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado, pelo prefeito municipal Dr. Afonso Rabe*, p. 76.

¹³⁷ Eunice Nodari destaca que em Cruzeiro/Joaçaba, no Oeste do estado, os palestrantes dos congressos eram todos de origem portuguesa, “como não poderia deixar de ser”, por conta do espírito de brasilidade dos congressos. Em Blumenau, entretanto, também pessoas com sobrenome alemão participaram como palestrantes dos congressos de brasilidade. Foi o caso do prefeito Afonso Rabe.

¹³⁸ Discurso pronunciado pelo prefeito Afonso Rabe. *Cidade de Blumenau*, 22 nov. 1941, p. 01.

brasileira. O prefeito Afonso Rabe acentua, em seu discurso, que já havia uma consciência nacional formada no Brasil quando os imigrantes alemães chegaram a Blumenau:

nesta época, o Brasil já existia há 350 anos, já havia um organismo político e uma consciência nacional formada e tradições seculares estabelecidas pela adaptação dos costumes trazidos ao meio ambiente encontrado (...) Era e é nada mais, nada menos do que o seu, e, muito mais ainda o nosso sacrossanto dever de sermos agradecidos a esta bendita terra que os imigrantes acolheu e de venerarmos esta bandeira que os protegeu e proteja ainda (...) Todos devemos pensar só, sempre brasileiroamente, isto é, amai-o sobre todas as coisas, viver por ele [o auriverde pendão], trabalhar por ele e si necessário for, lutar e morrer por ele (...) Somos todos brasileiros, sem distinção de cor ou de classes. O louro ou o moreno não são privilegio de raça ou de nacionalidade.¹³⁹

Imbuído do espírito nacionalista do Estado Novo, Rabe ressaltou ser aquele dia dedicado à “veneração da bandeira nacional, a exaltação da juventude brasileira, o respeito às classes armadas e o combate à cada espécie de sentimentos regionalistas ou de credo político alienígena”.¹⁴⁰ O prefeito Rabe, que havia se incorporado ao aparato burocrático-administrativo do Estado Novo, apelava para que os descendentes de estrangeiros, como ele, respeitassem as autoridades nacionalizadoras, legitimando ainda a repressão a estrangeiros e descendentes, cuja fase mais violenta ocorreu durante sua gestão.¹⁴¹

Em seu discurso, durante o Congresso de Brasilidade, Rabe investia na necessidade de se integrar ao sentimento nacional, valorizando o papel das escolas nesta tarefa, representadas por ele como “templos de integração na nacionalidade”.¹⁴² Ali, nas escolas, eram também realizadas palestras cívicas durante aquela semana, assim como muitos escolares participavam das festividades organizadas pelas autoridades públicas. Durante as festividades daquele ano, o Exército ainda realizou um desfile nas principais ruas da cidade, baile de gala no Teatro Carlos

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Durante a gestão de Afonso Rabe, o combate ao regionalismo, como ele se referiu no discurso, se materializou, por exemplo, na eliminação de nomes de ruas que lembrassem imigrantes alemães de destaque. Em 18 de agosto de 1942, Afonso Rabe publicou o decreto-lei n. 68, trocando o nome de diversas ruas do município. A alameda Dr. Blumenau, por exemplo, passou a ser denominada oficialmente de Alameda Duque de Caxias, o patrono do Exército. Diversas delas tiveram seus nomes substituídos por nomes de “heróis nacionais”, muitos deles “heróis militares”, como Almirante Barr oso, Almirante Tamandaré, Floriano Peixoto, Benjamin Constant. Outros nomes de ruas foram substituídos por nomes de municípios catarinenses. Através da lei, também muitos “becos” deixaram de ser oficialmente denominados assim, para receber a denominação de rua de tal, o que evidencia também a modernização urbana que vinha se processando, o que se deveria se refletir na própria forma de se referir a estes espaços. BLUMENAU. Prefeito (1942-1943: Rabe). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1942...* p. 29.

¹⁴² Discurso pronunciado pelo prefeito Afonso Rabe. *Cidade de Blumenau*, 22 nov. 1941, p. 01.

Gomes, patrocinado pela prefeitura municipal e pelo comando do 32º Batalhão e competições desportivas com escolares, organizadas também pelo Exército.¹⁴³

No Congresso de Brasilidade de 1942, além dos temas objeto de palestras no ano anterior, proferiu-se uma palestra cujo tema era “Unidade Americana”, o que não surpreende, considerando a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Estados Unidos.¹⁴⁴ Na palestra sobre Unidade Patriótica do Congresso de Brasilidade de 1943, quando o Brasil já estava em guerra na Europa, se investe ainda mais na correlação entre a criança e o soldado. Para o palestrante Luiz Navarro Stotz, “o culto à criança há de ser igual ao culto do soldado do Brasil”. A marcha das crianças nas ruas de Blumenau, durante as festividades cívicas, era comparada à marcha dos soldados nos campos de batalha da Europa. Para ele, tratava-se de, nas escolas, “dissecar as alminhas de hoje, penetrar-lhes o ânimo, embebedar a vigorosa seiva de brasilidade”.¹⁴⁵

Se a Nação é uma “comunidade imaginada”, como afirma Benedict Anderson,¹⁴⁶ buscou-se, sobretudo durante o Estado Novo, investir em mecanismos que incutissem nas pessoas o sentimento de pertença à Nação brasileira. Procurou-se mostrar aqui alguns investimentos das autoridades na tentativa de submeter as populações de áreas habitadas por estrangeiros e descendentes à sua autoridade e incutir-lhes o sentimento de pertencerem à Nação brasileira, restringindo-se apenas ao espaço de Blumenau. Os investimentos no sentido da “territorialização da Nação”, como se refere Jacques Revel, não ocorreram, entretanto, apenas através da atuação do Exército ou através da nacionalização escolar. No próximo capítulo também será evidenciado, entre outras coisas, como a centralização burocrático-administrativa também foi uma forma de, em regiões habitadas por descendentes e estrangeiros, melhor controlar a população, facilitando ali a execução de medidas no sentido da nacionalização.

¹⁴³ BLUMENAU. Prefeito (1938-1941: Silva). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1941...*, p. 21.

¹⁴⁴ Cf. BLUMENAU. Prefeito (1942-1943: Rabe). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1942...*, p. 79-80.

¹⁴⁵ *Cidade de Blumenau*, 21 nov. 1943, p. 01.

¹⁴⁶ Segundo Anderson “mesmo que os membros da nação mais pequena não se conheçam, se encontrem ou ouçam algo dos outros que fazem parte dela, existe na cabeça de cada um a idéia de uma comunidade. Também porque a Nação, independente de desigualdade real e exploração, ela é compreendida como uma reunião fraternal de iguais”. ANDERSON, Benedict. *Die Erfindung der Nation*. 2. Auflage. Frankfurt/Main, 1988, p. 15.

Capítulo 4

INTERVENÇÕES DO ESTADO NA ESFERA PÚBLICA E NA ESFERA DE PRODUÇÃO E AÇÕES DAS ELITES LOCAIS

Durante o Estado Novo, o Estado requereu a função de principal agente, impondo sua definição do mundo social. Trata-se, neste capítulo, de analisar algumas intervenções do Estado, entre 1937 e 1945, na esfera pública literária e política, assim como na esfera privada da produção, em Blumenau, percebendo os significados disto para o contexto local. Outra preocupação, que se liga à primeira, é mostrar o significado de tais intervenções dentro do projeto de integração dos municípios à estrutura burocrática da administração federal, tido como um dos meios para a integração nacional. Isto porque o projeto de dissolução das fronteiras regionais, imposto pelo Estado, implicava também variadas formas de intervenção na esfera pública destes municípios, no sentido de controlá-los e de enfraquecer os poderes regionais. As medidas do Estado no sentido de “integrar” Blumenau à Nação e as articulações de parcelas das elites econômicas frente a este projeto são assuntos deste capítulo.

É no entrelaçamento entre as intervenções na esfera pública literária, política e na esfera de produção que se pretende perseguir tais questões. Jürgen Habermas, ao apresentar as estruturas da esfera pública burguesa, percebeu que a esfera pública política (o Estado) e a esfera pública literária, formada sobretudo pela imprensa e espaços formadores de opinião, se “imbricam uma na outra de um modo peculiar”.¹ Isto nos leva a perceber, nas linhas que se seguem, a importância que as intervenções do Estado na imprensa e em espaços de sociabilidades, em Blumenau, tiveram para o exercício de um maior controle político. O controle do Estado, em Blumenau, não se restringiu ao controle da esfera pública, mas também no controle de diversos espaços fabris, ou seja, no espaço da produção.

Para perceber os significados destas intervenções, nas linhas que se seguem serão apresentados alguns elementos da esfera pública literária de Blumenau nos anos 30, tendo-se em conta o papel que suas instituições têm na reprodução e legitimação de poder.

¹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984, p.72 e 73.

Esfera pública literária de Blumenau nos anos 30

Nos anos 30, diversos periódicos eram publicados em Blumenau. Em língua alemã havia o *Blumenauer Zeitung*, o *Urwaldsbote*, ambos publicados duas vezes por semana, e o *Volkszeitung*, que era publicado uma vez por semana, mas que durou apenas um ano e meio,² o *Mitteilungsblatt der NSDAP*, órgão do grupo local do partido nazista, publicado de fevereiro de 1933 a início de 1934. Além destes, havia os jornais *A Cidade*, que circulava desde 1924, e *Correio de Blumenau*, fundado em maio de 1932,³ que se fundiram em agosto de 1933, dando origem ao jornal *Cidade de Blumenau*, e o jornal integralista *Alvorada*, que também teve curta duração.⁴ Dos jornais publicados em Blumenau, os de maior circulação, nos anos 30, eram os periódicos de língua alemã. Conforme René Gertz, o jornal *Blumenauer Zeitung* apresentava o subtítulo “Órgão para o fomento dos interesses econômicos de Blumenau”, enquanto que o jornal *Urwaldsbote*, luterano, apresentava-se como o grande defensor da germanidade,⁵ representando os interesses da classe burguesa da região. Além dos jornais, haviam outros periódicos em circulação em Blumenau, mais esporádicos, assim como revistas e almanaques anuais. Sobre estes últimos, destacam-se aqui os principais, existentes nos anos 30, o *Blumenauer Volkskalender* (1933-1938), o *Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens* (1934-1965) e o *Calendário Blumenauense* (1934-1935).

Em Blumenau também era grande a circulação de literatura. Com relação à literatura de língua alemã, havia alguns espaços especializados em emprestar livros, como a Biblioteca Alemã, junto à “escola alemã” de Blumenau - que em 1936 contava com 1.464 volumes,⁶ - a biblioteca mantida pela Associação Escolar de Santa Catarina, a Biblioteca Escolar da localidade de Altona - Blumenau, além de algumas outras nos outros distritos que até 1934 compunham o município. Diversas livrarias, como a de Carl Wahle, G. Artur Koehler, Starke & Co., ofereciam em Blumenau uma grande variedade de livros e revistas em língua alemã, fazendo propaganda de novas aquisições nas páginas dos periódicos locais.⁷ Havia também círculo de livros entre os moradores. Ainda com relação à leitura, algumas pessoas em

² Circulou entre 01.03.1930 a 23.09.1931. Cf. SILVA, José Ferreira da Silva. *Imprensa em Blumenau*. Florianópolis: IOESC, 1977.

³ O primeiro foi criado em 21.09.1924 e o segundo, a 21.05.1932. Cf. SILVA, ibidem.

⁴ O jornal foi publicado entre 08.01.1935 a 28.05.1935. Cf. SILVA, ibidem.

⁵ GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil. Germanismo. Nazismo. Integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. P. 81.

⁶ Relação de bibliotecas com literatura alemã no Brasil. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/68.

⁷ REICHSTELLE FÜR DAS AUSWANDERUNGSWESEN. *Deutsche Vereine, Schulen, Kirchengemeinden und sonstige Anstalten und Einrichtungen in Südamerika*. Reichsverlagsamt, Berlin, 1935, p. 24.

Blumenau faziam parte do programa *Leserpatenschaft*, intermediado pelo DAI de Stuttgart, ou através do *Institut für Auslandskunde, Grenz- und Auslandsdeutschum*,⁸ de Leipzig, através do qual um alemão-padrinho enviava um livro para um interessado fora da Alemanha, com o qual também mantinha correspondência. Estes programas visavam a divulgação da língua alemã fora da Alemanha,⁹ através da literatura, assim como divulgavam entre os descendentes de alemães no estrangeiro a idéia de que pertenciam à comunidade racial e nacional alemã (*Volksgemeinschaft*).

As “escolas alemãs”, igrejas e diversas associações recreativas, esportivas e culturais, que em Blumenau eram inúmeras, tinham um papel significativo no cultivo do uso da língua alemã. Conforme uma estatística de 1935, em todo o Vale do Itajaí havia 102 escolas privadas em que se ensinava em língua alemã.¹⁰ Quanto à vida eclesiástica, sobretudo a igreja evangélica luterana zelava pelo cultivo desta língua. Não foram encontradas estatísticas sobre o número de habitantes de confissão luterana no município na década de 30. De acordo com o censo dos habitantes de Blumenau de 1927 (que à época incluía os distritos desmembrados nos anos 30), 47,7 % da população do município era da confissão luterana.¹¹

As estatísticas encontradas sobre o número de entidades associativas são desconhecidas. Conforme dados publicados pelo político Marcos Konder, em 1933, todo o território de Blumenau possuía 21 associações de caça e tiro, 24 associações de canto e música, 4 sociedades teatrais, 12 sociedades de ginástica e 30 associações dedicadas a outros esportes, sendo a grande maioria delas voltadas para o cultivo das tradições alemãs.¹² Noutra estatística, de 1935, registra-se a existência de 41 entidades dedicadas à cultura, sobretudo teatro, canto coral e música, em todo o território que até 1930 fazia parte de Blumenau. Os números desta estatística não são compatíveis com os dados seguintes. Somente a Liga de Cantores do Vale do Itajaí, em novembro de 1935, congregava 40 sociedades de canto, e a

⁸ Em 1938, cerca de 3.000 pessoas participavam do programa de leituras de literatura alemã, incentivado por este instituto. Numa nota de uma edição do *Urwaldsbote*, pedia-se para que os integrantes do programa confirmassem o recebimento do material e mantivessem o contato via correspondência com seus “padrinhos” na Alemanha. Quer dizer, o jornal investia na manutenção destes laços. *Betreuung für die Auslandsdeutschen. Der Urwaldsbote*, 28 jan. 1938, p. 02.

⁹ Os esforços em se incentivar a leitura de livros em alemão no original e traduzidos na América Latina faziam parte da política cultural alemã para o exterior, durante a República de Weimar. Sobre isto ver Capítulo VI da tese de doutoramento de RINKE, Stefan. “*Der letzte freie Kontinent*”: deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen. 1918-1933. Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz, Akademischer Verlag, 1996.

¹⁰ *Deutsche Vereine...* op. cit., p. 30

¹¹ Cf. quadro estatístico constante no *Relatório dos negócios administrativos de Blumenau, de 1927*, p. 27. AHJFS.

Liga de Clubes de Ginástica do Vale do Itajaí, 16 clubes da região.¹³ Não são mencionados os nomes das associações computadas, nestas estatísticas, de forma que fica difícil ter um maior controle sobre os dados. Com base nelas, é impossível averiguar quantas entidades associativas faziam parte do município de Blumenau depois do desmembramento de 1934.

O que certamente se pode afirmar, é que a vida associativa em Blumenau era intensa nos anos 30. Os clubes e associações constituíam não apenas espaços culturais, recreativos e de lazer, onde se exerciam as sociabilidades, onde se veiculavam bens e valores culturais. Eram também espaços onde se exercia, se reproduzia e se legitimava poder, onde se estabeleciam contatos, onde se angariavam aliados políticos, onde se fechavam negócios, entre outras ações. Ali estavam reunidas muitas pessoas que, ao participar e/ou dirigir tais entidades associativas, acumulavam capital cultural, social e simbólico, que poderiam se converter em prestígio político.¹⁴ Como visto no primeiro capítulo, diversas pessoas que exerciam poder em Blumenau, exercendo cargos políticos ou não, durante a Primeira República e nos anos 30, lideravam entidades associativas no município. Por outro lado, a participação de políticos de destaque nestas entidades, seja enquanto sócios ou integrantes da diretoria, também deve ter parecido interessante a muitos de seus membros, na medida em que isto poderia se converter, entre outras coisas, em benefícios financeiros para a entidade.

Percebe-se que as mais importantes entidades associativas de caráter cultural e recreativo, em Blumenau, eram dirigidas pelas elites econômicas oriundas do distrito sede. Esta estrutura de poder existente em entidades de caráter cultural e recreativo tinha muito a ver com a estrutura de poder que havia no campo político, durante a Primeira República, quando grande parte dos políticos representantes do município e pessoas que detinham outros tipos de poder na esfera pública eram oriundos do distrito sede e integrantes ou ligadas ao grupo economicamente dominante. Muito embora os políticos vinculados ao PRC tivessem perdido seus cargos políticos, em 1930, em diversas destas associações eles continuavam exercendo funções de liderança. Apesar do seu enfraquecimento político e do

¹² Fünfzig Jahre Munizip. Die wirtschaftliche und kulturelle Entwicklung Blumenaus in den letzten 50 Jahren. Palestra de Marcos Konder no Clube Germânia em 09.01.1933. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 21 fev. 1933. p. 01.

¹³ Vom Blumenauer Gemeinschaftsleben. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 26 nov. 1935, p. 01.

¹⁴ Ao descrever os fundamentos da teoria da "Economia das Práticas" de Pierre Bourdieu, o historiador Hans-Ulrich Wehler assim comenta, baseado no autor citado: "a perseguição de interesses simbólicos geralmente é mal compreendida como se fosse algo desinteressado, quando todavia a ordem social é desta maneira estabilizada e reproduzida de uma forma especial". WEHLER, Hans-Ulrich. Pierre Bourdieu. Das Zentrum seines Werks. In: *Die Herausforderung der Kulturgeschichte*. München: Beck, 1998, p. 27 (Tradução livre da autora).

desmembramento do município, em 1934, percebe-se nos anos 30, a existência de ligas de entidades de caráter cultural e recreativo da região do Vale do Itajaí, que tinham como lideranças, pessoas influentes na esfera pública literária e política de Blumenau, oriundas do distrito sede, integrantes ou ligadas àquele partido. Era o caso da Liga de Clubes de Ginástica do Vale do Itajaí, dirigida por Gustav Artur Koehler e da Liga de Cantores do Vale do Itajaí, dirigida por Pedro C. Feddersen.

Durante o Estado Novo, muitos espaços que possibilitavam a reprodução e acumulação de capital simbólico, em Blumenau, vão ser fechados ou colocados sob controle do Estado, como será visto no próximo item, trazendo algumas implicações para o contexto local.

Intervenções na esfera pública literária durante o Estado Novo

Durante a Primeira Guerra Mundial, foi a primeira vez que houve uma intervenção direta do Estado em instituições étnicas no Brasil, atingindo principalmente as populações teuto-brasileiras entre 1917 e 1919, com a intervenção na imprensa e o fechamento de “escolas alemãs”.¹⁵ Mas foi sobretudo durante o Estado Novo que houve uma significativa intervenção do Estado na esfera pública literária, tanto em Blumenau como em diversas regiões de colonização alemã do Brasil. A idéia do “perigo” no Sul do Brasil, veiculada pela imprensa, deu legitimidade não somente para a polícia reprimir o partido nazista, como também para o Exército intervir naquelas áreas, com o objetivo de nacionalizá-las e colocá-las sob controle das autoridades.

No processo de centralização política do governo de Vargas, nos anos 30, houve uma grande expansão e o fortalecimento das Forças Armadas.¹⁶ Vargas via no fortalecimento do Exército, o meio para derrotar os inimigos e eliminar sua capacidade de reação. Através da união entre Estado e Forças Armadas, se garantiria a base social e a promoção dos interesses da burguesia industrial emergente.¹⁷ O Exército desempenharia um papel decisivo na implantação e sustentação do regime institucionalizado com a decretação do Estado Novo.¹⁸

¹⁵ Cf. SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 199.

¹⁶ Com o apoio de Vargas, os efetivos do Exército duplicaram entre 1930 e 1940 (de 47.997 para 93 mil efetivos), aumentando-se também o orçamento do Exército. CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. Aprendiz de feiticeiro. D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Editora FGV, 1999, p. 71.

¹⁷ Sobre isto ver CARVALHO, op. cit.

¹⁸ Cf. DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classes. In: FAUSTO, Bóris (Org.) *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1986. v. 3: Sociedade e política (1930-1964), p. 118.

Mal havia sido proclamado o Estado Novo, em novembro de 1937, o Exército já se mobilizou no sentido de intervir nas regiões onde havia a presença de imigrantes e descendentes de estrangeiros. Em 10 de dezembro de 1937, foi lavrada uma ata em Curitiba, sede do Comando da 5ª região militar, cuja jurisdição incluía os estados do Paraná e Santa Catarina, na qual se firmou a diretiva da campanha de nacionalização para os dois estados.¹⁹ Foi ali que a campanha tomou corpo, em torno do general Meira de Vasconcellos.²⁰

Já antes disto, em fins de novembro de 1937, oficiais subordinados àquela região militar visitaram escolas e igrejas onde se falavam línguas estrangeiras, em cidades do Paraná e Santa Catarina, exigindo que se falasse a língua portuguesa. Foi o caso de Blumenau, onde o capitão Adacto Mello convocou uma reunião no Hotel Boa Vista, onde adiantou o sentido da Campanha de Nacionalização. Conforme ele, havia cinco espaços que ‘tolhiam o indivíduo desde criança à nacionalização’: o lar, o jardim de infância, a escola, as sociedades esportivas e recreativas e a igreja luterana. Ele afirmaria, naquela reunião, que nestes espaços, com exceção do primeiro, ‘por ser tão íntimo’,²¹ seriam objeto da campanha. A prioridade do Exército, portanto, era intervir nas instituições que mais zelavam pelo cultivo da língua alemã.

Naquela ocasião o capitão Adacto Mello visitou a Comunidade Evangélica Luterana do Centro da cidade, exigindo que se ministrassem os cultos em língua portuguesa. Segundo carta da diretoria da comunidade, ‘o senhor capitão Mello exigiu que a língua oficial da igreja evangélica fôsse a portuguesa e que se falasse em alemão exclusivamente entre cidadãos alemães.’²² Diante de tais exigências, o pastor Wilhelm Scheerer negou-se a tratar sem testemunhas com o capitão, chamando para fazer parte das conversações, além de membros da diretoria da Comunidade Evangélica, o prefeito municipal, o integralista Alberto Stein, e o ex-deputado e comerciante Pedro Christiano Feddersen.²³

¹⁹ BETHLEM, Hugo. *Vale do Itajaí: jornadas de civismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 11.

²⁰ Este general era assessorado pelo comandante Pinto de Oliveira, Tenente-Coronel Jayme de Almeida, Capitão Emmanuel Adacto Pereira de Mello, Capitão Emmanuel de Moraes e o Tenente Alfredo Molinaro. Idem.

²¹ Nacionalização. A reunião convocada no Boa Vista. *Cidade de Blumenau*, 01 dez. 1937, p. 01.

²² *Carta da Comunidade Evangélica de Blumenau ao Departamento para o Exterior da Igreja Evangélica em Berlin-Charlottenburg*. Blumenau, 7 dez. 1937. Arquivo Central Evangélico de Berlim, Bestand 5. Pasta 2487 (Tradução livre da autora).

²³ Pedro Christiano Feddersen procura interferir junto ao General da 5ª. Região Militar, enviando um telegrama ao General Meira de Vasconcellos. Escreve o telegrama na “*qualidade de alemão nato, vivendo como brasileiro quase 60 anos nessa grande pátria*”, saudando a “*missão patriótica*” do Exército brasileiro, colocando-se enquanto um alemão amigo do Brasil. Em 03 de dezembro, o General Meira de Vasconcellos o responde, afirmando uma crescente amizade entre “*nós e os alemães*”, e que isto só poderia ocorrer se houvesse harmonia e respeito às leis brasileiras, esperando que Feddersen fosse um dos primeiros a condenar doutrinas contrárias. AHJFS, Pasta 3.F.15. Doc-37.

Conforme a referida carta, “o pastor Scheerer recusou esta exigência com a justificativa de que ele não poderia ministrar um culto numa língua que era estranha para a comunidade, cuja maioria dos membros falava apenas o alemão e de que o mesmo valia para o culto infantil, especialmente com referência aos ajudantes”:²⁴ O pastor utilizou de estratégias discursivas para convencer o capitão. Afirmou que ele próprio, tendo sido soldado na Alemanha – Scheerer lutou na Primeira Guerra Mundial - não poderia prometer o que não lhe parecia possível, pedindo que o capitão, enquanto oficial brasileiro, tivesse compreensão quanto a isto. Conforme carta da diretoria da comunidade evangélica, o capitão do Exército mostrou-se convencido diante de tais afirmações, estabelecendo que antes da celebração do culto, o pastor recitasse pelo menos uma oração em português, e que no culto infantil fosse também incluída uma oração em língua portuguesa, já que canções evangélicas em língua portuguesa não eram conhecidas por aquela comunidade.²⁵

O Exército começou interferindo, portanto, em instituições privadas, como as escolas e igrejas, onde se falava o alemão, já em fins de novembro de 1937. Neste primeiro momento, houve espaço para negociações entre o oficial do Exército e membros da diretoria da igreja. Naquele momento não havia ainda dispositivos legais que proibissem o falar alemão em público. Certamente por isto o capitão não tenha se mostrado irredutível em suas determinações.

O presidente da diretoria da Comunidade Evangélica Blumenau-Centro, Hermann Müller-Hering, em carta ao Conselho Evangélico de Berlim, revela dados interessantes sobre a recepção desta visita pela diretoria. Na carta, o autor afirmava que não fôsse a influência de Pedro Feddersen e o fato do pastor Scheerer dominar a língua portuguesa, aquela situação teria sido “catastrófal”:

Estamos convencidos de que o pastor Scheerer é o único do nosso sínodo que domina tão bem a língua portuguesa, que ele pôde se utilizar dela nas negociações, e que conhece tão bem o jeito do luso-brasileiro que o entende também em seu caráter. Ele é assim reconhecido e valorizado enquanto um parceiro muito capacitado para negociações. Isto ficou claro nas referidas negociações, na medida em que nós pudemos manter nossa posição e o representante do governo declarou que queria tratar somente com o pastor os assuntos referentes às comunidades evangélicas.²⁶

²⁴ *Protokoll*. Arquivo Central Evangélico de Berlim, Bestand 5, Documento n. 2487.

²⁵ *Idem*.

Considerando o zelo que a igreja luterana tinha no cultivo da língua alemã, é interessante ler na carta o argumento de que o fato do pastor dominar bem a língua portuguesa teria sido fundamental para negociar com o capitão a continuidade do uso da língua alemã nos cultos. Mas estas declarações da diretoria da Comunidade Evangélica ao Departamento para o Exterior da Igreja Evangélica em Berlim precisam ser analisadas dentro do contexto de conflitos entre o pastor Scheerer e membros do grupo local do NSDAP de Blumenau, que haviam inclusive solicitado ao governo alemão para que o pastor fosse encaminhado de volta àquele país, sob a acusação do mesmo sabotar os seus interesses em Blumenau.²⁷ A diretoria da Comunidade Evangélica de Blumenau, na carta mencionada, defendia a manutenção do pastor na comunidade, motivo pelo qual acentuava a sua capacidade de negociação com o Capitão do Exército. Nesta carta, acentuava-se ainda que as habilidades do pastor deveriam ser reconhecidas e valorizadas, se não se quisesse colocar em cheque a manutenção da língua alemã nas atividades da igreja evangélica luterana em Blumenau, tendo em vista que a diretoria da comunidade mostrava-se convencida de que esta cidade seria a primeira em que se realizaria a Campanha Nacionalizadora, e que ali ela se daria de “uma forma especial”.²⁸ No final da carta, a diretoria solicita ao órgão da igreja evangélica responsável pelo envio de pastores ao exterior, que Wilhelm Scheerer não deixasse a comunidade “nesta época séria e decisiva”, e que ali permanecesse até início de 1939.

Contudo, nem em todas as instituições em que o capitão do Exército visitou em Blumenau, na mesma ocasião, houve negociações que resultassem positivas para a parte requerida. Na mesma ocasião, o capitão dissolveu a Juventude Teuto-brasileira de Blumenau.²⁹ Conforme Karl Ritter, embaixador da Alemanha no Brasil, enquanto em Curitiba o capitão encontrou resistências por parte da direção da Juventude Teuto-brasileira local, tendo que dissolvê-la sob pressão, em Blumenau não se observaram tais resistências. O embaixador desaprovou as atitudes de resistência em Curitiba, ressaltando que em Blumenau se agiu de forma mais “hábil”, ao se ceder frente às determinações do capitão, o que evidencia que as autoridades diplomáticas da Alemanha no Brasil procuravam evitar problemas com o governo brasileiro. Este fato foi inclusive tomado como argumento pelo embaixador para

²⁶ *Carta da Comunidade Evangélica de Blumenau ao Departamento para o Exterior da Igreja Evangélica em Berlin-Charlottenburg*. Blumenau, 7 dez. 1937. Arquivo Central Evangélico de Berlim, Bestand 5, Pasta 2487. (Tradução livre da autora).

²⁷ Sobre os conflitos entre o pastor e membros do grupo local do NSDAP, inclusive o cônsul Rohkohl, há uma série de documentos em sua pasta, no Arquivo Central Evangélico de Berlim, Bestand 5 – Nr. Nr. 2487.

²⁸ *Carta da Comunidade Evangélica de Blumenau ...*

justificar a necessidade de cautela e diplomacia com as autoridades brasileiras, para evitar maiores problemas.

Somente através das leis publicadas entre março e maio de 1938, entretanto, que a Campanha de Nacionalização teve amparo legal. Exatamente nesta época, mais precisamente no final de maio de 1938, o comandante da 5ª Região Militar, o General Meira de Vasconcellos, acompanhado do Interventor Federal Nereu Ramos, visitou pela primeira vez em caráter oficial o Vale do Itajaí, como autoridade militar máxima responsável pela Campanha da Nacionalização.³⁰ Em seu discurso, Nereu Ramos daria destaque à educação como “verdadeira defesa” da unidade do Brasil e “até da sua soberania”.³¹ O General Vasconcellos, em seu pronunciamento, preocupou-se em mostrar seu interesse pela história do município, dedicando-o inteiramente à fundação e primeiros anos da Colônia Blumenau. O general representou o fundador Hermann Blumenau como o “bandeirante” que penetrou o Vale do Itajaí, procurando ligar a história de Blumenau à do Brasil: “Surge a prosperidade e a colônia alemã se solda ao Brasil pela simpatia com que se veio construindo a partir desse tempo”.³²

Naquele meio tempo, em 18 de abril, havia sido publicado o Decreto-Lei n. 383, que além de proibir o exercício de atividades políticas a estrangeiros no Brasil, proibiu a cidadãos brasileiros o acesso a instituições culturais estrangeiras, desencadeando uma série de mudanças nas entidades associativas.³³ O seu artigo terceiro permitia a estrangeiros que se associassem para fins culturais, beneficentes ou de assistência e se reunissem para comemorar suas datas nacionais. No artigo quinto, entretanto, vedava-se a brasileiros, natos ou naturalizados, e ainda a filhos de estrangeiros, a participação nestas entidades. Isto determinava, então, que houvesse uma separação das atividades entre cidadãos estrangeiros e cidadãos brasileiros.³⁴ Das entidades associativas sem fins políticos, poderiam participar ou somente estrangeiros ou somente cidadãos brasileiros.³⁵ Percebe-se como o Estado, através

²⁹ Tratava-se do *Deutschbrasilianische Jugendring*, associação de jovens teuto-brasileiros que fazia parte do partido nazista.

³⁰ Visita oficial a Blumenau e Hamônia. *Diário Oficial do Estado*, Florianópolis, 31.05.1938, p. 02.

³¹ A visita dos senhores Interventor Federal e Comandante da 5ª. R. M. a Blumenau e Hamônia. *Diário Oficial do Estado*, Florianópolis, 01.06.1938, p.01.

³² A visita dos senhores Interventor Federal e Comandante da 5ª. R. M. a Blumenau e Hamônia. *Diário Oficial do Estado*, Florianópolis, 03.06.1938, p. 01.

³³ Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938. *Diário Oficial do Estado*, Florianópolis.

³⁴ Idem.

³⁵ Conforme o Consulado alemão de São Paulo, ali, o Decreto-Lei n. 383, ao invés de provocar uma divisão entre brasileiros e alemães, provocou uma divisão entre alemães e descendentes de alemães. Muitas diretorias de entidades tinham dúvidas se iriam nacionalizá-las ou mantê-las entidades alemãs, uma vez que a lei permitia a existência de entidades que mantivessem tradições culturais que não fossem brasileiras, desde que fossem

deste mecanismo, procurava separar para melhor distinguir, separar para melhor controlar a população.

No início de junho de 1938, cerca de 224 representantes de entidades associativas de Blumenau e região reuniram-se no auditório do Cine Busch, em Blumenau, onde o Capitão do Exército, Emanuel Morais, atuante em Hamônia, onde estava instalada uma companhia de soldados, proferiu uma palestra sobre as medidas de nacionalização e a necessidade das entidades associativas se conformarem àquele decreto.³⁶ Este fato mostra como o capitão Emanuel Morais atuou, naquele primeiro momento, não somente na Campanha de Nacionalização em Hamônia, mas também em Blumenau, já que em Blumenau ainda não havia uma unidade do Exército estabelecida. Naquela ocasião, foi formada uma comissão encarregada de reorganizar todas as diretorias das entidades. Membros da comissão eram o prefeito municipal José Ferreira da Silva, o tenente da polícia Paulo Lopes, o inspetor de impostos Ary de Alencastro Guimarães e o advogado Edgar Barreto.³⁷ A intervenção nas entidades associativas de Blumenau, portanto, era exercida através de burocratas, incluindo a própria autoridade máxima do Executivo municipal, do Exército e da Polícia, todos de confiança da Interventoria Federal.

O elevado número de representantes de entidades associativas que se fizeram presentes na reunião com o capitão do Exército dá uma idéia do impacto que aquela lei teria na esfera pública de Blumenau, caracterizada por intensas atividades associativas. Logo após tal reunião, o *Urwaldsbote* publicou um artigo com o título “A denominação de nossas organizações”, o qual sugeria dar às associações esportivas, culturais e sociais nomes de teuto-brasileiros, ao invés de uma “denominação sem conteúdo, que não significasse nada”, de maneira a “honrar os feitos de grandes patriotas nacionais, de sangue alemão”.³⁸ Ou seja, o jornal continuava investindo na valorização de personagens de ascendência alemã, nascidos no Brasil. Esta idéia era baseada na sugestão feita por Heinrich Wiederspahn, publicada no jornal

formadas unicamente por cidadãos estrangeiros. Conforme o cônsul, a maioria das entidades decidiu-se pela segunda opção, ou seja, formar entidades só com cidadãos alemães. Entretanto, havia a preocupação sobre o futuro destas entidades, primeiro devido ao fato de que os filhos dos cidadãos alemães, nascidos no Brasil, seriam cidadãos brasileiros, o que os impediria de fazer parte das entidades dos pais e segundo porque muitos cidadãos alemães estavam emigrando do Brasil, naqueles últimos meses.

Cf. *Carta do Consulado da Alemanha em São Paulo ao Ministério das Relações Exteriores de Berlim*. São Paulo, 30 nov. 1938. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104942.

Sobre isto é publicado uma nota no jornal *Urwaldsbote*, na qual se informa a reunião de três entidades associativas formadas por cidadãos alemães, numa só, a ser chamada “Deutsche Turn- und Sportverein São Paulo”. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 24 jun. 1938, p. 02.

³⁶ Die Nationalisierung in Blumenau. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 07 jun. 1938, p. 02.

³⁷ Idem.

³⁸ Die Benennung unserer Organisationen. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 14 jun. 1938, p. 01.

Serra-Post, de Ijuí, no Rio Grande do Sul, diante da necessidade de mudança de nome das associações, por conta da Lei de Nacionalização. Baseado nas reflexões de Wiederspahn, critica-se o fato de que, no passado, não se havia pensado em se dar às escolas particulares “alemãs” nomes de teuto-brasileiros de destaque, ao invés de simplesmente denominá-las “escolas alemãs”. Tal fato, segundo Wiederspahn, teria dado margem para “falsas interpretações” sobre o significado destas escolas, como a divulgação do “perigo alemão”.³⁹

Não foi possível identificar, através das fontes, quais entidades subsistiram, em Blumenau, nesta primeira fase.⁴⁰ Pôde-se perceber que, no decorrer do ano de 1939, foram publicados alguns estatutos reformulados de entidades associativas nos jornais locais, com o nome da entidade em português, em conformidade com o Decreto-Lei n. 383.⁴¹

Uma estatística publicada no relatório da prefeitura municipal, de 1939, informa somente dados sobre o número total de entidades associativas, registradas nos três distritos de Blumenau.⁴² Num total de 39 entidades, 17 associações eram de caráter esportivo e 22 de caráter cultural. Interessante apontar que a grande maioria das associações remanescentes no distrito-sede, 14 delas, eram de caráter esportivo. Apenas três eram de caráter cultural, a saber, o Clube de Cantores do Garcia, a Sociedade Músico-Teatral Carlos Gomes (antigo Frohsinn) e o Centro Cívico Literário Machado de Assis. Somente em relação aos outros dois distritos, em Massaranduba e no Rio do Testo, foram registradas associações de caça e tiro.⁴³ Mesmo levando-se em conta a possibilidade de muitas delas continuarem ainda existindo, apesar de

³⁹ Muito embora o artigo sugerisse que em cada colônia devesse haver uma entidade que através do seu nome, preservasse a memória do nome do seu fundador, valorizando-se os imigrantes alemães pioneiros, ao final do artigo, são citados nomes de 31 pessoas, com uma pequena biografia de cada uma delas, como exemplo de nomes que poderiam ser escolhidos pelas organizações, nomes estes de projeção nacional. O que chama a atenção, contudo, é que na lista publicada, constam muitos estrangeiros que haviam morado no Brasil, como Hans Staden, Maria Leopoldina, von Martius, von Spix, Franz Adolph von Varnhagen, e mesmo o holandês Maurício de Nassau, ou seja, uma contradição aos propósitos enunciados no início do artigo pelo autor. Idem.

⁴⁰ O jornal *Urwaldsbote* preocupava-se em informar, através de pequenas notas, quais as soluções encontradas por algumas entidades associativas no Vale do Itajaí, assim como em outros municípios do país. Entretanto, não foi possível elaborar, com estes poucos dados, um quadro geral.

⁴¹ É o caso, por exemplo, de entidade denominada Sociedade de Atiradores Campinha Central, fundada em 1925, que publica o novo estatuto no jornal. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 16 mai. 1939, p. 02.

⁴² Não foram encontradas estatísticas sobre o número de entidades existentes depois do desmembramento de Blumenau (1934) e 1937, quando houve o golpe do Estado Novo. Há uma estatística de 1933, portanto, antes do desmembramento do município, que apesar de não servir para comparações, dá uma idéia da quantidade de entidades registradas, cerca de 42 associações esportivas, 21 clubes de caça e tiro, 24 associações de Canto e Música e 4 Sociedades Teatrais.

Cf. Fünfzig Jahre Munizip. Die wirtschaftliche und kulturelle Entwicklung Blumenaus in den letzten 50 Jahren. Palestra de Marcos Konder no Clube Germania em 09.01.1933. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 21 fev. 1933. p. 01.

⁴³ SILVA, José Ferreira da. *Blumenau*: notícia estatístico-descritiva. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1939, p. 91-92.

não terem sido computadas – houve também o caso de fusão de entidades numa só, por exemplo⁴⁴ - percebe-se que as associações que mais sofreram as conseqüências das leis nacionalizadoras, até aquele momento, foram as culturais e sobretudo no distrito-sede de Blumenau.

Até o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, percebem-se articulações entre membros influentes das principais entidades associativas de Blumenau, no sentido de manter boas relações com as autoridades nacionalizadoras, para assim tentar barganhar com elas. Em 09 de novembro de 1940, por exemplo, o comandante do 32º Batalhão de Caçadores foi homenageado na sede do Clube de Atiradores de Blumenau, por diretores deste clube, da Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes e da Associação Ginástica de Blumenau.⁴⁵ Ou seja, tratava-se do mais tradicional dos clubes de caça e tiro, a mais tradicional sociedade musical e teatral e a mais tradicional associação ginástica da região, respectivamente, dirigidos por membros da elite econômica de Blumenau ou ligados a ela.

Na Sociedade Ginástica de Blumenau, meses antes, no aniversário de fundação da cidade, em 02 de setembro de 1940, foram realizadas inúmeras provas de ginástica e atletismo, com a participação de oficiais do Exército, sociedades de ginástica e clubes esportivos de Blumenau e diversos municípios de Santa Catarina. As atividades físicas tradicionalmente praticadas na cidade, como a ginástica, foram valorizadas pelo Exército, mas se deu a elas novos significados. Tratava-se de fazer do esporte um meio de intervenção sobre o corpo dos indivíduos para forjar o pertencimento à Nação brasileira. A declaração de guerra do Brasil à Alemanha e o acirramento da campanha nacionalizadora, em 1942, entretanto, pôs um ponto final às atividades da Sociedade Ginástica de Blumenau, cujo prédio passou a ser utilizado pela escola Pedro II, sucessor da antiga “escola alemã” de Blumenau.⁴⁶

A diretoria desta escola, formada por diversos empresários da cidade, entre outras pessoas de destaque, resolveu em assembléia extraordinária, em 08 de junho de 1942, doar o

⁴⁴ Foi o caso da Sociedade Recreativa Teutônia (fundada em 19.03.1893), da Sociedade de Canto Eintracht (fundada em 08.07.1914), do Clube Náutico Ipiranga (fundado em 23.02.1923) e da Sociedade Ginástica Gut Heil Altona (fundada em 01.10.1929), todos da localidade de Itoupava Seca, que em 06.04.1939 decidiram promover a fusão das sociedades, dando origem à Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga. Cf. JENICHEN, Oscar. *Ipiranga 100 anos: 1893-1993*. Florianópolis: Paralelo 27, 1993, p. 25.

⁴⁵ KORMANN, Edith. *Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente*. v. 3. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1995, p. 145.

⁴⁶ AHJFSC, Pasta 7.1.10.1 – Documento 01.

A diretoria desta escola, formada por diversos empresários da cidade, entre outras pessoas de destaque, resolveu em assembléia extraordinária, em 08 de junho de 1942, doar o patrimônio do colégio ao governo do Estado. Tal proposta foi feita por Curt Hering e seu genro, Max Tavares d’Amaral, ficou encarregado de tratar do assunto com o comandante do 32º. Batalhão de Caçadores, tendo tratado pessoalmente do assunto, também com o Interventor Federal, quando este visitou Blumenau.

patrimônio do colégio ao governo do Estado. Tal proposta foi feita por Curt Hering, presidente da sociedade escolar, ficando o seu genro, Max Tavares d’Amaral, também membro da mesma, encarregado de tratar do assunto com o comandante do 32º. Batalhão de Caçadores. O mesmo tratou do assunto diretamente com o Interventor Federal, quando este visitou Blumenau.⁴⁷ Como mais adiante se poderá perceber, durante a Campanha de Nacionalização, Max Tavares d’Amaral foi um dos principais representantes de parcelas das elites industriais de Blumenau, no contato com as autoridades do Exército e do Executivo estadual, nos assuntos tocantes à nacionalização de algumas entidades associativas de Blumenau, das quais faziam parte membros da família Hering, como a Sociedade Escolar, o Teatro Carlos Gomes e o Clube de Atiradores, além da “escola alemã”, como visto acima.

Em 1942, todas as sociedades de caça e tiro ainda existentes em Blumenau foram fechadas pelas autoridades policiais.⁴⁸ Uma estatística aponta que no início de 1942 havia, no município, 44 entidades associativas, sendo 33 recreativas, 4 desportivas, 4 artísticas e 4 mistas. Chama a atenção o grande número de entidades dedicadas a fins recreativos e desportivos e a grande redução de entidades com fins culturais.⁴⁹

Quanto ao clube de caça e tiro mais antigo de Blumenau, onde circulavam as antigas elites da cidade, o seu presidente, Adolf Schmalz, e o primeiro secretário, Max Tavares d’Amaral, agiram junto às autoridades militares no sentido de impedir que o Exército acampasse o patrimônio da instituição.⁵⁰ Ali havia sido fundado, em abril de 1941, o Tênis Club Blumenau, por tenistas que usavam o espaço do clube para suas atividades. Foi assim que, em maio de 1944, se possibilitou a fundação do Tabajara Tênis Clube, sucessor do Clube de Atiradores.⁵¹ Ou seja, o mais tradicional clube de caça e tiro da cidade, cuja prática havia sido proibida durante a guerra, foi transformado num clube de tênis, sendo registrado com o nome de uma tribo indígena tupi.

Quanto às entidades de fins culturais, a maioria delas foram fechadas durante os anos mais duros da Campanha de Nacionalização. As que sobreviveram tiveram que obviamente se

⁴⁷ Ata da continuação da Assembléia geral extraordinária, convocada para 8 de junho de 1942. Ofícios recebidos das prefeituras (jul./ago. 1942). Palácio do governo. APESC.

⁴⁸ BLUMENAU. Prefeito (Rabe) *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1941, apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado, pelo prefeito municipal Dr. Afonso Rabe*, p. 71-72.

⁴⁹ Vale destacar que das 44 entidades citadas pela estatística, 27 tiveram seus estatutos registrados entre 1931 e 1941, muito embora, neste período, tenham sido fundadas 17 entidades. Isto revela uma maior preocupação com a legalização destas entidades a partir de 1930. Idem.

⁵⁰ Cf. PETRY, Sueli; FERREIRA, Cristina; WEISS, Ula. *A fibra tece a história: a contribuição da indústria têxtil nos 150 anos de Blumenau*. Blumenau: Sintex, 2000, p. 178.

⁵¹ KORMANN, op. cit. v. 4, p. 145.

submeter às leis nacionalizadoras. Foi o caso da entidade cultural mais tradicional do município, o Teatro Frohsinn, que foi renomeado para Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes, em homenagem ao famoso compositor brasileiro.

Este teatro tinha um quadro de sócios formado por muitos integrantes das elites do município. Nas listas de pessoas que colaboraram com doações para a construção do novo prédio (inaugurado em 1939), percebe-se como, além de personalidades do comércio e indústria de Blumenau, também outros comerciantes e industriais da região ou mesmo de fora do estado, com quem sócios e membros da diretoria do teatro mantinham negócios, contribuíram.⁵² Isto revela o capital simbólico e material que muitos integrantes do teatro dispunham, e que eram usados na mobilização de ajuda. Toda uma rede de influências era acionada na barganha com empresas e pessoas que mantinham com eles negócios e interesses econômicos, no recolhimento de doações. O presidente da diretoria era o industrial e ex-prefeito de Blumenau, Curt Hering.

O majestoso prédio, que ainda estava em construção no início da Campanha de Nacionalização, foi inaugurado em 1939, ocasião que contou com a presença das mais altas autoridades do Executivo estadual, como o Interventor Federal e secretários de Estado, representantes das três Forças Armadas da capital, o comandante e oficiais do 32º Batalhão de Caçadores, entre outros. Naquela ocasião, durante a solenidade de inauguração, foi inaugurado o retrato do presidente Getúlio Vargas, ato simbólico da apropriação daquele espaço que havia sido construído pela sociedade cultural mais tradicional de Blumenau.

O teatro Carlos Gomes era referido, na época de sua inauguração, como o maior teatro do estado, de elevado nível artístico. O fato de reunir pessoas das classes favorecidas da cidade, que dispunham também de capital simbólico, utilizado na mobilização de forças, não pode ser ignorado ao se tentar compreender o porquê do teatro não ter sido fechado e, mais que isto, de ter-se tornado o maior palco do poder durante o Estado Novo em Blumenau.

Em muitas das solenidades organizadas pelo poder público municipal e também estadual, o maestro Heinz Geyer - que por sinal havia integrado o grupo local do partido nazista de Blumenau até que, por conta de conflitos ocorridos entre fins de 1936 e início de 1937, foi expulso do partido⁵³ - foi encarregado de organizar as mais significativas apresentações musicais, como concertos e apresentações de canto coral, durante tais eventos.

⁵² Conforme lista e cartas enviadas pela diretoria e cartas recebidas de doadores na pasta 9.11.1. Theater Verein Frohsinn. AHJFS.

⁵³ Sobre estes conflitos, há documentos nas pastas 9.11.1.2.2, 9.11.1.2.6 e 9.11.1.2.7 - AHJFS e Pasta 1102/11, Arquivo Nacional de Koblenz.

O teatro não somente se tornou palco das comemorações cívicas em Blumenau, como também, por diversas vezes, o Interventor Federal convidou sua orquestra para se apresentar no Teatro Álvaro de Carvalho, na capital do Estado.⁵⁴ O Estado, portanto, vai usar os espaços de representação das antigas elites econômicas de Blumenau, originárias dos círculos industriais e comerciais, como algumas das entidades culturais e esportivas mais significativas do município, confiscadas ou nacionalizadas, dando-lhes novo uso e imprimindo a suas atividades novos significados. Foi neste teatro que o presidente Getúlio Vargas foi recepcionado, em sua visita a Blumenau, em março de 1940. Longas e largas faixas verde-amarelas foram colocadas na fachada externa do teatro, onde, na cerimônia de recepção ao presidente, o hino nacional foi cantado a oito vozes, sob a regência do maestro Geyer.

Na fase mais violenta da Campanha de Nacionalização, em 1942, a diretoria do teatro, presidida ainda por Curt Hering, renunciou, sendo formado um triunvirato para administrar a entidade. Dele faziam parte duas pessoas ligadas ao governo, o promotor José Ribeiro de Carvalho e o proprietário de cartório, João Gomes da Nóbrega, além do industrial Curt Hering.⁵⁵

Com a nacionalização e a dissolução de muitas entidades esportivo-sócio-culturais, não somente se interveio num espaço de sociabilidades, mas também num espaço onde se exercia e se reproduzia poder. A Campanha de Nacionalização, ao fechar ou submeter ao controle do governo as entidades associativas, serviu ao governo estadual e federal como um instrumento eficaz na intervenção direta da esfera pública de Blumenau, na medida em que interveio em diversos espaços de reprodução de poder. Ou seja, o controle político, em Blumenau, não se deu somente através da extinção dos partidos políticos, da repressão do integralismo, do controle burocrático-administrativo, como será visto mais adiante, mas também através de outros meios, muitos dos quais possibilitados e legitimados pelo discurso da nacionalização.

Quanto à imprensa, já a partir de início dos anos 30, o proprietário do jornal *Urwaldsbote* percebia que artigos de conteúdo racista, sobre descendentes de portugueses, poderiam ser um perigo à própria existência do jornal. Mesmo assim, o jornal continuaria investindo na idéia da necessidade da manutenção da fronteira étnica. Tanto este jornal, quanto o *Blumenauer Zeitung*, publicaram em setembro e agosto de 1937, respectivamente, os ‘Dez

⁵⁴ Sobre isto ver KORMANN, op. cit., v. 3, p. 137-8.

⁵⁵ Ata de reunião da diretoria do Teatro Carlos Gomes. Blumenau, 17 mai. 1942. Acervo do Teatro Carlos Gomes (agradeço a Simone Tambosi pela transcrição do documento).

mandamentos” dos teuto-brasileiros, nos quais era atribuído ao domínio da língua portuguesa e à integração na sociedade brasileira somente um valor secundário, enquanto que os interesses em manter a língua alemã e os costumes da cultura alemã deveriam ser incentivados.⁵⁶ Com isto, estes jornais não contribuiriam para uma minimização do debate sobre o “perigo alemão”, mas incentivavam posições ainda mais duras por parte das autoridades brasileiras defensoras de uma política de nacionalização.⁵⁷

Como visto, após a visita do Capitão do Exército, em fins de novembro de 1937, membros da diretoria da Igreja Evangélica do Centro de Blumenau haviam expressado ao Conselho Evangélico de Berlim, a certeza de que a Campanha de Nacionalização teria como principal foco Blumenau. Esta visita certamente provocou algumas mudanças em instituições da esfera pública da cidade. Luís Edmundo de Souza Moraes afirma que desde final de novembro de 1937, quando o oficial do Exército visitou a cidade, os jornais de língua alemã de Blumenau não mais publicaram notícias sobre atividades do grupo local do partido nacional-socialista alemão.⁵⁸

Outras pessoas provavelmente tomaram medidas de cunho preventivo. Ainda no final de 1937, em dezembro, o proprietário do jornal *Urwaldsbote*, por exemplo, mudou o estatuto da sua diretoria, transferindo a direção do jornal à sua esposa, Elsbeth Koehler, pois ela, diferente dele, havia nascido no Brasil.⁵⁹ Na edição de 04 de janeiro de 1938, já consta sua esposa como diretora do jornal, muito embora Gustav Koehler continuasse trabalhando no jornal. Havia a preocupação de uma possível intervenção no jornal, tal como havia ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial.⁶⁰ Em carta à VDA, em 28 de dezembro de 1937, Koehler, além de se referir à AIB, partido que, juntamente com os demais, havia sido proibido com o golpe de Vargas, ocorrido um mês antes, comentando que “sem o integralismo, teríamos

⁵⁶ Cf. MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika: die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945*. Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz, Akademischer Verlag, 1997, p. 297.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ MORAES, Luís Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: die Orstgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro*. Berlim, 2002. Tese (Doutorado em História) – Zentrum fuer Antisemitismusforschung, Technische Universitaet zu Berlin, p. 210.

⁵⁹ Ao que tudo indica, Gustav Artur Koehler não era naturalizado brasileiro, daí suas providências em passar a diretoria do jornal para a esposa.

⁶⁰ Durante a Primeira Guerra Mundial, os dois jornais em língua alemã, o *Urwaldsbote* e a *Blumenauer Zeitung*, foram substituídos por edições em língua portuguesa, com outra orientação, o *Comércio de Blumenau* e a *Gazeta Blumenauense*, respectivamente. Foram ainda fundados, durante a Primeira Guerra Mundial, dois outros jornais em língua portuguesa, *O Nacional* e o *Brazil*. O primeiro sobreviveu até abril de 1919 e o segundo até fevereiro de 1922, sendo que os dois jornais em língua alemã, voltaram a ser publicados sob a antiga denominação, na mesma língua, depois do término da guerra. SILVA, José Ferreira da Silva. *A Imprensa em Blumenau*. Florianópolis: IOESC, 1977, p. 60-69.

provavelmente hoje 1.000 assinantes a mais”, evidenciava seu temor quanto a uma nacionalização da imprensa, referindo-se a alguns círculos no novo governo que “têm a palavra nacionalização escrita em suas bandeiras”.⁶¹

Quando o comandante da 5ª. Região Militar, o General Meira de Vasconcellos, e o Interventor Federal Nereu Ramos, visitam Blumenau, em fins de maio de 1938, o *Urwaldsbote* publica um artigo de primeira página, escrito por Karl Oberacker, o que deveria assumir a redação do jornal, conforme desejo de Gustav Koehler. Este artigo é significativo pelo sentido da visita, a primeira em caráter oficial, do general Vasconcellos à cidade, e pelo seu teor. Já no título (“Blumenau era e é brasileira”),⁶² Oberacker procura afirmar a brasilidade da cidade. Após se referir ao que chamava de “campanha difamatória empreendida por jornalistas irresponsáveis que nunca viram a nossa Blumenau”, utilizou-se de um trecho do discurso do advogado Edgar Barreto, representante da Sociedade Musical de Blumenau (homem de confiança das autoridades governamentais), para saudar aquelas autoridades: “hós nos alegamos que as autoridades realmente vieram ver Blumenau com os seus próprios olhos”.⁶³

Na mesma edição em que se noticia a visita das autoridades em Blumenau, o jornal publica uma nota advertindo seus leitores para que, diante do “estado de emergência reinante”, ou seja, diante repressão a estrangeiros e descendentes, agissem com reserva em tudo o que fizessem, como, por exemplo, na redação de correspondências, pois se caíssem em “mãos inoportunas”, poderiam servir como fonte para “grandes incômodos” ao remetente. Adverte o jornal que, na redação de cartas, as pessoas deveriam “se posicionar sobre as coisas do país de uma maneira estritamente objetiva, sem todos os detalhes, e isto se realmente houver um motivo para tanto”.⁶⁴

As autoridades exerceram, durante a Campanha de Nacionalização, um controle rígido da entrada e circulação de revistas, impressos, jornais e livros publicados em alemão. Até mesmo bíblias e revistas de moda alemãs eram apreendidas em 1938.⁶⁵ A Revista *Deutschtum im Ausland*, de Stuttgart, publicou em 1939 alguns artigos enviados do Brasil, sem indicação de autor,⁶⁶ informando sobre a Campanha de Nacionalização, nos quais são detalhadas

⁶¹ KOEHLER, G. A. Carta à VDA... (Tradução livre da autora).

⁶² OBERACKER, R. H. Blumenau war und ist brasilianisch. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 31 mai. 1938, p. 01.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Vorsicht beim ‘Briefeschreiben’. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 31 mai. 1938, p. 02.

⁶⁵ Übersee. Brasilien. *Deutschtum im Ausland*. Zeitschrift des Deutschen Ausland-Instituts. Stuttgart, Jahrgang 22, Heft 1, p. 587, Januar 1939.

⁶⁶ Nos arquivos do antigo DAI, hoje em posse do Arquivo Nacional de Koblenz, encontram-se diversos textos, por exemplo, de Karl Oberacker relatando sobre a campanha de nacionalização no Sul do Brasil. Estes correspondentes contribuíam no sentido de manter o órgão informado sobre o que se passava no Brasil.

algumas medidas de controle e repressão, e que no Brasil não eram publicadas devido à censura. Conforme um dos artigos, havia nas regiões onde habitavam estrangeiros e descendentes nos estados de Santa Catarina e Paraná, um rígido controle da correspondência, através do qual muitas cartas escritas por cidadãos brasileiros, em alemão, com destinatário no Brasil, eram destruídas.⁶⁷ Assim, a vigilância se estendia para o universo mais privado das pessoas, invadindo sua intimidade.

Imediatamente após a visita do General Meira de Vasconcellos, percebem-se mudanças na imprensa de língua alemã de Blumenau. Na seguinte edição do jornal *Urwaldsbote*, em 03 de maio, o alemão Paul Koch deixa de ser mencionado como diretor comercial e, a partir desta data, sempre se insere na primeira página de cada edição um artigo em português. Há também, mudanças de conteúdo. Se até maio de 1938 se publicam editoriais e estatísticas sobre o desenvolvimento da economia na Alemanha nacional-socialista neste jornal, a partir daí, entretanto, por conta da repressão ao nazismo e da Campanha de Nacionalização, estes desaparecem, dando lugar a artigos de forte conteúdo nacionalista brasileiro. A partir deste momento, são regularmente publicados, nas primeiras páginas do *Urwaldsbote*, artigos sobre “heróis” saudados pelas Forças Armadas, como Duque de Caxias e o Marechal Cândido Rondon, ficando claro a perda de autonomia do jornal. No final de julho de 1938, Victor Schleiff, o chefe de redação, desliga-se do jornal e assume a redação definitivamente Oberacker. Para o público leitor, o jornal esclarece que a razão de tal mudança era “à nova ordem das coisas aqui no país, também no ramo da imprensa”.⁶⁸

Após o golpe de Estado, Getúlio Vargas outorgou uma nova Constituição, exterminando, através do artigo 1.222, a liberdade de imprensa e admitindo a censura. O exercício da crítica, bem como a necessidade de intermediários entre a sociedade e o Estado, anulavam-se na nova proposta. Após 1937, ficou estabelecido que os jornais desempenhariam suas funções públicas atrelados ao Estado e os jornalistas transformaram-se em instrumentos do poder público. Foi assim que os jornais perderam a sua identidade, sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, dando ampla divulgação às inaugurações do governo, a defender as notícias dos atos do governo e a publicar fotos de Vargas.⁶⁹

⁶⁷ Idem,

⁶⁸ Wechsel in unserer Schriftleitung. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 29 jul.1938, p. 02.

⁶⁹ No Brasil, 60% das matérias eram fornecidas pela Agência Nacional. Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 68-70, set. 1991/ago. 1992.

Em Blumenau, tanto os jornais *Cidade de Blumenau* e o *Urwaldsbote* apoiavam o PRC, nos anos 30, e o *Blumenauer Zeitung*, a partir de 1934, fazia propaganda para a AIB. Através deles, os diferentes grupos e facções políticas imprimiam suas representações da realidade. Mas com o governo autoritário de Vargas, a imprensa, definida como “expressão da opinião pública”, perdeu o seu significado.⁷⁰ A esfera pública foi dominada pelo discurso do governo federal. A partir do momento em que o Estado propôs a estabelecer relação direta com as massas, os jornais perderam sua identidade. Isto significou, também em Blumenau, desapossar os diferentes grupos que circulavam na esfera pública de instrumentos de dominação produção simbólica.⁷¹

Em 1939, enquanto continuava sendo publicado o *Kolonie Zeitung*, em Joinville, e o *Urwaldsbote*, em Blumenau, o *Blumenauer Zeitung* já não era mais publicado. Em 02 de dezembro de 1938, este último jornal encerrou sua publicação, tendo sobrevivido, portanto, apenas um ano após o golpe estado-novista. Diferente aconteceu com o *Urwaldsbote*, muito embora em finais de 1938 este jornal já tivesse perdido completamente a sua linha editorial, sobrevivendo “apenas materialmente”, como então observaria o cônsul da Alemanha em Florianópolis. Também se havia restringido a sua circulação.⁷²

O fato do *Urwaldsbote* ter sobrevivido quase três anos a mais do que seu jornal opositor, considerando que historicamente havia se destacado como o jornal que mais defendia a etnicidade teuto-brasileira em Santa Catarina, pode estranhar, à primeira vista. Este fato certamente se deve às articulações com pessoas influentes da burguesia comercial e industrial de Blumenau que, em alguns momentos, interferiram junto às autoridades nacionalizadoras no sentido de evitar o fechamento do jornal. Quando, em julho de 1939, Curt Hering voltou de uma viagem de um semestre à Europa, manteve conversações com o comandante do 32º Batalhão de Infantaria, Nilo Guerreiro, com o intuito de garantir a sobrevivência do jornal. Na ocasião, também Pedro Christiano Feddersen, presidente da Associação Comercial e Industrial da cidade, empenhou-se neste sentido.⁷³ Disto resultou que, a partir de 14 de julho de 1939, Elsbeth Koehler (esposa de Koehler) dividiu a direção do jornal com o advogado Max

⁷⁰ Jürgen Habermas nos lembra que a esfera pública política provém da esfera pública literária, cuja instituição por excelência é a imprensa, que “intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade”. HABERMAS, op. cit., p. 46.

⁷¹ Sobre as produções simbólicas como instrumentos de dominação ver o primeiro capítulo do livro de BOURDIEU, op. cit., P. 13.

⁷² Ainda conforme o cônsul, naquela época o jornal não era mais transportado para algumas regiões, como Hamônia, no Alto Vale do Itajaí. *Carta do cônsul alemão de Florianópolis, Sr. Steimer, para a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro*. Florianópolis, 30 dez. 1938. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104942.

Tavares d' Amaral,⁷⁴ ligado à família Hering, que ficaria responsável pela censura prévia dos artigos a serem publicados pelo jornal.

Em agosto de 1939, o DAI, que acompanhava com atenção a nacionalização no Brasil, constatava a mudança de linha do jornal, afirmando que havia “baixado o seu nível, tornando-se um instrumento da nacionalização”, depois de acentuar o fato do jornal ter sido, à época de Eugen Fouquet, um *völkisches Organ*.⁷⁵ O escritor do documento do DAI ainda informa, com indignação: “de longe se ouvem os tambores da propaganda que o *Urwaldsbote* bate em prol do comandante do 32º. Batalhão de Caçadores, que comanda em Blumenau a nacionalização, através de uma efusão de elogios à ‘maneira amigável e cavalheira’ do comandante, que ‘com muito tato’ cumpre aquela missão tão difícil”.⁷⁶

Este parece ter sido o preço para continuar publicando o jornal, sob o controle do governo federal, através do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. O DIP foi criado em 27 de dezembro de 1939 para centralizar e coordenar a comunicação social do Estado Novo.⁷⁷ Seu principal objetivo era obter o consenso em torno do regime, para o que este órgão investiu no aumento da coerção e da imposição ideológica.⁷⁸ Ele controlou, coibiu e centralizou os meios de comunicação de massa, colocando indiretamente todos os meios à tutela do Estado, obrigando-os a veicular um discurso emanado do interior do próprio aparelho estatal. A partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP. Os jornais que insistiram em manter sua independência tiveram sua licença cassada.⁷⁹

Como muitos dos outros órgãos de controle do governo federal, também o DIP se ampliou com a constituição de departamentos congêneres nos estados. Os criados DEIPs – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – reproduziam as linhas de ação emanadas pelo departamento nacional. Em Santa Catarina, o DEIP foi criado pelo decreto-lei n. 543 de

⁷³ Über das Wiedererscheinen des Urwaldsboten. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 07 jul. 1939, p. 02.

⁷⁴ Natural de Itajaí, bacharelou-se em Direito em 1930, na Faculdade de Direito de São Paulo. Exerceu a advocacia em Rio do Sul, e em 1938 mudou-se para Blumenau, onde também trabalhou como advogado. Casou-se com Isolde Hering, tornando-se um dos diretores da Cia. Hering. Cf. D' AMARAL, Max Tavares. *Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950, p.277.

⁷⁵ O termo *völkisch*, originalmente uma palavra substitutiva ao adjetivo *national*, era, no vocabulário nacional-socialista, impregnado pelas concepções do racismo nacional-socialista, sendo expressão de um sentimento nacional anti-semita. VÖLKISCH. In: KAMMER, Hilde; BARTSCH, Elisabet. *Nationalsozialismus: Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft 1933.1945*. Reinbek bei Hamburg, Rohwolt, 1992, p. 217.

⁷⁶ *Volkstum im Spiegel der fremden Presse*. Informationsdienst des DAIs Stuttgart. Stuttgart, 21 ago. 1939, p. 05. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/Neu 977. (Tradução livre da autora).

⁷⁷ Já em 1931, o governo provisório havia criado um Departamento Oficial de Propaganda que, em 10 de julho de 1934, transformou-se em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, dando origem ao DIP durante o Estado Novo. Cf. CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1976, p. 169.

⁷⁸ Sobre o DIP ver GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 19.

30 de maio de 1941, e era diretamente subordinado ao interventor. Seu objetivo era receber e distribuir para a imprensa local notícias divulgadas pela Agência Nacional, enviar notícias do Estado para redistribuição nacional a partir do Rio de Janeiro e principalmente fazer o policiamento das notícias veiculadas pelos órgãos e imprensa catarinenses.⁸⁰

Ou seja, as intervenções na imprensa estadual, até maio de 1941, não eram exercidas pelo Departamento estadual de imprensa e propaganda, criado nesta época. O que se percebe, é como o Exército assumiu influência direta no controle da imprensa escrita em Blumenau, pelo menos até quando ainda não tinha sido criado o DEIP no Estado. Isto revela mais uma vez o seu extraordinário poder de intervenção durante aquela época.⁸¹

A última edição do *Urwaldsbote* com trechos em língua alemã foi publicada em 29 de julho de 1941. O governo federal havia determinado que do dia primeiro de agosto em diante, não poderiam mais ser publicados jornais e revistas em língua estrangeira. O proprietário do jornal decidiu, ao invés de fechá-lo, continuar a publicá-lo. O jornal que tanto havia defendido o uso da língua alemã aparecia agora totalmente em português. Num artigo de primeira página, Koehler apela para a fidelidade de seus leitores, argumentando que o fato de não ser impresso mais em alemão não faria o jornal perder o seu direito de existência. Se preocupa em destacar como importantes papéis do jornal, além da divulgação dos “grandes valores nas áreas das ciências, artes e técnica” da Europa Central, “tão importantes e imprescindíveis para o desenvolvimento brasileiro”, também o seguinte:

Somente nós estamos em condições de cuidar dos seus interesses e necessidades, pois somente nós lhe conhecemos. Somente nós podemos informá-lo sobre a vida nas suas entidades sociais e esportivas, somente nós, enquanto membro destas, as acompanhamos. Somente nós dispomos de correspondentes em seus distritos, que nos deixam informados sobre tudo o que ocorre em seus círculos: nascimentos, noivados, casamentos, aniversários, bodas de ouro, falecimentos, etc.⁸²

O jornal que, em 1940, tinha uma tiragem média de 6.200 exemplares,⁸³ sobrevivia, ainda que sob condições precárias. Esta “queda de braço”, contudo, teve um fim, quando, após

⁷⁹ CAPELATO, op. cit., p. 68.

⁸⁰ Cf. BITENCOURT, João. *Estado Novo, cidade velha: o governo ditatorial de Vargas desde Laguna*. Porto Alegre, 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História - UFRGS, p. 117.

⁸¹ Isto ocorreu não somente em jornais de língua estrangeira. Edgar Carone cita a ocupação militar do jornal *O Estado de São Paulo* em 25 de março de 1939, por conta de resistências frente ao regime estadonovista. CARONE, op. cit., p. 170.

⁸² Der Leser und seine Zeitung. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 29 jul. 1941.

⁸³ Cf. tabela “Imprensa periódica”. In: BLUMENAU. Prefeito (Rabe). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1941, apresentando ao Exmo. Snr. Dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado, pelo prefeito municipal Dr. Afonso Rabe*, p. 73. AHJFS.

últimas tentativas de negociação por parte do industrial Curt Hering, foi interdita a sua publicação, em 01.10.1941, através de determinação do Departamento Estadual de Imprensa.⁸⁴

Percebe-se que as estratégias que foram desenvolvidas para manter o *Urwaldsbote*, as negociações com as autoridades nacionalizadoras, as adequações à lei, representavam mais uma luta pelo significado que o jornal teve para os que o apoiavam, enquanto um instrumento de produção simbólica. Ao se interferir na esfera pública literária de Blumenau, ou seja, nas entidades associativas e na imprensa, houve no início mais tentativas de negociação da parte controlada, do que confrontos. Com o recrudescimento da Campanha, sobretudo a partir de 1942, quando há o auge do controle e da repressão aos alemães e descendentes, se excluem muitas das possibilidades de barganha que ainda existiam, mas não sem resistências e resignações.

Com a proibição do *Urwaldsbote*, subsistiu apenas o jornal *Cidade de Blumenau*, que investiu, a partir daí, no aumento de sua tiragem.⁸⁵ Além deste, surgiu o jornal *A Nação*,⁸⁶ em maio de 1943. Em maio de 1940 surgiu o *Boletim Semanal da Prefeitura Municipal*,⁸⁷ sob iniciativa do Executivo de Blumenau. A impressão era feita nas oficinas do extinto *Blumenauer Zeitung*, o que mostra bem a dimensão da intervenção do poder público na esfera pública, naquela época. As oficinas de um jornal de língua estrangeira foram reaproveitadas para a publicação de um jornal oficial da administração municipal. O fato do então prefeito, José Ferreira da Silva, ter sido jornalista atuante em Blumenau, certamente explica o empenho na publicação do boletim. Também a ênfase que então se dava à importância da administração pública.⁸⁸

Os jornais que subsistiram, funcionavam todos sob os ditames do DIP, cumprindo o papel de divulgar o regime estadonovista. Alzira Vargas, filha do presidente, dá uma idéia de como a imprensa havia perdido sua autonomia na produção da opinião pública, pois bastava ler um jornal para saber o que havia nos outros, evidenciando como a repetição era uma

⁸⁴ KOEHLER, G. A. *Erinnerungen des Herausgebers des Urswaldsboten*. Blumenau, out. 1941. Traduções de trechos feitos pela VDA, de Stuttgart. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/Neu 1191-38.

Em 1942, a empresa tipográfica que havia publicado o *Urwaldsbote* e outros impressos, foi transformada numa sociedade de ações, sob o nome Tipografia e Livraria Blumenauense S/A.

Conforme biografia de G. Artur Koehler. AHJFS, Pasta. 3.K.11. Doc-01.

⁸⁵ Em 1940, o jornal tinha uma tiragem média de 2.500 exemplares, passando para 2.800 em 1941 e 3.000 em 1942. Cf. tabela "Imprensa periódica". In: BLUMENAU. Prefeito (Rabe). *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1941, apresentando ao Exmo. Snr. Dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado, pelo prefeito municipal Dr. Afonso Rabe*, p. 73. AHJFS.

⁸⁶ Cf. SILVA, José Ferreira da. *A imprensa em Blumenau*. Florianópolis: IOESC, 1977, p. 113.

⁸⁷ Em 1941 este boletim tinha uma tiragem de 600 exemplares. Cf. tabela "Imprensa periódica", op. cit..

⁸⁸ José Ferreira da Silva não explica os motivos que levaram à extinção deste órgão informativo municipal, no livro sobre a imprensa de Blumenau que o mesmo publicou muitos anos mais tarde.

técnica característica do discurso autoritário, que foi amplamente utilizado nos jornais da época.⁸⁹ Também em Blumenau, os jornais foram marcados por esta ausência de liberdade e pela uniformização.

Não há de se esquecer também do rádio, veículo de importância significativa no empenho para a popularização do regime, “pois fazia chegar às zonas rurais, não incorporadas pela política populista, o projeto de legitimação do Estado Novo. O rádio foi meio imprescindível de integração e uniformização política e cultural.”⁹⁰ Em Blumenau, a PRC-4, por sinal a primeira rádio do sul do país, também foi submetida ao controle do Estado. Em todos os órgãos da imprensa, tratava-se de “reproduzir os discursos oficiais, dar ampla divulgação às inaugurações e aos atos do governo, de divulgar a figura de Vargas identificado como o pai onipresente que tudo vê e tudo compreende, de se apresentar à sociedade como um grupo homogêneo onde se igualavam operário e industrial, patrão e empregado, negando-se a problemática de classe, afirmando a presença de um Estado providencial”.⁹¹

Concluindo, com o fechamento dos principais jornais em língua alemã de Blumenau, assim como de entidades associativas, a classe economicamente dominante de Blumenau é despossada de importantes instrumentos de produção simbólica. Além disto, o Estado deslegitima e cerceia a circulação de manifestações que defendessem a manutenção da fronteira étnica teuto-brasileira na esfera pública. Com a intervenção na esfera pública literária, o Estado impõe suas definições do mundo social,⁹² monopolizando este direito para si próprio.

A Segunda Guerra Mundial e as intervenções na esfera da produção

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Estado e seus aparatos repressores vão não somente interferir na esfera pública literária e política de Blumenau, mas também na esfera privada, incluindo aí a esfera da produção.⁹³ Trata-se aqui de apontar alguns fatos envolvendo

⁸⁹ Citado por CAPELATO, op. cit., p. 74.

⁹⁰ Cf. GOULART, op. cit., p. 19.

⁹¹ Ibidem, p. 17.

⁹² Segundo Pierre Bourdieu, “as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses.” BOURDIEU, op. cit., p. 11.

⁹³ Jürgen Habermas chama a esfera do mercado, de esfera privada, e a esfera da família, de esfera íntima. “Esta crê ser independente daquela, quando na verdade está profundamente envolvida nas necessidades do mercado”. HABERMAS, op. cit., p. 73.

alguns integrantes da elite comercial e industrial de Blumenau, relacionados à intervenção e controle do governo federal durante a guerra. Serão analisadas algumas intervenções, sobretudo entre 1942 e 1945, em algumas indústrias em Blumenau, mais especificamente, numa das suas mais importantes. Tais intervenções provocaram desdobramentos importantes na forma como esta classe empresarial veio a agir durante e depois da guerra.

No início do Estado Novo, Vargas barganhava com os governos dos Estados Unidos e da Alemanha. O comércio com a Alemanha se apresentava como alternativa à dependência em relação à Inglaterra e à crescente influência dos EUA.⁹⁴ Até 1938, a Alemanha havia se tornado o maior importador do Brasil, ultrapassando mesmo os valores de importação dos EUA. A Alemanha era o segundo maior comprador de matérias-primas brasileiras. A Alemanha despertava a simpatia de muitos elementos das Forças Armadas brasileira e também do próprio presidente. Mas a guerra na Europa desencadeou uma inflexão na equidistância pragmática que o governo brasileiro sustentara até então, e provocou um recuo comercial da Alemanha na América Latina. Mesmo assim, a eficiência da máquina de guerra alemã era motivo de admiração de altos círculos militares no Brasil.⁹⁵ À ofensiva ideológica e política desencadeada pelo governo americano, através do pan-americanismo, corresponderam reações brasileiras que visavam maximizar os benefícios possíveis na reorientação de sua política externa.⁹⁶

Os últimos meses de 1941 e os primeiros de 1942 foram cruciais para o rompimento da equidistância na política externa brasileira. Durante este período, ocorreram negociações, num jogo em que se alternaram pressões, gestões amigáveis, propostas de ação conjunta, fatos consumados, solicitações, promessas de apoio, ameaça de alinhamento aos adversários, que resultaram num firme processo de aproximação e colaboração entre Brasil e EUA.⁹⁷

Para os EUA, o mercado era o melhor caminho para a “americanização” da América Latina. Este país foi investindo neste sentido, rivalizando com a Alemanha, sua maior concorrente comercial no continente.⁹⁸ Com a eliminação da Alemanha das disputas por mercados na América Latina, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, os EUA se apropriaram de todo o abastecimento do Brasil com mercadorias pré-fabricadas, aço,

⁹⁴ Cf. TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 23.

⁹⁵ Sobre a questão da “equidistância pragmática”, ver MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980, p. 143.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 135.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 156.

máquinas, peças de substituição, produtos químicos, etc. Mas os esforços de guerra na América do Norte trouxeram dificuldades de abastecimento e retardamento de entregas. A falta de veículos e de peças assim como a limitação do uso da gasolina a menos do que 50% provocaram graves deficiências para a indústria brasileira.⁹⁹

O alinhamento do Brasil aos EUA teve diversas implicações na esfera privada de produção em Blumenau. Durante os anos da guerra, por exemplo, houve a inclusão de alguns industriais e comerciantes na ‘lista negra’ elaborada pelo governo norte-americano, com base em investigações realizadas pelos consulados. Nas ‘listas negras’, eram incluídas pessoas e empresas consideradas ‘persona non grata’ ao comércio estadunidense, acusadas de ter ligações com os países do Eixo. Em Blumenau, grande parte dos estabelecimentos industriais e comerciais eram de propriedade de descendentes de alemães.¹⁰⁰ A partir de 1942, foram incluídas diversas empresas e pessoas físicas, que moravam em Blumenau, na ‘lista negra’.¹⁰¹

Tais proprietários tentavam, em vão, através de procuradores com boas relações com a Interventoria federal no estado e o consulado norte-americano, retirar em seus nomes das listas, pois este fato dificultava as atividades de seus estabelecimentos. A Cia. Hering, por exemplo, assim que teve os seus diretores incluídos na lista de 18 de dezembro de 1942, encaminharia diversos apelos ao Consulado dos EUA em Florianópolis, como um carta em que traz dados biográficos de cada um dos incluídos na lista, acentuando o não envolvimento político de alguns diretores da empresa ou a participação na política brasileira de outros diretores, antes do Estado Novo, através do PRC.¹⁰² Procura-se, ainda, argumentar no sentido de se descomprometê-los de qualquer envolvimento com o grupo local do partido nazista. Na

⁹⁸ PRADO, Maria Lígia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. *Revista da USP*, São Paulo (26), jun./ago. 1995.

⁹⁹ Cf. KOHLEPP, Gerd. *Industriegeographie des Nordöstlichen SC (Südbrasilien)*. Ein Beitrag zur Geographie eines deutschbrasilianischens Siedlungsgebietes. Heidelberg, 1968. Tese (Doutorado). Universität Heidelberg, p. 111.

¹⁰⁰ Cf. BERGER, E. Ferien in Santa Catarina. *Almanaque Wille's Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens*. Blumenau, 1934, ano I.

¹⁰¹ Nas diversas listas publicadas, constam as seguintes empresas e pessoas físicas de Blumenau: Empresa Gráfica Catarinense S. A., Friedrich Fischer, Franz Hoette, Alfred Paul Koch, Gustav Artur Koehler (antigo proprietário do Urwaldsbote), Cia. Litográfica, Hermann Müller-Hering, Adolf Poethig, Max A. Schelling, Paulo Hering (todos os últimos 4 eram acionistas da Cia. Hering, sendo que o último, à época da publicação da lista, já era falecido!), Francisco Hering, Victor Probst & Cia. (comerciante), Reprex Ltda., Carl Ritter, Walter Schmidt S. A. Comércio e Indústria, Typografia e Livraria Blumenauense S. A., Fábrica de Tintas Blumenau Ltda., Curt Hering, Félix Hering, Ingo Hering, Victor Hering, Max Tavares d' Amaral (todos diretores da Cia. Hering). *The proclaimed List of Certain Blocked nationals (Brazilian Section)*. Revision III, August 10, 1942. Revision April 23, 1943, Revision VI, October 7, 1943, Revision IX, February 28, 1945. Arquivo da Cia. Hering. Pasta Lista Negra.

¹⁰² Na carta, cita-se Curt Hering, Félix Hering e Ingo Hering e Max Tavares d' Amaral como tendo igual ‘orientação política’. Idem.

carta, faz-se referência às diferenças de posição política entre membros da família, no que se refere ao grupo local do partido nazista.¹⁰³

Foram mandadas diversas cartas e memoriais, com histórico e dados sobre a produção da empresa, para o ministério das relações exteriores do Brasil e o consulado norte-americano em Florianópolis. Através de cartas e memoriais, escritos pela Cia. Hering, percebe-se o grau de influência do governo norte-americano nas intervenções feitas nas empresas incluídas nas “listas negras”. Num dos memoriais, a empresa solicita ao consulado norte-americano em Florianópolis que fosse permitido à empresa Cremer S.A. – incluída também na lista e sob “di reto controle do governo federal” - adquirir, regularmente, cloro junto à Companhia Eletro-Química Fluminense, do estado do Rio de Janeiro. A Cia. Hering, diante da restrição da compra de tal produto à Cremer, cedia parte do cloro produzido em instalações próprias, àquela empresa, o que estaria prejudicando sua produção.¹⁰⁴

Num memorial encaminhado em fevereiro de 1943 ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, procurava-se ressaltar a participação da empresa na mobilização econômica conclamada pelo presidente da República, por conta da guerra, ressaltando-se o fato dos acionistas estrangeiros não terem direito de voto, para que não tivessem “nenhuma interferência na administração e nos negócios da sociedade”, conforme as medidas do governo.¹⁰⁵

A Cia. Hering, além de se dirigir ao cônsul dos Estados Unidos, solicitando sua intervenção no sentido de retirar os nomes dos diretores e sócios da empresa da “lista negra”, também enviou cartas ao Interventor Federal no Estado. Numa delas, o ex-diretor-presidente assim se dirige a Nereu Ramos: “sei que o distinto amigo, cuja boa e limpa administração sempre reconheci e reconheço, também saberá fazer justiça a um velho catarinense que durante toda a sua vida dedicou-se ao trabalho, felizmente com certo sucesso, contribuindo

¹⁰³ Curt Hering se refere às diferenças de posicionamento político com a família do irmão, Max Hering, cujo genro, Kurt Prayon, havia sido membro local do partido nazista desde 1936, e que haveria provocado “ruptura de relações” entre as duas famílias. Kurt Prayon, que havia retornado à Alemanha, não era membro da diretoria da empresa. Quanto a Max Hering, membro da diretoria, muito embora estivesse em 1937 “totalmente ao lado do movimento nazista”, como afirmou um representante de uma entidade alemã, naquela ocasião, em 1943, na carta escrita ao cônsul dos EUA, assim é referida a mesma pessoa: “Infelizmente o Sr. Max Hering não teve força bastante para impedir a atuação de seu genro, apesar de não comungar das mesmas idéias”. Sobre a primeira carta: GOETZ, Karl. *Carta ao prefeito de Stuttgart, Sr. Stroelin*. Blumenau, 16 mar. 1937. Arquivo Nacional de Koblenz. (Tradução livre da autora); sobre a segunda carta referenciada: *Carta ao Cônsul dos EUA em Florianópolis*. Blumenau, 08 jan.1943, p. 13. (sem referência a autor). Arquivo da Cia. Hering.

¹⁰⁴ *Esclarecimentos para um memorial a ser apresentado ao Exmo. Sr. Cônsul norte-americano, em Florianópolis*. Blumenau, sem indicação de data. Arquivo da Cia. Hering.

¹⁰⁵ *Cópia do memorial dirigido ao Exmo. Sr. Diretor da Divisão Econômica do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em fevereiro de 1943*, p. 05. Arquivo da Cia. Hering.

assim para engrandecer o nosso Estado e o nosso Brasil." O portador desta carta de Curt Hering era o advogado Arão Rebelo, denominado na carta, como "amigo comum" tanto do autor como do interventor.¹⁰⁶

Ora, tanto o interventor quanto o advogado referido, haviam sido importantes nomes do PLC, partido opositor ao PRC, do qual havia sido membro Curt Hering. O advogado Arão Rebelo havia sido deputado pelo PLC, entre 1935 e 1937.¹⁰⁷ O Estado Novo havia colocado no centro decisório do Estado membros do antigo PLC, extinto juntamente com os outros partidos, em 1937. A estes antigos adversários políticos, que estavam no exercício do governo estadual, Curt Hering se dirigia no intuito de sensibilizá-lo a contribuir com os esforços de retirada dos nomes dos diretores da "lista negra". Numa carta de maio de 1943, Curt Hering pede ao Interventor Federal no estado para interferir junto ao DOPS – Departamento de Ordem Política e Social do Estado, para que fossem concedidos aos diretores da empresa atestados de idoneidade, que seriam encaminhados à Embaixada norte-americana. O capital produzido nas empresas, nas quais diretores da Cia. Hering tinham ações, era utilizado como argumento para tal pedido.¹⁰⁸ As divergências políticas que líderes do PRC, no Vale do Itajaí, tiveram com membros da AIB, antes do Estado Novo, também são referidos, no sentido de sensibilizar o interventor, que tinha combatido aquele partido.¹⁰⁹

Em todas as cartas de Curt Hering endereçadas ao Interventor e também ao Cônsul dos Estados Unidos, após a inclusão na "lista Negra", os conflitos de poder com alguns membros do grupo local do NSDAP, por conta dos incidentes ocorridos no teatro Frohsinn, em 1936 e 1937, são ressaltados.¹¹⁰ A simpatia com relação à ideologia nacional-socialista, que existia pelo menos até aqueles conflitos, era obviamente negada nas cartas endereçadas ao Interventor

¹⁰⁶ HERING, Curt. *Carta a Nereu Ramos*. Blumenau, 27 mai. 1943. Arquivo da Hering, Pasta Curt Hering.

¹⁰⁷ PIAZZA, Walter (Org.). *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

¹⁰⁸ No início da carta, faz-se menção à descoberta de um novo processo para a produção de celulose, sem mistura de celulose estrangeira, que "há um bom papel de embrulho", pelos técnicos e químicos das Indústrias Salto Grande S/A, na qual pessoas físicas incluídas na "lista negra" tinham ações. Confor me Curt Hering, para tal investimento, haveria a necessidade de aumentar o capital da sociedade, o que era dificultado pela inclusão dos nomes na "lista negra". HERING, Curt. *Carta a Nereu Ramos*. Blumenau, 27 mai. 1943. Arquivo da Hering, Pasta Curt Hering.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Logo após a publicação da primeira das "listas negras", Curt Hering escreveria um documento se referindo à liga de entidades formada em 1937, representando-a como uma forma de evitar o domínio do partido nazista nas entidades culturais de Blumenau. Conforme o autor: "não foi falta de brasilidade o sentimento que nos guiou; muito ao contrário, o que fiz com o apoio de vários amigos meus, foi para defender o que era nosso e servir a nossa Pátria". O fato do documento ter o título "Minha defesa" (não consta destinatário), revela a tentativa de se justificar perante o Estado, que, através do DOPS, já havia apreendido os documentos do grupo local do NSDAP e de outras entidades em Blumenau, entre eles, os documentos referentes à proposta de definir quem organizaria os principais festejos de datas comemorativas em Blumenau, apresentada ao líder do partido nazista, em 1937.

e ao cônsul norte-americano. Numa carta ao cônsul, Curt Hering afirmaria o seguinte: “a formação, nas últimas décadas, de partidos extremistas no velho mundo, eu sempre a senti como prejudicial a um entendimento cordial entre os povos, quer do ponto de vista econômico, quer do financeiro.”¹¹¹ Grande diferença de posicionamento, se considerarmos suas declarações ao líder do círculo do partido nazista em Santa Catarina, Otto Schinke, em 1936, em momento de conflito com membros do partido: “no dia primeiro de maio de 1933, por exemplo, enquanto alguns ainda se encontravam integralmente em cima do muro, em relação ao movimento [nacional-socialista], nós, teuto-brasileiros, desde o começo, perseguíamos simpáticos ao nacional-socialismo”.¹¹²

O momento pedia habilidade e a mobilização de todos os meios à disposição, por parte daqueles industriais e comerciantes interessados em retirar seus nomes da ‘lista negra’. Em carta ao presidente da Cia. Hering, em abril de 1943, o procurador da empresa em Florianópolis, Henrique Stodieck, procurava alertá-lo disto: “convém escolher seus intermediários, os que aqui vem tratar assuntos perante o consulado americano, com mais critério, escolhendo-os entre pessoas de comprovada idoneidade, sob pena de ser contraproducente toda interferência dos mesmos”.¹¹³ Este também era um procurador com estreitos laços com o governo do Estado, o que se percebe através de suas aparições na esfera pública de Florianópolis.¹¹⁴

A situação difícil em que alguns industriais e comerciantes estavam, com a publicação de seus nomes nas “listas negras”, fazia com que contratassem profissionais, como advogados, que se aproveitavam da situação para oferecer seus serviços. Um advogado de Joinville, em carta endereçada à Cia. Hering, lamentava o fato de não ter sido contratado para representar a empresa e de que o seu presidente não havia seguido o seu “wohlgemeinten Rat” (conselho bem intencionado). Conforme suas palavras: “quando eu, numa calçada de Joinville, lhe convidei a ir comigo ao Rio, o senhor me respondeu que tudo estava bem, que o Cônsul [dos Estados Unidos] em Florianópolis lhe convidara para um almoço, que foi a Florianópolis... que

“*Minha defesa*”. Blumenau, 12.11.1942. Arquivo da Cia. Hering, Pasta Curt Hering.

¹¹¹ HERING, Curt. *Carta a William Preston Rambo, cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Florianópolis*. Blumenau, 08 set. 1943. Arquivo da Cia. Hering, Pasta Curt Hering.

¹¹² SCHINKE, Otto. Carta. Op. Cit.

¹¹³ STODIECK, Henrique *Carta a Curt Hering*. Florianópolis, 05 abr. 1943. Arquivo da Hering, Pasta Curt Hering.

¹¹⁴ Isto se depreende através do Diário Oficial do Estado. Seu nome aparece em alguns artigos sobre solenidades públicas do governo estadual. No jornal *Urwaldsbote* de Blumenau consta propaganda de Henrique Stodieck e de outros advogados que ofereciam seus serviços para a naturalização de estrangeiros. Cf. Propaganda do Escritório de advocacia de Henrique Stodieck e Wilmar Dias, *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 04 mar. 1938.

adiantou; adiantou que lhe impuseram o senhor Grossenbacher como chefe de suas propriedades, do seu honesto labor, do trabalho de toda sua vida!”¹¹⁵

Com o governo de Vargas, em 1930, surgiu um novo referencial orientador das políticas governamentais, unindo os ideais nacionalistas às idéias protecionistas nascidas nos países de industrialização tardia.¹¹⁶ Com a pressão norte-americana, sobretudo com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, esta intervenção do Estado chega a se dar de forma direta, com a nomeação de interventores em diversas empresas de alemães e descendentes no país. Em Blumenau, em diversas empresas, como a Cia. Hering,¹¹⁷ a Tecelagem Kuehnrich, Chapéus Nelsa,¹¹⁸ Haco Etiquetas, Fábrica de Gazes Medicinais Cremer,¹¹⁹ houve ingerência do Estado, através da nomeação de interventores que, no lugar dos seus proprietários, administraram estas empresas.¹²⁰

As intervenções do Estado também podem ser observadas na entidade representativa dos interesses da burguesia de Blumenau, a ACIB – Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Em 1942, em razão da guerra, os diretores tiveram que abandonar seus cargos. Assumiu a presidência Antônio Cândido de Figueiredo que era comerciante e, vale lembrar, havia sido prefeito em Blumenau logo após a Revolução de 1930, nomeado pelo general Ptolomeu de Assis Brasil. Era, na época, simpático ao movimento revolucionário e, portanto, opositor das antigas elites do PRC de Blumenau. Como vice-presidente, assumiu Roberto Grossenbacher, que em 1943 tornou-se interventor do Estado na Cia. Hering. A partir de 1942, a ACIB deixa de ser integrada quase que praticamente só por empresários com sobrenome alemão. Se até esta data a ACIB havia tido apenas um integrante de diretoria com sobrenome português, desde a sua fundação, em 1901, a partir de 1942 esta situação muda,

¹¹⁵ KOLB, Alberto. *Carta a Curt Hering*. Joinville, 08 jan. 1945. Arquivo da Cia. Hering, Pasta Curt Hering.

¹¹⁶ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, Dulce (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 115.

¹¹⁷ Na Cia. Hering, por exemplo, em assembléia da diretoria, 09 de outubro de 1943, foi empossado o advogado Roberto Grossenbacher como diretor geral da empresa, que cumpriria a função de interventor na empresa, permanecendo neste cargo até 1947. Neste ano, Grossenbacher foi eleito deputado federal pelo PSD, partido que, após o Estado Novo, em Santa Catarina, congregou os correligionários políticos de Nereu Ramos. Cf. PIAZZA, Walter F. (Org.) *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 253. Sobre as diretorias da empresa citada: *A Hering de Blumenau: um século. 1880-1980*. Blumenau, 1980, p. 119-120.

¹¹⁸ O proprietário desta indústria, o alemão Kurt Lischke, foi preso em 1942 e cumpriu pena, em Santa Catarina, no campo de concentração de Trindade, em Florianópolis, durante a guerra. Sobre a intervenção na empresa durante a guerra e a biografia do proprietário ver entrevista de sua esposa, citada adiante. História de vida – Sra. Cecília Weege Lischke. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII, n. 7/8, jul./ago. 2002, p. 50-93.

¹¹⁹ A Fábrica de Gazes Medicinais Cremer S.A. teve como interventor o capitão Moacyr Azambuja, médico do Exército brasileiro. Cf. PETRY, S. M.; FERREIRA, C.: WEISS, U. op. cit., p. 186.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 182.

muito embora estas pessoas constituíssem ainda sempre uma minoria na diretoria da entidade.¹²¹

Chama a atenção ainda que exatamente durante a Segunda Guerra Mundial, em outubro de 1943, foi formado um grupo de pessoas que se filia ao *Rotary Club International*. Algo sintomático, considerando o contexto de alinhamento do Brasil aos Estados Unidos.¹²² Em menos de um ano, o *Rotary Club* de Blumenau era constituído por 29 membros, a maioria, industriais, comerciantes, advogados e funcionários públicos.¹²³ Entre eles, algumas pessoas integrantes ou ligadas ao governo. O próprio prefeito municipal era membro do Conselho Diretor da entidade. Alguns outros, muito embora minoria, eram ligados ao antigo grupo de empresários que antes do Estado Novo era filiado ao PRC.

Percebe-se que não houve somente resistência entre o empresariado de Blumenau, durante o Estado Novo. Diversos foram os empresários que, naqueles anos, se aproximaram e mesmo se ligaram às autoridades do Executivo municipal e estadual, como estratégia política, na defesa de seus interesses econômicos. Fabrício Tomio bem observou que a instalação do Estado Novo “desmobilizou a organicidade do empresariado blumenauense”, na medida em que, surgiram interesses econômicos conflitantes ou novos interesses, fazendo com que parte dos empresários se ligasse à oligarquia Ramos, que governava Santa Catarina.¹²⁴ Era o caso de diversos nomes que compunham a ACIB durante e logo após a guerra, por exemplo.

¹²¹ Ver lista das diretorias da ACIB no final do livro: *ACIB: 100 anos construindo Blumenau*. Blumenau: Ed. Expressão, 2001.

¹²² Roberto Caresia e Balbino Rocha verificaram como durante a guerra passam a se perceber as influências do discurso norte-americano em Blumenau, paralelamente ao discurso do nacionalismo brasileiro, alterando-se também usos e costumes. Cf. CARESIA, Roberto; ROCHA, Balbino Simor. *Construção cultural: influência germânica e norte-americana na cidade de Blumenau*. Blumenau, 1999. Relatório de Pesquisa. Universidade Regional de Blumenau; CARESIA, R.; ROCHA, B. S. Rupturas com as formas do passado: entre a modernidade e a tradição. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII, n.3/ 4, p. 70-101, mar./abr. 2001.

¹²³ A iniciativa surgiu por parte do médico Armínio Tavares e de um rotariano de Florianópolis. O primeiro conselho diretor era formado por Afonso Rabe (então prefeito do município), Roberto Grossenbacher (interventor na Cia. Hering), Telmo Ribeiro (da área de seguros e previdência industrial), Francisco Weber e Luiz de Freitas Melro (advogado). Em um ano o grupo deu início também à publicação de um boletim mensal. O Conselho Diretor de 1944-1945 era composto por Alfredo Campos (prefeito do município) Luiz de Freitas Melro, Hercílio Deeke (banqueiro), Telmo Viera Ribeiro Ewaldo Mund (comerciante), Herbert Willecke (industrial), Max Tavares d' Amaral (advogado, diretor da Cia. Hering), tendo como vogais o advogado Roberto Grossenbacher e o médico Armínio Tavares. Os demais membros eram o Promotor público Ribeiro de Carvalho, João Nóbrega, Timóteo Moreira, Bruno Hildebrand, Armando Odebrecht, Teófilo Zadrozny, Ernesto Stodieck Jr., Walter Haufe, João Schwuchow, Aquiles Balsini, Mario Melo, Raul Deeke, Antonio Ávila, Afonso Oliveira, Ralph Gross, Antônio Carlos Figueiredo, H. Zimmermann, Curt Hering, Paulo Mayerle e Domingo Borba. Cf. *1º Boletim Mensal do Rotary Club de Blumenau*. Blumenau, set. 1944. AHJFS.

¹²⁴ TOMIO, Fabrício R. L. Breve história da burguesia industrial têxtil blumenauense. In: THEIS, Ivo M., MATTEDI, Marcos A.; TOMIO, Fabrício R. L. (Org.) *Nosso passado (in)comum*: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. Blumenau: Ed. FURB: Cultura em Movimento, 2000, p. 84 e 87.

Também houve a aproximação de empresários às autoridades consulares dos Estados Unidos. Foi o caso da Empresa Industrial Garcia, como observou Maria Luíza Renaux Hering, que, necessitando de óleo lubrificante para seu maquinário, “encontrou junto a fornecedores norte-americanos a mercadoria para a ‘pronta entrega’, com preço mantido nas condições anteriores, sem qualquer acréscimo sofrido pelas circunstâncias de guerra.”¹²⁵

Américo da Costa Couto constatou que, apesar da repressão “anti-germanófila”, que desfalcou a administração das empresas, durante a guerra, houve repercussões vantajosas, em termos econômicos. Houve um novo incremento na indústria têxtil, caracterizado pela fundação de algumas indústrias. Somente em Blumenau, Gaspar e Indaial foram criadas 11 pequenas indústrias têxteis. Também diversos produtos não foram mais importados, havendo houve a substituição das importações. Para a reposição de peças e maquinário, as indústrias, com destaque para as têxteis, fizeram uso da criatividade dos seus técnicos e funcionários, que conseguiram produzir agulhas, lançadeiras e inclusive teares. Estes fatos todos contribuíram para uma maior integração no mercado nacional e a conquista do mercado externo, como no caso dos têxteis, que exportavam para a América Latina, Estados Unidos e África do Sul, muito embora este mercado externo tenha recuado com o término da guerra.¹²⁶

Na Cia. Hering, após a inclusão dos diretores na “lista negra”, o diretor -presidente se afastou do cargo, e repassou as ações que dispunha em diversas outras empresas do grupo, para outros membros da família, para tentar evitar prejuízos às mesmas.¹²⁷ Os demais diretores, ocuparam “funções meramente técnicas” na empresa,¹²⁸ subordinando-se ao interventor ligado ao Estado. A publicação da “lista negra” e a intervenção direta do Estado em algumas empresas em Blumenau, representou, para alguns proprietários, não somente o

¹²⁶ COUTO, Américo da Costa. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII – 1960)*. Florianópolis, CEAG/SC, 1980, p. 172..

¹²⁷ O industrial Curt Hering foi se afastando dos cargos de decisão dentro da empresa e das outras, nas quais a Cia. Hering tinha ações, como a Empresa Industrial Garcia, o Banco Inco de Itajaí, Indústrias Químicas Camboriú, Cortume Brusquense, Navegação Itajahy, Indústrias Salto Grande S/A, Madeireira Rio do Sul S/A. Em diversos casos, as ações foram repassadas para o filho, Ingo Hering, ou para o genro, Max Tavares D’ Amaral. HERING, Curt. *Carta aos diretores da Indústria Têxtil Companhia Hering*. Blumenau, 31 dez. 1942. Arquivo da Cia. Hering.

Em carta de 30 de dezembro de 1942, comunicava “encerrar definitivamente sua atividade enquanto industrial”. HERING, Curt. Carta à Empresa Industrial Garcia. Blumenau, 30 dez. 1942. Arquivo da Cia. Hering, Documento 1.3.3.6.1.6.1. Sobre isto ver ainda HERING, Curt. *Carta a Aurino Soares, superintendente do jornal A Notícia*. Blumenau, 16 mar. 1943. Arquivo da Cia. Hering, Documento 1.3.3.6.1.6.1.

¹²⁸ HERING, M. L. R., op. cit., p. 213.

seu afastamento temporário de cargos de direção. No caso do diretor-presidente da Cia. Hering, mais que isto, este se recolheu, amargurado, à vida familiar.¹²⁹

Este integrante da classe empresarial de Blumenau já não fazia mais parte do Estado, nos anos 30, mas ainda circulava noutros espaços na esfera pública, exercendo poder sob outras formas. Com a nacionalização, tais espaços, como entidades associativas, imprensa, vão ser submetidos ao controle do Estado, o que representava, também, uma forma de controle político, como visto anteriormente. Com o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, o Estado vai intervir também diretamente na fonte de geração de capital de alguns empresários de Blumenau, entre eles, membros das antigas elites políticas, como o caso citado. Neste sentido, a intervenção do Estado, não deixou de ser também uma forma de subordinar parcelas das elites econômicas de Blumenau aos ditames do Estado, que em Santa Catarina era dominado pela oligarquia Ramos. O empresariado de Blumenau, entretanto, não agiu como um bloco coeso, como mencionado, ligando-se parcela dele ao governo do estado, como ação estratégica, diante do contexto em que se vivia.

O controle da esfera pública política: nas malhas da rede político-administrativa

Antônio Carlos Lima, afirma que “os aparelhos estatizados do poder têm um significado determinante, embora não único, nos processos de constituição de Estados nacionais, mormente em territórios conquistados”.¹³⁰ Nos anos 30, o governo brasileiro investiu no espraiamento de uma rede administrativa que ia da instância federal aos municípios, visando controlar política e administrativamente todo o território nacional. Através deste processo de centralização administrativa, o governo procurou, sobretudo durante o Estado Novo, um melhor gerenciamento do território e da população, o que também facilitou a ele a executar e controlar o processo de nacionalização em áreas habitadas por estrangeiros e

¹²⁹ No final de uma carta endereçada ao interventor federal no Estado, Nereu Ramos, em 1944, assim escreve Curt Hering: “Nunca pensei que depois de tantos serviços prestados à causa pública, tivesse que levar para a sepultura um nome – que sempre foi o meu orgulho – injustamente enlameado. Creio que não verei mais a minha reabilitação neste planeta cheio de confusões e desenganos”, revelando a amargura provocada naqueles anos, sobretudo após o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos. Noutra carta, de novembro de 1944, ainda afirma: “afastei-me completamente dos negócios e quero ser esquecido”. Cf. HERING, Curt. *Carta a Nereu Ramos*. Blumenau, 26 jan. 1944. Arquivo da Cia. Hering, Pasta Curt Hering e HERING, Curt. *Carta a Petrarca Callado*. Blumenau, 23 nov. 1944. Arquivo da Cia. Hering, Documento 1.3.3.6.1.6.1.

¹³⁰ LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 69.

descendentes. Era o caso de Blumenau. Procura-se, neste item, mostrar o significado que alguns destes mecanismos de centralização burocrática tiveram na esfera pública política de Blumenau, considerando as suas especificidades.

Ao longo dos anos 30, o governo federal investiu progressivamente na criação de mecanismos básicos da centralização política, que foram ampliados e diversificados durante o Estado Novo.¹³¹ Desde o movimento de 1930, tornara-se rotina a nomeação de interventores pelo governo federal nos estados do país, estabelecendo-se a mediação de uma série de agências burocráticas em suas relações com a política nacional. Em 1931, estabeleceram-se, por decreto, normas, subordinando os executivos estaduais ao poder central, impondo severa disciplina orçamentária aos Estados e municípios. Este processo teve uma interrupção em 1934, com o início da experiência constitucional, quando houve uma certa recuperação da política em moldes regionalistas, e que foi até o golpe de novembro de 1937. A partir desta data, Vargas retomou e aprofundou a linha centralizadora do governo, investindo intensamente na concentração de poder no aparelho burocrático-estatal e no esvaziamento do poder regional. Foi somente com o Estado Novo que o moderno estado intervencionista surgiu.

Jens Hentschke acentua que, sobretudo, três reformas criaram as condições institucionais para a intervenção estatal: a subordinação dos estados, uma reforma do aparato estatal e administrativo e a criação de um novo funcionalismo público.¹³² A Constituição Federal de 10 de novembro 1937, tratou de colocar o Executivo nas mãos do “Chefe da Nação”, reforçando os poderes do Presidente da República, conferindo-lhe a faculdade de governar por decretos-lei. Foi ampliada a possibilidade de intervenção do governo federal nos Estados pela reativação das interventorias e abolindo o poder Legislativo aos níveis nacional, estadual e municipal. Ou seja, o congresso nacional, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras municipais foram fechados e, logo em seguida, em dezembro, todos os partidos políticos foram proibidos. Esta Constituição autoritária deveria ser aprovada mediante plebiscito, o que nunca ocorreu, fazendo com que o poder de Vargas não fosse limitado por qualquer outro poder, a não ser somente através dos militares, que lhe sustentavam o regime.

O governo dava como justificativa para tal, o intuito de acabar com os apetites das facções regionalistas. A nova carta constitucional tinha como objetivo devolver ao poder

¹³¹ Ver sobre isto DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classes. In: FAUSTO, Bóris (Org.) *História geral da civilização brasileira*. v. 3. São Paulo: DIFEL, 1986, p. 107-111. v. 3: Sociedade e política (1930-1964).

¹³² Cf. HENSCHTKE, Jens. Die Entstehung des interventionistischen Staates in Brasilien. *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Berlin, v. 25, n. 3 e 4, Berlin, 1999, p. 255.

central a responsabilidade delegada aos Estados. Os ideólogos do Estado Novo, como Francisco Campos, entendiam que a descentralização política e administrativa fragmentava o poder que deveria ser ‘uno e indivisível’.¹³³ As interventorias constituiriam o elemento-chave nas relações do governo central com os Estados, sendo um meio de enfraquecer as oligarquias regionais pela perda das condições institucionais de sua autonomia. Além das interventorias estaduais, o sistema também se fundamentou sob as prefeituras municipais fazendo com que ao presidente fosse possível implementar suas decisões até o nível local.

Segundo Eli Diniz, foi criada uma série de mecanismos jurídicos para efetivar o processo de centralização política. Um deles foi o DASP, Departamento Administrativo do Serviço Público, criado em 1938 como um departamento para racionalizar o sistema administrativo do país, cabendo-lhe a preparação anual do orçamento nacional e o controle de sua execução, transformando-se no decorrer do Estado Novo num verdadeiro ‘superministério’.¹³⁴ Através de decreto em 1939, que regulamentava este sistema, o Interventor e o Departamento Administrativo seriam os órgãos do governo dos Estados. Estes Departamentos Administrativos funcionavam como uma espécie de legislativo estadual, estando os interventores submetidos ao seu controle. O orçamento e todos os decretos-lei dos interventores dependiam de sua aprovação para serem efetivados.¹³⁵

Abolido o sistema de luta política, através do golpe de 1937, o regime investiu na idéia de que um bom governo era sinônimo de uma boa máquina de administração. O termo político era entendido mais no sentido administrativo e hierárquico do que aquele originário do capitalismo individualista e liberal do século XIX. Vargas, ao justificar o regime autoritário, tentava demonstrar que o antigo regime político era inviável, que respondia a interesses de grupos, cumprindo ao governo aperfeiçoar o aparelho político-administrativo, falando em ‘democracia funcional’. Conforme Edgar Carone, através de uma série de mecanismos, o governo autoritário de Vargas buscava acabar com gastos supérfluos de energia econômica e política.¹³⁶ Tratava-se, pois, de fortalecer o poder burocrático-estatal e de racionalizar a máquina de governo. Ou seja, as palavras de ordem eram centralização administrativa, racionalidade, eficiência técnica.

¹³³ CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional*: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 109.

¹³⁴ DINIZ, op. cit., p.

¹³⁵ Ibidem, p. 110.

¹³⁶ Cf. CARONE, op. cit., p. 162.

Conforme Francisco Campos, Ministro da Justiça de Vargas, de 1937 a 1942, e principal autor da Constituição do Estado Novo, fundamental para o controle estatal era a constituição de sua máquina de governo, cabendo ao presidente da república dar-lhe impulsão: “o governo gravita em torno de um chefe que é o presidente da república. A este cabe dar a impulsão às iniciativas dos demais órgãos do governo.” Para Campos, a administração é o “instrumento capital do governo”, e sua máquina deve estar regulada para a ação, sob o princípio da eficiência e da economia. Quanto à hierarquia de poderes, nesta estrutura administrativa, da mesma forma que o governo se organizaria em torno do “Chefe do Estado”, cada departamento ou setor da administração deveria se organizar em torno do chefe, ou seja, as diferentes instâncias da administração pública deveriam funcionar sob o “princípio da autoridade e de responsabilidade”.¹³⁷

Princípios da Economia Política, portanto, eram valorizados pela administração pública, no sentido de gerir da forma mais eficiente os habitantes, o território e suas riquezas. A arte de bem governar estaria assim ligada ao desenvolvimento de um aparato administrativo eficiente, racional e econômico. Este Estado intervencionista e empresarial deveria viabilizar as condições de desenvolvimento e de consolidação da sociedade urbano-industrial no Brasil. O Estado se colocava como o ator principal da modernização, tomando para si muitos dos papéis e funções que antes as elites econômicas exerciam.

Ligada à reforma administrativa estava a formação de um novo funcionalismo público, como substitutivo ao antigo sistema patronal, influenciado pelas políticas regionais. Pela primeira vez foi publicado um estatuto, em 1939, através do qual se definiram os direitos e obrigações dos funcionários públicos.¹³⁸ O governo investe na criação de uma classe burocrática, acreditando com isto criar um meio para a racionalização e a modernização da máquina do Estado, assim como da própria sociedade. Para viabilizar a modernização econômica, buscou-se trazer para o interior dos órgãos burocráticos, técnicos especialistas, aparelhando o Estado e criando-se uma base de sustentação do próprio regime via funcionalismo público. Esta ampliação da máquina burocrática propiciou a cristalização de uma nova categoria social, o pessoal burocrático civil e militar.¹³⁹

Quanto à estrutura governativa, conforme Eliane Colussi, houve uma valorização do município durante o Estado Novo, em virtude de uma nova hierarquização das esferas do

¹³⁷ A máquina de governo. In: CAMPOS, F. Op. cit., p. 61.

¹³⁸ Cf. HENTSCHKE, op. cit., p. 256.

¹³⁹ COLUSSI, Eliane Lúcia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupe, 1996, p. 75.

poder, caracterizada por um enfraquecimento da esfera estadual em relação às esferas federal e municipal. Como uma manifestação simbólica da subordinação dos Estados sob o governo federal, em 27 de novembro de 1937 foram queimadas publicamente no Rio de Janeiro as bandeiras dos estados brasileiros. As bandeiras estaduais eram assim representadas como símbolos dos regionalismos e do federalismo, regime que o Estado Novo queria acabar. A veneração e uma única bandeira, a nacional, deveria criar o sentimento de comunhão nacional, de subordinação dos estados e municípios à Nação.

Apesar da valorização do município como unidade administrativa, a Constituição Federal de 1937 estabelecia a sua tutela político-administrativa. O Estado reconhecia a importância do município, mas, ao mesmo tempo, combatia tudo aquilo que o tornava objeto de regionalismos. Ou seja, esta autonomia tinha limitações e não devia comprometer a autonomia estadual, respeitando a hierarquia estabelecida pelo modelo centralizador e intervencionista, que pressupunha que as partes que compõem o Estado nacional não são iguais.

O objetivo do Estado Novo era estabelecer uma rede de poderes centralizada que alcançasse os municípios, nos quatro cantos do país. O objetivo era combater os pilares do modelo político oligárquico, ou seja, o federalismo, o liberalismo-democrático e os abusos políticos das elites locais e estaduais.¹⁴⁰ Tanto como a Primeira República, o Estado Novo também foi um sistema elitista, mas o seu “modus operandi” foi inteiramente diverso. Enquanto aquele se baseou no princípio da autonomia estadual e no mecanismo da política dos governadores, o Estado Novo procurou a unificação, intervindo nos estados e implantando extensa rede de órgãos burocráticos, ao mesmo tempo que suspendeu os partidos políticos.¹⁴¹

Desde 1930, já se vinha delineando modificações importantes no sentido da regulamentação entre governo federal, estados e municípios, através das interventorias estaduais. Mas este processo só veio se efetivar com o Estado Novo. O objetivo era verticalizar a administração, que deveria funcionar, contudo, como um sistema de valores e obrigações mútuas, sendo o município um extremo e o governo federal, o outro. Na linguagem mitológica do regime, o poder, que emanava do “Chefe da Nação”, deveria se dirigir diretamente ao povo, que, por sua vez, legitimava o regime. A concentração de poderes em torno do presidente era justificada por Vargas como um “imperativo de ordem prática, tanto

¹⁴⁰ Ibidem, p. 76-77.

¹⁴¹ Cf. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1991, p. 85.

social como econômica”.¹⁴² Quer dizer, o discurso de Vargas, que negava o direito ao exercício real da cidadania, e investia na despolitização da sociedade, tomava o poder autoritário como condição imprescindível para a modernização do país.

De acordo com a estrutura centralista do poder, a racionalização do aparato burocrático-administrativo obviamente também deveria estar presente no município. Os ideólogos do regime se preocupavam com a técnica e a economia na administração municipal, tido por eles como antiquado e anacrônico, caracterizado ainda por uma incapacidade técnica e funcional.¹⁴³ Neste sentido, além da volta do sistema de interventorias e a criação do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, foi também criado o Departamento de Assistência aos Municípios, em 1938, para aproximar o município das demais esferas do poder. Em consequência disto, a cada interventoria estadual ficou subordinado um departamento das Municipalidades que tinha como atribuições a prestação de assistência técnica aos municípios, o estudo dos problemas administrativos, sociais e econômicos locais, a elaboração de propostas e de soluções, o seu posterior encaminhamento às autoridades competentes, assim como a elaboração e fiscalização do orçamento municipal.¹⁴⁴

O controle político-administrativo durante o Estado Novo vai se dar também na esfera do município, a ponta desta linha que se ligava diretamente ao poder central, na figura de Getúlio Vargas. Conforme João Bitencourt, que analisa os investimentos na criação de mecanismos de controle burocrático em Santa Catarina, durante o Estado Novo, através de um “bem montado mecanismo de controle que tinha “seu cume no chefe do executivo nacional e chegava até a administração municipal”, esta “engrenagem governativa”, como chama, vinha de cima para baixo, mas era sustentada de baixo para cima.”¹⁴⁵

É certo que este sistema de racionalização administrativa, centralização política, que visava, entre outros objetivos, a dissolução dos regionalismos e o incentivo ao capitalismo urbano-industrial no país, estava imbuído de propósitos de homogeneização nacional, querendo alcançar todos os municípios e estados. Este projeto tem um significado importante para determinadas áreas do país que, como Blumenau, eram consideradas áreas de “fronteira” da Nação. Também através da centralização burocrática, o Estado procuraria integrar as diferentes áreas do país e dissolver os regionalismos.

¹⁴² CARONE, op. cit., p. 163.

¹⁴³ CAMPOS apud COLUSSI, op. cit., p. 85.

¹⁴⁴ COLUSSI, op. cit., p. 92.

¹⁴⁵ BITENCOURT, op. cit., p. 97.

Em 25 de agosto de 1935, foi publicada a nova constituição estadual de Santa Catarina, em conformidade com a nova constituição federal, restringindo a autonomia municipal, sobretudo sob o aspecto técnico-financeiro. A restrição da autonomia dos municípios já era uma característica da constituição estadual de 1928, elaborada durante o governo de Adolfo Konder, mas foi suspensa com a Revolução de 1930. Na restrição à liberdade dos municípios, como visto, o governo federal e estadual pretendiam dismantelar o federalismo e o regionalismo.

Em abril de 1937, o jornal *Blumenauer Zeitung* criticava a perda da autonomia financeira dos municípios catarinenses: “o município enquanto célula do Estado perdeu quase que totalmente o seu significado”.¹⁴⁶ Após o golpe do Estado Novo, em 24 de dezembro de 1937, a Interventoria Federal em Santa Catarina publicou o Decreto n. 9 que estabelecia a nova organização municipal. Conforme esta, todos os prefeitos municipais deveriam ser nomeados e demitidos pelo interventor estadual, que além das funções executivas que lhes cabiam, exerceriam as das extintas Câmaras Municipais. Além disto, uma série de medidas não poderiam ser mais tomadas pelos prefeitos sem a aceitação do interventor, como abertura de créditos, realização de empréstimos ou qualquer operação de crédito, fechamento de contrato para o qual não estivesse prevista uma autorização na lei orçamentária, etc.¹⁴⁷ Este decreto enfatizava a centralização administrativa estadual, com um maior controle das administrações municipais.

Mas este controle administrativo dos municípios vai se organizar e se intensificar com a criação do Departamento de Administração Municipal – DAM, pelo decreto-lei n. 31, de 01 de janeiro de 1938.¹⁴⁸ Ao DAM incumbia estudar os projetos de decretos e leis municipais, organizar o aparelho contábil dos municípios, fiscalizar a arrecadação e o emprego das rendas, padronizar os orçamentos municipais, prestar assistência técnica, entre outras funções, através de suas três seções, a legal, a de contabilidade e a de engenharia.¹⁴⁹ Cabia ao DAM dar não somente assistência administrativa aos municípios, uniformizando e racionalizando as

¹⁴⁶ Statistik über Santa Catharina. *Blumenauer Zeitung*, 30 abr. 1937, p. 02.

¹⁴⁷ Die Organisierung der Munizipien. *Blumenauer Zeitung*, 11 jan. 1938. p. 01.

¹⁴⁸ Entre as 21 competências do órgão, estabelecidas pelo decreto, destacam-se resumidamente as seguintes: estudar os problemas administrativos, sociais e econômicos dos municípios; orientar os prefeitos, examinar o regime tributário dos municípios, a fim de racionalizá-los, melhorando a arrecadação; padronizar os orçamentos municipais e aprová-los; uniformizar a contabilidade dos municípios, estudar e dar parecer sobre pedidos de empréstimos das prefeituras, elaborar e aprovar projetos de obras municipais; elaborar códigos de posturas municipais; organizar serviço e informações sobre tudo que diga respeito à vida dos municípios.

Decreto-Lei n. 31. *Diário Oficial do Estado*, Florianópolis, 15 jan. 1938, p. 01.

¹⁴⁹ Organização política e administrativa. In: *Guia do Estado de Santa Catarina*. 4. ed. Florianópolis, 1946, p. 232-233.

administrações municipais, mas sobretudo controlá-los e fiscalizá-los. O DAM era o órgão através do qual se possibilitaria acoplar os municípios à máquina político-administrativa que estava sendo montada pelo governo.

O DAM, subordinado à interventoria federal no Estado, substituía as extintas Câmaras de vereadores municipais, gerenciando e controlando a vida dos municípios. João Batista Bitencourt, que trata com detalhes da estrutura burocrática da administração pública durante o Estado Novo,¹⁵⁰ em Santa Catarina, assinala que o DAM era “o principal responsável pelo intercâmbio entre a esfera municipal e estadual”, “o centro orientador da vida administrativa das cidades catarinenses”.¹⁵¹ Através deste mecanismo se subordinaria todos os municípios de Santa Catarina à estrutura burocrática federal e estadual.

O DAM começou a funcionar em Santa Catarina no início de fevereiro de 1938, com três seções – a legal, a de contabilidade e a de engenharia. Para este Departamento afluíam orçamentos municipais para aprovação, consultas e pedidos de informações.¹⁵² No seu primeiro ano de existência, o diretor do DAM registrava a carência de uma sistematização da vida administrativa dos municípios do Estado, destacando falta de uma nomenclatura comum para orçamentos e impostos, como “tributações com incidência inadequada, ou incidindo com o mesmo nome, sobre coisas diferentes, taxas em lugar de impostos e vice-versa, e uma grande falta de uniformidade entre eles.”¹⁵³ O diretor do DAM apresentava este departamento como aquele que contribuiria com a racionalização dos serviços e da assistência que as pequenas prefeituras realizavam no Estado.¹⁵⁴ Com base na idéia de que somente um Estado forte e centralizado poderia racionalizar a administração pública, o diretor do DAM o representava como o departamento que faltava aos municípios, num discurso no qual a necessidade de tutela fica evidente: “os municípios catarinenses, salvo, talvez um ou outro, precisam de assistência direta efetiva, que o departamento ainda não lhes pode dar como convém, mas que deverá fazê-lo”.¹⁵⁵

Para reforçar a necessidade de sua existência, sobretudo na assistência às prefeituras de municípios pobres, o diretor do departamento instrumentaliza o discurso desqualificador do homem do litoral, existente na Primeira República. Assim comenta ao se referir a municípios

¹⁵⁰ Trata-se do capítulo 2 da sua tese de doutoramento. BITENCOURT, op. cit.

¹⁵¹ Ibidem, p. 129-1930.

¹⁵² DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *Relatório apresentado ao Interventor Nereu Ramos, pelo Diretor Geral Dr. Carlos Gomes de Oliveira*. Florianópolis: Tip. Da Livraria Central de Alberto Entes, 1938, p. 07.

¹⁵³ Ibidem, p. 10.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 11.

pobres do Estado, como Porto Belo, Parati e Imaruí: “o nosso caboclo desambicioso habita, esquecido até há pouco, como em toda parte, porque não sabe construir vivendas pitorescas, nem instalar indústrias que atraíam atenções.” Representa o DAM como aquele departamento que poderia contribuir para se reabilitar o conceito de tais municípios.¹⁵⁶ Seus dizeres incorporam a noção de tutela político-administrativa que a Constituição de 1937 legalizara, ou seja, a de que a autonomia dos municípios tinha limitações, pois se devia respeitar a hierarquia estabelecida pelo modelo centralizador e intervencionista. O governo central, e não os municípios, era o motor da máquina administrativa.

Diferente era a representação que o DAM divulgava com relação ao município de Blumenau. O seu desenvolvimento econômico era inclusive um dos objetos da política de propaganda e divulgação do estado de Santa Catarina pelo DAM, que dedicou, em 1941, todo o segundo número da Revista de Propaganda do Estado e dos Municípios, publicada por aquele departamento, ao município de Blumenau, dando especial destaque para as suas indústrias.¹⁵⁷ A revista constituía uma reportagem fotográfica sobre o município, destinada à divulgação, trazendo inúmeras fotos das principais indústrias, incluindo um pequeno histórico de cada uma delas.¹⁵⁸ Na primeira página da revista, destaca-se o dinamismo da indústria têxtil de Blumenau: “à quem visite as fábricas blumenauenses, uma forte impressão se oferece, desde logo, já diante da trepidação barulhenta dos teares, rodopiando velozmente os seus capulhos, urdindo os esquisitos desenhos dos tecidos, já no ar absorvido dos operários, vigilantes no seu *métier* (...)”.¹⁵⁹ Na apresentação da revista, os operários das fábricas da cidade são comparados às máquinas nas quais trabalhavam, evidenciando novamente a valorização da racionalidade, no sentido de se promover o desenvolvimento econômico do país: “O conjunto do homem e da máquina se harmonizam, aí, no mesmo sentido fecundo e criador, condensando o esforço disciplinado, esplendidamente eficiente, de contribuição na prosperidade do Estado e do país”.¹⁶⁰ O potencial do município é dado a ver através de uma série de dados estatísticos que são publicados nas últimas seis páginas, evidenciando que um

¹⁵⁵ Ibidem, p. 12.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 13.

¹⁵⁷ *Santa Catarina*. Revista de propaganda do Estado e dos Municípios. Edição do Departamento das Municipalidades, Florianópolis, ano 2, n. 2, ago. 1941.

¹⁵⁸ A saber, Artex S. A., Empresa Industrial Garcia, Malharia de Artefatos Finos de Blumenau – Mafisa, Empresa Gráfica Catarinense, Companhia Kuehnrich S. A., Haco Ltda., Cia. Jensen, Electro Aço Altona S. A., Cia. Karsten, Cia. Nelsa. S. A., Cia. Hering, Empresa Forca e Luz Santa Catarina S. A., Fábrica de Sacos de Algodão Walter Schmidt S. A., W. S. Cremer S. A., Fábrica de Gaitas Alfredo Hering.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 01.

¹⁶⁰ Idem.

dos principais propósitos da revista era divulgar o potencial econômico de Blumenau, para futuros investidores.

Blumenau era o município catarinense que, em fins de 1940, registrava o maior número de estabelecimentos industriais, com o total de 262, seguido de Joinville, com 232 fábricas. Um integrante do IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis em 1940, após excursão ao Vale do Itajaí, vislumbrou o desenvolvimento industrial de Blumenau e Joinville como garantia de um futuro promissor também para o estado de Santa Catarina:

Tal tendência prenuncia um futuro de riquezas, uma vez que sejam resolvidos certos problemas internos como o das comunicações e outros peculiares ao próprio país. Seus centros industriais são núcleos que podem levar Santa Catarina à liderança da América do Sul. Constituem, por assim dizer, força latente. Bastará uma crise de ordem nacional e internacional para haver a eclosão subitânea [sic].¹⁶¹

O potencial econômico de Blumenau se depreende na análise dos números relativos à arrecadação de impostos no estado. Em 1935, Blumenau recolhia 9,66% dos impostos arrecadados no estado de Santa Catarina. Contando os demais municípios que até 1934 faziam parte do município, esta porcentagem aumentava para 17,33%.¹⁶² A arrecadação dos impostos em Blumenau também foi crescente nos anos seguintes, refletindo o crescimento econômico do município.¹⁶³

Militares viam neste potencial de Blumenau um grande argumento também para a Campanha Nacionalizadora, em cuja execução estavam envolvidos. Segundo Rui Alencar Moreira, que serviu no quartel instalado no município, “é espantoso o movimento industrial e grande a capacidade de produção do município de Blumenau, sendo que o progresso manufatureiro não fica circunscrito apenas a esse. Por toda a parte, funcionam fábricas de tecidos, madeiras compensadas, laticínios, salsichas, conservas, etc.”¹⁶⁴ Conforme o mesmo militar, Blumenau constituía um “vasto campo de trabalhos”, por ser não só o município “mais importante daquela região”, como também o “mais próspero, o mais rico e populoso deles,

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Calculado a partir dos números constantes da *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 16.07.1936 pelo governador Nereu Ramos*.

¹⁶³ A arrecadação de impostos em Blumenau, de 1935 a 1941, aumentou 4,77 vezes. Os cálculos foram realizados com base nos números apresentados na *Mensagem* anteriormente citada e no *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal de Santa Catarina, em 1941*, p. 12., conforme cálculo.

¹⁶⁴ NOGUEIRA, Rui Alencar. *Nacionalização do vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Masurky, p. 22.

com 70% dos habitantes de origem alemã”.¹⁶⁵ Tratava-se, pois, não somente de nacionalizar, mas colocar o município sob o controle do Estado.

Era também um dos objetivos do DAM controlar a produção econômica dos municípios catarinenses. Os relatórios municipais elaborados a cada ano por todos os prefeitos municipais e encaminhados à apreciação ao Interventor Federal, através de quadros estatísticos padronizados, possibilitavam ao governo controlar também a economia dos municípios e efetuar o planejamento econômico do Estado. Este controle maior da produção era possível devido ao controle político dos municípios, exercido pelo governo federal.

Durante o Estado Novo, cabia ao Interventor Federal no Estado a nomeação do seu secretariado e dos prefeitos municipais. Chama a atenção o fato do município de Blumenau ter tido três prefeitos durante aqueles anos. José Ferreira da Silva, nomeado em janeiro de 1938, ocupou o cargo até 28 de junho de 1941, sendo então nomeado para o cargo o médico Afonso Rabe, que permaneceu até 22 de janeiro de 1944, quando assumiu Alfredo Campos.¹⁶⁶ Esta troca de prefeitos em Blumenau talvez fosse uma forma do governo estadual evitar o fortalecimento dos prefeitos e o encastelamento de novas máquinas políticas com pretensões de autonomia.

Maria do Carmo Campello de Souza percebeu o sistema de rodízio de interventores em São Paulo e no Rio Grande do Sul, estados mais resistentes à sujeição ao governo central e com fortes milícias estaduais, como uma estratégia de controle do governo federal.¹⁶⁷ Talvez esta estratégia também fosse utilizada pelas interventorias estaduais, com relação às prefeituras municipais, em regiões onde havia tido oposição política aos interventores e governadores estaduais, nos anos 30. Era o caso de Blumenau, que havia sido reduto político do PRC durante a Primeira República, e que se opôs à Aliança Liberal, que assumiu o governo estadual em 1930. Também ali houve forte mobilização de forças em 1934, em protesto ao desmembramento do município, decretado pelo Interventor Federal no Estado. Em Blumenau, também assumiu o governo municipal, em 1936, a AIB, outro partido opositor ao do Interventor Federal no Estado. Nos anos que se seguiram à Revolução de 1930, houve um sintomático rodízio de prefeitos. Deste ano até as eleições de 1936, nada menos que seis

¹⁶⁵ Ibidem, p. 09.

¹⁶⁶ Conforme tabela dos prefeitos e integrantes das Câmaras Municipais de Blumenau no final do livro: SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau*. Florianópolis: Edeme, 1972.

¹⁶⁷ SOUZA, op. cit., p. 88.

pessoas ocuparam o este cargo.¹⁶⁸ Após as eleições, assume o governo municipal Alberto Stein, da AIB.

Blumenau havia sido reduto eleitoral do PRC, partido opositor ao do governo do Estado durante a Primeira República e com as eleições de 1936, foi um dos municípios onde houve grande vitória da AIB. Com o Estado Novo, tratava-se primeiramente de silenciar ali as forças políticas opositoras ao governo federal. Isto foi possível com a extinção dos partidos políticos, em novembro de 1937. Além disto, com a tentativa fracassada de golpe integralista, em 10 de março de 1938, no Rio de Janeiro, houve o dismantelamento do movimento integralista remanescente, muito embora, conforme acentua Luiz Felipe Falcão, a repressão ao movimento integralista pelo governo estadual já viesse ocorrendo antes do golpe de Vargas.¹⁶⁹

Pode parecer paradoxal o fato da Interventoria Federal ter escolhido justamente um ex-integralista, José Ferreira da Silva, para governar o município de Blumenau. Convinha aos interesses de Nereu Ramos nomear alguém como Ferreira da Silva, por não ter uma personalidade irreduzível, ou seja, ser alguém que navegava conforme a corrente. Outro fato também deve ser acrescentado. Nomear um ex-integralista para o cargo de prefeito de Blumenau talvez fosse interessante à Interventoria Federal, considerando seu interesse em dismantelar de vez o movimento integralista em Blumenau, onde ele demonstrou ter tido tantos adeptos.

De acordo com Maria do Carmo Campello de Souza, no sistema político-administrativo do Estado Novo, o interventor não devia às elites econômicas a sua permanência no cargo, mas ao beneplácito do Executivo federal e estadual, respectivamente. Este era um mecanismo encontrado para que os interventores e prefeitos convivessem com diversas correntes políticas sem que entrassem em choque ou se acenasse com qualquer

¹⁶⁸ Com a queda do Partido Republicano Catarinense do poder municipal, é empossado um prefeito provisório, João Kersanach, que em 1931, é substituído por Antônio Cândido de Figueiredo, nomeado pelo Interventor Federal no Estado. Este, após divergências com o novo Interventor Federal, Aristiliano Ramos, se demite do cargo em abril de 1933, e é substituído por Jacob Schmidt, da Aliança Nacional Renovadora. Por conta do movimento “Por Blumenau Unido”, que se seguiu ao desmembramento do município, decretado pela Interventoria Federal no início de 1934, foi nomeado um Capitão da Força Estadual para substituir Schmidt e apaziguar os ânimos no município, logo substituído por um prefeito civil, João Gomes da Nóbrega, que também ficou pouco tempo no cargo. Assumiu Germano Beduschi, em maio de 1935, que governou até o final do mandato. SILVA, José Ferreira da. Op. cit., p. 206-211.

¹⁶⁹ Cf. FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX.* Itajaí: Ed. Univali, 2000, p. 157.

ameaça aos seus interesses econômicos.¹⁷⁰ Pode-se depreender que assim também funcionava com relação aos prefeitos.

Assim como os integralistas que governaram Blumenau entre 1936 e 1937, os três prefeitos de Blumenau, durante o Estado Novo, não eram integrantes da antiga classe industrial e comercial do município. José Ferreira da Silva, era advogado e jornalista, Afonso Rabe, médico, e Alfredo Campos foi coletor de impostos, escrivão e, quando nomeado ao cargo de prefeito, era um dos diretores da Empresa Força e Luz de Santa Catarina, em Blumenau.

Em diversas solenidades do Executivo municipal, ocorridas durante o Estado Novo em Blumenau, participavam, além de burocratas, membros das elites econômicas do município. Nas festividades de comemoração do terceiro ano do mandato de José Ferreira da Silva, em 1941, por exemplo.¹⁷¹ Alguns industriais e comerciantes que, na Primeira República, estavam no centro do poder público municipal, tendo perdido os cargos políticos com o movimento de 1930 e sido enfraquecidos no decorrer da década, estavam de fora dos círculos decisórios da máquina governativa do Estado Novo, mas o governo procurava neles bases de apoio e vice-versa. O controle das decisões, durante o Estado Novo, concentravam-se nas mãos dos que estavam em posições de comando na estrutura político-administrativa municipal e estadual e, por isto, muitos industriais e comerciantes procuravam, na medida do necessário, se aproximar, ou pelo menos se mostrar próximos das novas autoridades, até para acompanhar o rumo que o Estado estava dando à administração pública, o que certamente lhes era de grande interesse.

Os três prefeitos de Blumenau, nomeados durante o Estado Novo, não eram figuras centrais da política local, em torno das quais pudessem se mobilizar forças que colocassem em perigo o regime. É certo que Ferreira da Silva foi o vereador integralista mais votado nas eleições de 1936, mas não exercia o comando da prefeitura. Era, enquanto presidente da Câmara Municipal, como que o segundo homem do governo integralista. Quanto a Afonso Rabe, nunca tinha exercido cargo político em Blumenau. Sua profissão de médico, entretanto, havia lhe tornado pessoa conhecida entre a população da cidade, também porque trabalhava no hospital municipal, onde eram atendidas as pessoas pobres da cidade. Alfredo Campos, de igual forma, não havia exercido cargo político até ser nomeado interventor, em 1944.

¹⁷⁰ SOUZA, op. cit..

¹⁷¹ Destaca-se Pedro C. Feddersen, Curt Hering, Vitor Hering, Ingo Hering, Paulo Hering, Carlos Jensen Primo, Frederico Busch Júnior, Théo Zadrosny, Ernesto Stodieck, entre muitos outros. Cf. Homenagem ao Sr. José Ferreira da Silva. Prefeito municipal. *Boletim Semanal da Prefeitura Municipal de Blumenau*, jan. 1941, p. 02.

Os estados e municípios eram presos, legalmente e de fato, à estrutura governativa do governo federal, os interventores federais nos estados e os prefeitos se colocavam numa situação de servilismo diante do poder autoritário. O indicado ou nomeado era simplesmente pessoa de confiança dos homens ou do chefe do Estado. Esta atitude de subordinação aparece no discurso de José Ferreira da Silva, na comemoração dos seus três anos de governo, em 11 de janeiro de 1941. Ao se referir à sua nomeação pelo interventor federal no Estado, fala nas grandes responsabilidades que havia assumido para “corresponder, com exatidão escrupulosa, à confiança do dirigente do Estado e do povo de Blumenau”.¹⁷²

A estrutura de poderes centralizada do regime estado-novista, e que tinha como ponto central, de onde emanavam todos os poderes o presidente da República, simbolizava-se, por exemplo, na inauguração de retratos de Getúlio Vargas nos estabelecimentos públicos do país, em solenidades públicas de destaque na imprensa. Tais retratos significavam a idéia de onipresença do Chefe da Nação nos mais diferentes espaços da sociedade. Esta propaganda, entretanto, não vai se restringir à figura do “Chefe da Nação”, mas na medida do possível, segundo Edgar Carone, cada ator menor que exercia cargos de destaque na estrutura político-administrativa do regime, também ia construindo o mesmo esquema de homenagem e demonstrações a seu favor.¹⁷³ Foi assim que, em Blumenau, o prefeito municipal inaugurou um retrato seu na Escola Municipal D. Pedro II, no norte do município, em 10 de janeiro de 1940.¹⁷⁴

Na visita de Getúlio Vargas a Blumenau, percebe-se, na encenação pública do poder, uma personificação da estrutura de poder do regime estado-novista. Em seu terno branco impecável, Vargas posa para foto, lado a lado com o Interventor Federal Nereu Ramos, o prefeito José Ferreira da Silva e autoridades do Exército. Ou seja, na encenação pública do poder aparecem além das três instâncias do poder Executivo, em nível federal, estadual e municipal, os militares, o que não seria de se estranhar, tendo em vista o seu papel de sustentação do regime. Em sua “marcha” pela rua XV de novembro, Vargas toma a frente, tendo ao seu lado o Interventor Federal no Estado, o prefeito municipal e autoridades militares, sendo seguido pelo povo, numa posição de subordinação. Nas calçadas, destacam-se escolares, empunhando bandeirinhas do Brasil.

¹⁷² Homenagem ao Sr. José Ferreira da Silva. Prefeito Municipal. *Boletim Semanal da Prefeitura Municipal de Blumenau*, jan. 1941, p. 02.

¹⁷³ Cf. CARONE, op. cit., p. 169.

¹⁷⁴ Escola municipal D. Pedro II. *Cidade de Blumenau*, 10 jan. 1940.



Fig. 10 – A encenação do poder durante visita do presidente Getúlio Vargas a Blumenau em 10.03.1940. Getúlio Vargas e o comandante do 32º. BC, ao centro o Interventor Federal no estado Nereu Ramos e o prefeito de Blumenau José Ferreira da Silva, ao seu lado esquerdo. As autoridades comandam a marcha pela rua XV de novembro, sendo saudadas por crianças empunhando bandeirinhas do Brasil. (Acervo AHJFS – Foto 5.14.4.9. Visitas Ilustres)

Getúlio Vargas foi recepcionado com grandes festividades no Teatro Carlos Gomes, cuja fachada foi decorada com largas e longas faixas verde-amarelas. Defronte ao teatro foi montado o palanque oficial, de onde as autoridades puderam assistir ao desfile organizado em homenagem ao presidente. No desfile, percebe-se também a materialização da ordem social defendida pela ideologia populista. Neste desfile, entre outros, a classe operária desfilou juntamente com alguns industriais.¹⁷⁵ Os investimentos no apagamento dos conflitos de classe se refletiam desta maneira no desfile, através da participação conjunta dos operários e donos das fábricas, desfilando sob a mesma música e em homenagem à mesma autoridade. A idéia da comunhão nacional era desta e de outras formas, forjada através do desfile.¹⁷⁶

O aumento do controle e da intervenção do Estado na sociedade, durante o Estado Novo, materializa-se em Blumenau com a própria ampliação do prédio da administração municipal. Em 1940, após reforma e ampliação, foi inaugurado o majestoso prédio do Paço Municipal, que também daria ainda lugar às repartições judiciárias e policiais, incluindo a cadeia pública.¹⁷⁷ Ou seja, agregar-se-iam ao Executivo municipal, o Judiciário e a polícia que, durante o Estado Novo, teve papel fundamental na repressão política. O aumento do prédio, com certeza, também refletia o desenvolvimento que o município havia assistido nas últimas duas décadas – o prédio anterior havia sido reformado em 1919 – mas não é de se negar que a ênfase na importância da administração pública tivesse influenciado a execução da obra, que foi aprovada pelo DAM de Florianópolis.

A ênfase na importância da administração pública se reflete em Blumenau também na publicação do *Boletim Semanal da Prefeitura Municipal*, sob iniciativa do Executivo municipal, a partir de 15 de maio de 1940. Naquela espécie de Diário Oficial do município, eram publicados os atos administrativos, leis e decretos, a cobertura de solenidades públicas, telegramas recebidos, assim como artigos diversos. O boletim foi publicado regularmente até 29 de abril de 1941, um pouco antes da exoneração do prefeito municipal José Ferreira da Silva.¹⁷⁸

A partir do início da atuação do DAM, em Santa Catarina, os prefeitos municipais tiveram que se submeter não somente ao interventor federal no estado, mas também ao diretor

¹⁷⁵ Foto da Pasta Visitas Ilustres. Presidentes da República. AHJFS.

¹⁷⁶ Sobre a parada e as representações da ordem social, ver o artigo de Mary Ryan. A parada norte-americana: representações a ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn (Org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 177-210.

¹⁷⁷ BLUMENAU. Prefeito (1938-1941: Silva). *Relatório dos negócios administrativos de Blumenau, referente ao ano de 1940*. AHJFS.

daquele departamento. Com relação a Blumenau, no ano de 1938, por exemplo, a prefeitura municipal encaminhou diversos pedidos de apreciação ao DAM, desde autorização para alterações em contrato de concessão para serviços telefônicos, autorização para se contrair um empréstimo para a construção de um novo hospital municipal, autorização para contratar a construção e exploração de um matadouro municipal, como parecer sobre um projeto de lei que visava a regulamentação da instalação de bombas de gasolina na cidade.¹⁷⁹

Todas as obras públicas municipais deveriam ser aprovadas pelo governo estadual que, através da Seção de Engenharia do DAM, elaborava os estudos, os projetos e supervisionava as obras nos municípios. Durante o Estado Novo, foram construídas diversas obras públicas em Blumenau, entre elas escolas, o sistema de abastecimento de água e o centro de Saúde. Todas elas seguiram este esquema de subordinação ao DAM. Também para a liberação de empréstimos, como foi o caso do empréstimo que viabilizou a construção do sistema de abastecimento de água, junto à Caixa Econômica Federal, houve a intermediação do governo estadual.¹⁸⁰

Através da estrutura burocrático-administrativa centralizada, o governo federal pretendia ter maior controle sobre os estados e municípios. Para o exercício deste controle, investiu-se no recolhimento de dados e na produção de saberes que pudessem auxiliar o governo a controlar a população. Alguns destes mecanismos serão evidenciados a seguir.

A administração da população: estatística e poder

Nos dois primeiros capítulos, constatou-se que segmentos das elites de Blumenau investiram num discurso regionalista, após a divisão do município, em 1934, afirmando uma unidade econômica e também cultural do antigo território de Blumenau, muito embora o município fôsse caracterizado por uma heterogeneidade, em diversos aspectos, sejam sociais, políticos, econômicos, culturais, etc. Também foi visto como o jornal *Urwaldsbote* veiculava a idéia de fronteiras econômicas e culturais entre o Vale do Itajaí e o litoral do estado. Este discurso regionalista, defendido por segmentos das elites, acabaria dando fundamentos para

¹⁷⁸ Vale destacar que um boletim oficial do município só volta a ser publicado em 1966, durante a ditadura militar, quando também se evidenciou grande ênfase na administração pública no país.

¹⁷⁹ Cf. SANTA CATARINA. *Relatório apresentado ao Interventor Nereu Ramos, pelo Diretor Geral do Departamento de Administração Municipal, Dr. Carlos Gomes de Oliveira*. Florianópolis: Tip. Livraria Central de Alberto Entres, 1938.

¹⁸⁰ FROTSCHER, Méri. *Olhares sobre o saneamento em Blumenau: uma perspectiva histórica*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

que se visasse Blumenau, no caso de uma futura intervenção do governo federal, com o objetivo não só nacionalizar áreas com presença de estrangeiros e descendentes, como também combater regionalismos.

Blumenau, município densamente povoado e com sinais positivos de desenvolvimento econômico, se comparado com outros municípios do estado, foi também considerado pelas autoridades governamentais, durante o Estado Novo, como um “quisto étnico”. Isto marcou uma política populacional voltada para a homogeneização cultural, no sentido da brasilidade. O Estado investiu numa série de mecanismos para poder melhor controlar a população. Um deles foi a instrumentalização da estatística, como saber especializado essencial para o conhecimento do território e da população.

A estatística e também a geografia foram alçadas, no decorrer dos anos 30, em importantes fatores técnicos para a gestão populacional no país. Conforme Gustavo Capanema, "o governo instituído em 1930 encontrou a Nação, a bem dizer, ignorando quase tudo de si mesma."¹⁸¹ A falta de dados atualizados sobre o país inviabilizava qualquer planejamento de governo, o que o mobilizou a investir, a partir dos anos 30, em conhecimentos especializados como a estatística e a geografia. Em 1931, criou-se o Departamento Nacional de Estatística, que é extinto para dar lugar, em 1936, ao Conselho Nacional de Estatística e o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Este instituto procurou integrar os municípios brasileiros em seu sistema, instalando órgãos dedicados unicamente à pesquisa estatística em muitos deles.¹⁸² O IBGE participava de exposições, feiras e congressos técnicos e científicos, promovia cursos, estabeleceu o "Dia do Estatístico", o "Dia do Município", comandou a elaboração e levantamento dos mapas de todas as circunscrições municipais, realizando em maio de 1940, uma exposição de mapas municipais, na capital da República.¹⁸³ As maiores atividades do IBGE eram campanhas geográficas e estatísticas, sendo a maior delas o Censo de 1940.

O governo via na produção de dados demográficos e estatísticos, uma forma de melhor gerir a população. Estas medidas faziam parte de um projeto de modernização, que problematizava as disparidades econômico-sócio-culturais regionais, e que via, na uniformização destas disparidades, um dos caminhos para se colocar o país na esteira do desenvolvimento econômico. Ao projeto de modernização do Estado Novo vinha embutido

¹⁸¹ SCHWARTZMANN, Simon (org.) *Estado Novo: um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: CPDOC/FGV, Editora da UnB, 1983, p. 164.

¹⁸² *Ibidem*, p. 173.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 172 e 189.

um projeto nacionalista, no sentido de se forjar uma identificação e uma solidarização com a comunidade nacional, com um forte caráter homogeneizador, que rejeitava os regionalismos. A falta de uma identidade nacional era entendida como um dos obstáculos para a construção de uma Nação moderna. O discurso nacionalista e o discurso em prol da modernização, portanto, se entrecruzavam, por conta da idéia de que ser moderno significava “ser brasileiro”.

Este projeto federal de modernização e construção da brasilidade assume, contudo, características diferentes, conforme as condições econômicas e sociais, políticas e culturais de cada região do país. Em regiões do interior do país, como Goiás, por exemplo, onde pairava a idéia da decadência e do atraso econômico, o projeto de modernização do Estado Novo, personificado na idéia da “marcha para o Oeste”, teve como uma de suas conseqüências o combate a esta imagem negativa e, por conseguinte, a divulgação das possibilidades de desenvolvimento da região por uma parcela significativa das elites da região.¹⁸⁴ O investimento de Vargas na “marcha” em direção ao interior do país, numa perceptível alusão à expansão norte-americana para o Oeste, era o que o presidente chamava de imperialismo brasileiro, ou seja, a “expansão demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado”.¹⁸⁵ A necessidade de ampliação das fronteiras econômicas, através da ocupação de novas terras férteis, resultou numa proposta de colonização de terras da região Centro-oeste do país até a Amazônia. Esta interiorização tinha também o objetivo de aliviar as tensões sociais, com o deslocamento da população desocupada para o interior do país.

Por outro lado, noutras regiões do país marcadas por um significativo crescimento econômico e demográfico, com a presença significativa de descendentes de imigrantes europeus, a execução deste projeto de modernização e integração nacionais se deu de maneira diferente e deve ter sido recepcionado diferentemente, conforme o contexto político, econômico e social de cada região.

A “Marcha para o Oeste” tinha um argumento anti -cosmopolita que opunha o nacional ao estrangeiro, daí valorizar o interior do país por ser a região onde menos houve esta influência estrangeira.¹⁸⁶ A oposição entre o nacional e o estrangeiro estava no cerne da qualificação do habitante do interior do país como representante maior da brasilidade. Se em

¹⁸⁴ PEREIRA, op. Cit., p. 116.

¹⁸⁵ VARGAS, Getúlio. Problemas e realizações do Estado Novo. Apud PEREIRA, Eliane C. Manso. O Estado Novo e a marcha para o Oeste. *História Revista*, 2 (1), jan./jun.1997.

regiões como a Amazônia, por exemplo, o discurso do governo federal falava em “ocupação” do território,¹⁸⁷ no Vale do Itajaí, os agentes nacionalizadores que ali atuam a partir de 1938, falavam em “batalha” contra o “elemento estrangeiro”. No Vale do Itajaí, a tônica do governo federal e estadual, durante o Estado Novo, não era povoar o “vazio”, mas, ao contrário, colocar o território e a sua população sob o controle das instituições estatais ou reforçar este controle.

Em dezembro de 1937, a maior parte da população catarinense, 74,14%, se concentrava na região litorânea, num espaço de 94.998 km², que correspondia a 33,69% da área total do Estado.¹⁸⁸ A densidade demográfica desta região atingia 23,41 habitantes/km², enquanto que, no restante do estado, denominado pela estatística como região serrana, era de apenas 4,66 hab/km².¹⁸⁹ Considerando aqui apenas o município de Blumenau, que a esta época já estava desmembrado dos seus antigos distritos (Gaspar, Indaial, Rodeio, Timbó e Hamônia), este possuía um total de 41.942 habitantes e uma densidade demográfica de 25,42 hab/km², enquanto que a densidade média do Estado era de 10,93 hab/km².¹⁹⁰ Ou seja, Blumenau possuía uma alta densidade demográfica, se comparada com a densidade demográfica média do estado, e sobretudo se comparada à densidade do Planalto Catarinense. A forma como o Departamento Estadual de Estatística divulga os dados estatísticos de cada município, acentua diferenças entre duas regiões distintas, o Planalto Catarinense, de onde provinha a facção política que dirigia o governo do estado, caracterizada por uma baixa densidade demográfica, e a região litorânea, caracterizada por uma alta densidade demográfica, onde se situava, por exemplo, o Vale do Itajaí, que se tornou o maior foco da campanha de nacionalização promovida pelo governo durante o Estado Novo.

¹⁸⁶ DINIZ Filho, Luís Lopes; BESSA, Vagner de Carvalho Vocação e nacionalismo: as visões do urbano no pensamento do Estado Brasileiro (1930-1961), *Espaço & Debates*, São Paulo, ano XI, n. 34 (Cidade e História), p. 107, 1991.

¹⁸⁷ LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995.

¹⁸⁸ Foram considerados pelo Departamento Estadual de Estatística como região litorânea, em contraposição à região serrana, os seguintes municípios: Florianópolis, Laguna, Itajaí, Araranguá, Palhoça, Blumenau, Joinville, Tijucas, Biguaçu, São José, Orleans, São Francisco, Jaraguá, Parati, Brusque, Rio do Sul, Imaruí, Crisciúma, Urussanga, Hamônia, Indaial, Camboriú, Timbó, Porto Belo, Rodeio, Jaguaruna, Nova Trento, Gaspar. Conforme os seguintes artigos: Catharinenser Bevölkerung. *Blumenauer Zeitung*, 27 mai. 1938, p. 01 e Die Bevölkerung Santa Catharinas. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 29 abr. 1938, p. 02.

¹⁸⁹ Foram considerados integrantes da região serrana, os seguintes municípios: Lages, Canoinhas, Campos Novos, São Joaquim, Concórdia, Curitibaanos, Chapecó, Porto União, Mafra, Cruzeiro, São Bento, Caçador, Itaiópolis e Campo Alegre.

¹⁹⁰ Já em 1907, a densidade do município de Blumenau era de 8,18 habitantes por km². Cf. WAHLE, Carl. Povoamento da Colônia Blumenau. In: *Centenário de Blumenau (1850-1950)*, Blumenau: Ed. da Comissão dos Festejos, 1950, p. 134.

Em 1936, foi criado em Santa Catarina, o Departamento de Estatística do Estado, ligado ao IBGE, para recolher informações e organizar toda a investigação necessária a um conhecimento mais detalhado sobre os diversos municípios. Em janeiro de 1938, este foi substituído pelo Departamento de Estatística e Publicidade.¹⁹¹ João Batista Bittencourt afirma que os investimentos no recolhimento de dados estatísticos sobre os municípios catarinenses se intensificaram com a criação do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina – DEE, em 12 de dezembro de 1939, que ampliou as atividades que já vinham sendo desenvolvidas pelo departamento anterior.¹⁹² O DEE executava censos, promovia a revisão do quadro territorial, coordenava a confecção de mapas municipais, promovia levantamentos minuciosos sobre o comércio e a exportação estadual, coletando mensalmente, nos 44 municípios, os preços de 40 gêneros alimentícios e de 3 combustíveis para o cálculo do custo de vida. Este departamento provia a interventoria de número, tabelas e gráficos sobre a movimentação geral da sociedade catarinense.¹⁹³

Também em Santa Catarina o governo acreditava fortemente no papel da estatística na solução de problemas sociais. Um destes “problemas”, conforme a concepção do governo estadual da época, era a integração dos estrangeiros e descendentes. Também a geografia era vista como um instrumento para dotar o Estado de saberes para forjar a integração nacional. Em discurso proferido na instalação do IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis, em setembro de 1940, o Interventor Nereu Ramos ressaltou a importância do auxílio que a ciência geográfica poderia prestar no sentido de proporcionar conhecimentos eficazes para possibilitar a assimilação das populações estrangeiras pelo Estado de Santa Catarina.¹⁹⁴

O chefe do DEE, Virgílio Gualberto, insistia na necessidade do conhecimento estatístico para a construção da Nação brasileira, pois “nenhuma nação pode ser indiferente

¹⁹¹ O Diretório Municipal de Blumenau do Conselho Brasileiro de Geografia foi ali instalado em 11 de abril de 1938, tendo como membros o prefeito, José Ferreira da Silva, José da Costa Pereira, Gil fausto de Souza (Diretor da Inspeção de Terras e Colonização), Celso Leon Salles, Humberto Pederneiras, Antônio Vitorino d’Avila Filho, Paulo Clementino Lopes, Nestor Heusi, José Pelzmann e Arnaldo Jacintho.

Carta do Prefeito Municipal de Blumenau, José Ferreira da Silva, ao Interventor Federal no Estado, Nereu Ramos. Blumenau, 11 abr. 1938. Arquivo Público do Estado, Ofícios recebidos das prefeituras (1936-1939) – Palácio do governo.

¹⁹² Para uma análise mais detalhada das atividades do Departamento Estadual de Estatística ver capítulo 3 da tese de doutoramento de BITENCOURT, op. cit.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 118.

¹⁹⁴ *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia.* Rio de Janeiro: Serviço Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941.

nem à qualidade, nem à quantidade dos elementos raciais que entram na sua composição”.¹⁹⁵ Daí o departamento ter providenciado e publicado, em 1940, uma monografia estatística sobre os diferentes “tipos humanos” do estado.

Nela, o assistente chefe do DEE, Lourival Câmara, ao se queixar da falta de estatísticas que pudessem auxiliar o governo na administração pública, citava a falta de estatísticas sobre a mortalidade, o movimento de saídas e mesmo de entradas de estrangeiros em Santa Catarina.¹⁹⁶ Câmara lamentava que o Censo de 1920 tivesse registrado, entre os nacionais, não somente os nascidos no Brasil como também os naturalizados brasileiros, critério que considerava juridicamente correto, mas que oferecia “para pesquisas sociais, dificuldades e dubiedades”.¹⁹⁷ Quer dizer, isto revela que emergia, naquela época, entre os estatísticos do governo estadual, uma preocupação em identificar também a origem dos habitantes, se nacional ou estrangeira, além da cidadania. O DEE tinha preocupação em não somente recolher dados sobre a composição da população, mas também sobre a movimentação dos estrangeiros, com o objetivo de subsidiar o governo estadual na viabilização da integração dos descendentes e estrangeiros à Nação brasileira.

Se até o início dos anos 30 se percebe pessoas envolvidas com a venda de terras para colonização em Blumenau, defendiam a idéia de “preencher os vazios” como forma de se incentivar o desenvolvimento econômico, chama a atenção a monografia citada, na qual o DEE considera a forte densidade demográfica de alguns municípios do estado como um fator negativo para o seu futuro econômico. O estudo divide os 44 municípios em 3 categorias, conforme sua densidade demográfica média, concluindo que 18 deles possuíam forte densidade demográfica, 10 deles, densidade regular, e os restantes 16, densidade demográfica fraca. A desvantagem associada aos primeiros era que a alta densidade demográfica intensificava o consumo e onerava e diminuía a produção, agravando o empobrecimento econômico. Mesmo nos municípios de fraca densidade demográfica, que admitissem ainda a colonização, colocavam-se objeções. Citando um relatório do ministro do trabalho, de 1933, o estudo do departamento estadual de estatística ratificava a idéia de que o povoamento não deveria mais obedecer à “função aritmética”, mas se subordinar exclusivamente à “função econômico-social”.¹⁹⁸ Ou seja, tratava-se de regular a ocupação dos espaços no estado,

¹⁹⁵ CÂMARA, Lourival. *Estrangeiros em Santa Catarina*. Florianópolis: DEE, 1940. (Prefácio de Virgílio Gualberto).

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 23.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 22.

¹⁹⁸ CÂMARA, op. cit., p. 43.

também através da idéia da racionalidade e economia, tão presente nos assuntos ligados à administração pública da época. Através da reunião de dados estatísticos de todos os municípios, o governo pretendia também melhor controlar a ocupação dos espaços do estado, evitando o adensamento populacional e incentivando um sistema que tivesse como princípios a racionalidade, para incentivar o desenvolvimento. Lourival Câmara, o autor da monografia, ainda cita trecho do livro *A organização nacional* de Alberto Torres, no qual este afirmou que “o número de indivíduos está em função da vida e da energia nacional e não a vitalidade nacional em função do número de habitantes.”¹⁹⁹ Ou seja, o oposto do que incentivadores da colonização alemã, como José Deeke, no final dos anos 20, afirmava.

Considerando as preocupações com presença de estrangeiros e descendentes no estado, o departamento estadual de estatística vai acentuar a necessidade de se substituir o fator quantitativo pelo fator qualitativo, que para o departamento, dependia da “formação étnica do colono”, da sua “capacidade ergológica”,²⁰⁰ e da sua “constituição social”. Ou seja, teria que haver seleção do pessoal interessado em ocupar terras no estado, que deveria, além do arrolado, ter especialização agrícola.²⁰¹

Havia inclusive recomendações federais quanto à nacionalidade desejada. Na Resolução n. 34 do Conselho de Imigração e Colonização do Rio de Janeiro (criado pelo governo federal em 1938), comunicada em carta ao Interventor do Estado de Santa Catarina, em junho de 1939, determinava-se que os portugueses deveriam ser considerados isentos de qualquer restrição numérica quanto à sua entrada no território nacional, considerando ser o “sentido da formação histórica da nacionalidade brasileira” luso-brasileiro.²⁰² Tal resolução se baseava em decreto anterior que equiparava os portugueses aos brasileiros.²⁰³ Em agosto de 1939, Nereu Ramos escreveria uma carta ao Conselho de Imigração e Colonização, afirmando que a Santa Catarina interessava sobretudo a imigração portuguesa.²⁰⁴

Quanto à entrada de imigrantes de outras línguas, como a alemã, no final de outubro de 1937, o diretor do Departamento de Terras e Colonização em Santa Catarina informou,

¹⁹⁹ Ibidem, p. 44.

²⁰⁰ Ergologia: parte da etnologia que trata da cultura material. Conforme *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. São Paulo: Folha de São Paulo/Nova Fronteira, 1995.

²⁰¹ CÂMARA, op. cit., p. 44

²⁰² *Ofício do Presidente do Conselho de Imigração e Colonização ao Interventor do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 02 jun. 1939. Arquivo Público do Estado, Correspondências da Presidência da República para o governo do Estado.

²⁰³ A saber, decreto n. 3.010, de 20.08.1938, do mesmo Conselho.

²⁰⁴ *Ofício do Interventor Federal no Estado, Nereu Ramos, ao Presidente do Conselho de imigração e colonização, coronel João Carlos Muniz*. Florianópolis, 04 ago. 1939. Arquivo Público do Estado, Correspondências do governo do Estado para a Presidência da República.

confidencialmente, o diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, Bruno Meckien, com sede em Hamônia, de que, no decorrer da nacionalização, seriam eliminadas todas as empresas de colonização estrangeiras. Além disto, havia informado que uma lei federal com este objetivo já estava sendo elaborada, aconselhando Bruno Meckien a transformar aquela sociedade numa empresa brasileira, tão logo fosse possível.²⁰⁵

Legalmente, a entrada de estrangeiros no território nacional foi regulamentada pelo Decreto-Lei n. 406, de 04 de maio de 1938, que entre outras restrições, impunha algumas quotas de entrada para estrangeiros e proibia a constituição de núcleo colonial de imigrantes de uma só nacionalidade. Foi através deste decreto que foi criado o Conselho de Imigração e Colonização.²⁰⁶

Em Santa Catarina, além do controle de entrada de estrangeiros, as autoridades responsáveis pela nacionalização passaram, a partir de 1938, também, a controlar a emigração de estrangeiros e descendentes do estado para outros países. Tais autoridades viam na emigração de estrangeiros e descendentes uma atitude que feria os esforços de nacionalização. Em dezembro de 1938, o capitão Alire Borges Carneiro, de Joinville, subordinado ao General Meira de Vasconcellos, interrogou o diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, diante de boatos de que este estaria incentivando a reemigração de pessoas para a Alemanha, através de descontos nas passagens, dando-lhes a possibilidade de pagar uma restituição, diante do abandono das terras compradas.²⁰⁷ Naquela ocasião, o capitão pediu que fosse elaborado um histórico da sociedade colonizadora, constando, entre outros dados, o número de famílias, por nacionalidade, assentadas nas terras da empresa.

Como forma de controle, a Interventoria Federal investiu também no saber estatístico. Uma das formas de se divulgar estes dados estatísticos municipais foi a elaboração e publicação de monografias estatísticas municipais. Um grande número de trabalhos publicados, por exemplo, na revista *Cultura Política*, publicada na capital federal, versavam sobre problemas municipais em órgãos oficiais.²⁰⁸ Este destaque ao municipalismo se percebe

²⁰⁵ Nesta carta, Bruno Meckien ainda informava que, já no ano de 1931, havia registrado a sociedade colonizadora sob a denominação 'Sociedade Colonizadora Hanseática Ltda., pois já na época "se previa o desenrolar dos fatos", referindo-se à intervenção nas empresas de colonização estrangeira no estado. MECKIEN, Bruno. *Carta*. Hamburg, 16 ago. 1938. Microfilmes do Arquivo Histórico de Joinville.

²⁰⁶ PERAZZO, op. cit., p. 46.

²⁰⁷ MECKIEN, Bruno. *Carta ao Cônsul da Alemanha em Florianópolis, Sr. Steimer*. Hamônia, 22 dez. 1938, p. 05. Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 104942.

Sobre a reemigração, no jornal *Blumenauer Zeitung* aparecem diversos anúncios de venda de propriedades, no Vale do Itajaí, nos quais aparece como motivo da venda a reemigração. Ver, por exemplo, *Blumenauer Zeitung*, 24 jun. 1938, p. 03.

²⁰⁸ Sobre isto ver COLUSSI, op. cit., p. 76.

também na preocupação do Estado em colher o maior número possível de dados estatísticos sobre os municípios brasileiros, para possibilitar um controle da população em todas as unidades federativas do país. O Estado entendia que para governar, era necessário “um conhecimento minudente das condições de vida comunal do país”.²⁰⁹

Com este objetivo, o DEE encomendou a produção e financiou a publicação de monografias estatístico-descritivas sobre diversos municípios de Santa Catarina. Até 1939, encontravam-se em organização um total de doze monografias, todas elas elaboradas conforme o sumário-padrão aprovado pelo Conselho Nacional de Estatística, em 1937, que determinava o conteúdo mínimo das notícias a serem informadas pelas monografias.²¹⁰ Estas monografias tinham o objetivo de colher o maior número possível de dados, que pudessem auxiliar na elaboração de políticas de administração pública, e que possibilitassem um controle político-administrativo por parte do governo estadual e federal.

No que se refere ao Vale do Itajaí, foi a primeira vez que se publicaram trabalhos estatísticos sobre alguns municípios, isoladamente, por iniciativa do governo estadual. Sobre esta região, foram encontradas monografias sobre Blumenau, Rio do Sul, Indaial e Rodeio, municípios criados há alguns anos antes, a partir do desmembramento de Blumenau. No caso do Vale do Itajaí, a produção de dados e interpretações sobre os municípios, através de monografias estatístico-descritivas, evidenciava uma tendência consciente do Estado em querer quebrar com a noção de região. A publicação destas monografias acabavam tendo, também, neste caso, um significado importante no sentido de ratificar ou mesmo construir contornos políticos para as novas entidades municipais que foram criadas na primeira metade dos anos 30 (era o caso de Rio do Sul, criado em 1931, Indaial e Rodeio, criados em 1934 e 1936,²¹¹ respectivamente). Esta postura do Departamento Estadual de Estatística, a de produzir e publicar estatísticas detalhadas, em separado, de cada município catarinense,²¹² era coerente com a política federal que se opunha aos regionalismos e investia no espraiamento de sua rede de poder pelo território brasileiro.

²⁰⁹ SILVA, José Ferreira da. *Blumenau*: notícia estatístico-descritiva. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, nov. 1939, p. 78.

²¹⁰ Esses critérios estavam previstos na resolução n. 57, de 17 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Conforme SILVA, Osmar R. *Canoinhas*: notícia estatístico-descritiva. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, 1941.

²¹¹ Rodeio e Benedito-Timbó, que faziam parte do município de Timbó, criado em 1934, tornaram-se um município próprio, sob a denominação de Rodeio, em 22.10.1936, através da Lei nr. 104 do governo do Estado. Cf. Lei citada no livro de JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Interpretação regional do município de Rodeio*. Sem indicação de editora e local de publicação, 1948, p. 49.

²¹² Não foi possível saber o número exato de monografias que foram publicadas.

O governo estadual proporcionou a algumas pessoas ou, como representaria, a "figuras da intelectualidade barriga-verde",²¹³ ligadas de alguma forma ao governo, a tarefa de produzir saberes sobre a história, geografia e realidade social de Santa Catarina. No caso das monografias estatísticas sobre os municípios do Vale do Itajaí, estas foram escritas por José Ferreira da Silva (sobre Blumenau), Theobaldo Costa Jamundá (sobre Indaial e Rodeio) e Victor Peluso Júnior (sobre Rio do Sul).²¹⁴ Todos os três autores eram integrantes ou ligados ao Estado. José Ferreira da Silva era então prefeito em Blumenau. Theobaldo Costa Jamundá também ocupara cargos administrativos durante o Estado Novo, primeiro em Blumenau, depois em Indaial, onde foi secretário do prefeito municipal. Victor Peluso era licenciado em Geografia e entre 1939 e 1946 percorreu o estado para a realização de pesquisas. Sua primeira obra, a monografia sobre Rio do sul, foi publicada em 1942, ou seja, durante o Estado Novo, quando o governo instrumentalizaria os dados geográficos e estatísticos na governamentalidade. Ferreira da Silva já morava em Blumenau, nos anos 20 e 30, enquanto que os outros dois, Jamundá e Peluso, chegam ao Vale do Itajaí no final dos anos 30 e ainda durante o Estado Novo começam a publicar trabalhos sobre a região.

A monografia sobre o município de Blumenau foi uma das primeiras a serem publicadas sob encomenda do DEE de Santa Catarina, em 1939. O intuito de colher o máximo de dados estatísticos é evidente nesta monografia, que além de possuir dados relativos às situações física, econômica, social e administrativa do município, tinha uma longa relação de todos os estabelecimentos comerciais, industriais, bancários, de artesanato, representação, diversão e entretenimento, bem como de todos os profissionais autônomos, prestadores de serviços, etc. Pela riqueza de informações, esta monografia representa uma importante fonte histórica sobre a vida do município no final dos anos 30.

Trata-se de analisar, primeiramente, o lugar social do autor da monografia de Blumenau. Pelas suas publicações historiográficas e pelo seu trabalho desenvolvido enquanto jornalista, no prefácio da monografia, José Ferreira da Silva era apresentado como "eminente homem de letras e profundo conhecedor da história catarinense, e, principalmente, da história da comuna".²¹⁵ Esta expressão, "homem de letras", definia então uma categoria mais abrangente de intelectuais, que se dedicavam ao estudo e à escrita de assuntos de diversas disciplinas. José Ferreira da Silva era um destes, que se dedicava a atividades de diferentes

²¹³ Cf. prefácio escrito em nome do Departamento Estadual de Estatística. SILVA, José Ferreira da. *Blumenau: notícia estatístico-descritiva*. Florianópolis, 1939.

²¹⁴ Não foram encontradas monografias sobre outros municípios do Vale do Itajaí.

²¹⁵ SILVA, op. cit., (Prefácio).

disciplinas, como o Direito, História e Jornalismo, e que havia se dedicado a temas da história local.

O fato de escrever sobre história local e em português, deve ter contribuído na escolha de seu nome para a produção da monografia sobre Blumenau, além do fato de ser, ele próprio, o prefeito do município. Coincidiu que, em Blumenau, um jornalista e ao mesmo tempo historiador foi colocado no mais alto cargo do Executivo municipal, durante o Estado Novo. A voz autorizada para escrever sobre o município era a própria autoridade instituída pela Interventoria Federal, em 1938. Este fato talvez seja uma evidência de como ali, num município tão visado, o governo e a produção de saberes estavam intimamente ligados.

Na monografia sobre Blumenau, Ferreira da Silva evidencia sua plena consonância com o governo do Interventor Federal, referindo-se a Nereu Ramos como aquele que "pôde governar, olhando apenas os superiores interesses da nacionalidade."²¹⁶ Em meio a dados estatísticos sobre a instrução escolar em Blumenau, critica os governos anteriores – do qual fizeram parte, no governo estadual, políticos do Partido Republicano Catarinense - de não terem investido na assimilação das populações estrangeiras, através do incentivo à educação pública.

Escrita durante a Campanha de Nacionalização, a sua monografia contém um discurso anti-germanista próprio daquele momento. Quando se refere ao ensino público e particular, afirma que o Vale do Itajaí havia se tornado "um verdadeiro quisto no território nacional", em virtude do povoamento ter sido realizado por "elementos alienígenas, desconhecedores do idioma pátrio, esquecidos dos governos que, por descaso ou conveniências políticas, os abandonaram à própria sorte."²¹⁷

Os dados trazidos pelas monografias dos municípios eram utilizados em políticas de administração pública do governo. No caso da monografia de Blumenau, alguns de seus dados estatísticos foram usados como subsídio para se argumentar a favor da Campanha de Nacionalização. Oliveira Vianna, sociólogo e jurista, num texto sobre o pangermanismo, utiliza as estimativas estatísticas sobre a constituição étnica da população de Blumenau, publicadas naquela monografia, para representar as regiões com presença de alemães e descendentes no Sul do Brasil como um problema a ser enfrentado pelo Estado.²¹⁸ Tais dados estimavam que 70% dos habitantes do distrito-sede do município de Blumenau eram

²¹⁶ Ibidem, p. 83.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ VIANNA, Oliveira. O Pangermanismo. In: *Ensaio inéditos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

descendentes de alemães, sendo os restantes 30%, identificados como luso-brasileiros. Para o distrito de Rio do Testo (atual município de Pomerode), estimava-se que quase toda a população era de origem alemã. Quanto ao outro distrito, o de Massaranduba, registrava-se que 40% dos habitantes eram de origem alemã e os restantes 60%, de origem portuguesa, polonesa e italiana. A preocupação com o recolhimento de dados sobre a constituição étnica da população era bem própria daquele período. O Departamento Estadual de Estatística tinha interesse no recolhimento de dados sobre a “quantidade de elementos raciais” em Santa Catarina. Não fica claro em que critérios se baseava o DEE, mas o fato é que este acreditava poder quantificar os diferentes “elementos raciais”, como se referia.

O governo nacional e estadual se queixavam, no final dos anos 30, de que o último censo no Brasil havia sido realizado em 1920. Não era o caso do município de Blumenau. Em Blumenau, já havia uma preocupação com a elaboração de quadros estatísticos. Tanto que, em 1927, a prefeitura municipal realizou um censo demográfico, elaborando quadros estatísticos detalhados não somente sobre a nacionalidade, mas também sobre a naturalidade e a língua materna dos habitantes, entre outros dados, possibilitando um conhecimento pormenorizado da população de todo o município, inclusive por distritos.

O fato é que, sobretudo a partir de fins dos anos 30, o governo federal e estadual tratou de investir, normatizar e centralizar o recolhimento de dados estatísticos em todos os municípios, com o objetivo de serem melhor controlados. Devido à estrutura burocrático-administrativa da época e à divulgação dos trabalhos estatísticos produzidos, as mais altas esferas do governo federal acabavam tendo acesso mais fácil a dados sobre os municípios brasileiros. Os artigos sobre o “perigo alemão” no Sul do Brasil colocavam Blumenau no foco das atenções das autoridades governamentais e, neste sentido, dados estatísticos sobre a composição da população eram instrumentalizados na elaboração de políticas de controle e repressão, como foi o caso da Campanha de Nacionalização.

Concluindo, para integrar o município de Blumenau à estrutura administrativa centralizada do governo federal, de onde emanavam as medidas no sentido de forjar a Nação, o Estado, inicialmente, tratou de silenciar as forças políticas opositoras. Em Blumenau, era o caso da AIB que, em 1936, assumiu o governo municipal, e também o caso do enfraquecido PRC. Com o golpe de Estado e a extinção dos partidos políticos, a AIB foi excluída do exercício do poder local. Por outro lado, o Estado também interviu em inúmeros espaços de sociabilidades e na imprensa, ou seja, em espaços e meios de reprodução de poder simbólico, onde, até então, representantes das antigas elites econômicas, ligadas ao PRC, exerciam poder.

Além disto, houve o controle da esfera da produção, o que também representou o controle daqueles proprietários que buscavam se representar na esfera pública, muitos dos quais ligados àquelas antigas elites políticas vinculadas ao PRC. Ou seja, em Blumenau, o controle da esfera pública política, somou-se à extinção e controle de instituições da esfera pública literária e de algumas importantes empresas da cidade, possibilitados pela Campanha de Nacionalização e a entrada do país na Segunda Guerra Mundial.

Capítulo 5

REINTERPRETANDO O PASSADO

A partir de meados de 1938, todas as pessoas que haviam escrito sobre história regional, em Blumenau, deixam de ter seus escritos publicados em alemão. Percebem-se mudanças de conteúdo e mesmo no corpo editorial dos jornais de língua alemã. Ainda no início de julho daquele ano, o jornal *Urwaldsbote* havia publicado em suas páginas uma biografia sobre o político catarinense Lauro Müller,¹ escrita pelo pastor Paul Aldinger, que já havia sido publicada antes, em 1928, num almanaque de São Leopoldo.² Além de publicar o artigo em quatro edições seguidas do jornal,³ suas oficinas reimprimem o texto na íntegra em forma de brochura, que fazia parte da série intitulada *Brasilianische Schriften* (Escritos brasileiros).⁴

À primeira vista, tais fatos podem não chamar a atenção. Mas é interessante perceber que justamente naquele momento, quando se iniciava a Campanha da Nacionalização, o jornal resolve publicar a biografia de um filho de alemães que havia se tornado um político de destaque nos níveis estadual e nacional. Tratava-se da mesma pessoa que, no início do século, por conta de disputas político-partidárias, havia sido criticada pelo *Urwaldsbote* de “renegado”, “abrasileirado”, por ter aceitado “valores estranhos à sua origem étnica”.⁵ Entretanto, em 1938, no início da Campanha de Nacionalização, numa espécie de homenagem póstuma – fazia, então, 12 anos da morte de Lauro Müller, o *Urwaldsbote* reserva espaço especial para a reimpressão de sua biografia.⁶ Se naquela ocasião, o adjetivo “abrasileirado”

¹ Lauro Müller, natural de Itajaí, fez carreira militar no Rio de Janeiro, sendo nomeado, no irromper da República, em 1899, para o governo do estado de Santa Catarina. Exerceu diversos cargos federais, como deputado federal e senador por Santa Catarina. Foi Ministro das Relações Exteriores, sendo deposto do cargo durante a Primeira Guerra Mundial. Cf. SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, out. de 1994, p. 116; PIAZZA, Walter (Org.). *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 359.

² Tratava-se do *Kalender für die Deutschen in Südbrasilien*, publicado pela editora Rotermund. Nesta biografia, Paul Aldinger destaca o papel de Lauro Müller na política brasileira, sublinhando a sua origem alemã: “Lauro Müller, teuto-brasileiro, não mais um alemão no Brasil, é o mais destacado colaborador de sangue alemão da época da proclamação da República e décadas seguintes.” Aldinger afirma que a atuação de Lauro Müller na política brasileira era “de grande significado para o *Deutschum* no Brasil”. Cf. ALDINGER, op. cit., p. 2 e 3.

³ *Der Urwaldsbote*, Blumenau, edições de 01, 05, 08 e 12 jul. 1938.

⁴ ALDINGER, Paul. Dr. Lauro Müller: der deutschblütige Staatsmann Brasiliens. Sonderdruck aus der *Urwaldsbote*, Blumenau, n. 1, 1938 (Brasilianische Schriften).

⁵ Cf. SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: FCC, 1981, p. 68.

⁶ Dr. Lauro Müller. Der deutschblütige Staatsmann Brasiliens. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 01 jul. 1938, p. 01.

tem um tom disfórico, negativo, o novo editor do jornal, Karl Oberacker, numa introdução à biografia publicada no mesmo jornal, em 1938, vai identificar Lauro Müller como “o maior dos catarinenses e um dos maiores brasileiros”,⁷ dando à brasilidade um tom eufórico e positivo.⁸ Karl Oberacker justifica que a reimpressão da biografia de Lauro Müller era uma forma de “refrescar a memória”⁹ em relação àquele político. Mais do que isto, Oberacker tratou de representá-lo enquanto um descendente de alemães exemplar por conta do seu papel na “formação da Nação” (*Nation*) brasileira: “Lauro Müller e, além dele, centenas de outros exemplos, provam que nós, de sangue alemão, fomos não somente bons colonos, comerciantes, industriais, artesãos, trabalhadores especializados aqui no país, mas também tomamos parte ativa na formação da Nação, também na área da política”.¹⁰ Oberacker praticava o que alguns autores chamam de “realce étnico”,¹¹ ao comentar a biografia de Lauro Müller. Ele procurava realçar a brasilidade daquele político, possibilitada pela dualidade que o termo “teuto-brasileiro” apresenta.

Os últimos artigos sobre história de Blumenau aparecem no *Urwaldsbote* no mês de julho de 1938.¹² A partir de agosto encerram-se as publicações sobre história regional de autores locais neste jornal, imprimindo-se nele cada vez mais o tom nacionalista do Estado Novo. No início de setembro de 1938, na data oficial do aniversário da cidade, ao invés dos costumeiros artigos sobre fatos e personagens da história, há um grande silêncio sobre o assunto nos jornais de língua alemã. Nenhum artigo ou nota lembra o fato.

O fato das autoridades nacionalizadoras terem proibido a produção e circulação de periódicos e literatura em língua alemã, trouxe também seus reflexos no discurso historiográfico em Blumenau. Durante o Estado Novo, o governo exclui as possibilidades de produção e circulação de determinadas formações discursivas, de um lado, cooptando alguns

⁷ Idem.

⁸ Sobre as noções de eufórico e disfórico ver FIORIN, José. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: 1988, p. 9-10.

⁹ Dr. Lauro Müller. Der deutschblütige Staatsmann Brasiliens. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 01 jul. 1938, p. 01. (Tradução livre da autora).

¹⁰ Idem.

¹¹ Sobre esta questão do realce ver POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas Fronteiras* de Fredrik Barth. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998, p. 168-169.

¹² Naquele mês, por conta dos festejos do “Dia do Colono”, embora já enfraquecidos, foi publicado o último artigo sobre história de Blumenau no *Urwaldsbote*. Tratava-se de um trecho do estudo histórico-geográfico sobre Blumenau intitulado *Blumenau: Werden und Wesen einer brasilianischer Landschaft* (Desenvolvimento e características de uma paisagem teuto-brasileira), escrito pelo alemão Siegfried Endress e publicado naquele ano em Stuttgart, na Alemanha. O trecho publicado tratava da história da ocupação do vale do Itajaí desde 1850 até os anos 30 do século seguinte.

intelectuais ao aparato ideológico do Estado, de outro. A estes intelectuais dá-se oportunidades para a produção de saberes.

Com relação ao Vale do Itajaí, as obras publicadas durante o Estado Novo eram ou monografias estatístico-descritivas sobre alguns municípios ou livros, em geral, sobre a nacionalização e a repressão ao nazismo, produzidos por burocratas, intelectuais ligados ao governo, militares e chefe de polícia do Estado. Em algumas estas obras, percebe-se um esforço em se reinterpretar a história regional. Naquela época, portanto, também a memória vai ser objeto de controle do Estado, uma vez que este investe no controle da produção de saber.

Reabilitando o mestiço e o descendente de português, desqualificando o descendente de alemão

Dos autores que moravam no Vale do Itajaí e escreviam sobre história regional, nos anos 30, apenas José Ferreira da Silva teve um trabalho sobre Blumenau publicado durante o Estado Novo. Mesmo assim, não se tratava propriamente de um estudo historiográfico, mas de uma monografia estatístico-descritiva, com o objetivo de dar subsídios para políticas de administração pública. Nenhum outro livro seu foi publicado neste período. O fato de ter sido afastado do cargo, em 1941, pode explicar isto, uma vez que a produção intelectual daquela época era, de uma forma ou de outra, controlada pelo Estado.

Mas durante os anos 40, ocorreu também o aparecimento de novos autores no campo da historiografia regional. É o caso de Theobaldo Costa Jamundá, que publica sua primeira obra sobre história regional em 1943, quando a Interventoria Federal de Santa Catarina lhe incumbiu de escrever uma monografia sobre o município de Indaial, onde então exercia a função de secretário do prefeito municipal.

Diferentemente de José Ferreira da Silva, que vivia em Blumenau já há muitos anos, que aparecia na esfera pública local enquanto jornalista e político, Theobaldo Costa Jamundá, natural de Pernambuco, chegou em Blumenau em 1939 como integrante do 32º Batalhão de Caçadores, que foi encaminhado para Blumenau durante a Campanha de Nacionalização. Ao ser dispensado do Exército, Jamundá assumiu a direção da Escola Agrícola de Blumenau,

ENDRESS, Siegfried. Geschichte der Besiedlung des Itajahygebietes. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 26 jul. 1938, p. 1-2.

inaugurada em 1940, durante o governo municipal de José Ferreira da Silva, ligando-se assim ao aparato administrativo do governo. Ainda durante o Estado Novo, muda-se para Indaial, município vizinho, e assume o cargo de secretário do prefeito. Num curto período de tempo, portanto, Jamundá se firma no Vale do Itajaí, destacando-se em cargos burocráticos.

Conforme Sérgio Miceli, entre 1930 e 1945 houve uma grande expansão da máquina burocrática no Brasil, com a “constituição de um mercado central de postos públicos”,¹³ destacando-se no trabalho de assessoria no Executivo muitos intelectuais, designados “homens de confiança”.¹⁴ No caso de Jamundá, integrado ao aparato burocrático-administrativo do Estado Novo, tornou-se “homem de confiança” do governo municipal de Indaial e, a partir daí, surge na esfera pública também através de artigos publicados na imprensa local. Artigos seus foram publicados, por exemplo, no *Boletim Semanal da Prefeitura Municipal*, publicado sob iniciativa do Executivo de Blumenau,¹⁵ assim como no jornal *A Comarca*, que surgiu durante o Estado Novo como jornal representativo dos interesses dos municípios de Indaial, Timbó e Rodeio.¹⁶ Ambos os jornais, assim como todos os outros, eram profundamente marcados pelo discurso oficial do governo, em virtude do controle exercido pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.

Os intelectuais cooptados pelo Estado, naquela época, segundo Sérgio Miceli, autodefiniam-se como “porta-vozes do conjunto da sociedade”, não como porta-vozes de qualquer grupo dirigente.¹⁷ Eles acabavam “negociando a perspectiva de levar a cabo uma obra pessoal em troca da colaboração que oferecem ao trabalho de ‘construção institucional’ em curso, silenciando quanto ao preço dessa obra que o Estado indiretamente subsidia”.¹⁸ A filiação com os grupos que dominavam a esfera pública política na época não aparece nos seus textos.

¹³ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 133.

¹⁴ *Ibidem*, p. 149.

¹⁵ Conforme edições consultadas no Arquivo Histórico de Blumenau.

¹⁶ Conforme edições consultadas na Fundação Cultural de Indaial.

O aparecimento do jornal *A Comarca*, como periódico de Indaial, Timbó e Rodeio, novos municípios surgidos a partir do desmembramento de Blumenau, parece ser significativo daquele momento em que o governo investia na dissolução dos regionalismos e na afirmação dos contornos destas recentes unidades político-administrativas.

¹⁷ MICELI, op. cit., p. 159.

¹⁸ *Ibidem*, p. 158.

Este preço a que se refere Sérgio Miceli parece ter sido pago pelo autor mencionado em 1968, quando membro da Academia Catarinense de Letras, publica uma biografia laudatória do ex-interventor federal no estado, Nereu Ramos, escrevendo no prefácio: “não temo promover aplausos à memória de Nereu Ramos, porque já o aplaudi quando poucos, bem poucos, o aplaudiam naqueles dias tumultuosos de 1941”. JAMUNDÁ, Theobaldo C. *Nereu Ramos, o da hora da reconstrução nacional*. Florianópolis: Ed. do autor, 1968.

Seus textos são marcados pelo espírito nacionalista da época. Além de Jamundá ter vindo a Blumenau como soldado do Exército e da sua posterior inserção no aparato burocrático do Estado Novo, há outra razão para se explicar o tom da narrativa da monografia sobre Indaial, escrita em 1943. Um ano antes, em agosto de 1942, houve o acirramento da campanha de Nacionalização, por conta da entrada do Brasil na guerra contra os países do Eixo. A idéia de um suposto “perigo alemão”, neste momento interpretado como “perigo nazista”, aparece em diversas partes do trabalho.¹⁹ O discurso que representava os imigrantes alemães e seus descendentes enquanto “inimigos” da Nação,²⁰ base da repressão ao nazismo e do discurso nacionalizador, corrente nos artigos da imprensa e que logo depois passou também para a narrativa dos relatórios dos chefes e polícia estaduais no Sul do Brasil e dos livros escritos por militares, aparece em alguns momentos do trabalho.

Quando se refere à localidade de Carijós, em Indaial, arrolando diversas suposições sobre a origem do nome da localidade, Jamundá se refere ao imigrante alemão que ali chegou no século XIX como o “imigrante sempre rancoroso de arianismo”, como “estranja”, como “hóspede mal agradecido”.²¹ Para Jamundá, Blumenau, município do qual se desmembrou Indaial, era anos antes o “ninho onde em mais de meio século foram incubadas as diretrizes desnacionalizadoras, vindas da Europa atacada pelo complexo de espaço vital, com cores e aspecto de inocente assistência religiosa, educacional e social aos europeus imigrados.”²² Quando se refere às escolas, elogia o Secretário de Justiça, Educação e Saúde do Estado e suas medidas no sentido da nacionalização escolar, chegando a afirmar, num momento, que os professores estrangeiros eram, “na maioria das vezes, agentes da Gestapo” (Polícia Secreta Alemã)!²³ No item dedicado às “sociedades” (associações culturais), lamenta o fato de não poder registrar nenhuma delas, pelo fato de terem sido fechadas por conta das leis nacionalizadoras. O fato delas não terem sido reabertas, é tomado pelo autor como uma “prova” de “terem vivido ati vadas num setor da juventude hitlerista”.²⁴

Tanto José Ferreira da Silva como Theobaldo Jamundá caracterizaram, em suas monografias sobre Blumenau e Indaial, respectivamente, o Vale do Itajaí como um “quisto

¹⁹ JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Indaial, município do Vale do Itajaí-Açu*. Sem indicação de editora e local de publicação, 1943, p. 20.

²⁰ Expressão utilizada por CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, p. 106.

²¹ JAMUNDÁ, op. cit, p. 19.

²² *Ibidem*, p. 31-32.

²³ *Ibidem*, p. 65.

²⁴ *Ibidem*, p. 67.

étnico” no interior do país e apoiaram a Campanha de Nacionalização. Entretanto, o segundo carregava mais sua narrativa com o discurso do “perigo alemão”. O lugar social do qual Jamundá escrevia, ou seja, suas funções burocráticas e ligações com as autoridades políticas e militares, mas também sua inserção no Vale do Itajaí, vindo com o Exército, são fatores importantes na análise de sua narrativa. Em diversos de seus escritos, Jamundá procurava acentuar o papel do Exército como um dos principais executores da campanha de nacionalização.

A monografia de Ferreira da Silva é mais densa em listas e quadros estatísticos sobre a vida do município, enquanto que a de Jamundá, se comparada também com monografias de outros municípios, publicadas durante o Estado Novo, salta aos olhos por conta da tônica anti-germanista. O investimento na idéia do alemão enquanto "perigo" para a Nação brasileira era mais incisivo na narrativa daqueles que participaram mais diretamente na Campanha de Nacionalização, daqueles que no dia-a-dia lidavam com as resistências, tensões e embates nas áreas de colonização.²⁵

Ângela de Castro Gomes afirma que o Estado Novo foi um dos momentos em que a atenção ‘daqueles que dirigem o Estado volta-se para o passado, buscando construir seu ‘lugar na história’ e, dessa forma, relendo e reescrevendo os fatos e as interpretações do calendário cívico de um país (...)’.²⁶ Para tanto, afirma a autora, tornava-se imprescindível a ação de especialistas capazes de recuperar e divulgar a história. A rememoração do passado contribuiria na produção de lealdade-legitimidade do Estado.²⁷ Muito embora Theobaldo Jamundá não fosse um especialista na área de história regional do Vale do Itajaí, quando ali chegou, foi aproveitando os espaços na imprensa local e depois abertos pelo governo do estado para publicar textos sobre o contexto da época e sobre história, procurando marcar o lugar e o papel do Estado Novo na história, enquanto um Estado que visava concretizar a consolidação da Nação brasileira e promover, no caso do Vale do Itajaí, a sua integração nacional.

Vargas reconheceu os intelectuais como ‘agentes de um processo de transformação nacional e os constituiu como atores políticos de primeira grandeza’, como afirma Lúcia

²⁵ Muitas pessoas que participaram, direta ou indiretamente, da Campanha de Nacionalização, são representados ainda hoje por alguns habitantes do Vale do Itajaí através do adjetivo “Deutschfresser” (comedor de alemães).

²⁶ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.22.

²⁷ *Ibidem*, p. 23.

Lippi Oliveira.²⁸ Em Santa Catarina, o Estado investiu no reavivamento de espaços para produção e divulgação de saberes, produção intelectual que deveria também contribuir para a demarcação do lugar do Estado Novo na história. Nereu Ramos já vinha, desde 1935, acercando-se de intelectuais de destaque no Estado, chamando diversos deles para a capital, para trabalhar em instituições da administração,²⁹ e investindo financeiramente em instituições culturais oficiais do Estado, como o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Catarinense de Letras e a Associação Catarinense de Imprensa.³⁰

Mas foi sobretudo durante o Estado Novo que o governo brasileiro criou, conforme Sérgio Miceli, uma “situação de dependência material e institucional, que passa a determinar as relações que as clientelas intelectuais mantêm com o poder público cujos subsídios sustentam as iniciativas na área da produção cultural, colocam os intelectuais a salvo das oscilações de prestígio, imunes às sanções do mercado”.³¹ Em Santa Catarina, o governo estadual apoiou de diversas formas a produção e publicação de obras através da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina - IOESC que, além de relatórios de governo, discursos, publicava também monografias e livros sobre diversos assuntos, elaboradas por intelectuais vinculados ao governo. Estas publicações assumiram tal proporção que a Imprensa Oficial do Estado passou a ser a mais importante oficina gráfica de Santa Catarina, naquele período.³² Foi a IOESC que publicou a monografia estatístico-descritiva sobre Blumenau, em 1939, e um livro de Jamundá, em 1945, por exemplo.

Jamundá ingressou no mundo das Letras em Santa Catarina durante o Estado Novo, como visto. Ele não fez parte, portanto, de uma geração que adequou seu discurso historiográfico ao novo contexto, como o historiador Osvaldo Cabral, por exemplo, a ser mencionado mais adiante. Ele surgiu no mundo das Letras catarinenses imbuído das idéias daquele contexto nacionalista. Era não só integrante de uma nova geração de intelectuais-burocratas, novo em termos de idade, mas também novo no estado. Por isto que trata de reinterpretar não a história que vinha contando, como Osvaldo Cabral, mas a história que haviam escrito sobre o Vale do Itajaí.

²⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Ed. FGV, 1999, p. 83.

²⁹ Foi em 1935, por exemplo, que Osvaldo Cabral passa a trabalhar na administração do município de Florianópolis, e que Carlos da Costa Pereira, de São Francisco do Sul, vai chefiar a Biblioteca Pública do Estado. Cf. CABRAL, Osvaldo R. Introdução. In: PEREIRA, Carlos da Costa. *A revolução federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1976, p. 05-24.

³⁰ *Ibidem*, p. 13.

³¹ MICELI, op. cit., p. 158.

Em sua monografia sobre Indaial, Jamundá procura reinterpretar a história, reabilitando e valorizando determinados sujeitos, desvalorizando outros, criticando determinadas interpretações. Ao se referir à localidade de Carijós, em Indaial, por exemplo, o autor acentua o fato de ter sido ela "no início, habitada somente por mestiços", "ávidos de desbravar, apaixonados da solidão e da aventura".³³ O autor reabilita o mestiço como o elemento fundador da localidade, que ali vivia antes da chegada dos imigrantes alemães, representando-os através de qualidades muito parecidas àquelas que eram usadas para se representar os bandeirantes paulistas do período colonial brasileiro. Mais que fundador do lugar, o mestiço teria sido aquele que havia guiado e ensinado o europeu a "vencer" a natureza: "Este mestiço que sempre precedeu ao estrangeiro, quando não o guiava, ensinando como vencer a natureza bruta, sem os artifícios da civilização."³⁴ Se em diversos textos sobre história publicados em Blumenau até o início do Estado Novo, os imigrantes europeus são representados como os colonizadores e civilizadores do Vale do Itajaí, Jamundá vai valorizar o mestiço enquanto conhecedor e desbravador desta região, como guia dos imigrantes em direção ao interior. Ele marca, portanto, o início da história de Blumenau não com a chegada dos primeiros imigrantes, como faziam os que anteriormente escreviam sobre história do município, mas mostra a presença do mestiço como anterior a este fato. Vale lembrar que nem Jamundá, nem a maioria dos outros autores que escreviam sobre a história de Blumenau, iniciavam suas narrativas acentuando a presença dos indígenas.

Esta valorização da figura do bandeirante, também se percebe noutra monografia publicada pela Interventoria Federal no estado, sobre o município de Lages, berço do Interventor Nereu Ramos. Se nas monografias sobre municípios do Vale do Itajaí, os habitantes de origem estrangeira são desqualificados, na monografia de Lages, o passado é reabilitado de uma forma positivada. Otacílio Costa, seu autor, reabilita a figura do tropeiro, fundador da vila de Lages, identificando-o como "descendente do bandeirante colonizador", aquele que "uniu São Paulo com o Rio Grande do Sul".³⁵ Seu autor exalta o "bandeirismo dilatador de fronteiras", representando Lages como uma "vilota perdida no ermo, no sertão longínquo",³⁶ que, entretanto, foi "semeando outras cidades", "dilatando fronteiras".³⁷ Neste

³² ESTADO DE SANTA CATARINA. *Flagrantes administrativos (1935-1942)*. Florianópolis: IOESC, 1942, p. 67.

³³ JAMUNDÁ, op. cit., p. 19-20.

³⁴ *Ibidem*, p. 20.

³⁵ COSTA, Otacílio. Lages. P. 13.

³⁶ *Ibidem*, p. 26.

³⁷ *Ibidem*, p. 31.

município, o habitante do passado é reabilitado positivamente como o que contribuiu para a expansão em direção ao interior do estado e, depois, para a ligação entre o litoral e o planalto.³⁸ Esta exaltação não era nada desinteressada, considerando o fato de uma facção das elites do Planalto estarem na época governando Santa Catarina.

Mas o que se quer destacar aqui é a idéia de que nas monografias sobre Blumenau e Indaial os imigrantes europeus não vão ser destacados como os que “dilataram as fronteiras” em direção ao interior, pois não eram eles vistos como os portadores da nacionalidade brasileira. Se em Lages, Otacílio Costa reabilita o tropeiro, identificado com o bandeirante “dilatador de fronteiras”, se no litoral os intelectuais reabilitam o elemento luso-brasileiro na formação da sociedade catarinense, conforme será mencionado mais adiante, no Vale do Itajaí Jamundá vai reabilitar não somente através de sua monografia sobre Indaial, mas também noutro livro seu publicado durante o Estado Novo, o elemento mestiço, de ascendência lusitana e também africana. Os imigrantes alemães e seus descendentes, que em alguns textos sobre colonização escritos até meados dos anos 30, em língua alemã, eram representados como “desbravadores” do interior de Blumenau, são representados por Jamundá como “hóspedes mal-agradecidos”.³⁹

No prefácio do livro *O Itajaí-Açu e outras águas*, de 1945, Jamundá faz uma crítica à obra historiográfica de José Ferreira da Silva, mais precisamente ao seu livro *Dr. Blumenau*, publicado em 1933. Neste livro, Ferreira da Silva afirmou que Ângelo Dias, o que guiou Hermann Blumenau rio Itajaí-Açu acima, quando este veio conhecer a região, em 1848, interessado em adquirir terras, teria se negado a ir adiante na exploração da bacia do rio quando sua provisão de aguardante havia terminado:

O destemido alemão não tinha ainda saído das dúvidas em que se pusera sobre se deveria, ou não, explorar, antes, o rio dos Cedros, quando Ângelo Dias, que esgotara a provisão de cachaça, “espírito” sem o qual não era gente, negou-se a ir adiante. Nem pelo Benedito nem pelo Cedros. O remédio foi voltar. De regresso ao grande Itajaí, não sabemos por que artes, o canoieiro conseguiu refazer a provisão de aguardente. Com a pinga à disposição, o canoieiro iria ao inferno, se preciso fosse.⁴⁰

Ferreira da Silva, neste livro, mostrava aquela visão desqualificadora do habitante do litoral, que vigorava durante a Primeira República em Santa Catarina. Representava Hermann Blumenau como o “destemido alemão”, enquanto que o seu guia, morador do litoral, é

³⁸ O autor exalta um ancestral seu, que fez a abertura de uma picada entre o Planalto e o litoral, ou como se refere, uma picada “pelo sertão impenetrável”, “dificultado pela geografia est adual”. Ibidem, p. 19.

³⁹ JAMUNDÁ, op. cit, p. 19.

representado como um canoeiro indolente, movido à cachaça. Jamundá interpreta as afirmações de Ferreira da Silva como exemplo do "racismo anti-lusitano", próprio do autor: "quando falou em Ângelo Dias, José Ferreira da Silva negou até a similaridade de caboclo praiano, para balançar a pira do seu incenso em apanágio entrelinhado ao racismo chulo (..) a ironia histórica com que José Ferreira da Silva envolve Ângelo Dias, irrita-nos em defesa do mestiço de um modo geral". E termina afirmando que aos méritos do mestiço não se "permite que um outro mestiço, de sua própria etnia, lhe faça chalaça".⁴¹ Para Jamundá, o mestiço estava sempre presente 'no cenário dos grandes feitos pelas terras do Brasil. (...) Só na monumentalidade das bandeiras, já tem o mestiço provas que chegam do seu valor. E entre elas sobrepairam incorruptíveis as provas de lealdade".⁴² Nisto valoriza o papel de Ângelo Dias na história de Blumenau, cuja 'lealdade peculiar mereceu a confiança do colonizador."⁴³

Também outro autor que participou da campanha de nacionalização, o militar Rui Alencar Nogueira, em seu livro *Nacionalização no Vale do Itajaí*, publicado em 1948, criticaria as afirmações de José Ferreira da Silva quanto a Ângelo Dias: "Não deve o nosso patricio ser encarado unicamente como o protótipo da estupidez e da ignorância, apresentando-se como o ébrio inveterado que nada podia fazer sem as intoxicações alcoólicas".⁴⁴ E acrescenta: "Há quem diga que o nome de Blumenau deve ser substituído pelo de Ângelo Dias – o intemerato caboclo catarinense. Não vemos nisso nenhum absurdo."⁴⁵ Para o autor, "não queremos nem devemos desmerecer a obra do imigrante alemão que muito fez no desbravamento e na colonização do sul do país, mas não é de justiça querer somente elevá-lo aos píncaros da glória, chegando a menosprezar os nossos eminentes patricios, que de um modo ou de outro, merecem a nossa consideração".⁴⁶ Percebe-se assim, uma sintonia de pensamento entre estes dois militares que vivenciaram a campanha de nacionalização em Blumenau, quanto à valorização do mestiço na história regional.

Theobaldo Jamundá ainda destacou, em seu livro, a presença do mulato na história do Vale do Itajaí. Em sua monografia sobre Indaial, faz referência a um certo Benedito, morador do Vale do Itajaí antes dos colonizadores europeus, contrapondo seu argumento, mais uma vez, com a obra de Ferreira da Silva. Comentando sobre ela, Jamundá afirma que o mulato

⁴⁰ SILVA, José Ferreira da. *O Doutor Blumenau*. 2. ed. Blumenau: Edição da Casa Dr. Blumenau, 1978, p. 22.

⁴¹ JAMUNDÁ, Theobaldo C. *O Itajaí-Açu e outras águas: ensaio histórico-descritivo*. Blumenau, 1945, p. 10 e 11.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ NOGUEIRA, Rui Alencar. *Nacionalização no Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947, p. 64.

⁴⁵ Idem.

Benedito foi "mais feliz que o mulato Ângelo Dias",⁴⁷ que ficou para a História como o "guia bêbado de Hermann Blumenau", pois teve a memória garantida pelo fato de um dos afluentes do rio Itajaí-Açu levar o seu nome.

As representações de Jamundá acerca do mestiço mostram consonância com leituras da época que positivavam a miscigenação. Segundo Renato Ortiz, o processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil havia tornado nos anos 30 incompatível a ambigüidade da identidade do Ser nacional, forjada pelos intelectuais do século XIX.⁴⁸ Esta vertente apostava na miscigenação no sentido do branqueamento, como forma de apagar da população brasileira as características dos negros e indígenas, considerados entraves ao processo civilizatório, como saída para se superar o "atraso civilizatório" brasileiro. Mas nos anos 30, "qualidades como 'preguiça', 'indolência', consideradas como inerentes à raça mestiça, são substituídas, nos anos 30, por uma ideologia do trabalho", pois se buscava adequar as mentalidades às novas exigências de um Brasil "moderno".⁴⁹ De certa forma, continuava-se a positivar a miscigenação. Conforme Renato Ortiz, não há ruptura entre Sílvio Romero e Gilberto Freyre, mas reinterpretação da mesma problemática proposta pelos intelectuais do final do século.⁵⁰ Gilberto Freyre substitui o conceito de raça pelo conceito de cultura, eliminando assim "uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço", o que permitiu "um maior distanciamento entre o biológico e o social".⁵¹

Freyre via a natureza humana como um resultado conjunto da vida social, do passado, da herança, da continuidade, da elaboração e da cultura, e estudava o homem no seu ambiente, nas suas raízes sociais e não apenas biológicas. Freyre criticava a atitude que reduzia problemas de cultura e fatos humanos a fatos de física e história natural, criticava a concepção biológica do social que, segundo ele, impedia a própria existência da geografia.⁵² Entretanto, não deixou de operar de todo com o conceito de raça e de defender a idéia do branqueamento da população brasileira. Ele vai, entretanto, transformar "a negatividade do mestiço em positividade", contribuindo para que o mestiço, de elemento desqualificado, torne-se protótipo

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ JAMUNDÁ, *O Itajaí-Açu e outras águas...* p. 74.

⁴⁸ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 42.

⁴⁹ Ibidem, p. 42-43.

⁵⁰ Ibidem, p. 41.

⁵¹ Idem.

⁵² FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 2. ed. São Paulo: José Olympio Editora, 1951, p. 22.

da identidade nacional.⁵³ Conforme Thomas Skidmore, sobretudo no livro *Casa Grande e Senzala*, Freyre virou de cabeça para baixo a afirmação de ter a miscigenação causado dano irreparável para a sociedade brasileira. Para ele, os brasileiros podiam orgulhar-se de sua civilização tropical etnicamente mestiça. As “raças” européia, africana e índia poderiam ser vistas como igualmente valiosas. Mas isto não significava que promovesse o igualitarismo racial. Sua análise servia, principalmente para reforçar o ideal de branqueamento, mostrando de maneira vívida que a elite branca adquirira preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano (e com o índio, em menor escala).⁵⁴

Theobaldo Jamundá não somente tinha contato com a obra de seu conterrâneo, Gilberto Freyre, como a citava em seus livros. Baseado na leitura de *Nordeste*, de Gilberto Freyre, Jamundá relaciona, em alguns trechos de sua monografia sobre Indaial, dados da história daquele município com sua terra natal, unindo duas partes do território brasileiro pelo fio da narrativa. São dois espaços geograficamente distantes um do outro, duas formações históricas distintas, mas que o autor quer relacionar, aproximar, mostrar como integrantes de uma mesma Nação. As comparações evidenciam também que o processo de estranhamento do novo lugar, o qual havia se estabelecido, ainda era bem vivo.

Jamundá vai ressaltar a presença do mestiço de origem portuguesa e africana como forma de ligar a história regional ao passado da nação brasileira. Tal como Freyre, Jamundá também positiva o mestiço, para o que investe na reinterpretação da história regional, criticando, para tanto, trechos da obra de Ferreira da Silva, identificando-o como um “caboclo praiano” renegado. Jamundá vai então combater a associação habitante do litoral - indolência presente naquela formação discursiva vigente durante a Primeira República, da qual também Ferreira da Silva fazia uso.

Esta antiga formação discursiva pode ser encontrada ainda em 1940, numa publicação do próprio governo do estado de Santa Catarina. Lourival Câmara, em estudo intitulado *Os estrangeiros em Santa Catarina*, afirmava a “degenerescência” do habitante do litoral, buscando as razões para justificar sua afirmação na “mono-alimentação precária, paupérrima”, baseada em “peixe, na farinha de mandioca e no café”, “agravada pela intoxicação alcoólica”.⁵⁵ Ferreira da Silva, como visto, parece ter coadunado destas idéias, ao se referir a Ângelo Dias.

⁵³ ORTIZ, op. cit., p. 41.

⁵⁴ Cf. SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 210-211.

⁵⁵ CAMARA, Lourival. *Estrangeiros em Santa Catarina*. Florianópolis, 1940, p. 12 e 13.

Apoiado nas novas idéias, defendidas por intelectuais que discordavam desta interpretação, Jamundá vai criticar passagens do livro de Ferreira da Silva, deslegitimando-o. As críticas a Ferreira da Silva se dão em 1945, quando este não se encontra mais em Blumenau.⁵⁶ Em Blumenau, portanto, o intelectual autorizado tratou de investir no rompimento com um passado até então contado.

Conforme Lúcia Lippi Oliveira, muitos romances, estudos brasileiros de história, sociologia, política e antropologia publicados durante o Estado Novo ‘tinham como ponto comum o interesse em ‘reinterpretar o passado nacional’.⁵⁷ Jamundá procurou reinterpretar o passado do Vale do Itajaí, no sentido de valorizar o elemento mestiço e desqualificar o estrangeiro que se opunha à miscigenação.

O seu discurso vinha ao encontro de idéias defendidas por intelectuais ligados ao governo da época. Mas antes de tratar disto, há mais alguns aspectos da obra de Gilberto Freyre e que dizem mais respeito à problemática da assimilação dos descendentes de imigrantes alemães, que serão pontuados aqui, pois que sua obra influenciou de uma maneira evidente muitos intelectuais da região e do estado, nos anos 40.

Gilberto Freyre, visitou algumas cidades do Sul do Brasil em 1938 e assim descreveu a realidade que viu no livro *O mundo que o português criou*, publicado dois anos depois:

Lembro-me que ao entrar em Blumenau, meu companheiro de viagem, que era o José Lins do Rego, me observou que aquilo lhe parecia inteiramente alemão: o typo das casas e o ar das pessoas. E a primeira impressão que se tem de Blumenau, ainda mais do que de Joinville ou de Santa Cruz, é esta: uma cidade alemã.⁵⁸

Blumenau, figurava na literatura da época como a cidade "mais alemã do Brasil", tendo sido uma das cidades em que mais investiu a campanha nacionalizadora. Mas Freyre preocupa-se em mostrar a cidade não como um “quisto étnico impermeável”, tal como muitos agentes da nacionalização registravam em seus relatos, mas enquanto uma "região neo-brasileira", que, aos poucos, já vinha se incorporando culturalmente à Nação. Destaca evidências de abrasileiramento do alemão e de outros colonos, nos seus gestos, ritmo de andar, na prática de atos "tradicionalmente brasileiros", de modo que já era um "meio-convertido" ou "a caminho" de se converter à brasilidade:

⁵⁶ Depois de sua exoneração do cargo de prefeito de Blumenau, ocorrida em 1941, morou no Rio de Janeiro e na época da declaração da guerra aos países do Eixo, morou em Piçarras. Morou também em Goiás e Curitiba. Sobre biografia de Ferreira da Silva, ver PETRY, Sueli M. V.; FERREIRA, Cristina. (org.) *José Ferreira da Silva: centenário de nascimento*. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, 1996.

⁵⁷ OLIVEIRA, op. cit., p. 92.

Mas quem se fixar no rythmo do andar das pessoas não hesitará em se sentir no Brasil. O andar da gente de Blumenau não é mais alemão: já é brasileiro (...) quasi todo homem de Blumenau ou de Santa Cruz, de Joinville ou de São Leopoldo, se já não é um meio-convertido ao que há de essencial no brasileirismo, pela pratica, senão de muitos, de alguns pequenos actos tradicionalmente brasileiros é, mesmo contra sua vontade individual ou sua mystica politica, um individuo a caminho dessa conversão.⁵⁹

O livro *O mundo que o português criou* tinha o objetivo de mostrar a contribuição dos portugueses na formação do Brasil e na construção de uma identidade nacional, através da miscigenação com outras etnias. Originário de um conjunto de conferências pronunciadas em universidades européias, sobretudo em Portugal, o livro recebeu críticas de alguns intelectuais que afirmam ter Freyre superestimado o poder da cultura luso-brasileira em fazer os imigrantes alemães se assimilarem. Segundo um de seus críticos, Paulo Duarte, o objetivo daquelas conferências era agradar ao público português.⁶⁰

De todo modo, Freyre considerava a espinha dorsal da identidade nacional a cultura luso-brasileira. Por isto, assim como muitos intelectuais nacionalistas da Primeira República, não aceitava que o idioma alemão ou o italiano, nas regiões de colonização, tomasse o lugar da língua portuguesa.⁶¹ Ao afirmar o abrasileiramento dos descendentes de alemães de Blumenau, considerando sua crença no poder da cultura luso-brasileira em assimilar outras culturas, Freyre enfatiza o que chama de "pressão do social sobre o individual".⁶² Conforme Ricardo Benzaquen de Araújo, Gilberto Freyre, *em Casa Grande & Senzala*, "trabalha com uma definição fundamentalmente neolamarckiana de raça, isto é, uma definição que, baseando-se na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua interação com o meio físico".⁶³ Quer dizer, a influência do meio tornaria compatíveis os conceitos de raça e cultura.⁶⁴ Esta concepção havia possibilitado a positivação do elemento mestiço, assim como a idéia de que os habitantes de Blumenau estavam se abrasileirando.

⁵⁸ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940, p. 35 e 36.

⁵⁹ Ibidem, p. 36.

⁶⁰ THOMAZ, Omar Ribeiro. *Casa Grande & Senzala revisitada*. *O Estado de São Paulo*, 28 jan. 1995, p. 02.

⁶¹ FREYRE, op. cit., p. 38 e 39.

⁶² Ibidem, p. 34.

⁶³ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 39.

⁶⁴ Idem.

Apesar de afirmar um lento mas progressivo abasileiramento dos imigrantes alemães no livro anteriormente citado, noutra obra sua, entretanto, intitulada *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, publicada em 1940, em Recife, e não em Portugal, Freyre afirma ter tido no Sul do Brasil a "oportunidade de ver nitidamente confirmados os perigos para a integridade da cultura luso-brasileira", perigos que já conhecia "através da leitura de livros e de artigos de revistas em que se vem exprimindo, nos últimos anos imperialismos de raça e de cultura voltados com empenho particular e insistência significativa para campanhas de desprestígio das tradições luso-brasileiras no Brasil". Neste livro, Freyre mostrava-se preocupado com o futuro da cultura luso-brasileira frente aos "europeus de outras origens que não a portuguesa".⁶⁵ Certamente por conta da Segunda Guerra Mundial, muitos intelectuais voltavam suas atenções para as áreas de colonização alemã, italiana e japonesa no Brasil. A divulgação de um suposto "perigo alemão" e a campanha de nacionalização no Sul do país, deixava de figurar apenas páginas dos jornais para instigar a produção não somente de relatórios policiais, livros escritos por agentes da Campanha, como também por intelectuais de destaque, como era o caso de Gilberto Freyre.

Luiz Felipe Falcão conjectura que este livro de Gilberto Freyre deve ter dado alento a um empenho, entre intelectuais catarinenses de origem portuguesa, a reinterpretar a história de Santa Catarina, esmaecendo o papel dos descendentes de outras tradições culturais e investindo no estudo e celebração da imigração açoriana.⁶⁶ Falcão se refere a Oswaldo Rodrigues Cabral, médico ligado ao governo do estado que, em 1941, teve um estudo intitulado *A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina*, publicado pela imprensa oficial do Estado,⁶⁷ no qual discorda da tese do fracasso da colonização açoriana, representação que ele próprio havia veiculado anos antes em seu livro *Santa Catarina*. Neste último livro, publicado em 1937, Cabral havia afirmado que os habitantes do litoral de Santa Catarina eram acometidos por um "fatalismo maometano", pois "parecem esperar do céu favores e desgraças", assinalando seu "estado de debilidade física" em função das doenças, agravadas pela subalimentação.⁶⁸ Em 1941, entretanto, Oswaldo Cabral assim se refere ao descendente de açorianos do litoral: "(este) firmou-se como fator principal da evolução histórico-político-social de Santa Catarina. Porque o fracasso da agricultura açoriana não

⁶⁵ FREYRE apud FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Ed. Univali, 2.000, p. 179.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ CABRAL, Oswaldo. *A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1941.

representou nem poderia representar a falência de seu espírito, da sua alma, da civilização lusa que legou aos seus descendentes”.⁶⁹ Percebe-se que, em poucos anos, o autor muda completamente sua opinião sobre o valor do elemento açoriano no desenvolvimento do Estado, reinterpretando a história catarinense.

A idéia de que a colonização portuguesa fracassara do ponto de vista econômico aparecia em escritos do Estado ainda em 1940, como na monografia *Estrangeiros em Santa Catarina*, publicada pelo assistente chefe do Departamento Estadual de Estatística, Lourival Câmara. Nesta monografia, o autor explica o fracasso da colonização portuguesa pela sua indolência, tendência à pesca e não à agricultura e a militarização de todos os homens "válidos", o que havia impedido que se dedicassem mais à agricultura.⁷⁰ No estudo *A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina*, em que o autor cita a monografia de Lourival Câmara, Cabral discorda destas e inclusive de suas próprias representações sobre o descendente de açorianos incluídas em seu livro *Santa Catarina*, justificando que o açoriano não havia se tornado agricultor devido a fatores físicos, como a pobreza do solo, e a fatores culturais, como o apego ao mar, por isto abandonou as terras para viver nas cidades e vilas. Cabral passa a valorizar no açoriano suas "qualidades intrínsecas, pela sua capacidade incontestável, através de gerações em que se apuram estas qualidades". Cabral não só renuncia sua antiga visão pessimista quanto ao habitante do litoral, como passa a considerá-lo "o elemento básico do edifício social catarinense".⁷¹ Quando caracteriza e valoriza o açoriano, Cabral o contrapõe aos demais colonos europeus, sobretudo aos alemães que colonizaram o Estado, caracterizando-os como "colonos alienígenas", que apesar do papel no desenvolvimento econômico do Estado, não "lograram, apesar de um século de permanência, constituir-se elemento destacado da estrutura social da terra catarinense".

Esta nova concepção de Cabral vai aparecer na segunda fase da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, publicada em 1943 e em 1944, na qual se buscou,

⁶⁸ CABRAL, *Santa Catarina*. São Paulo: Editora Nacional (Coleção Brasileira), 1937.

⁶⁹ CABRAL, *A vitória...*

⁷⁰ Neste trabalho, o autor se preocupa em identificar os tipos da sociedade catarinense, dividindo o Estado em três "zonas antropogeográficas": o litoral, as regiões de colonização e a serra. Reproduz a idéia da "reprodução degenerada do açoriano, que fracassou no litoral catarinense, à época do povoamento". P. 12. Com relação ao habitante das regiões de colonizadas por indivíduos de línguas alemã, italiana e eslava, apesar de identificá-los enquanto "colonos", adjetivo que não associa ao habitante do litoral – destaca-os como "exóticos", em relação ao todo populacional catarinense, tanto do ponto de vista étnico, social e mesmo psicológico. Em item intitulado "Os efeitos maléficos da colonização", problematiza a segregação étnica dos colonos (p. 13 e 33-41). O serrano é identificado como a "revivescência somática do bandeirante", resultante de cruzamentos de portugueses e indígenas (p.14). CAMARA, op. cit., p. 16.

⁷¹ CABRAL, apud FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre o ontem e o amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Ed. Univali, 2.000, p. 180.

conforme Élio Serpa, “afirmar a identidade catarinense pelo seu passado luso-brasileiro, mas neste momento despontam mais definidamente, os açorianos, tirados do esconderijo da história por Oswaldo Rodrigues Cabral”.⁷²

Estes esforços no sentido da valorização do elemento português são cristalizados anos mais tarde, durante o 1º Congresso de História Catarinense, em 1948, comemorativo ao Segundo Centenário da Colonização Açoriana em Santa Catarina, tema analisado por Maria Bernardete Ramos Flores.⁷³ Este é o momento de cristalização de uma visão positivada do elemento luso-brasileiro na história catarinense, já elaborada durante o Estado Novo. A diferença foi que este congresso teve como objetivo, especificamente, “resgatar a história dos açorianos em Santa Catarina”.⁷⁴ Um de seus participantes afirmava que o Congresso “constituiu uma necessidade no estado de Santa Catarina, onde a cultura luso-brasileira perigosamente enfrentou a cultura alemã. A finalidade suprema, embora não expressa, era a de mostrar para os outros estados da União, a brasilidade de Santa Catarina”.⁷⁵ Fica claro nesta afirmação, a influência do pensamento de Gilberto Freyre, por conta da idéia de que a cultura alemã havia representado uma ameaça à cultura luso-brasileira.

A mudança ocorrida nas representações sobre os elementos étnicos do Estado, durante o Estado Novo, continuava ditando a ordem dos discursos entre a intelectualidade catarinense. Muito embora se estivesse vivendo um novo período político, com o retorno das atividades político-partidárias, Nereu Ramos continuava no poder, desta vez alçado à vice-presidente da República, exercendo outro integrante da família Ramos, Aderbal Ramos da Silva, o cargo de governador de Santa Catarina. Muitos intelectuais e políticos que exerciam poderes durante o Estado Novo, em Santa Catarina, continuavam ocupando cargos de grande influência no governo de Santa Catarina após o Estado Novo. O Congresso de História de 1948 e as demais comemorações do segundo centenário da colonização açoriana no estado foram patrocinados pelo Executivo e Legislativo de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Florianópolis.⁷⁶ Ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina coube a organização do Congresso.

⁷² SERPA, Élio. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 14, n. 20, p. 66, 1996.

⁷³ Sobre isto ver capítulo 3 (A autoridade do passado) do livro de FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi*. Palavras, sentidos, ficções. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1998, p. 113-141.

⁷⁴ BOLÉO apud FLORES, op. cit., p. 115.

⁷⁵ MENEZES, apud FLORES, ibidem.

⁷⁶ BITENCOURT, João. *Estado Novo, cidade velha: o governo ditatorial de Vargas desde Laguna*. Porto Alegre, 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 44 (nota 24).

Dos 85 trabalhos apresentados nas 10 sessões do Congresso, apenas três se dedicavam especificamente ao Vale do Itajaí. Na sessão de História demográfica e política, Paulo Malta Ferraz apresentou o trabalho “Apontamentos para a história da colonização de Blumenau” e Max Tavares do Amaral, o trabalho “Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí”. Na sessão “História Econômica”, Theobaldo Costa Jamundá⁷⁷ apresentou o trabalho “História Econômica do Vale do Itajaí”.⁷⁸ Percebe-se que nenhum deles fazia parte da geração de intelectuais que escreviam sobre história do Vale do Itajaí durante a Primeira República e durante os anos 30. É um novo perfil de estudioso sobre o Vale do Itajaí que desponta, como é o caso de Theobaldo Costa Jamundá, que começa a publicar estudos sobre a região durante o Estado Novo, como visto anteriormente, e dos outros dois, que surgem no cenário da historiografia catarinense neste momento (sobre os outros dois ver mais adiante).⁷⁹

Os debates em torno da oposição entre cultura teuto-brasileira e luso-brasileira em Santa Catarina persistiram depois da Segunda Guerra e constituíram um dos temas discutidos durante o Congresso de História Catarinense. Quando Max Tavares d'Amaral apresentou a tese intitulada *Contribuição à História da colonização alemã no Vale do Itajaí*, a um dos participantes do congresso, citado por Maria Bernardete Ramos Flores, pareceu que tal tema parecia deslocado num “congresso destinado a estudar a colonização açoriana no estado de Santa Catarina”.⁸⁰ Ao justificar seu tema, o autor do trabalho afirmou não considerar o português um colonizador, mas um povoador.

Para o autor, só houve desenvolvimento econômico nas regiões colonizadas por alemães, imigrantes do Mediterrâneo e de procedência eslava. Como exemplos de “fracasso” cita a colônia belga da Ilhota, a irlandesa e norte-americana de São Pedro e a francesa do Saí.⁸¹ Quanto aos elementos indígenas, aos “caboclos” e aos “restos de colonização açoriana” que migraram do litoral em direção ao interior de Santa Catarina, como se refere, o autor afirmaria que estes “não têm nenhum amor ao chão que pisam; defendem-no quando não têm

⁷⁷ Jamundá continuou publicando depois de 1945, como uma outra monografia sobre um município do Vale do Itajaí, com base no padrão aprovado pelo Conselho Nacional de Estatística, sobre o município de Rodeio, em 1948. (JAMUNDÁ, T. C. *Interpretação regional do município de Rodeio*. Sem indicação de editora e local de publicação, 1948).

⁷⁸ Sobre isto ver PIAZZA, Walter F. *Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: estudo histórico-analítico (1896-1996)*. Florianópolis: Ed. UDESC, p. 37-38.

⁷⁹ Havia ficado decidido que todos os que haviam inscrito trabalhos no Congresso seriam considerados sócios do instituto, mas estes vão tomar posse somente em 1965, através de assembléia geral. *Ibidem*, p. 50.

⁸⁰ BOLÉO apud FLORES, op. cit., p. 130.

⁸¹ D'AMARAL. Max Tavares. *Contribuição à história da colonização alemã no vale do Itajaí*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950, p. 69.

outro canto para onde ir, mas não o amam, não lhe têm afeto. Plantando apenas o estritamente necessário ao seu sustento, vivem mais da caça e da pesca, do que do rendimento do efetivo trabalho".⁸² Ao desqualificá-los para o trabalho agrícola, mencionando o seu "desapego à terra", D' Amaral não concordava em chamar-lhes de colonos: "O colonizador, ou melhor dito, o povoador açorita, que se fixou na orla marítima, nunca foi colono ou lavrador na verdadeira acepção do termo, pelo menos deste lado do Atlântico. Sua atividade em solo catarinense, sempre se voltou para a indústria extrativa, principalmente da pesca (são inúmeros os traços dessa atividade deixados em vários pontos da costa) e sua vocação sempre foi o mar."⁸³ Ora, são idéias que estavam presentes naquela formação discursiva que desqualificava o homem do litoral, comum durante a Primeira República.

O autor chega a citar um trecho do livro *A cultura ameaçada: a luso-brasileira*, de Gilberto Freyre, mas não para valorizar o elemento luso-brasileiro, mas, pelo contrário, para argumentar o caráter não-colonizador do assentamento lusitano no litoral de Santa Catarina. D' Amaral afirma que o açoriano do litoral catarinense não tinha o "sentido da terra" tal como os portugueses do Nordeste brasileiro nos primórdios da colonização, no sentido de que falava Gilberto Freyre no livro *Casa Grande e Senzala*, característica que teria feito com que os portugueses no Nordeste brasileiro passassem da mera exploração extrativa para a "criação local de riqueza".⁸⁴ Para D' Amaral, as considerações acerca dos descendentes de portugueses do Nordeste não poderiam ser feitas em relação aos descendentes de açorianos em Santa Catarina.

Conforme Maria Bernardete Ramos Flores, a tese de D' Amaral "foi logo bastante criticada, com muita veemência e parece que foi o momento de maior apreço e exaltação da capacidade colonizadora dos portugueses em geral e dos açorianos em particular". Naquele momento, segundo um dos congressistas, "entraram em conflito dois conceitos diferentes de civilização: um que valorizava o progresso material; outro que valorizava, principalmente, a facilidade de assimilação".⁸⁵ Considerando o desenvolvimento econômico da região de colonização européia do Vale do Itajaí e a impossibilidade de mostrarem os açorianos como aqueles que mais progrediram economicamente no Estado, os congressistas optaram pelo segundo critério de civilização, ou seja, a abordagem que refundasse o caráter de brasilidade de Santa Catarina, ressaltando, para tanto, a presença portuguesa no Estado. O elemento

⁸² Ibidem, p. 61.

⁸³ Ibidem, p. 62.

⁸⁴ Idem..

⁸⁵ BOLÉO apud FLORES, op. cit., p. 130.

açoriano de Santa Catarina foi valorizado “como aquele que, historicamente, deu seu sangue, sua vida e sua bravura para a construção da brasilidade de Santa Catarina”.⁸⁶ Além disto, houve uma preocupação em se definir “o assentamento do açoriano no litoral de Santa Catarina como uma empresa colonizadora”,⁸⁷ e não como até então vinha sendo feito, isto é, identificando o açoriano como mero povoador, procurando-se demonstrar que “não se tratava de uma aventura, uma saga ou uma epopéia, mas uma iniciativa empresarial, planejada e acompanhada”.⁸⁸

Em seu texto, D' Amaral ainda tomaria partido do descendente de alemães, sugerindo que o descendente de açorianos imitasse o primeiro, pois aquele que isto fazia, via "sorrir-lhe a prosperidade", e assim tinha o "orgulho de poder competir com o ' estrangeiro' ao qual não tem ódio, porque se sente igual a ele, ao contrário, do que se dá com os patrícios que não labutam, estes vêm no alienígena ou seu descendente, apenas o explorador, o favorecido. Não querem compreender que a fortuna do seu vizinho advém do seu lidar incessante".⁸⁹ D' Amaral não deixa de, neste ponto, falar de si próprio, uma vez que ao se aproximar intimamente dos descendentes de alemães – como será visto mais adiante – viu realmente a prosperidade “lhe sorrir”, como disse. Mas para ele, mesmo que "um dos nossos"- portanto, entendia-se como descendente de portugueses - tentasse medir forças com o colono europeu, em termos de trabalho e rendimento, ainda assim se manteriam as diferenças, pois o último se destacava pelo hábito de morar bem. Aos italianos também destaca esta característica, se comparado ao açoriano.⁹⁰

Importante relacionar o discurso com a pessoa que o utiliza, tendo em vista o respectivo momento e contexto histórico, para saber “de onde ela está falando e “de onde” ela tira suas conclusões e conceitos.⁹¹ Não é de se desconsiderar, portanto, o lugar social de D' Amaral, sobretudo durante a Campanha de Nacionalização. O fato de ter sido interventor do jornal *Urwaldsbote*, a partir de meados de 1939, por conta da Campanha de Nacionalização, poderia fazer parecer um paradoxo, o fato de ter escrito um trabalho em defesa dos habitantes das regiões de colonização alemã do estado, em 1948. Mas não se pode

⁸⁶ Ibidem, p. 133.

⁸⁷ Ibidem, p. 117.

⁸⁸ Ibidem, p. 131.

⁸⁹ Ibidem, p. 63.

⁹⁰ D' AMARAL, op. cit., p. 63.

⁹¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 17.

esquecer o fato de ter publicado seu trabalho três anos após o término da Segunda Guerra Mundial e da Campanha de Nacionalização, e sobretudo a sua própria trajetória de vida.

D' Amaral era advogado, nascido em Itajaí, e havia exercido a função de promotor em Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí, mudando-se, em 1938, para Blumenau. Ali se inseriu no círculo das elites econômicas da cidade, casando-se, em 1941, com Isolde Hering, filha do industrial Curt Hering. D' Amaral assume cargos de direção na Empresa Industrial Garcia e na Cia. Hering, tornando-se membro de diversos conselhos fiscais de empresas, nas quais a família tinha ações. Durante a guerra, como visto, assumiu cargos em diretorias de significativas entidades associativas de Blumenau. Considerando sua ligação profissional e familiar com os Hering, não surpreende encontrar-se também entre os incluídos na "lista negra" publicada pelos EUA, em 1942. Durante a guerra, de certa forma D' Amaral serviu como intermediador, na esfera pública, com o governo e os agentes nacionalizadores, na defesa dos interesses de parcelas da elite econômica de Blumenau. Em 1945, consegue se eleger deputado federal pela UDN - União Democrática Nacional. Enquanto deputado, tratou em discursos, entre outros temas, da questão dos bens dos "súditos" do Eixo, estudando a matéria em face do Direito Internacional e da lei de naturalização de estrangeiros, apresentando emendas sobre o assunto no Congresso Nacional.⁹²

Suas ligações sociais e familiares permitem compreender melhor sua intervenção a favor do elemento alemão não somente em 1948 mas também no ano seguinte, como será visto mais adiante. Talvez também por conta de sua própria rápida ascensão social e política, durante e logo depois da guerra, que D' Amaral tenha se referido à "prosperidade" em seu texto de 1948. Neste, o autor vai se colocar a favor do "colono" descendente de alemães no congresso de história estadual. Só que negar ao habitante do litoral, descendente de portugueses, o adjetivo "colono", contrapondo-o ao descendente de imigrantes do Vale do Itajaí, pareceu uma afronta aos propósitos de muitos participantes do congresso. Na valorização do elemento alemão, em detrimento do açoriano, o autor retomava o argumento do progresso material. Este era, inclusive, segundo o autor, um dos motivos pelos quais havia conflitos e desentendimentos entre descendentes de alemães e de açorianos, em Santa Catarina, fazendo com que os últimos vissem os primeiros como uma ameaça, por causa de sua prosperidade.

D' Amaral resgata em seu estudo aquela formação discursiva vigente antes da guerra, que avaliava a noção de civilização com base na idéia de progresso econômico, resultando na

desqualificação do homem do litoral e na valorização das regiões de colonização alemã prósperas do estado. Mas diferentemente de alguns autores do Vale do Itajaí, que antes da guerra tomavam esta formação discursiva como argumento para defender o direito de manutenção dos costumes e do falar alemão, D' Amaral vai incorporar à sua narrativa o discurso da brasilidade do governo, afirmando a necessidade do poder público em auxiliar o imigrante "desde a sua chegada até sua perfeita aculturação, que precisa ser ajudada, preparada, facilitada".⁹³ Seu discurso era diferente de alguns textos escritos por integrantes do empresariado antes da guerra, como o de Ingo Hering, seu cunhado, que nos festejos do 25 de julho de 1937 via a preservação das fronteiras étnicas dos teuto-brasileiros como um fator explicativo do desenvolvimento econômico de Blumenau. Afirmar isto, em 1948, seria inoportuno, diante dos objetivos do congresso, financiado pelo poder público, que durante a guerra havia levado a cabo a Campanha de Nacionalização. Mas não só rupturas se percebem no discurso de representantes das elites industriais de Blumenau no pós-guerra. Em seu texto, D' Amaral reabilita a idéia da suposta superioridade do trabalho alemão, presente em muitos periódicos de língua alemã em Santa Catarina antes da guerra, como visto, mesmo que de uma forma menos efusiva.

A repercussão de tais questões na esfera pública de Blumenau, no pós-guerra até 1950, será perseguida nas próximas linhas.

Entre o passado e o futuro: tensões na esfera pública por conta do tema “nacionalização”

A relação causal entre as atividades do partido nazista em Santa Catarina e a campanha de nacionalização, que o governo fazia durante o Estado Novo, faria pressupor que com a repressão às atividades do partido nazista, somada aos investimentos na nacionalização escolar, teriam cessado as polêmicas sobre as regiões habitadas por estrangeiros e descendentes. Depois de 1945, percebe-se, em alguns momentos, a emergência do ‘problema da integração’ dos descendentes de alemães à Nação brasileira em Santa Catarina. Claro que isto ocorre num contexto político caracterizado por algumas mudanças, mas que, em muitos aspectos, apresenta continuidades em relação ao período do Estado Novo.

⁹² Idem.

⁹³ Ibidem, p. 68.

Após 1945, continuavam no exercício do governo estadual muitos dos políticos que assumiram cargos durante o Estado Novo. Com a redemocratização, toda a estrutura burocrática estado-novista que controlava a engrenagem do funcionalismo público, desde os pequenos funcionários aos interventores, chegando até o presidente da República, foi acionada para formar o PSD – Partido Social Democrático, daí a expressão de Thomas Skidmore, partido “dos de dentro”.⁹⁴ O ex-Interventor de Santa Catarina, Nereu Ramos, foi o articulador da criação do PSD no estado. Foi deputado à Assembléia Nacional Constituinte em 1946, tornando-se presidente da Comissão Constitucional e sendo eleito pelos constituintes, em setembro deste mesmo ano, vice-presidente da República.⁹⁵ No estado de Santa Catarina, o governador Aderbal Ramos da Silva, da mesma família de Nereu Ramos, também era do PSD.

Quanto a Blumenau, a maioria das pessoas que exerciam cargos políticos até 1937, não voltaram a exercer cargos políticos após 1945.⁹⁶ Alguns se retraíram, outros também faleceram.⁹⁷ Mas surgiram obviamente novas lideranças políticas. A situação política, entre 1945 e 1947, quando houve uma seguida troca de prefeitos,⁹⁸ caminhava no sentido de se fortalecer a UDN - União Democrática Nacional, partido opositor ao partido que governava Santa Catarina. Um fato significativo que aponta para a legitimidade da UDN em Blumenau, no imediato pós guerra, é o resultado das eleições presidenciais de 1945. Em Blumenau, o general Eurico Gaspar Dutra, do PSD, perdeu as eleições com grande margem de votos para o candidato opositor, da UDN.⁹⁹

⁹⁴ PIAZZA, Walter (Org.). *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 431.

⁹⁵ CORREA, Carlos Humberto (Org.) *Nereu Ramos*. Florianópolis: FCC Edições: Associação Portobello de Cultura, 1988, p. 28-30.

⁹⁶ Os únicos foram Germano Beduschi, que foi prefeito entre abril de 1946 e abril de 1947 (que havia sido prefeito provisório nos anos 30), Antônio Cândido Figueiredo e João Durval Müller, ambos vereadores entre 1947 e 1951 (o primeiro foi prefeito provisório entre 1931 e 1933 e o segundo, vereador pela AIB entre 1936 e 1937). SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau*. Florianópolis: Edeme, 1972, p. 282.

⁹⁷ É o caso, por exemplo, de Gustav Artur Koehler, falecido em 27.04. 1945, Pedro Christiano Feddersen, em 23.06.1946, de Curt Hering, falecido em 26.12.1948. Cf. *Centenário de Blumenau. 1850-1950*. Edição da Comissão de Festejos, 1950.

⁹⁸ Após a queda de Getúlio Vargas, assumiu o governo municipal Frederico Guilherme Busch Júnior, um industrial filiado à UDN. Este se demitiu do cargo meses depois, sendo substituído por Germano Beduschi, que governou por 1 ano. Depois deste governou Bruno Hildebrand, do PSD, que governou por 8 meses. Cf. SILVA, op. cit., p. 172-173.

⁹⁹ Cf. tabela citada por SIMÃO, Vilma Margarete. *Blumenau: da indiferenciação étnica à diferenciação de classe*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 78.

Em 1947, com o início do período constitucional, o empresariado assumiu a hegemonia política em Blumenau, através da UDN.¹⁰⁰ Chegaram a disputar o cargo de prefeito municipal dois membros do empresariado, Frederico Guilherme Busch Júnior e Victor Hering. O primeiro venceu as eleições e ficou no cargo até o final de 1950. Além do prefeito, eram vereadores, entre 1947 e 1949, mais três outros integrantes do empresariado. Entre os 13 vereadores, encontrava-se um banqueiro (Hercílio Deeke, que era o presidente da Câmara) e dois representantes da classe industrial da região (Guilherme Jensen e Otto Hennings).¹⁰¹

Com o novo período constitucional, portanto, surgem novos líderes políticos no meio do círculo de empresários de Blumenau, que tomam as rédeas do governo municipal, algo que não acontecia desde 1930. Considerando isto, não é com surpresa que se percebe como o poder público municipal, naquele período, vai investir na memória de destacados políticos do extinto PRC, que representavam Blumenau, deixando marcas disto no espaço urbano. Somente para dar alguns exemplos, o busto de Victor Konder, inaugurado em 1928 pelo Superintendente Municipal Curt Hering, seu correligionário político, e que havia sido jogado no rio Itajaí-Açu pelos seus adversários, durante a Revolução de 1930, foi repostado em seu lugar em 1947.¹⁰² Com a morte de Pedro Christiano Feddersen, em 1946,¹⁰³ a Câmara Municipal de Blumenau decretou a mudança do nome da rua Acre para rua Coronel Feddersen, na qual o mesmo havia residido, criando também ali o Largo Coronel Feddersen, onde foi erigido um busto em sua homenagem.¹⁰⁴ Também Curt Hering, que faleceu em fins de 1948, foi homenageado durante as comemorações do Centenário de Blumenau, em 1950, através da inauguração de um busto numa praça no bairro Bom Retiro, onde se localiza a sede da indústria Hering.

Apesar do empresariado voltar a dominar o exercício do poder público municipal, sobretudo através da UDN, a partir de 1947, percebe-se uma divisão política entre eles, considerando que tanto em 1947, quanto em 1950, o cargo de prefeito é disputado por dois membros do empresariado. Fabrício Tomio conjectura que tais fatos, ocorridos nestas duas

¹⁰⁰ Conforme Vilma Simão, a UDN, que em Blumenau congregava grande parte dos empresários, conseguiu depois da guerra obter uma hegemonia política que somente foi interrompida em 1966, e mesmo assim, porque o candidato do PSD, Carlos Curt Zadrozny, provinha da classe empresarial.

Idem.

¹⁰¹ Cf. lista dos integrantes das Câmaras Municipais no final do livro de SILVA, op. cit., p. 360.

¹⁰² SILVA, José Ferreira da. *Blumenau e os seus monumentos*. Blumenau: mimeo. Sem data. AHJFS.

¹⁰³ LIBERATO, Celso. Coronel Pedro Christiano Feddersen. Revista *O Vale do Itajaí*, Blumenau, n. 43, out. 1948.

datas e também mais tarde, pode ter ocorrido, entre outros fatores, por conta dos ‘interesses econômicos conflitantes ou novos interesses que tenham surgido durante o Estado Novo’, quando parte dos empresários se ligaram à oligarquia Ramos, no exercício do governo estadual.¹⁰⁵

Membros das classes empresariais e políticos de Blumenau evitavam a valorização da língua e de elementos da cultura alemã na esfera pública, da forma como se fazia ainda nos anos 30 em periódicos em Blumenau. Roberto Caresia e Balbino Rocha acentuam que, a partir do momento em que políticos e empresários teuto-brasileiros adotaram o discurso do nacionalismo brasileiro, ‘passaram a deter o poder na região’.¹⁰⁶ Segundo os mesmos autores, ao discurso nacionalista brasileiro veiculado durante o Estado Novo em Blumenau também estava vinculado o discurso cultural e político dos EUA. O discurso da modernidade tecnológica e da superioridade econômica dos EUA acabou ocupando os espaços dos meios de comunicação, por exemplo, antes ocupados pelo discurso germânico.¹⁰⁷

Os alemães haviam perdido a Segunda Guerra Mundial. Os alemães e descendentes, em Santa Catarina, também perderam, não aquela guerra, mas a “guerra interna” que se viveu por conta da repressão e da campanha de nacionalização que se empreendeu no estado, quando estes foram tidos como “inimigos” da Nação brasileira. Muito embora tivessem terminado a Segunda Guerra Mundial e o regime do Estado Novo, durante o qual se desencadeou aquela campanha, defender publicamente a manutenção de fronteiras étnicas entre os que falavam alemão e os que não falavam, era algo descabido depois de 1945.

Havia, depois da guerra, um consenso na esfera pública de Blumenau sobre a necessidade de se continuar investindo na “integração” dos descendentes de imigrantes à Nação brasileira, mas as formas para se chegar a tal, divergiam. Segundo um artigo publicado em 1946 na Revista *O Vale do Itajaí*, naquele instante, o ‘sério problema da nacionalização era interpretado sob várias maneiras, embora em todas elas exista o sentimento comum de bem servir ao Brasil.’¹⁰⁸

¹⁰⁴ Justa homenagem a quem trabalhou pelo progresso de Blumenau. Revista *O Vale do Itajaí*, Blumenau, n. 41-42, ago./ set. 1948.

¹⁰⁵ TOMIO, Fabrício R. de Limas. Breve história da burguesia industrial têxtil blumenauense. In: In: THEIS, Ivo M., MATTEDI, Marcos A.; TOMIO, Fabrício R. L. (Org.) *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau*. Blumenau: Ed. FURB: Cultura em Movimento, 2000, p 84.

¹⁰⁶ CARESIA, Roberto; ROCHA, Balbino Simor. Discurso e poder em Blumenau (1940-1950). *Dynamis*. Blumenau, v. 9, n. 35, abr.-jun. 2001, p. 114.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 110 e 115.

¹⁰⁸ Aviso aos blumenauenses. Revista *O Vale do Itajaí*, Blumenau, n. 17-18, ago. 1946.

O fato de se voltar a falar alemão nas ruas, depois da guerra, foi motivo de alguns artigos publicados nesta revista, surgida no final do Estado Novo,¹⁰⁹ que criticaria com veemência tal situação. Tratava-se da revista *O Vale do Itajaí*, nascida sob apoio do então prefeito municipal, Alfredo Campos, que se tornou o seu diretor-presidente.¹¹⁰ Nas primeiras edições, a revista apresentava artigos sobre os principais feitos do governo de Getúlio Vargas, apoiando a campanha de nacionalização empreendida na cidade.

Em agosto de 1946, o jornalista Osias Guimarães publicou um artigo intitulado “Aviso aos blumenauenses”, em que defende a necessidade de se falar o português na cidade: “somente agora, após dois anos de vida nesta região, ju lgo-me com a capacidade necessária para escrever alguma cousa sobre certos problemas existentes em Blumenau”, referindo-se ao “sério problema da nacionalização”.¹¹¹ Segundo Guimarães, “desejar que o elemento brasileiro, filho de alemão, volte a gozar da liberdade de falar alemão nos cafés, bares, clubes, cinemas, etc, em detrimento do idioma pátrio, corresponde ao desejo de maus elementos que só conseguiram posição de bem estar e conforto, fortalecendo esta situação dolorosa.”¹¹²

O editor segue dando como argumento à necessidade de se aprender bem o português, uma razão econômica: “Enquanto o filho de Blumenau continuar seguindo um passado que deve ser esquecido, enquanto preferir o alemão ao idioma pátrio, ele ficará sempre subordinado aos que vem de fora, como eu (...)”.¹¹³ Para ele, se o descendente de alemães preferisse falar alemão pelas ruas da cidade, “cavando a sua própria ruína, prejudicando o futuro de seus filhos, os cargos de importância na cidade serão sempre ocupados pelos que vêm de fora e que acham mais interessante que o blumenauense não procure aprender o português.”¹¹⁴

Ao final do seu artigo, Guimarães conclama a população a tomar uma decisão: “falar alemão e ser dominado pelos que vêm de fora, correndo o risco de prisões, de extorsões e de outros absurdos”, ou “falar bem o português, procurar conhecer bem a sua terra, possuir amigos honestos e sinceros, ocupando cargos a que têm direito”.¹¹⁵ Termina sugerindo que as

¹⁰⁹ Em 1944, o engenheiro agrônomo Osias Guimarães havia reunido, no Teatro Carlos Gomes, pessoas da indústria e comércio para comunicar o propósito de criar uma revista mensal em Blumenau, dedicada a assuntos culturais, sociais, a comentários políticos e econômicos e à publicidade. Com o apoio do então prefeito do município, Alfredo Campos – no poder deste 22 de janeiro de 1944 – foi fundada a revista “O Vale do Itajaí. Lavoura, Indústria, Comércio”, cuja primeira edição saiu em fevereiro de 1945.

¹¹⁰ A verdade dos fatos. Revista *O Vale do Itajaí*, Blumenau, n. 34, jan. 1948.

¹¹¹ GUIMARÃES, Osias. Aviso aos blumenauenses. Revista *O Vale do Itajaí*, n. 17-18, ago. 1946.

¹¹² Idem.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

peças se esforçassem, ao encontrar alguém na rua, em falar o português, mesmo que com dificuldades, para que não precisasse haver mais “receio de cousa alguma”.¹¹⁶

Aquele que falava alemão, o autor chamava de “mau blumenauense” e aquele que falava o português, de “blumenauense bom e honesto”. O jornalista opera com a oposição “bom” versus “mau”, ou seja, um elemento eufórico e outro disfórico, que revela uma determinada formação ideológica,¹¹⁷ neste caso, a do nacionalismo varguista. Se a proibição do falar alemão e a repressão a estrangeiros e descendentes ocorreram sob o regime autoritário de Vargas, o editor da revista procurava naquele momento, caracterizado pela democratização, formular razões para argumentar contra a volta do hábito de se falar alemão em público. Segundo ele, aquele que se esforçasse em falar português, mesmo que com dificuldades, seria recompensado, inclusive materialmente, ao contrário dos que insistissem em continuar falando o alemão. Estes, por sua vez, seriam “castigados”, fosse pela submissão e dependência aos que vieram “de fora”. Os atos praticados durante os duros anos passados, como as “prisões, extorsões”, “violação das liberdades” são rememorados, no final do texto, como outra estratégia argumentativa.

Durante a campanha de Nacionalização, vieram não somente militares de outras regiões do país para Blumenau, mas também funcionários públicos, professores, comerciantes, advogados, médicos e outras pessoas, de outros municípios, muitos com ascendência portuguesa. Estes eram considerados como aqueles “vindos de fora”, ou seja, que eram de fora do círculo cultural blumenauense.¹¹⁸ Osias Guimarães, que não era natural de Blumenau, incluía-se neste grupo dos “de fora”. Estes, vistos como *outsiders*, vieram a Blumenau numa época propícia a eles, diante do discurso nacionalizador que desqualificava os descendentes de alemães como “inimigos” da Nação brasileira. Ao afirmar que, enquanto um indivíduo preferisse o alemão ao português, ficaria “sempre subordinado aos que vêm de fora, como eu (...)”, o jornalista lança mão daquilo que José Fiorin chama de “estratégia argumentativa consciente”, para criar efeitos de verdade e realidade, com a finalidade de convencer o interlocutor. Baseado em Pecheux, José Fiorin assim afirma: “O enunciador organiza a estratégia argumentativa em função de um jogo de imagens: a imagem que tem do interlocutor, a imagem que pensa que o interlocutor tem dele, a imagem que deseja passar para o interlocutor, etc”.¹¹⁹ No caso de Guimarães, ele se utiliza da imagem que o interlocutor

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Sobre isto ver FIORIN, op. cit., p. 10.

¹¹⁸ Cf. CARESIA; ROCHA, op. cit., p. 114.

¹¹⁹ FIORIN, op. cit., p. 11-12.

tem dele, “aquele que veio de fora”, para convencê-lo da necessidade de agir da maneira como sugere.

O autor acusava industriais e comerciantes de boicotar o trabalho da revista, referindo-se aos “que conseguiram fortuna rápida, aproveitando o período de guerra”,¹²⁰ pessoas “que jamais deixaram de auxiliar as campanhas de inverno [da Alemanha], qualquer organização estrangeira pedindo socorro recebia o apoio moral e material”.¹²¹ Guimarães faz menção ainda a pessoas que dominavam as duas línguas e que durante os anos da guerra “tiraram vantagens de toda espécie”, em detrimento dos que não sabiam falar o português, a “um grupo interesseiro, acostumado a agir na sombra, responsável pelo que tem acontecido no Vale do Itajaí, sempre procurando chegar-se hipocritamente às autoridades civis e militares, apoiando veladamente as medidas nacionalizadoras.”¹²²

Em meio a pressões, violências e arbitrariedades, ocorreram também, durante a Campanha de Nacionalização e a Segunda Guerra Mundial, articulações e barganhas por parte de industriais da cidade, conforme alguns indícios que se apontaram no capítulo anterior. Tais fatos eram instrumentalizados pela Revista *O Vale do Itajaí* em defesa de sua sobrevivência na esfera pública de Blumenau.

Se de um lado, o editor criticava os empresários “estabelecidos”, descendentes de alemães, de outro também criticava outras pessoas, “vindas de fora”, que viam na continuidade do falar alemão uma vantagem, na medida que isto possibilitaria que assumissem “à direção e a orientação de tudo o que se pode organizar em Blumenau, com relações interesseiras, lucros fabulosos e posições destacadas”.¹²³ Ou seja, estava criticando também pessoas que não eram oriundas de Blumenau, não falavam alemão e não se importavam com o falar alemão na cidade, pois isto lhes garantiria, conforme o autor, a continuidade em seus cargos. Esta questão se torna mais clara quando alguns meses depois, o editor acusa o presidente da ACIB – Associação Cultural e Industrial de Blumenau, Joaquim Gonçalves, de boicotar o trabalho da revista por ter cancelado a publicação de uma matéria sobre esta entidade. Acompanham este artigo correspondências entre a diretoria da ACIB e a edição da revista, como que para provar suas denúncias, assim como uma foto do presidente

¹²⁰ Terceiro ano de fundação. Revista *O Vale do Itajaí*, Blumenau, n. 22, 31 jan. 1947, p. 01.

¹²¹ *Idem*.

¹²² *Idem*.

¹²³ GUIMARÃES, Osias. A verdade dos fatos.... Revista *O Vale do Itajaí*. Blumenau, n. 32-33, dez. 1947.

daquela entidade,¹²⁴ artigo no qual Guimarães acusa um “determinado grupo de pessoas” de querer manter Blumenau um “centro nocivo aos interesses do país”, pois assim continuariam em cargos de direção. Ele estava se referindo, neste caso, ao presidente da ACIB, por sinal, um homem com sobrenome bem brasileiro.¹²⁵ O artigo tinha o título “Qual a sua opinião, leitor amigo?”, evidenciando a estratégia do editor em procurar envolver o leitor naquela polêmica, até para dar uma imagem de revista democrática.

As polêmicas sobre a falta de apoio financeiro cessam no mesmo ano em que a revista ganha uma ajuda financeira do industrial Curt Hering, possibilitando a aquisição de oficinas próprias, barateando assim os custos de impressão, o que lhe daria maior estabilidade no meio jornalístico.¹²⁶ É um fato significativo, considerando que o mesmo industrial havia, durante muitos anos, apoiado o jornal *Urwaldsbote*, veiculador mais exasperado da etnicidade teuto-brasileira em Santa Catarina e que, durante o Estado Novo, foi proibido de circular.

Os artigos sobre o “problema da nacionalização”, como a eles se referira a revista, surgiram num momento em que a revista procurava se firmar na esfera pública de Blumenau. No mesmo mês em que foi publicado o artigo “Aviso aos blumenauenses”, em agosto de 1946, o jornalista Osias Guimarães havia dado uma palestra a empresários integrantes do *Rotary Club* – que integrava alguns membros de destaque do círculo de industriais e comerciantes da cidade, e do qual havia sido presidente Alfredo Campos, um ano antes - falando sobre o “valor da imprensa” na “solução dos problemas coletivos”.¹²⁷ Eram sinais dos novos tempos, em que a imprensa pôde atuar livremente.¹²⁸ A revista havia surgido durante o Estado Novo, tendo como diretor-presidente a mais alta autoridade do Executivo municipal, numa época em que a imprensa era controlada pelo Estado.

Os artigos também surgiram num momento em que se definiam os quadros dos dois partidos existentes, percebendo-se já o fortalecimento do partido opositor ao PSD, que congregou muito dos que faziam parte ou se alinharam ao Estado durante a guerra. Era o caso de Alfredo Campos, que ajudou a fundar a revista.¹²⁹ Se durante o Estado Novo, a revista

¹²⁴ GUIMARÃES, Osias. Qual a sua opinião leitor amigo? Revista *O Vale do Itajaí*, Blumenau, n. 37-38, abr./mai. 1948.

¹²⁵ Era presidente da ACIB, em 1947, Joaquim Gonçalves. Cfe *ACIB*. 100 anos construindo Blumenau. Blumenau: Ed. Expressão, 2001.

¹²⁶ SILVA, José Ferreira da. *A imprensa em Blumenau*. Florianópolis: IOESC, 1977, p. 120.

¹²⁷ O valor da imprensa. Revista *O Vale do Itajaí*, Blumenau, n. 21, 25 dez. 1946.

¹²⁸ CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988, p. 50.

¹²⁹ Com o término do Estado Novo, em 29 de outubro de 1945 – quando também Alfredo Campos foi destituído do cargo de prefeito - se instituiu a liberdade de imprensa e a democracia político-partidária no Brasil. Alfredo Campos, diretor da revista, tornou-se então membro do PSD, partido ao qual também faziam parte o governador estadual, assim como Nereu Ramos, o ex-interventor federal no estado.

investia na legitimação do regime, durante o qual se desencadeou a campanha de nacionalização, mais tarde, investiria na necessidade de se continuar “àbrasilizando” os habitantes de origem alemã, em Blumenau. A revista investiria na desqualificação de valores da cultura e da língua alemã, associando-os a um passado que deveria “ser esquecido”.

Alguns indícios apontam que, depois da repressão e da campanha de nacionalização, ocorridos durante a guerra, muitos assuntos e fatos não eram discutidos na esfera pública em Blumenau. O deputado federal Max Tavares d’ Amaral, em 1949, ao discursar na Câmara dos Deputados sobre o “problema da assimilação” dos estrangeiros e descendentes à Nação brasileira, observaria que “se anda querendo transformar em tabu” tal assunto, lamentando: “pena é que se o não debata suficientemente”.¹³⁰ Aquele foi um momento em que algumas personalidades do Vale do Itajaí se manifestaram publicamente, a respeito, por conta da publicação de um artigo sobre o Vale do Itajaí na revista *O Cruzeiro*, de ampla circulação nacional. A escritora Raquel de Queiróz, após uma visita a Santa Catarina, publicou, nesta revista, o artigo “Olhos azuis”, no qual representa va Blumenau como área de fronteira da nação brasileira. Seguem alguns trechos do artigo: “Nem parecem olhos de brasileiros aqueles olhos azuis com que nos fitam as gentes de certas zonas do Sul, tão claros, tão arianos (...) de brasileira aquela gente não tem nada, só mesmo o direito que a constituição lhe dá de brasileiros se chamarem, porque aqui nasceram – naturalmente não por seu gosto”.¹³¹ Para ela, os descendentes de alemães do Vale do Itajaí não poderiam ser considerados brasileiros. Mais que isto, constituiriam um perigo à segurança nacional: “Quem anda pela chamada ‘zona alemã’ dos estados do sul, e especialmente pelo ‘vale do Itajaí’, em Santa Catarina, a sensação que tem é de estar em país estrangeiro, e país estrangeiro inamistoso.”¹³²

Em alguns aspectos, é um discurso similar aos agentes da nacionalização, que tomaram os estrangeiros e descendentes como “inimigos” da Nação brasileira e um perigo à “segurança nacional”. A autora usa as mesmas expressões usadas pelos agentes da nacionalização, identificando o Vale do Itajaí como “quisto racial”. Raquel de Queiroz chega a delimitar geograficamente o local onde estaria a “fronteira” que separaria tal região da Nação brasileira: “De Brusque para lá [em direção a Blumenau] acham que fica a fronteira da sua nação (...) Se há, pois quisto racial ainda em plena exuberância é aquele. Aquilo não é Brasil, ou se o é, é Brasil transviado, Brasil em mãos alheias.”¹³³ A referência ao termo

¹³⁰ Notável discurso..., p. 01.

¹³¹ QUEIRÓZ, Rachel de. Olhos Azuis. Revista *O Cruzeiro*, n. 19, 19 mar. 1949.

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

“fronteira” sublinha a concepção da autora, de que a Campanha de Nacionalização ali não havia surtido efeito. A autora teria presenciado pessoas falando alemão nas ruas, vendo nisto um ato conspirativo: “Se conversam alemão num grupo de rua e lhes passa por perto um ostensivo brasileiro de pele morena, eles mudam de língua enquanto o brasileiro passa e trocam qualquer palavra em português. Porém mal o brasileiro se afasta dez passos, logo eles juntam as cabeças e tornam a engrolar conspirativamente na sua língua de gringo.”¹³⁴

Raquel de Queiroz enumera algumas razões para afirmar ser o Vale do Itajaí um “país inamistoso”. A primeira delas seria o forte acento que muitos demonstravam, ao falar a língua portuguesa: “fala mal, com sintaxe germânica, com uma pavorosa pronúncia germânica e fala-a principalmente com um desinteresse, um descaso, tal como devem falar os ingleses coloniais o dialeto dos cafres”.¹³⁵ A autora remete ao imperialismo europeu, o que, associado à sua afirmação de que os descendentes de alemães constituíam um país estrangeiro inamistoso no interior do Brasil, remete à idéia do perigo alemão, veiculada durante a guerra. O segundo obstáculo à integração dos descendentes de alemães, segundo a escritora, seria o “desprezo pelos habitantes do resto do Brasil”, e que, acentua, era um desprezo disfarçado, considerando o que tudo ocorreu com a campanha de nacionalização e a derrota da Alemanha na Segunda Guerra: “à impressão que se tem é que eles se encolhem, mas ainda rosnam”.¹³⁶ E termina seu artigo pedindo uma tomada de posição das autoridades competentes, fazendo um apelo ao leitor:

alguém tem que dar um jeito nesse problema enquanto ele não vira drama. A formula de solução é entretanto o difícil e pelo menos até agora, parece que ainda não foi encontrada. E enquanto se espera o jeito, as crianças que nascem no Vale do Itajaí continuam aprendendo o alemão como língua pátria, se batizando em alemão, lendo o alemão, pensando em alemão, vivendo e morrendo em alemão”.¹³⁷

Na época em que Raquel de Queiróz escreve o artigo, o Brasil já havia saído há quatro anos do regime estado-novista. As condições políticas em que Raquel de Queiróz publica seu artigo diferem das condições políticas em que foram publicados, por exemplo, os artigos sobre o “perigo nazista” no Vale do Itajaí, no final de 1937, na imprensa do Rio de Janeiro, por exemplo. Se em 1937, os artigos do jornal *O Globo* contribuía no sentido de legitimar a intervenção do Estado e de seu aparato repressor na perseguição aos integrantes do partido

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem.

nazista e integralista e no desencadeamento da Campanha de Nacionalização, num momento em que o Estado Novo procurava se solidificar, em 1949, doze anos depois, já se fazia referência na esfera pública, por exemplo, a atos de violência cometidos durante a Campanha Nacionalizadora no Sul do Brasil. Além disto, estava-se num regime político-partidário democrático, em que se investia na desqualificação do período ditatorial de Getúlio Vargas.

Ao escrever “alguém tem que dar um jeito nesse problema”, a escritora Raquel de Queiróz “joga a bola” para o leitor, colocando a questão como um problema não do governo, mas dos brasileiros em geral. Não tardaram as respostas ao artigo em Santa Catarina. As afirmações da escritora criaram um clima de indignação em determinadas autoridades de Blumenau, como o prefeito, membros da Câmara Municipal de Blumenau e alguns jornalistas. A edição da Revista *O Vale do Itajaí* publicou, em primeira página, um pequeno artigo, no qual considerava que o artigo da escritora ofendeu, de um “modo grosseiro e incompreensível”,¹³⁸ os descendentes de alemães. Utilizando o mesmo título do artigo da escritora, “Olhos azuis”, a revista imprime, numa página inteira, fotos de descendentes de imigrantes que participaram da Segunda Guerra Mundial, lutando nas raias do Exército brasileiro na Itália, referindo-se ainda à existência de bons times de futebol e de festejos de carnaval em Blumenau, com o objetivo de “vislumbrar a brasilidade” da cidade.¹³⁹

Acompanhando o artigo, é publicado um desenho sugestivo: no centro dele, um tenebroso cemitério abandonado, no qual, de uma sepultura, cuja cruz está caída ao chão, uma alma ressuscita do mundo dos mortos. O artigo de Raquel de Queiróz é, por este recurso visual, representado como a ressurreição de questões que, para a revista, estavam mortas e enterradas.¹⁴⁰ Há três anos antes, a revista havia afirmado que o “filho de Blumenau” deveria deixar de seguir “um passado que deve ser esquecido”,¹⁴¹ abdicar de falar alemão e investir no aprendizado da língua portuguesa. Em resposta ao artigo de Raquel de Queiróz, em 1949, a revista *O Vale do Itajaí* criticou o que chamou de “temperamento mórbido com relação aos sentimentos germânicos” da escritora, que deste modo haveria procedido “como certos nacionalizadores que vêem no teuto-brasileiro um inimigo, não lhes concedendo o direito de agir como filhos e donos desta terra”.¹⁴² Chegaria ainda a afirmar que comentários como os da escritora surtiam efeitos contrários: “eles [os teuto-brasileiros] se isolam e fazem muito bem.

¹³⁸ Olhos azuis. Revista *O Vale do Itajaí*, Blumenau, n. 48-49, mar./abr. 1949.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ GUIMARÃES, Osias. Aviso aos blumenauenses. Revista *O Vale do Itajaí*, Blumenau, n. 17 e 18, ago. 1946.

¹⁴² Olhos azuis. Revista *O Vale do Itajaí*. Blumenau, n. 48 e 49, mar./abr. 1949.

Evitam a companhia de brasileiros da marca da Raquel porque temem artigos desta natureza. E procuram criar a sua vida, isolando-se embora com tristeza”.¹⁴³

O artigo da escritora repercutiu não somente na imprensa blumenauense, mas também nos círculos políticos de Santa Catarina. Alguns políticos, representantes do Vale do Itajaí, posicionaram-se publicamente. Foi o caso do deputado federal Max Tavares D’ Amaral e do deputado estadual Antônio Carlos Konder Reis. Significativo é o fato de ambos os deputados serem da UDN, partido que exercia o governo municipal em Blumenau. Ambos eram porta-vozes autorizados, na medida em que seus discursos não eram pronunciados a título pessoal. Eram autoridades dotadas de legitimação política.¹⁴⁴

Em discurso na Assembléia Legislativa do estado, Konder Reis se referiu a uma “campanha contra a colonização alemã em Santa Catarina”. O deputado criticaria as violências, perseguições e injustiças que caracterizaram a campanha de nacionalização e “à confusão lamentável que se faz entre alemão e nazista, quando o nazismo, nas colônias, foi, pela grande maioria, repellido, tendo conquistado apenas 10% da simpatia das populações de origem teuta”.¹⁴⁵ Através da conjugação do verbo “fazer”, percebe -se como aquelas questões ainda eram muito vivas.¹⁴⁶

Konder Reis destacou, ao se referir aos descendentes de alemães, sua “contribuição para a economia do estado”, para a “causa pública e para as artes”.¹⁴⁷ Após afirmar que, quando os imigrantes alemães chegaram à antiga província de Santa Catarina, encontraram apenas um “deserto”, destacou sua “contribuição à economia do estado”, fazendo menção a grandes comerciantes e industriais de Blumenau, Joinville, Itajaí, Brusque, descendentes de alemães, representando tais localidades como “vigas mestras da economia do estado”.¹⁴⁸ Com base nisto, afirmaria que aquela “campanha contra a colonização alemã em Santa Catarina” era alvo da inveja.¹⁴⁹ Tais palavras revelam que a valorização do trabalho alemão, veiculada

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Conforme Bourdieu, “o uso da linguagem depende da posição social do locutor”, e sendo um porta-voz autorizado”, tem acesso aos instrumentos legítimos de expressão”. BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo, EDUPS, 1996, p. 87.

¹⁴⁵ Ele utiliza genericamente o termo “nazismo”, palavra que pode remeter também à ideologia nazista, cuja simpatia entre a população catarinense ficaria difícil medir em termos percentuais, ao invés de “partido nazista”. REIS, Antônio Carlos Konder. Em defesa da colonização alemã. In: JOCHEN, Toni Vidal (Org.) *São Pedro de Alcântara. 1829-1999. Aspectos de sua história*. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999, p. 242.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 234.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Idem.

em muitas publicações de língua alemã, antes da guerra, não havia sido cerceada da esfera pública depois da guerra.

Quanto a Max Tavares d' Amaral deputado federal, também ligado ao empresariado do Vale do Itajaí, este pronunciou um discurso em que criticou a forma como Raquel de Queiróz tratou o tema – “levianamente, parcialmente, de maneira insultuosa e agressiva”, acusando-a de dizer inverdades e injustiças. O deputado remete à escritora um “estrebismo nativista” e um “complexo de inferioridade”, que para ele, era “tão característico de nossa gente, frente ao estrangeiro e sua descendência”.¹⁵⁰ Após desqualificar a autora como pessoa não competente para analisar o assunto, afirma que o assunto precisaria ser analisado seriamente e “à fundo” por um grande sociólogo, para ajudar o governo a tomar medidas “adequadas” à “assimilação cultural”.¹⁵¹ D' Amaral vai criticar a forma como foi realizada a Campanha de Nacionalização, que considerou inadequada à “assimilação cultural dos descendentes de imigrantes”, pois havia faltado uma “tolerância para com a lógica da diversidade de costumes dos habitantes do Sul do Brasil”, por parte dos demais brasileiros.¹⁵² Entretanto, concordava com a necessidade da nacionalização escolar empreendida durante os anos 30 e 40, ressaltando que os governos anteriores a Getúlio Vargas não haviam investido na educação pública nas regiões de colonização estrangeira. Acentuaria, em seu discurso, ainda a brasilidade dos habitantes do Vale do Itajaí.

Percebe-se, assim, como o artigo de Raquel de Queiróz repercutiu de forma a mobilizar a imprensa e representantes políticos do empresariado do Vale do Itajaí. As manifestações da escritora, apesar de criticada, assim como de órgãos da imprensa de Blumenau, que, como visto, criticavam o falar alemão nas ruas e investiam na necessidade de se continuar o “abrasileirando” a população descendente de imigrantes, certamente contribuíam para que se buscasse afirmar, em público, a brasilidade dos habitantes da cidade.

¹⁵⁰ Notável discurso do deputado Max Tavares D' Amaral. Revista *O Vale do Itajaí*, Blumenau, ano 5, n. 50, mai. 1949, p. 01.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 03. Ao publicar o discurso do deputado, a revista o apresentou como aquele que conhecia a “verdadeira situação do Vale do Itajaí”.

¹⁵² *Idem*.

Historiografia: a afirmação da brasilidade, silêncios e reinterpretações

Hannah Arendt acentua que é na esfera pública que as coisas emergem das trevas da existência resguardada. Mas “há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público”, acrescenta a autora, pois no mundo público só é tolerado o que é digno de ser visto ou ouvido.¹⁵³

Os fatos que ocorreram durante o Estado Novo, como perseguições, prisões, repressão, vigilância e controle, marcaram a vida de muitos estrangeiros e descendentes em Blumenau. Muitos acontecimentos ficariam restritos à esfera da vida privada. Na esfera pública, como se pôde perceber, questões como nacionalização causavam grandes incômodos.

Quando Blumenau festejou o centenário de sua fundação, a 02 de setembro de 1950, o poder público produziu um livro comemorativo no qual muitos assuntos do passado recente são silenciados. Ali se percebe como memória e esquecimento se misturam. Os efeitos da Campanha de Nacionalização e da repressão ao nazismo acabaram, portanto, também marcando a historiografia local.

Neste livro, percebe-se um silêncio com relação a diversos assuntos e fatos ocorridos nos anos 30. Das 47 páginas do texto dedicado à história de Blumenau, escrito por José Ferreira da Silva, 26 são dedicados ao período da Colônia (1850-1880) e as restantes 20 páginas, ao período da instalação do município (1883) até 1950. O autor se exime de fazer julgamentos de valor sobre os vinte anos anteriores. Quando se refere à Revolução de 1930, mais precisamente sobre o prefeito nomeado pelo governo estadual, Ferreira da Silva adverte para a forma com que, a partir daí, iria relatar os fatos: “é cedo ainda para se fazer qualquer comentário em torno da administração desse prócer liberal, bem como dos sucessos de que Blumenau foi teatro nos últimos meses de 1930, quando também foi capital interina do Estado...”¹⁵⁴

Ferreira da Silva não escreve absolutamente nada que lembrasse as atividades do grupo local do NSDAP e quando se refere ao movimento integralista, restringe-se a mencionar a eleição do prefeito integralista Alberto Stein, em 1936. Não escreve nada sobre a Campanha de Nacionalização, iniciada durante a época em que era prefeito de Blumenau. Esta atitude, com certeza, está ligada ao seu passado político. Não era de seu interesse

¹⁵³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 5. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 61.

¹⁵⁴ SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. In: *Centenário de Blumenau...*, p. 44.

relembrar tais fatos e tampouco, provavelmente, era interesse dos organizadores do livro comemorativo ao centenário. Aquele era um momento de festa, de comemoração. Através das comemorações, as imagens e o conhecimento do passado são conservados e transmitidos. Mas comemorar, celebrar, pode vir a alcançar um significado mais amplo. A comemoração tem uma “fundação pedagógica e unificadora” que pode garantir a memória e/ou impor a perda da lembrança do que não retifique a coesão”.¹⁵⁵ No momento da comemoração, em Blumenau, o integralismo, o nacional-socialismo e a nacionalização eram capítulos que os autores e organizadores do *Álbum do Centenário* não queriam trazer à memória.¹⁵⁶

Se o livro comemorativo ao centenário da fundação de Blumenau, de um lado, silenciou sobre determinados fatos e processos da história local, de outro, investiu na afirmação da brasilidade da cidade. No final do livro, foram publicados três artigos através dos quais se procura destacar a participação de imigrantes alemães e italianos e descendentes em acontecimentos militares a favor do Brasil ou da causa republicana. Um dos artigos, “Blumenau no Exército Nacional”, escrito não por um militar, mas por um padre franciscano, Ernesto Emmendoerfer, que por sinal escreveu alguns dos artigos presentes no livro, relata a participação de mais de 70 habitantes de Blumenau na Guerra contra o Paraguai. Ao final do artigo, segue uma lista dos participantes, antecedida pelos dizeres: “aos bravos que deram seu sangue pelo Brasil, ou lhe sacrificaram a saúde, e a todos que lutaram com denodo pela sua nova Pátria, Blumenau centenária rende homenagem”.¹⁵⁷

Outro artigo, também do mesmo frade, trata da participação de blumenauenses na Segunda Guerra Mundial, na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira.¹⁵⁸ Em um outro artigo, já publicado em ocasião anterior, o industrial Curt Hering narra o enfrentamento entre republicanos de Blumenau e federalistas, que visavam tomar a cidade, em 1893, buscando destacar “o valor e o patriotismo de seus filhos”.¹⁵⁹ A publicação do texto

¹⁵⁵ SCHWARCZ apud SILVA, Regina H. Alves da; FRANCA, Vera R. Veiga. Belo Horizonte fez 100 anos. *Projeto História*, São Paulo, n. 17 (Trabalhos da memória), p. 435, nov. 1998.

¹⁵⁶ José Ferreira da Silva, entretanto, em livro publicado em 1948 – não em Blumenau, o que vale frisar - se referia aos “lados bons e ruins” da Campanha de Nacionalização empreendida no Sul do Brasil, julgando os atos de violência praticados em muitos casos como “necessários, mesmo imprescindíveis”, muito embora fossem “condenáveis de momento”. Quer dizer, para ele, os fins haviam justificado os meios. Cf. SILVA, José Ferreira da. *Colônias para o Brasil*. Sem indicação de local de publicação e editora, 1948, p. 19.

¹⁵⁷ EMMENDOERFER, Frei Ernesto. O.F.M. Blumenau no exército nacional. Voluntários da Pátria de Blumenau. In: *Centenário de Blumenau...* p. 439.

¹⁵⁸ EMMENDOERFER, Blumenauenses na Força Expedicionária Brasileira. In: *Centenário de Blumenau...*, p. 443-5.

¹⁵⁹ HERING, Curt. O 28 de julho de 1893. In: *Centenário de Blumenau*, op. cit., p. 443.

certamente era também uma homenagem ao industrial e chefe político falecido dois anos antes e que, durante a guerra, foi acusado de colaborar com os países do Eixo.

O intuito de mostrar o quão brasileira era a história de Blumenau também aparece noutro artigo inserido no álbum, intitulado *A contribuição do governo e do elemento nacional na colonização de Blumenau*.¹⁶⁰ O autor cita empréstimos do governo imperial à Colônia Blumenau, em 1851 e 1855, assim como a cessão da colônia ao governo imperial, em 1860, circunstância que teria revelado “o quanto Pedro II reconhecia e admirava os méritos do imortal colonizador”. Para Ferraz, “graças ao constante auxílio de D. Pedro II, pôde o Dr. Hermann Blumenau promover satisfatoriamente o progresso de sua Colônia”.¹⁶¹ Se há anos anteriores, tanto os escritores das regiões de colonização alemã de Santa Catarina, como os próprios agentes da Nacionalização acentuavam a falta de assistência do governo a imigrantes e seus descendentes em Santa Catarina, neste texto, o autor procura assinalar o apoio do Império brasileiro à colônia de Blumenau, assim como a importância do “elemento nacional” para o êxito da colonização: “quando se estuda a história de Blumenau, não se salientava a importância da contribuição do elemento nacional para o êxito da colonização”. Ferraz cita, por exemplo, Ângelo Dias, aqui representado como o “destemeroso caboclo” que acompanhou Hermann Blumenau em sua viagem ao vale do Itajaí-Açu, em 1848, – tal como Theobaldo Jamundá o havia feito anos antes. Se refere ainda aos escravos negros contratados pelo sócio do fundador, Fernand Hackradt, para desmatar a foz do ribeirão da Velha, muito embora não os nomeie como escravos negros, mas como “ímpávidos caboclos oriundos alguns de Gaspar e Itajaí, outros das clareiras abertas nas matas, aqui e além, ao longo dos cursos do Itajaí, do Garcia e do Velha”.¹⁶² Além deles, o autor ainda cita os componentes da milícia provincial, responsáveis pela captura de índios na Colônia Blumenau, que são lembrados pelo autor como “intrépidos brasileiros” que defenderam a colônia “contra os insidiosos ataques dos índios”.¹⁶³

Paulo Malta Ferraz havia apresentado um trabalho sobre o Vale do Itajaí, em 1948, no Congresso de História Catarinense.¹⁶⁴ Assim como Jamundá, também havia se inserido no

¹⁶⁰ FERRAZ, Paulo Malta. A contribuição do governo e do elemento nacional na colonização de Blumenau. In: *Centenário de Blumenau...* p. 139.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² O autor se refere a “ímpávidos caboclos oriundos alguns de Gaspar e Itajaí, outros das clareiras abertas nas matas, aqui e além, ao longo dos cursos do Itajaí, do Garcia e do Velha”. Ibidem, p. 140.

¹⁶³ Os indígenas são deste modo representados como um empecilho ao desenvolvimento da colônia, enquanto que os que os perseguiram e mataram, como “heróis”.

¹⁶⁴ Em 1944, Paulo Malta Ferraz escreveu um ensaio literário e histórico sobre Tomaz Antônio Gonzaga, que foi publicado pela imprensa oficial do Estado de Santa Catarina. Ou seja, também sua estréia no campo das Letras

Vale do Itajaí durante o Estado Novo, desempenhando um cargo público. Os outros dois que apresentaram trabalhos sobre o Vale do Itajaí, no Congresso de História Catarinense, em 1948, Max Tavares d' Amaral e Theobaldo Jamundá, também escreveram artigos para o livro comemorativo ao centenário de fundação de Blumenau. O primeiro, integrante do empresariado e deputado federal, vai tratar, em seu artigo, sobre o “problema da assimilação dos estrangeiros e descendentes”. Sobre história do município, os organizadores do álbum preferem convidar José Ferreira da Silva, que então morava em Curitiba. Theobaldo Jamundá, que havia escrito textos sobre história durante o Estado Novo, fica encarregado de escrever sobre assuntos menos polêmicos. Seu artigo era sobre agricultura e pecuária.

Artigos sobre o desenvolvimento do comércio, indústria, crédito, importação e exportação, foram escritos por pessoas ligadas ao ramo. Karl Fouquet, um dos filhos do falecido editor do *Urwaldsbote*, ficou encarregado de escrever uma biografia sobre Hermann Blumenau e elaborou uma lista de bibliografia sobre história do Vale do Itajaí, publicada no final do livro. É de se acentuar que aspectos do livro sobre Hermann Blumenau, escrito por José Ferreira da Silva, no início dos anos 30, haviam sido criticados por Jamundá, anos antes.

Quanto ao texto de Max Tavares d' Amaral, o seu título, “Assimilação e aculturação dos estrangeiros e seus descendentes no Vale do Itajaí”, já revela como, no imediato pós-guerra, tal questão ainda era colocada como problema. Neste texto, o autor vai aprofundar questões levantadas no trabalho apresentado em 1948 durante o Congresso de História Catarinense e no discurso proferido em 1949, em resposta ao artigo de Raquel de Queiróz. D' Amaral cita, em 1950, várias vezes o livro *O Mundo que o Português criou*, de Gilberto Freyre, que o autor considera “grande autoridade” – com o qual confessa ter entrado em contato em fins de 1948¹⁶⁵ (provavelmente através do Congresso de História Catarinense) – para afirmar a necessidade de uma assimilação lenta dos descendentes de estrangeiros à cultura nacional, cuja raiz afirma ser lusitana. Quer dizer, se em 1948, durante o congresso, o autor vai desqualificar os portugueses e seus descendentes, negando-lhes o adjetivo “colonos”, em 1950, em texto publicado em Blumenau, o mesmo vai qualificar a cultura

em Santa Catarina deu-se durante o Estado Novo, período no qual se mudou para Santa Catarina, onde de 1942 a 1946 foi delegado auxiliar e regional de Polícia em Itajaí, Florianópolis e Blumenau, contribuindo com artigos nos jornais *A Nação*, de Blumenau, *O Estado* e *A Gazeta*, de Florianópolis. Paulo Malta Ferraz era natural de Maceió e havia cursado Direito em Recife.

Cf. Biografia de Paulo Malta Ferraz. Índice onomástico do AHJFS.

¹⁶⁵ Ao comentar sobre o contato com a obra de Gilberto Freyre, afirma que com “sua opinião só em fins do ano passado conheci, e que, com grande alegria para mim, vi que concordava ‘in totum’ com a que sempre expendi”. D' AMARAL, Max Tavares. *Assimilação e aculturação dos estrangeiros e seus descendentes no Vale do Itajaí*. In: *Centenário de Blumenau. 1850-1950*. Edição da Comissão de Festejos, 1950, p. 362.

portuguesa como sendo a raiz da cultura brasileira, a qual se deveria assimilar. No livro citado, de Gilberto Freyre, a cultura portuguesa é tida como capaz de assimilar as demais no Brasil, sendo inclusive Blumenau tomada como exemplo de cidade onde estaria em curso um processo de assimilação dos imigrantes e descendentes de alemães no Brasil. Ali seria ainda criticado o emprego da força e da violência para acelerar este processo.¹⁶⁶ D' Amaral, em seu texto, vai defender não o simples aprender a língua portuguesa, mas a incorporação dos estrangeiros ao 'patrimônio da tradição luso-brasileira',¹⁶⁷ através de uma "assimilação emocional."

Enquanto a tônica de seu texto de 1948 era a afirmação do desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí, associando isto ao fato de ter sido colonizada sobretudo por alemães – o que revelava, neste aspecto, semelhança com textos anteriores à guerra, em 1950 a tônica de seu texto é a "assimilação e aculturação" dos estrangeiros e descendentes, questão valorizada no congresso ocorrido dois anos antes.

Representar os estrangeiros e descendentes como problema, como o autor escreve, e operar com conceitos de "assimilação" e "aculturação", demonstram elementos da formação discursiva presente em textos escritos durante o Estado Novo.¹⁶⁸ Contudo, o autor não defende a incorporação dos estrangeiros e descendentes na "tradição luso-brasileira", tão somente. Ele defende a necessidade de uma assimilação recíproca. O estrangeiro deveria se integrar à "tradição luso-brasileira", assim como luso-brasileiros deveriam incorporar hábitos e costumes dos estrangeiros, "quando bons".¹⁶⁹ Ainda com base na obra citada de Gilberto Freyre, vai afirmar a pluralidade cultural como um fator de progresso para o Brasil. E termina o texto, afirmando o "sentimento de brasilidade" dos habitantes do Vale do Itajaí.

Este texto é um indício da mudança do discurso, na publicidade, de parcelas do empresariado quanto às relações inter-étnicas. Até antes de 1937, pessoas integrantes ou ligadas a parcelas do empresariado ainda investiam publicamente na afirmação de fronteiras étnicas na região. D' Amaral vai incorporar a idéia da existência de uma "tradição luso-brasileira", assim como a idéia da necessidade da "integração" e "aculturação" dos

¹⁶⁶ Ibidem, p. 361.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 363.

¹⁶⁸ Tais preocupações também estavam presentes nos trabalhos sobre Antropologia, publicados nos anos 40. Não à toa o antropólogo Emílio Willems, que D' Amaral também cita em seu texto, publica, nos anos 40, dois trabalhos com os seguintes títulos: *Assimilação e populações marginais no Sul do Brasil (1940)* e *Aculturação dos alemães no Brasil (1946)*. Preocupado estava o autor, entre outras coisas, em mostrar um processo de abasileiramento dos alemães e seus descendentes.

¹⁶⁹ D' AMARAL, op. cit., p. 363.

estrangeiros e descendentes àquela tradição. Entretanto, a “tradição luso-brasileira” também deveria se incorporar de hábitos e costumes dos estrangeiros, conforme o autor.

Outro industrial, Ingo Hering, da família à qual D´Amaral se ligou durante a guerra, também tem um artigo publicado no livro comemorativo ao centenário, no qual se percebem semelhanças e mudanças com relação ao período anterior ao Estado Novo. Ingo Hering explicaria o desenvolvimento industrial de Blumenau como sendo resultado do “esforço de seus habitantes”:

(...) o desenvolvimento industrial desta área contou, entre condições muitas vezes adversas, com um só fator positivo: o humano. Os imigrantes, chegando de zonas européias já industrialmente desenvolvidas, trouxeram para cá as aptidões técnicas e a indispensável iniciativa para transformar, passo a passo, um território de mata virgem semitropical em uma das regiões mais industrializadas do Sul do Brasil.¹⁷⁰

Destaca-se, portanto, o progresso do município, associado ao seu passado de colonização, discurso que não era novidade na historiografia local. Mas, se em 1937, durante os festejos do 25 de julho, o mesmo autor valorizou a manutenção da identidade étnica teuto-brasileira como pré-requisito para o processo de acumulação capitalista, tal concepção não aparece em 1950. A idéia do imigrante como sendo aquele que transformou a selva em civilização, entretanto, permanece. O industrial Ingo Hering ainda traz um elemento da antiga formação discursiva que circulava antes da guerra, ou seja, a idéia da superioridade do trabalho do imigrante, muito embora agora não se refira exclusivamente ao imigrante alemão.

O livro do centenário e, provavelmente, também os festejos do centenário, deveriam consubstanciar a imagem da administração da época, que era dominada pelo empresariado. Muitos dos textos procuravam destacar o “progresso” que Blumenau havia alcançado em 1950. Os empresários que, desde o final dos anos 20, não exerciam o governo municipal, o exerciam novamente. Talvez por isto que diversos industriais e, sobretudo, comerciantes, já falecidos, fossem homenageados no final do livro, com a publicação de biografias.¹⁷¹ Algumas pessoas da classe empresarial, entre outras, participaram da comissão e subcomissões encarregadas de organizar os festejos do centenário¹⁷² Era presidente da Comissão dos Festejos, o banqueiro Hercílio Deeke, presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau, pela UDN. Tal função na organização dos festejos certamente contribuiu para sua

¹⁷⁰ HERING, Ingo. In: *Centenário de Blumenau...*

¹⁷¹ Entre estes, Curt Hering, Pedro C. Feddersen, Gottlieb Reif, Otto Stutzer, Luís Sachtleben, Luís Altenburg Sênior, Frederico Guilherme Busch Sênior, Johann Karsten, Luís Abry, Hermann Weege, Henrique Probst, Alwin Schrader.

projeção política. Nas eleições para prefeito, naquele ano, Hercílio Deeke saiu vencedor. Além dele, eram candidatos Guilherme Jensen, também do círculo empresarial,¹⁷³ e José Ferreira da Silva, ex-prefeito, este do PSD.¹⁷⁴ Alguns importantes industriais também foram eleitos para a Câmara de vereadores, como Ingo Hering (filho de Curt Hering) e Vitor Weege, o que demonstra a continuidade da hegemonia do empresariado, depois do Estado Novo.¹⁷⁵

Enquanto se festejava o progresso da cidade, olhos atentos a observavam. Para o jornalista Omer Mont' Alegre, que visitou Blumenau durante os festejos do seu centenário, e em 1950, publicou *Um estudo de aculturação: O Vale do Itajaí*, uma separata de uma revista sobre economia, de circulação nacional, era preciso que não se perdesse o “terreno ganho nos duros anos da guerra para a integração total do Vale do Itajaí na comunhão brasileira”.¹⁷⁶ Observações como esta lembravam o passado, tornavam-no sempre presente. A vigilância continuava.

Durante os festejos do centenário do município, rememoravam-se determinados assuntos, fatos e personagens do passado, destacando-se o progresso, construindo-se uma imagem de desenvolvimento contínuo e harmonioso. Ao mesmo tempo, outros assuntos, fatos e personagens do passado, foram silenciados. Investir no lembrar, também era investir no esquecer.

As elites da cidade, de olhos no futuro, apropriavam-se de fatos do passado para celebrar o “progresso”, ao mesmo tempo em que afirmavam a brasilidade de seus habitantes. E assim se percebe, como, num espaço de tempo de uma geração, entre 1929 e 1950, as elites da cidade mudam radicalmente seus discursos na publicidade. Da celebração da etnicidade

¹⁷² Blumenau em Festa. In: *Centenário de Blumenau...*

¹⁷³ Após destacar o domínio do exercício do poder municipal pela burguesia, principalmente através da UDN, Fabrício Tomio destaca três momentos em que as “disputas eleitorais foram travadas entre membros da própria burguesia”: em 1946, 1950 e 1965. TOMIO, Fabrício R. L. Breve história da burguesia industrial têxtil blumenauense. In: In: THEIS, Ivo M., MATTEDI, Marcos A.; TOMIO, Fabrício R. L. (Org.) *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau*. Blumenau: Ed. FURB: Cultura em Movimento, 2000, p 84.

¹⁷⁴ O que chama a atenção é Ferreira da Silva, candidato do partido que congregava muitos burocratas e que exerceram cargos durante o Estado Novo, como ele, foi criticado na campanha eleitoral através de um panfleto, no qual se afirmava que o mesmo teria traído “miseravelmente o nosso saudoso conterrâneo Alberto Stein”, prefeito integralista que foi deposto e substituído por Ferreira da Silva. No panfleto ainda se referia à Ferreira da Silva como aquele que foi “posto na rua [durante sua gestão na prefeitura] por ser desonesto”. Fatos do passado eram assim instrumentalizados na campanha eleitoral de 1950. Cf. Folheto *Blumenauenses, atenção!* Pasta JFS 1.8. Cx. 1.2. 010. AHJFS.

¹⁷⁵ Na gestão de Hercílio Deeke como prefeito, eleito em 1950, eram presidentes da Câmara de Vereadores dois fortes nomes ligados à indústria regional, Otto Hennings (1950-1951) e Ingo Wolfgang Hering (1951-1955). Cf. *Poder legislativo municipal: 117 anos de história*. Serviço de Documentação Histórica; organização Vilarino Wolff. Blumenau: Nova Letra, 2000, p. 66.

¹⁷⁶ MONT' ALEGRE, Omer. Um estudo de aculturação: o Vale do Itajaí. *Separata de: O Observador econômico e financeiro*, ano XV, n. 177, p. 24, out. 1950.

teuto-brasileira, cuja manutenção das fronteiras era tida como fator explicativo para o desenvolvimento do município, passa-se para a afirmação da brasilidade da cidade.

* * *

FONTES

Acervos:

1) Arquivo do Ministério das Relações Exteriores - Berlim:

Pastas:

R 27268

R 60017

R 60029

R 60030

R 61776

R 62505

R 62506

R 78987

R 79005

R 79048

R 104939

R 104941

R 104942

2) Arquivo Nacional - Koblenz:

Pastas:

R 57/Neu 976

R 57/Neu 977

R 57/Neu 1191

R 57/Neu 1193

R 57/36

R 57/68

R 57/181-39

R 57/181-5

R 57/474 – 29

R 57/474-37

R 57/474-42

R 57/474-45

R 57/874 b

R 57/936

R 57/1102

3) Arquivo Nacional - Berlim:

Pasta R 901 – 80198.

4) Arquivo Central da Igreja Evangélica - Berlim:

Bestand 5, Pasta 2487.

5) Institut für Auslandsbeziehungen – Stuttgart**5.1. Periódicos:**

Der Auslanddeutsche (Zeitschrift des Deutschen Ausland-Instituts), Stuttgart, 1930 a 1938.

Deutschtum im Ausland (Zeitschrift des Deutschen Ausland-Instituts), Stuttgart, 1939.

6) Instituto Ibero-americano de Berlim:

ALDINGER, Paul. *Das Itajahy-Tal: deutsche Siedlung im brasilianischen Urwald Blumenau und Hansa*. Hamburg, o. D. [um 1910].

_____. Die Kolonie Hansa im brasilianischen Staate Santa Catharina. Revista *Gut Deutsch und Evangelisch Allewege*, sem indicação de local e data.

_____. *Dr. Lauro Mueller: der deutschblütige Staatsmann Brasiliens*. Blumenau: Sonderdruck aus "Der Urwaldsbote", 1938 (Brasilianische Schriften. Nr. 1. Herausgeber: K. H. Oberacker).

KOCH-WESER, Erich. *Bericht über eine Reise nach Brasilien im Auftrage der Gesellschaft für wirtschaftliche Studien in Übersee*. Berlin, 1933.

MOLTMANN, B. H. *Deutsche Siedlung in Süd-Brasilien: ein erfolgreiches Jahrhundert deutscher überseeischer Siedlungsarbeit*. Hamburg, Verlag Friedrich Andreas Perthes, 1918.

Unser ist heute der Tag! Festbüchlein zum 25. Juli. Blumenau: Publicação da comissão local de Blumenau (Editora G. Artur Koehler), Juni 1937.

REICHSTELLE FÜR DAS AUSWANDERUNGSWESEN. *Deutsche Vereine, Schulen, Kirchengemeinden und sonstige Anstalten und Einrichtungen in Südamerika*. Berlim: Reichsverlagsamt, 1935.

7) Biblioteca Estadual - Berlim:

GROTHER, Hugo. *Im Kamp und Urwald Südbrasilien: eine Skizzenbuch zur Siedlungs- und Deutschtumskunde*. Halle (Saale) und Berlin: Buchhandlung des Waisenhauses, 1936.

MOESHLIN, Félix. *Ich suche Land in Südbrasilien: Erlebnisse und Ergebnisse einer Studienreise*. Horw-Luzern e Leipzig: Montana Verlag, 1936.

8) Arquivo da Hering Têxtil S. A. - Blumenau:

Pasta Curt Hering

Pasta Lista Negra

9) Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Blumenau:**9.1. Pastas:**

Fundo Memória da Cidade/Coleção Famílias/Deeke – 3.D.7

Fundo Memória da Cidade/Coleção Famílias/Feddersen – 3.F.15

Fundo Memória da Cidade/Coleção Famílias/Kilian – 3.K.4

Fundo Memória da Cidade/Coleção Famílias/Koehler – 3.K.11

Fundo Memória da Cidade/Coleção Famílias/Lischke

Fundo Memória da Cidade/Coleção Cultura/Teatro Frohsinn – 9.11.1

Fundo Memória da Cidade/Coleção Política/Nazismo – 1.1.7

9.2. Periódicos:

Blumenauer Zeitung, Blumenau, 1930-1938

Calendário Blumenauense, Blumenau, 1934 e 1935

Der Urwaldsbote, Blumenau, 1930-1941

Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1938-1945

Boletim Semanal da Prefeitura Municipal de Blumenau, Blumenau, 1940-1941

Blumenauer Volkskalender, Blumenau, 1933-1938

Wille's Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens, Blumenau, 1938-1945

Boletim Mensal do Rotary Club de Blumenau

9.3. Outras fontes:

A Hering de Blumenau: um século. 1880-1980. Blumenau, 1980.

ACIB: 100 anos construindo Blumenau. Blumenau: Ed. Expressão, 2001.

AMARANTE, Napoleão Xavier do Amarante. *Pequena história do município de Taió*. Joinville: Impressora Ipiranga, 1967.

BETHLEM, Hugo. *Vale do Itajaí: jornadas de civismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

Bericht über das 24. Schuljahr der neuen Schule zu Blumenau. Süd-Brasilien. Blumenau, 1911.

Blumenau. 50 anos. Sem local de publicação e editora. 1900.

BLUMENAU. Prefeitura Municipal. *Relatórios dos negócios administrativos municipais de 1921 a 1944*.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Santa Catarina*. São Paulo: Editora Nacional (Coleção Brasileira), 1937.

- Centenário de Blumenau. 1850-1950.* Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950.
- Colégio Santo Antônio.* Blumenau: sem indicação de editora, 1941.
- D'AMARAL, Max Tavares. *Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí.* São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950.
- DEEKE, José. *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento.* [1917] Blumenau: Nova Letra, 1995.
- DEEKE, José. *Hundert Jahre Deuschtum in Santa Catharina. Kalender für die Deutschen in Brasilien.* São Leopoldo, 1930.
- DEEKE, José. *Drei Sterne des Brasil-Deuschtums in Santa Catharina. Zur Jahrhundertfeier.* Blumenau, Editor G. Artur Koehler, outubro de 1929.
- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *Relatório apresentado ao Interventor Nereu Ramos, pelo Diretor Geral Dr. Carlos Gomes de Oliveira.* Florianópolis: Tip. Da Livraria Central de Alberto Entres, 1938.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA. *Primeiro Congresso de Brasilidade em Santa Catarina.* 10 a 19.11.1941. Florianópolis.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA. *Segundo Congresso de Brasilidade em Santa Catarina.* 10 a 19.11.1942. Florianópolis.
- ENDRESS, Siegfried. *Blumenau.* Werden und Wesen einer deutschbrasilianischen Landschaft. Öhringen: Verlag der Hohenlohe'schen Buchhandlung Ferdinand Rau, 1938.
- Festschrift zum 75-jährigen Jubiläum der Schützengesellschaft Blumenau.* Blumenau: Druck von G. Arthur Koehler, 1934.
- Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung im Staate Santa Catharina.* Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres & Irmão, 1929.
- Guia das estradas do município de Blumenau,* Blumenau, 1929.
- Guia do Estado de Santa Catarina para o anno de 1937.* Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres, 1937.
- Guia do Estado de Santa Catarina,* Florianópolis, 1946.
- JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Indaial, município do Vale do Itajaí-Açu.* Sem indicação de local e editora, 1943.
- _____. *Interpretação Regional do município de Rodeio.* Sem indicação de local e editora, 1948.
- _____. *Nereu Ramos, o da hora da reconstrução nacional.* Florianópolis: Edição do autor, 1968.
- _____. *O Itajaí-Açu e outras águas: ensaio histórico-descritivo.* Blumenau, 1945.
- _____. *Theagá.* Florianópolis: IOESC, 1977.
- JENICHEN, Oscar. *Ipiranga 100 anos: 1893-1993.* Florianópolis: Paralelo 27, 1993.
- KOEHLER, G. A. *Die vor uns waren.* In: *Zur Jahrhundertfeier.* 2º caderno. Blumenau, out. 1929. Editor: Artur Koehler.

- KONDER, Marcos. *Aspectos de Santa Catharina: o Valle do Itajahy*. Discurso pronunciado pelo deputado na sessão do Congresso Representativo do Estado em 13.09.1919.
- _____. *Deutsche Kolonisation in Santa Catarina*. Blumenau und der Tag des Kolonisten. Worte und Werke für die Arbeit und den Frieden. Edição do autor, 1955.
- _____. *Der Nationalismus als falscher Patriotismus: etwas über die deutsche Einwanderung in Südbrasilien*. Porto Alegre: Ed. do autor, 1954.
- KORMANN, Edith. *Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente*. v. 2 e 3. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1995.
- MARANHÃO, João de Albuquerque. *Sessenta dias em Santa Catarina*. Notas de viagem. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1947. Conferência proferida na Associação Brasileira de Imprensa em 17.05.1947.
- MONT'ALEGRE, Omer. Um estudo de aculturação: o Vale do Itajaí. Separata de: *O Observador econômico e financeiro*, ano XV, n. 177, p. 1-24, out. 1950.
- NOGUEIRA, Rui Alencar. *Nacionalização do vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Masurky.
- PELUSO, Jr. Victor A. *Rio do Sul: monografia estatístico-descritiva*. Departamento Estadual de Estatística. Florianópolis, 1942.
- Poder Legislativo Municipal: 117 anos de história*. Serviço de Documentação Histórica; organização Vilarino Wolff. Blumenau: Nova Letra, 2000.
- Os alemães nos Estados do Paraná e Santa Catharina*. Em comemoração do 1º Centenário de sua entrada nesses Estados do Sul do Brasil. 1829-1929. Curitiba, 1929.
- Santa Catarina*. Revista de propaganda do Estado e dos Municípios. Município de Blumenau. Departamento das Municipalidades, Florianópolis, ano 2, n. 2, ago. 1941.
- SILVA, José Ferreira da. *Blumenau: notícia estatístico-descritiva*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, nov. 1939.
- _____. *Blumenau e os seus monumentos*. Blumenau: mimeo. Sem data.
- _____. *A Imprensa em Blumenau*. Florianópolis: IOESC, 1977.
- _____. *Colônias para o Brasil*. Sem indicação de local de publicação e editora, 1948.
- _____. *História de Blumenau*. Florianópolis: Edeme, 1972.
- _____. *O Doutor Blumenau*. 2. ed. Blumenau: Edição da Casa Dr. Blumenau, 1978.

10) Arquivo Público do Estado de Santa Catarina:

- CABRAL, Oswaldo R. *A vitória da colonização açoriana*. 1940.
- ESTADO DE SANTA CATARINA. *Flagrantes administrativos. 1935-1942*. Florianópolis: IOESC, 1942.
- RAMOS, Nereu. *A obra nacionalizadora do Estado Novo*. Discurso pronunciado em Blumenau, no dia 21 de maio de 1939. Florianópolis, 1939.
- SILVA, Osmar R. da. *Canoinhas: notícia estatístico-descritiva*. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, 1941.

11) Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina:

CÂMARA, Lourival. *Estrangeiros em Santa Catarina*. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, 1940.

DELEGACIA DA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: IOESC, 1943.

DUARTE, Manoel. *Os allemães em Santa Catharina: notas de um excursionista*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1917.

ESTADO DE SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada à assembléia legislativa de Santa Catarina em 16 de julho de 1937 pelo governador Nereu Ramos*. Florianópolis, 1937.

RIBAS, Antônio de Lara. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.

FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Recife, 1940.

VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1943.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict. *Die Erfindung der Nation*. 2ª Auflage. Frankfurt/Main, 1988.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica.
- AREND, Silvia Maria Fávero; WITTMANN, Luisa Tombini. O “problema dos Xokleng”: o município de Blumenau (1910-1914): polifonias. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLIII, n. 05/06, maio/junho 2002, p. 62-82.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BARRETO, Cristiane Manique. *Entre laços e nós: formação e atuação das elites no Vale do Itajaí (1889-1930)*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1, p. 222-232.
- BENZAQUEN, Ricardo Benzaquém de. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- BITENCOURT, João Batista. *Clio positivada: a artesanaria da cidade histórica de Laguna*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____. *Estado Novo, cidade velha: o governo ditatorial de Vargas desde Laguna*. Porto Alegre, 2002. Tese de doutoramento (História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. Linguagem e poder simbólico. In: *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo, EDUPS, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CABRAL, Oswaldo R. Introdução. In: PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1976.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, 1998. Tese (Doutoramento em História) – Universidade Estadual de Campinas.

- _____. *Controle e normatização dfe condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica.
- CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- _____. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 55-75, set. 1991/ago. 1992.
- _____. O nazismo e a produção da guerra. *Revista da USP*. Dossiê 50 anos de final da Segunda Guerra, São Paulo, n. 26, jun./ ago. 95.
- CAREZIA, Roberto. Blumenau e a modernização urbana: alterando costumes (1940-1960). FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri. *Visões do vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000. p. 171-183.
- CAREZIA, Roberto; ROCHA, Balbino Simor. Discurso e poder em Blumenau (1940-1950). *Dynamis*. Blumenau, vol. 9, nr. 35, p. 110-117, abril-junho 2001.
- _____. *Construção cultural: influência germânica e norte-americana na cidade de Blumenau*. Blumenau, janeiro de 1999. Relatório de Pesquisa (Universidade Regional de Blumenau).
- _____. Rupturas com as formas do passado: entre a modernidade e a tradição. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII, n. 3/ 4, p. 70-101, mar. /abr. 2001.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo. In: KÖNIG, Hans-Joachim; WIESEBRON, Marianne (Org.). *Nation building in nineteenth century: Latin America. Dilemmas and conflicts*. Leiden: Researchschool CNWS (School of Asian, African an Amerindian Studies), 1998. p. 83-100.
- CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. Aprendiz de feiticeiro. In: D´ARAÚJO, Maria Celina (org.) *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed. FGV, 1999. p. 55-81.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CHIAPPINI, Lúgia; BRESCIANI, Maria Stella. *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.
- COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abraçá-lo. In: GUEDES, Sandra P. (Org.) *Histórias de (i) migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 2000.
- COLUSSI, Eliane Lúcia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- CORREA, Carlos Humberto P. *Lições de política e cultura: a Academia Catarinense de Letras, sua criação e relações com o poder*. Florianópolis: Edições A.C.L, 1996.
- _____. (Org.) *Nereu Ramos*. Florianópolis: FCC Edições: Associação Portobello de Cultura, 1988.

- _____. *Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classes. In: FAUSTO, Bóris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1986. v. 3: Sociedade e política (1930-1964).
- DINIZ FILHO, Luís Lopes; BESSA, Vagner de Carvalho. Território e política: as mutações do discurso regionalista no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 27-37, 1995.
- _____. Vocação e nacionalismo: as visões do urbano no pensamento do Estado Brasileiro (1930-1961). *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, ano XI, n. 34 (Cidade e História), p. 104-112, 1991.
- DIRKSEN, Valberto. *Dona Emma: história do município*. Florianópolis, 1996.
- DRESSEL, Helga. Reflexão sobre brasilidade e *Deutschtum* em *Um rio imita o Reno* de Vianna Moog. In: MERTIN, Ray G de (Hg.) *Von Jesuiten, T rken, Deutschen und anderen Fremden: Aufs tze zu brasilianischer Literatur und literarischer  bersetzung*. Frankfurt a. M.: TFM/Domus, 1996. p. 23-31.
- EISENSTADT, S. N. The construction of collective identities: some analytical and comparative indications. *European Journal of Social Theory*, v. 1, n. 2, p. 229-254, nov. 1998.
- ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Tradu o: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradu o: Ruy Jungmann. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolu o do habitus nos século XIX e XX*. Tradu o:  lvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das rela es de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradu o: Vera Ribeiro. Tradu o do posfácio   edi o brasileira: Pedro S ssekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre o ontem e o amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Ed. Univali, 2000.
- _____. A guerra interna (integralismo, nazismo e nacionaliza o). In: BRANCHER (Org.), *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 167-198.
- FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Gradua o em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

- FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí*. Florianópolis, 1998 (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- FIORI, Neide. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria do Estado de Educação, 1975.
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1998.
- _____. A hermenêutica do vazio. Fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. *Projeto História*, São Paulo, n. 18, p. 215-135, mai. 1999.
- _____. Fronteiras celibatárias: nação, corpo e etnia. In: *História: Fronteiras*. 20º Simpósio da ANPUH. São Paulo: Humanitas, 1999.
- FOUCAULT, Michel. A governamentabilidade. In: *Microfísica do poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FROTSCHER, Méri. *Olhares sobre o saneamento em Blumenau: uma perspectiva histórica*. Blumenau: Nova Letra, 2000.
- _____. *Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano*. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. *Der Widerschein des Nazismus: das Bild des Nationalsozialismus in der deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasiliens und Chiles 1932-1945*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 1997.
- GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.
- _____. Preconceitos de sangue. *Revista História. Questões & Debates*, Curitiba, ano 10, n. 18 e 19, p. 157-180, jun./dez. 1989.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*. Tradução: Andréa B. M. Jacinto e Simone M. Frangella. Campinas: Unicamp, 1998.

- HENTSCHKE, Jens R. Die Entstehung des interventionistischen Staates in Brasilien. *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Berlin, v. 25, n. 3 e 4, p. 239-267, 1999.
- _____. *Estado Novo: Genesis und Konsolidierung der brasilianischen Diktatur von 1937. Eine Fallstudie zu den sozioökonomischen und politischen Transformationen in Lateinamerika im Umfeld der Grossen Depression*. Saarbrücken, 1996, Forschungen zu Lateinamerika, Bd. 34.
- HERF, Jeffrey. Der nationalsozialistische Technikdiskurs. Die deutschen Eigenheiten des reaktionären Modernismus. In: EMMERICH, Wolfgang; WEGE, Carl (Ed.) *Der Technikdiskurs in der Hitler-Stalin-Ära*. Stuttgart, Weimar: Metzler, 1995. p. 72-93.
- HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.) *A invenção das tradições*. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JÄGER, Wolfgang. “Menschenwissenschaft” und historische Sozialwissenschaft. Möglichkeiten und Grenzen der Rezeption von Norbert Elias in der Geschichtswissenschaft. In: BOSHOFF, Egon (Hg.) *Archiv für Kulturgeschichte*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag, 1995. 77. Band. p. 85-116.
- KAMMER, Hilde; BARTSCH, Elisabet. *Nationalsozialismus: Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft 1933.1945*. Reinbek bei Hamburg: Rohwolt, 1992.
- KLUG, João. O pastor Dr. Paul Aldinger e a Hansa Hammonia. In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri (Org.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000. p. 91-108.
- KOHLEPP, Gerd. *Industriegeographie des Nordöstlichen SC (Südbrasilien): ein Beitrag zur Geographie eines deutschbrasilianischens Siedlungsgebietes*. Heidelberg, 1968. Tese de Doutorado (Geografia) - Universität Heidelberg.
- KÖNIG, Hans-Joachim. Reflexiones teóricas acerca del nacionalismo y el proceso de formación del Estado y la Nation en la América Latina. In: KÖNIG, Hans-Joachim; WIESEBRON, Marianne (Org.) *Nation building in nineteenth century: Latin America. Dilemmas and conflicts*. Leiden: Research School CNWS, 1998, p. 19-33.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1986.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

- MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. Os pangermanistas na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DAYRELL, Eliane G.; IOKÓI, Zilda Maria. *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão & Cultura; São Paulo: Edusp, 1996. p. 329-343.
- _____. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESCP, 1998.
- MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.
- MESSERSCHMIDT, Rolf. Nationalsozialistische Raumforschung und Raumordnung. In: PRINZ, M.; ZITELMANN, Rainer. *Nationalsozialismus und Modernisierung*. Darmstadt: Wissens. Buchgesellschaft, 1991. p. 117-138.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: die Orstgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro*. Berlin, 2002. Tese (Doutorado em História) – Zentrum für Antisemitismusforschung, Technische Universität zu Berlin.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika: die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945*. Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz, Akademischer Verlag, 1997.
- NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História) – PUC.
- NOHLEN, Dieter (Hrsg.) *Kleines Lexikon der Politik*. München: Verlag C. H. Beck
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.) *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed. FGV, 1999. p. 83-96.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. As formas do discurso. 4ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1993.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAIVA, César. *Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. Hamburg, 1984. Dissertação (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Hamburg.
- PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

- PELIZZETTI, Beatriz. *Um banco de imigrantes em Santa Catarina*. Blumenau: Gráfica 43 e Fundação Casa Dr. Blumenau, 1983.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.
- PEREIRA, Eliane C. Manso. O Estado Novo e a marcha para o Oeste. *História Revista*, 2 (1), jan./jun.1997.
- PETRY, Suely; FERREIRA, Cristina (org.) *José Ferreira da Silva: Centenário de nascimento*. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, 1996.
- PIAZZA, Walter F. (Org.). *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- PIAZZA, Walter F. *Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1896-1996): estudo histórico-analítico*. Florianópolis: Editora da UDESC, 1996.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. *Revista da USP*, São Paulo (26), jun./ago. 1995.
- RAUD, Cécile H. J. A industrialização do Vale do Itajaí: uma nova leitura a partir da experiência italiana. In: THEIS, I. M.; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício R. L. *Nosso passado (in)comum: Contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau*. Blumenau: Ed. da FURB, Ed. Cultura e Movimento, 2000. p. 147-163.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Tradução: Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1989.
- RICHTER, Klaus. *A sociedade colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis e Blumenau: Universidade Federal de Santa Catarina e Fundação Universidade Regional de Blumenau, 1992.
- RINKE, Stefan. *“Der letzte freie Kontinent”*: deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen. 1918-1933. Stuttgart: Akademischer Verlag, 1996.
- RONCAYOLO, Marcel. Região. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. v. 8: Região, p. 262-290.
- _____. Território. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. v. 8: Região, p. 161-189.
- RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações a ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn (Org.) *A nova história cultural*. Tradução: Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 177-210.
- SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. *Memória Jaraguaense: Anauê. Deus-pátria-família*. Jaraguá, Ed. CP, 1998.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Bóris. *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 273-313.
- _____. A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise de dois discursos étnicos irreduzíveis. *História. Questões & Debates*, Curitiba, ano 10, n. 18 e 19, p. 113-156, jun./dez. 1989.
- _____. A representação do trabalho alemão na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-33, 20 out. 1982.
- _____. Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 104-122, out. de 1994.
- _____. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- _____. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: FCC, 1982.
- _____. O nazismo e a imprensa teuto-brasileira do Estado de Santa Catarina. *Revista do Museu Paulista*, v. 26, p. 267-283, 1979.
- _____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199-228.
- _____. Os paradoxos da miscigenação. Observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. *Estudos Afro-asiáticos*, v. 20, p. 165-185, jun. 1991.
- SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 14, n. 20, p. 66-68, 1996.
- SIEDLER, Reinhard. Sozialgeschichte auf dem Weg zu einer historischen Kulturwissenschaft. *Geschichte und Gesellschaft*, n. 20, p. 445-468, 1994.
- SILVA, Regina H. Alves da; FRANCA, Vera R. Veiga. Belo Horizonte fez 100 anos. *Projeto História*. São Paulo, n. 17 (Trabalhos da memória), p. 429-439, nov. 1998.
- SIMÃO, Vilma Margarete. *Blumenau: da indiferenciação étnica à diferenciação de classe*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____. Da hegemonia passiva à hegemonia ativa. In: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos A.; TOMIO, Fabrício R. L. (Org.) *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau*. Blumenau: Ed. FURB: Cultura em Movimento, 2000. p.15-65.
- SINGER, Paul. Blumenau. In: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968. p.81-140.
- SOARES, Iaponan; PRAZERES, Leda Maria d'Ávila da Silva (Org.). *Índice Analítico da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: 1988.

- SOUTO, Américo da Costa. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estrutural (século XVII-1960)*. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1991.
- STOETERAU, Lígia de Oliveira. *A trajetória do poder legislativo catarinense. 1835-2000*. Florianópolis: IOESC, 2000.
- THIESSE, Anne-Marie. “La petite patrie enclose dans la grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940), *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 3-16, 1995.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. Casa Grande & Senzala revisitada. *O Estado de São Paulo*, 28.01.1995, p. 02.
- TOMIO, Fabrício R. de Limas. Breve história da burguesia industrial têxtil blumenauense. In: In: THEIS, Ivo M., MATTEDI, Marcos A.; TOMIO, Fabrício R. L. (Org.) *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau*. Blumenau: Ed. FURB: Cultura em Movimento, 2000. p. 67-100.
- _____. *Organização coletiva e representação de interesses do empresariado industrial têxtil de Blumenau – SC: a atuação da ACIB e do SINTEX em um espaço político-institucional democrático (1985-1994)*. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- VIANNA, Oliveira. *Ensaio inédito*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
- VIERHAUS, Rudolf; CHARTIER; Roger. *Wege zur einer neuen Kulturgeschichte: mit Beiträgen von Rudolf Vierhaus und Roger Chartier*. Göttingen: Wallstein Verlag, 1995.
- VINCENT, Joan. Political anthropology: manipulative strategies. *Annual Review of Anthropology*, v. 7, p. 175-191, 1978.
- WEHLER, Hans-Ulrich. *Die Herausforderung der Kulturgeschichte*. München: Beck, 1998.